

SENASP

Secretaria Nacional de Segurança Pública

Relatório Final

**Concursos Nacionais de Pesquisas Aplicadas
em Justiça Criminal e Segurança Pública**

Proponente

ABRASCO - Associação Brasileira de Saúde Coletiva

Autor (s)

Maria Cecília de Souza Minayo

Título da Pesquisa

Estudo Comparativo sobre Riscos Profissionais , Segurança e Saúde Ocupacional dos
Policiais Cíveis e Militares do Rio de Janeiro

Estes relatórios de pesquisa constituem os produtos resultantes do Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal. Fornecerão importantes subsídios para a qualificação das políticas nacionais de segurança pública. Destacamos que eles não constituem a opinião oficial do Ministério da Justiça sobre os assuntos tratados.

Abril 2006



Fundação Oswaldo Cruz/FIOCRUZ

Escola Nacional de Saúde Pública/ENSP

Centro Latino Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli/CLAVES

**ESTUDO COMPARATIVO SOBRE RISCOS PROFISSIONAIS,
SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL DOS POLICIAIS CIVIS E
MILITARES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**Pesquisa desenvolvida com o apoio da Secretaria Nacional de
Segurança Pública/SENASP**

Dezembro de 2005

**ESTUDO COMPARATIVO SOBRE RISCOS PROFISSIONAIS,
SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL DOS POLICIAIS
CIVIS E MILITARES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

COORDENAÇÃO GERAL

Maria Cecília de Souza Minayo

Edinilsa Ramos de Souza

COORDENAÇÃO DO TRABALHO DE CAMPO

Patricia Constantino

EQUIPE DE PESQUISA

Simone Gonçalves de Assis

Romeu Gomes

Raimunda Matilde do Nascimento Mangas

Mirian Schenker

Maria de Lourdes Tavares Cavalcante

Francisco Adolpho da Cunha Barros

Flávio Augusto Pinto Correa

Julio Cesar Vasconcelos da Silva

Cleber Nascimento do Carmo

Thiago de Oliveira Pires

Bruna Soares Chaves

Vanessa dos Reis de Souza

Raquel Vasconcellos Carvalhaes de Oliveira

APOIO TÉCNICO

Marcelo da Cunha Pereira

APOIO ADMINISTRATIVO

Marcelo Silva da Motta

Jerônimo Rufino dos Santos Júnior

SUMÁRIO

	Página
PARTE I	
Capítulo 1: APRESENTAÇÃO DA PESQUISA-----	0
Capítulo 2: CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DE UMA CATEGORIA SOCIAL-----	8
Capítulo 3: METODOLOGIA-----	36
Capítulo 4: CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-DEMOGRÁFICA: COMPARAÇÃO ENTRE POLICIAIS MILITARES E CIVIS-----	5
PARTE II	
Capítulo 5: PROCESSO DE TRABALHO DA POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL DO RIO DE JANEIRO-----	8
Capítulo 6: BREVE DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO DAS POLÍCIAS CIVIL E MILITAR----	6
Capítulo 7: SELEÇÃO E RECRUTAMENTO, FORMAÇÃO E CARREIRA-----	9
Capítulo 8: SOBRE CONDIÇÕES MATERIAIS, TÉCNICAS E AMBIENTAIS DE TRABALHO-----	10
Capítulo 9: JORNADA DE TRABALHO-----	112
Capítulo 10: INTERAÇÃO ENTRE PARES E RELAÇÕES HIERÁRQUICAS-----	118
Capítulo 11:IMAGENS POLICIAIS-----	125
PARTE III	
Capítulo 12: CONDIÇÕES DE SAÚDE FÍSICA, MENTAL E QUALIDADE DE VIDA-----	135
Capítulo 13: PROBLEMAS DE SAÚDE FÍSICA-----	139
Capítulo 14: ESTRESSE E SOFRIMENTO MENTAL-----	149
Capítulo 15: SOBRE CONSUMO DE ÁLCOOL E DE OUTRAS SUBSTÂNCIAS TÓXICAS-----	18
Capítulo 16: PREVENÇÃO, CUIDADOS E ATENÇÃO À SAÚDE-----	18
Capítulo 17: SAÚDE COMO QUALIDADE DE VIDA-----	19
PRATE IV	
Capítulo 18: RISCO COMO PROFISSÃO E VITIMIZAÇÃO-----	19
Capítulo 19: CONFRONTO À CRIMINALIDADE E VITIMIZAÇÃO DOS POLICIAIS MILITARES E CIVIS--	216
CONCLUSÕES -----	231
BIBLIOGRAFIA	
ANEXOS	

PARTE I

Capítulo 1

APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

Neste trabalho apresentamos um estudo comparativo entre a Polícia Civil e a Polícia Militar do Estado do RJ quanto à concepção e à administração individual e coletiva dos riscos profissionais, de segurança pessoal e de saúde ocupacional.

Seus principais objetivos foram (a) produzir informações estratégicas; (b) capazes de subsidiar ações dos profissionais, da Corporação e de seus gestores, (c) visando à adequação das Corporações às necessidades atuais da segurança pública.

Durante os anos de 2001 a 2003, a equipe do Claves/Fiocruz (Centro Latino Americano de Estudos sobre Violência e Saúde) realizou um detalhado estudo sobre a Polícia Civil do Rio de Janeiro, cujos resultados se encontram no livro, *Missão Investigar: entre o ideal e a realidade de ser policial*, editado e lançado pela Editora Garamond, RJ e coordenado por Minayo, MCS & Souza, ER (2003). Nessa pesquisa o grupo evidenciou a necessidade de atenção às condições de trabalho (em seu sentido mais amplo) e de saúde, e também o fato de que os problemas gerados no exercício da profissão prejudicam a performance individual e coletiva dos policiais civis. A investigação de orientação estratégica¹ buscou compreender os Policiais Civis, dentro de sua especificidade no mercado de trabalho (o setor público de serviços), tendo como relevância, a importância da atividade que exercem para a segurança dos cidadãos na sociedade fluminense, como ocorre a partir da modernidade, em todas as sociedades ocidentais.

¹ Entende-se aqui por investigação estratégica, a que, de acordo com Bulmer (1986) e Minayo (2000) está voltada para iluminar aspectos da realidade passíveis de intervenção social ou governamental.

Julgamos importante realizar o mesmo estudo com os policiais militares do Estado do Rio de Janeiro. Por isso, apresentamos o presente estudo que constou de extensa pesquisa de campo a partir de instrumentos de investigação quantitativa e qualitativa utilizados na pesquisa da Polícia Civil, adaptados às peculiaridades e especificidades da PM. Os mesmos temas foram abordados para as duas corporações. No entanto, dada a escassez de tempo (seis meses apenas, dos quais passaram-se dois na tentativa de permissão para entrada na Polícia Militar)² este relatório se deterá com mais profundidade no tópico análise de risco profissional de forma comparativa entre as duas Corporações.

A hipótese que orientou essa análise comparativa é de que iríamos encontrar uma situação mais exacerbada de riscos pessoais e coletivos no exercício profissional desses últimos, tendo em vista a sua exposição ostensiva no processo de trabalho de segurança pública. O “*Missão Investigar*” ofereceu a base para a presente proposta de estudo que oferece duas etapas: (1) uma análise de magnitude e de compreensão da situação dos Policiais Militares do Rio de Janeiro, quanto ao tema em pauta, nos mesmos moldes em que foi feita a pesquisa com os Policiais Civis; (2) um exercício comparativo que teve como parâmetros, os mesmos temas tratados em ambas as Corporações.

Os conceitos centrais desta pesquisa são risco, segurança, trabalho e saúde e qualidade de vida. Os dois primeiros dizem respeito à condição intrínseca à profissão de policial. A instituição policial se destaca na sociedade brasileira, pelo seu papel estabelecido no art. 144 do Capítulo III da Constituição Federal que trata da Segurança Pública. A polícia civil tem uma função judiciária (§ 4º. art.144) e à polícia militar cabe o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública

² Antes da equipe apresentar o projeto ao Edital SENASP/ANPOCS sua coordenadora buscou um entendimento com a Polícia Militar para a realização da pesquisa, na casualidade da proposta ser aprovada. Tudo ficou acertado, tendo o Comandante manifestado seu desejo de realizar um trabalho conjunto e se proposto a dar todo o apoio necessário. Uma vez tendo sido contemplada na avaliação do edital, a coordenadora buscou entendimentos com um novo Comandante que havia substituído o primeiro. Tudo foi outra vez negociado sem problemas. No entanto, a delonga no cronograma por mais de um ano em relação ao que havia sido previsto no edital levou a que os trâmites institucionais e burocráticos tardassem dois meses do tempo corrido de seis meses previstos para a realização da pesquisa o que, com certeza, teve impacto no nível de aprofundamento dos dados recolhidos na trabalho de campo.

(§ 5º, art.144), ambas em nível estadual. Historicamente, as corporações policiais fazem parte do Estado Moderno que toma para si o monopólio da violência como referem Foucault (1989), Santos (1997), dentre outros. Podemos dizer que em todas as duas corporações subsiste um “mito de origem” comum que se caracteriza pela missão de preservação da ordem pública, como um dos pilares da defesa da sociedade.

Autores como o próprio Santos (1997), Bretas (1997) e Kahn (1997) analisam as similitudes dos vários tipos de polícia no mundo e especificam seu papel nos países periféricos. Mostram que nos últimos, os policiais tendem a exceder a seu poder, a agir com truculência, a privilegiar as classes dominantes, acrescentando, à sua missão constitucional, uma terceira dimensão de ordem axial e atitudinal que as tornam autoras de várias formas de violência ilegítima, sobretudo contra os pobres e o povo em geral. Lima & Lima em *A História da Polícia do Rio de Janeiro* (1942) e *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX* de Thomas Holloway (1997) aprofundam o tipo de caracterização citada, analisando a conformação estrutural da Polícia no Estado.

Pretendemos mostrar que, a combinação de vários ingredientes das respectivas culturas corporativas com as especificidades da sociedade “pós-moderna”³, inclusive dentro de uma visão de “sociedade de risco” (GIDDENS, 2002) torna a visão de segurança pessoal muito mais problemática para todos, preferencialmente para os policiais. Resumimos a seguir, os conceitos referenciais desta pesquisa.

(1) Trabalho, condições de trabalho e processo de trabalho – Trabalho é uma categoria estruturante, tanto das condições de saúde como das condições de existência e de risco. Refere-se à mediação da atividade humana na construção das tecnologias e da vida social. Enquanto constrói e reconstrói o mundo, o ser humano constrói e reconstrói a si mesmo.

³ Não entrarei aqui, no mérito da terminologia “pós-moderna” que aqui uso no sentido de mencionar as mudanças que vêm ocorrendo com as formas de violência social no mundo atual (Wieviorka, 1997).

Condições de trabalho é um conceito que se refere à situação que precede à atividade dos sujeitos e a limita e como uma resultante dos processos sobre os quais os trabalhadores interferem, em sua dinâmica de intersubjetivação. Os elementos que compõem esse último conceito, central para a análise referenciada no trabalho, são: (a) a atividade prescrita e adequada; (b) o objeto e a matéria sobre os quais o trabalhador opera; (c) os meios e os instrumentos que lhe servem de mediação; (d) as relações que ocorrem no coletivo de trabalhadores e com as hierarquias e (e) o mundo simbólico que aí é gerado, envolvendo as relações e a atividade técnica e se introduzindo na produção. (Brighton Labour Group, 1991; Minayo-Gomez & Thedim-Costa, 1997; Minayo & Souza, 2003).

Do ponto de vista dos riscos e da segurança, entendemos que, se processo de trabalho constitui um *locus* privilegiado da realização humana, ele também produz (em escala específica referida às condições em que é exercido) desgaste físico e mental.

(2) Condições de Saúde - O segundo macro-conceito estruturante é condições de saúde. No caso concreto, entende-se que existe estreita relação entre as atividades exercidas pelos policiais e o nível de bem estar e de problemas sanitários que apresentam, no campo físico e mental. Na vinculação entre processo de trabalho e saúde, várias e imbricadas dimensões devem ser contempladas a partir de conceitos-mediadores (Minayo-Gomez & Thedim-Costa, 1997). Alguns dos mais importantes são: (a) aspectos sócio-históricos que se atualizam na cultura organizacional; exigências requeridas (requerimentos) pela natureza da atividade; (b) riscos presentes nas atividades em questão; (c) maior ou menor vulnerabilidade de determinados grupos que exercem tarefas específicas; (d) penosidade do trabalho; (e) desgaste psicossocial; (e) perda de capacidade corporal e psíquica (Déjours; Abdoucheli, 1994).

(3) Risco e Percepção de Risco – Etimologicamente, a palavra risco deriva do vocábulo “riscare”, e tem a idéia associada a ousar. No sentido sociológico, risco significa uma opção e não um destino (BERNSTEIN, 1997). No caso, as duas Corporações Policiais podem ser configuradas como organizações em que o risco

faz parte da escolha profissional e desempenha um papel inerente às condições de trabalho, ambientais e relacionais. Os profissionais que as compõem têm consciência disso. Seus corpos estão permanentemente expostos e seus espíritos não descansam. Eles vivem o que Giddens (2002, p.37) denomina “*risco de alta consequência*”.

No campo da saúde o conceito de risco é central. A epidemiologia o define como a probabilidade, frente a condições específicas, de uma pessoa sofrer agravos ou adquirir determinada enfermidade. Do ponto de vista dos Policiais Militares e Civis, seu “risco epidemiológico” se caracteriza principalmente nos confrontos armados, nos quais se expõem e podem perder a vida. A probabilidade que têm de sofrerem graves lesões, traumas e mortes encontra respaldo nas altas taxas de óbito por violência de que são vítimas, dentro e fora de seu ambiente de trabalho, taxas essas cerca de 10 vezes mais elevadas, no Rio de Janeiro, do que as da população em geral, como mostram o estudo de Muniz e colaboradores (1998) e do que foi organizado por Minayo & Souza (2003).

O sentido de risco, adequado para descrever a situação intrínseca à profissão de policial, combina a visão epidemiológica e a visão sociológica e antropológica. A primeira lhe dá parâmetros quanto à magnitude dos perigos, os tempos e os locais de maior ocorrência das fatalidades. A segunda, responde pela capacidade e até pela escolha profissional do afrontamento e da ousadia.

Nesta pesquisa analisamos o risco real e a percepção de risco, ou seja, perguntamos como se configura este fenômeno, ao mesmo tempo, subjetivo e objetivo vivido no exercício da profissão, dentro e fora do ambiente de trabalho. A ampliação do foco para o âmbito exterior, no caso da noção de risco, se deve ao fato de que, por ser elemento intrínseco da profissão, tanto as situações envolvidas, como as representações que cria, impregnam, não apenas o ambiente de trabalho, mas a pessoa que assume a identidade e incorpora a instituição.

Por fim, problematizamos o conceito de segurança em dois sentidos: pública e pessoal. Segurança Pública, segundo Silva (1998) constitui a garantia que o

Estado oferece aos cidadãos, por meio de organizações próprias, contra todo o perigo que possa afetar a ordem pública, em prejuízo da vida, da liberdade ou dos direitos de propriedade dos cidadãos: é a essência da missão dos policiais e deriva do campo jurídico. Segurança pessoal deriva do mundo do trabalho e têm um sentido normativo e filosófico. No primeiro caso, representa a sistematização de normas destinadas a prevenir acidentes, quer eliminando condições inseguras do trabalho, quer prevenindo desastres ocupacionais. Cuidando da segurança pública, os policiais são, também, servidores públicos protegidos pela Constituição que lhes assegura o direito à integridade física e mental, no exercício do trabalho.

Do ponto de vista filosófico, o conceito de segurança se vincula às expectativas do cidadão moderno e faz um contraponto dialético com a noção de risco: evidencia o avanço da consciência de cidadania e de bem-estar atingido pela humanidade em seu estágio atual. Exigência cada vez maior de segurança pessoal traz também, simultaneamente, um sentimento também cada vez maior de insegurança.

Os seguintes pontos relevantes encontrados na pesquisa com a Polícia Civil balizaram a comparação: do ponto de vista gerencial, a falta de perspectiva global do processo de trabalho, o que conduz a uma atitude imediatista, reativa, e excessivamente focada nos aspectos operativos, provocando grande sofrimento mental aos policiais; fechamento à avaliação externa.

Do ponto de vista do trabalho: excessiva rotatividade dos policiais nos seus postos, o que dificulta a responsabilização; falta de instâncias coletivas de reflexão e avaliação do trabalho; baixa produtividade associada ao imediatismo, condições materiais muito precárias de trabalho, cargas horárias excessivas, número insuficiente de policiais, salários inadequados ao risco e à importância da missão, levando mais da metade da corporação a ter uma dupla vinculação de ocupação.

O texto que ora apresentamos contém partes e capítulos. Inicialmente, fazemos uma introdução histórica que situa a Polícia Militar e a Polícia Civil do Rio de Janeiro desde sua origem, suas transformações, sua inserção no cenário internacional e sua configuração atual. A seguir, apresentamos a metodologia de

produção da pesquisa, dentro de uma abordagem por triangulação de método quantitativo e qualitativo. Os capítulos que contêm os resultados do trabalho de campo são os que tratam do perfil dos policiais; de suas condições de trabalho, de saúde e de qualidade de vida. Há uma abordagem especial sobre o conceito e a realidade de riscos vivenciados pelas Corporações. Ao final, fazemos uma conclusão com recomendações estratégicas.

Advertimos aos nossos financiadores que por razões de termos conseguido permissão para iniciar o trabalho de campo com dois meses de atraso em relação ao tempo estipulado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, acabamos por contar apenas com quatro (04) meses para todo o processo de coleta de dados, processamento e análise. Temos a certeza de que isso influencia negativamente na apresentação dos resultados, pois não tivemos condições objetivas de aprofundar a reflexão.

Capítulo 2

CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DE UMA CATEGORIA SOCIAL

Pesquisar as corporações policiais é entrar no universo do que se convencionou denominar **segurança pública**, conceito que em muito ultrapassa o objetivo desta investigação, ao qual nos referiremos apenas brevemente. Por segurança pública, segundo Silva (1998), entendemos a garantia que o Estado oferece aos cidadãos, por meio de organizações próprias, contra todo o mal e todo o perigo que possa afetar a ordem pública, em prejuízo da vida, da liberdade ou dos direitos de propriedade dos cidadãos. Diz o clássico jurista que, *“a segurança pública limita as liberdades individuais, estabelecendo que a liberdade de cada cidadão, mesmo em fazer aquilo que a lei não lhe veda, não pode ir além da liberdade assegurada aos demais”* (1998:740). Silva ainda comenta que garanti-la é dever do estado e tê-la assegurada é direito dos cidadãos, pois ela se exerce para a incolumidade das pessoas e do patrimônio. São seus órgãos historicamente constituídos, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária, a Polícia Ferroviária, a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros.

Em sentido estrito, o termo *polícia designa o conjunto de instituições fundadas pelo Estado, para que, segundo prescrições legais e regulamentares estabelecidas, exerçam vigilância e mantenham a ordem pública, a moralidade, a saúde pública e se assegure o bem estar coletivo* (Silva, 1998:616).

As definições exaradas acima se encontram no âmbito do direito positivo. Mas precisamos ir mais além na busca de compreensão dos conceitos, pois todos eles são historicamente construídos: fazem parte da cultura, da ideologia e dos modos de dominação. Por isso seguiremos aqui, pelo menos sumariamente, as origens da organização policial e sua inserção no exercício da governabilidade. E focalizaremos o caso brasileiro.

A formação do Estado Moderno realizou-se pela produção de uma forma de poder que combinou tecnologias específicas de controle sobre os indivíduos e à coletividade, por meio de dois dispositivos de poder-saber: a *Razão do Estado* e a *Polícia* (Foucault, 1989). Ao mesmo tempo, e a partir do Estado foi formulada uma categoria empírica e social a *população*, concebida como o conjunto de pessoas que vivem em determinado território, objeto de intervenção do poder do Estado, mediante leis, campanhas e políticas públicas. *Governabilidade* seria a resultante da articulação das tecnologias de poder no processo de construção histórica dos dois dispositivos requeridos já mencionados, para o controle e a preservação da incolumidade da população.

A *Razão de Estado* se organizou como uma espécie de arte, uma tecnologia exercida por meio de certas regras de racionalidade, passando a concentrar o capital da força física e dos instrumentos de coerção, o capital econômico e o capital simbólico. Esse capital simbólico constitui-se, sobretudo, do reconhecimento da população que espera, em troca, a defesa de seu bem-estar e sua própria proteção.

A *Polícia*, da forma como foi configurada em suas origens, *compreendia então a justiça, as finanças e o exército* (Santos, 1997:158). *O homem vivo, ativo e produtivo é cuidado pela polícia; a polícia permite aos homens sobreviver, viver e melhorar*, assinala Berges (1988:324) recompondo a história da primeira conformação desse ente público. Assim a Polícia emergiu ligada à expansão do poder do Estado, desde os finais do século XVII e, sobretudo, no século XVIII, nos principais Estados europeus, sob a égide do Absolutismo. Um exemplo dessa expectativa inicial sobre a instituição é o Ato de Nascimento da Polícia, assinado por Luiz XIV, em 1667: *garantir a segurança da cidade, lutar contra a delinquência e a criminalidade, proteger a população contra os acidentes e as epidemias e cuidar da subsistência da cidade*. (in Santos, 1997:158). Após a Revolução Francesa, o código do Brumário reafirmava o que historicamente fora estabelecido, ou seja, *a polícia é instituída para manter a ordem pública, a liberdade, a propriedade, a segurança individual*.

Analisando a organização policial, Santos (1997) discorre sobre a sua implantação nos nascentes Estados-Nações europeus do século XVII e XVIII, mostrando as nuances que cada um deles imprimiu à sua corporação, como por exemplo, o viés mais comunitário da polícia inglesa e o sentido mais estatal da polícia francesa.

A polícia francesa nasceu com uma vocação totalitária, consistindo nos olhos, nos ouvidos e nos braços do Rei que, então, buscava a hegemonia de Paris sobre todo o território nacional. Suas tarefas se confundiam com a extensão do próprio estado integrando inclusive, atividades próprias das Forças Armadas, pois com elas, a polícia dividia a defesa do território nacional. Suas atribuições incluíam o serviço secreto e de contra-espionagem, a vigilância de fronteiras, a ordem política, a defesa interna e territorial, a investigação, a guarda ostensiva, o papel judiciário e a vigilância sobre os costumes. Seu comando emanava da autoridade central do Estado.

Em contraposição, a polícia inglesa se organizou a partir da crítica à tirania da polícia francesa. Como fruto de intensos debates no Parlamento sobre o papel de um ente encarregado da ordem pública que respeitasse os direitos civis e individuais, a sociedade optou pela criação de uma polícia desarmada voltada para servir e proteger os cidadãos, orientada para atender às suas demandas, buscando manter a ordem pública, o cumprimento das leis e a paz nas cidades (Skolnick & Fyfe, 1993).

Podemos sintetizar a partir dos dados históricos sobre o nascimento das várias polícias européias, que, no “mito de origem” de todas elas, está seu papel de defesa da ordem social vigente sendo, portanto, um dos pilares da formação da sociedade capitalista, sob dois aspectos, o exercício legítimo da força física e a produção de consenso. No primeiro caso, a ênfase está na coerção e no controle, e no segundo, no exercício de funções de proteção.

Os estudiosos dizem que a polícia brasileira foi concebida tendo como inspiração, as instituições francesas e inglesas, com a característica de estar situada numa sociedade subdesenvolvida. Vários autores, entre eles, Bretas (1997a); Santos

(1997); e Kahn (1997) analisam a estrutura originária da instituição policial nas sociedades periféricas como o Brasil. Seus estudos mostram que, nelas, a história de sua implantação mantém o mito originário, porém, nessas formações foi acrescentada uma terceira dimensão de ordem atitudinal e axial: *a inserção da violência no cerne do espaço social no qual se situa a organização policial (...) além do exercício da violência física legítima e de ações visando à sedimentação de um consenso social, nele está contida a virtualidade da violência física ilegítima, enquanto prática social que implica a possibilidade do excesso do poder.* (Santos, 1997:162).

A reflexão necessária sobre a especificidade desse ente público nos países subdesenvolvidos, parte do fato de que a polícia em sociedades como a nossa está profundamente marcada pela própria violência estrutural das extremas desigualdades sociais. Às forças de segurança pública, em tais formações históricas, cabe, explícita ou implicitamente manter as condições de produção e reprodução das desigualdades e privilégios e da dominação política e econômica. “A violência é fundadora de uma sociedade dividida” diz Santos, (1997:163), pensamento ao qual acrescentamos o raciocínio dialético de que a sociedade dividida também é berço da violência. Pois nela se inserem formas de dominação de vários tipos, como de classes, de gênero, de etnia, de categoria social, refletindo as fraturas da legitimidade social do Estado. Se é verdade que não se pode explicar a violência social e a praticada pela polícia apenas por determinações econômicas e políticas, essas determinações permanecem, no entanto, como patamares em que o desemprego, a miséria e a exclusão social interagem concomitantes com a persistência ou o incremento da criminalidade.

As práticas de tortura exercidas pelos diferentes agentes policiais, tanto no caso dos presos políticos no Estado Novo ou no Regime Militar de 1964; como no caso dos presos comuns, em sua maioria pobres, desqualificados profissionalmente e com baixa escolaridade; e ainda nas situações de perseguição, crueldade e extermínio e execuções sumárias, efetuados por policiais em serviço, fora de seus expedientes, por grupos paramilitares, justiceiros e esquadrões da morte, todas

essas situações entranhadas na cultura são uma faceta desse poder coercitivo, em si mesmo, produtor de uma mentalidade discriminatória e repressora. As práticas violentas, comenta Santos (1997), apresentam uma racionalidade específica que envolve o arbítrio, na medida em que o seu desencadear produz efeitos incontrolláveis e imprevisíveis.

Num estudo específico sobre a produção da violência policial, Amador (1999) amplia as idéias colocadas por Santos e explicitadas no parágrafo acima. Essa autora defende e revela com indicadores qualitativos que essa violência é um fenômeno que articula os impactos da cultura institucional e organizacional do trabalho com a construção da subjetividade e da saúde mental dos policiais. Daí que encaminha sua pesquisa para a compreensão de como o trabalho exercido por esses profissionais afeta sua saúde mental e cria os processos subjacentes às ações agressivas e violentas.

As idéias desenvolvidas acima dão conta de uma conformação estrutural das forças denominadas de segurança. Existem, no entanto, muito poucos trabalhos históricos sobre a Polícia no Brasil. Um deles considerado clássico é *A História da Polícia no Rio de Janeiro*, de Mello Barreto Lima & Hermeto Lima, publicado em 1939. Apenas nos últimos anos, pela relevância empírica dessa categoria profissional imprescindível ao Estado, sociólogos, antropólogos e historiadores começaram a aprofundar seu significado na democracia brasileira. Um dos estudiosos, o advogado criminalista Virgílio Donnici (1990) mostra que a organização policial no Império foi deplorável e esteve sempre, segundo suas palavras, dominada pelo poder de um judiciário *politiqueiro e corrupto* e pelos políticos. O federalismo de 1891 atribuiu à esfera estadual as questões policiais e cada um dos Estados organizou seus aparatos próprios, tendo como modelo as estruturas formais clássicas, mas habitualmente usando a organização policial como instrumento político.

Pelas Constituições de 1934, 1937 e 1946, Polícias Militares ficaram incumbidas da segurança interna e da manutenção da ordem nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal, sendo consideradas forças auxiliares do Exército. Donnici

(1990:59) comenta que *em todos esses anos as Polícias Militares estiveram sempre ao lado e a serviço dos donos do poder*. Foi, porém, a partir de Getúlio Vargas, na década de 30, que as forças de segurança pública começaram a amargar o descrédito do povo, pois jamais se preocuparam em estabelecer um plano de prevenção ao crime. Pelo contrário, criaram uma cultura corporativa de violência contra a população, matando impunemente, desrespeitando os direitos e garantias individuais, construindo *superbandidos e admitindo superpolíciais*. Por isso o referido autor conclui: *Hoje estou absolutamente convencido de que a polícia no Brasil é totalmente opressora, defensora dos ricos, deixando o povo como oprimido. Essa minha afirmativa não é uma ideologia de esquerda, mas a convicção de mais de 40 anos de advocacia criminal e de estudioso de todas as polícias do mundo*. (1990:60). A truculência como cultura, segundo o autor, está na raiz da hostilidade que o povo brasileiro sente por sua polícia, na qual raramente confia. Frente a seus representantes a população responde com medo, arrogância, ou crescente cinismo.

O regime ditatorial de 1964 aprofundou a cisão entre a população e a polícia. Mas também abriu um enorme fosso entre a Polícia Militar e a Polícia Civil, pois o Decreto-Lei no. 667 de 2 de julho de 1969 deu ao Exército o controle e a coordenação das polícias militares. Em oposição a essas, cujo papel é a guarda ostensiva da ordem interna e ser reserva do Exército Nacional, a corporação civil foi criada como uma autoridade designada pelo governo a fim de que se cumprissem as prescrições estabelecidas para a manutenção da ordem. A essa autoridade coube um duplo papel: prevenir os desmandos e também reprimir, por meio de sanções legais. Quando averigua os fatos delituosos e as contravenções ocorridas, os policiais civis são a primeira instância da função judiciária. Recebem e registram denúncias, recolhem provas, descobrem autores, entregando o produto da investigação às autoridades judiciárias a fim de que se cumpra a lei.

Passado o período histórico de ditadura militar, as instituições policiais pouco evoluíram no sentido da democratização. A formação para a proteção e o respeito aos cidadãos tornou-se uma forte reivindicação da sociedade sobre a sua práxis,

assim como a definição de seu lugar numa sociedade plural e em busca de defesa dos direitos humanos. A constituição de 1988 explicitou o papel de investigação judicial para a polícia civil e de policiamento ostensivo e manutenção da ordem para a polícia militar e as constituições estaduais o reafirmaram. Mas vários problemas continuaram a persistir. Primeiro porque uma cultura autoritária não se muda de um dia para o outro; segundo, porque todas as instituições policiais e militares, historicamente, e em todo o mundo, são muito fechadas e, na prática, existe falta de clareza no desempenho das atribuições. E principalmente, a violência policial tem uma relação dialética com o que dela espera a sociedade autoritária e discriminadora. No exercício das atividades, se confundem concepções e tarefas que deveriam caber à polícia uniformizada, à polícia de investigação e ao ministério público. Comenta Cerqueira que (1992:12) *neste campo se misturam as ações da polícia ostensiva (local do crime), investigação (polícia civil) e denúncia (ministério público) e o julgamento e a sentença (justiça propriamente dita).*

Há, portanto, questões de ordem prática, política e também conceitual que fundamentam o *status quo*. Dentre as mais problemáticas situamos as referentes a disputas de âmbito corporativo. A Polícia Militar não aceita facilmente o poder decisório proveniente da Civil; por outro lado, faltam, freqüentemente, instrumentos práticos à Polícia Civil para atuar do ponto de vista da “inteligência” necessária à construção de inquéritos que eliminem a certeza que os criminosos alimentam sobre sua impunidade, respeitando, ao mesmo tempo, os preceitos da cidadania. Sua ação, freqüentemente se dá no sentido de militarização da segurança. Hoje o problema mais sentido e mencionado em inquéritos de opinião pública é o da *insegurança pública*, exatamente o oposto da função precípua que se atribui à polícia, esse suposto baluarte da manutenção do Estado e também da Democracia. A resultante da situação real e imaginária de crescimento da *insegurança* é o incremento das empresas de segurança privada ou particular, exercendo o monopólio privado da violência, sem adequado controle, quer por meio de legislação, quer pelas normas da administração pública.

Em resumo, as razões das dificuldades atuais enfrentadas tanto pela Polícia Civil como pela Polícia Militar são as mais variadas: sociais, organizativas, técnico-operacionais, culturais e políticas.

Os policiais, enquanto agentes que desempenham a função profissional de zelar pela segurança pública, são atores fundamentais tanto na produção da letalidade existente, assim como na reversão desses índices negativos e na constituição de uma nova institucionalidade. Por outro lado, uma resposta efetiva do comportamento das organizações policiais em relação à população passa, necessariamente, pela valorização desse agente de segurança, buscando dar atenção a seus problemas institucionais e pessoais e à melhoria de suas condições de trabalho.

Informações históricas

A evolução histórica da polícia do Rio de Janeiro, através de uma dialética de repressão e resistência, insere-se no quadro de uma transição mais geral do controle exercido tradicionalmente através de hierarquias privadas para o exercício moderno do poder através das instituições públicas (Holloway, 1997,15).

O policiamento do Rio de Janeiro na contemporaneidade ocorre por meio de uma Secretaria específica, denominada Secretaria de Estado de Segurança Pública. Seu formato tal como está desenhado hoje vem desde 1992. No entanto sua história é mais antiga e tem vários antecedentes.



Dos primórdios da história colonial até 1603 o país não manteve organização policial. No Rio de Janeiro, todo o poder - executivo, legislativo ou judiciário - estava reunido nas mãos dos governadores da Cidade, desde sua fundação em 1565. A primeira polícia aqui existente foi a Guarda Escocesa, trazida por Villegaignon, em 1555. E a primeira cadeia pública foi construída em 1567 no Morro do Castelo. A segunda foi edificada em 1639, no local onde hoje se ergue o Palácio Tiradentes.

O Conselho de Vereança, criado por Mem de Sá, foi quem editou as primeiras posturas referentes à atividade policial, estabelecendo severas penas para o vício de jogo. A fiscalização e a aferição de pesos e medidas, os preços dos comestíveis, o asseio da Cidade e o povoamento também foram objeto de normas governamentais. As diligências noturnas - com intuito de realizar prisões - foram atribuídas ao Alcaide Pequeno, que, quando necessário, se fazia acompanhar do tabelião, que dava fé.

Um tipo de entidade policial apareceu em 1626. Era um esboço de organização, nos moldes da dos Quadrilheiros existentes em Lisboa, com sua sede instalada no Campo de Santana. Seu efetivo era de 16 homens: um, para as diversões públicas; um, para veículos e embarcações a frete, exercendo também a função

de tesoureiro da organização; um encarregado de passaportes e fiscalização de estrangeiros e do expediente da repartição policial. Havia, ainda, um praticante; um alcaide; um escrivão e dez meirinhos. A organização se sustentava pelos impostos sobre as casas de pasto, fogos de artifício, tabernas abertas até depois da meia noite, lançamento de barcos e canoas, material de construção, passaportes, diversões públicas, taxas de carceragem e liberdade de presos, taxa sobre açoites em escravos (!), licença para construção de moradias e venda de capim.

O Terceiro Vice-Rei, o Marquês do Lavradio, alarmado com o incremento da criminalidade e com a decadência e descrédito da organização dos Quadrilheiros, criou e regulamentou o Corpo dos Guardas Vigilantes, bem como organizou uma Guarda Montada. Até a chegada de D. João VI ao Brasil, os vice-reis combinavam sob sua responsabilidade, funções administrativas e policiais, contando com a colaboração dos ouvidores gerais.

O policiamento regular no Estado, porém, só começou em 1808 e seu nascimento coincide com a transferência da família real portuguesa para o Brasil. A melhoria administrativa das patrulhas policiais a cargo de homens armados e uniformizados foi iniciada em 1831, sendo contemporânea de desenvolvimentos institucionais semelhantes na Europa Ocidental e anterior aos ocorridos nos Estados Unidos, (Holloway, 1997).

Pelo Alvará de 10 de maio de 1808, Dom João VI criou - com as mesmas atribuições que tinha em Portugal - o cargo de *Intendente Geral de Polícia da Corte*, inaugurando uma nova fase para a vida da cidade, e dando origem a grandes modificações no organismo policial que vigorava até então. Dom João VI tinha como objetivo organizar uma Polícia eficiente, visando a precaver-se contra espões e agitadores franceses. Mas não pretendia instituir, nessa ocasião, um mecanismo repressor de crimes comuns. Sua idéia era dispor de um Corpo Policial principalmente político, que amparasse a Corte, apresentasse informes sobre o comportamento do povo e o preservasse do contágio das idéias liberais

que a Revolução Francesa irradiava pelo mundo e às quais os nobres e os letrados da corte aderiam paulatinamente. Essa polícia, além de oferecer cobertura política a D. João VI, deu origem à estrutura básica da atividade policial no Brasil.

O Intendente Geral de Polícia da Corte do Brasil tinha *status* de ministro e jurisdição ampla e ilimitada, a ele submetendo-se, em matéria policial, questões criminais e cíveis. Enfeixava, em suas mãos, todos os órgãos policiais do Brasil, inclusive Ouvidores Gerais, Alcaides Maiores e Menores, Corregedores, Inquiridores, Meirinhos e Capitães de Estradas e Assaltos. Foi também sua tarefa, organizar a Guarda Real da Polícia da Corte. As atribuições da Intendência Geral passaram a cobrir as funções de justiça, de governo e de administração interna.

Foi criada, sob seu comando, uma força policial de tempo integral, organizada militarmente e com ampla autoridade para manter a ordem e perseguir os criminosos. O decreto real que criou a Intendência confirmou-lhe a outorga de autoridade judicial sobre delitos menores. Na prática, porém, o poder conferido ao Intendente permitiu-lhe, desde o início, um amplo campo de ação no controle da população, quase sempre exercido, dependendo da personalidade dessa autoridade, com maior ou menor grau de arbitrariedade nas decisões, sobretudo contra escravos e pobres livres.

As instituições policiais modernas da Europa Ocidental surgiram durante a transição do século XVIII para o século XIX, coincidindo com a difusão das idéias liberais (CRITCHLEY, 1992; HARRING & MCMULLIN, 1992; HOLLOWAY, 1997) e com a construção do espaço público e as mudanças nele decorridas: a vida nas cidades, o fluxo demográfico, as moradias próximas às indústrias e locais de trabalho. O conceito fundamental de sua constituição é a idéia de *segurança pública* como um serviço essencial prestado pelo Estado, concernente à garantia de direitos e ao assentamento da autoridade. Como refere Muniz (1999) as perspectivas de solução de conflitos sociais por intermédio de uma instituição fundada em princípios da legalidade e do consentimento social representaram o

desafio de construção do estado de direito. E, segundo Foucault (1996) é daí que se aprofunda a idéia de uma sociedade disciplinada. A polícia, resume Muniz, tem como estado da arte, ser *“um meio de força comedida que, no curso dos eventos, busca dar conta de um dilema posto pela tradição liberal: mediar a tensão entre o que está na lei e se encontra no mundo e o que se encontra no mundo e não está na lei”* (1999, 36).

A criação da polícia moderna, além de representar a institucionalização do direito legítimo da violência nas mãos do Estado, está associada à construção do espaço público e das transformações na vida das cidades, à construção de espaços comuns e coletivos e ao aumento da circulação de pessoas nas ruas, nos locais de trabalho e de diversão. A presença da polícia visava à manutenção da ordem e à reclusão dos “indesejados”. Foucault (1996) comenta em sua análise das instituições, que a prisão moderna foi sendo transformada na própria metáfora da condição humana moderna, ao mesmo tempo em que nos séculos XVIII e XIX foi se realizando, na Europa e em todo o seu círculo de influência cultural, um processo de introjeção e de autocontrole por inculcação dos valores da ordem e dos comportamentos requeridos para um novo momento civilizatório. Instituído a polícia enquanto parte de sua essência, os Estados chamaram para si e retiraram dos soberanos absolutistas, a tarefa de proteger a propriedade e de regular o comportamento público.

Qual a importância de analisarmos a polícia do Rio de Janeiro? Primordialmente porque é dela que nasce a instituição policial no Brasil. Sendo o Rio de Janeiro à época da constituição da polícia, a capital do país, estudar esse núcleo fundante em seu berço de origem, ajuda a compreender os fundamentos da elaboração da independência política, da formação do Estado e da construção da Nação brasileira. Primeiramente no Rio de Janeiro e depois, nas capitais das principais províncias, a força policial brasileira correspondeu à passagem de uma forma de organização colonial para uma burocracia de estado, com instruções padronizadas para o exercício de seu poder de manutenção da ordem.

A análise da origem de uma entidade tão importante como a polícia, também propicia uma compreensão da história das relações entre o indivíduo, a sociedade e o Estado que foi se forjando no Brasil, para estabelecer as normas da legalidade, da ordem e da moral. Pois a nomeação do inaceitável, do perigoso e do lesivo é muito mais o resultado de uma construção social que se faz no calor das fricções ideológicas e do exercício do poder historicamente construído do que a instituição normativa de valores abstratos e eternos. Assim, a história da polícia do Rio de Janeiro, compreendida em suas peculiaridades, constitui parte da identidade e da conformação do próprio Estado Nacional na sua forma de interpretar e viver a modernidade, a legalidade e os direitos humanos e de cidadania.

A peculiaridade da força Policial brasileira foi seu nascimento no século XIX, em plena efervescência das idéias liberais, mas ocorrida no seio de uma sociedade escravocrata, extremamente hierárquica e elitista, ao contrário das configurações da sociedade industrial moderna que havia se organizado na Europa. A Polícia do Rio de Janeiro sempre olhou a sociedade com desconfiança ou como inimiga que deveria confrontar na manutenção da ordem. Sua organização se realizou pela imposição burocrática de controle aparentemente moderno, numa sociedade sem as bases essenciais do projeto liberal. É o caso, por exemplo, do instituto da igualdade perante a lei que sempre ficou na letra da lei, de tal forma que, ao lado da busca de modernização, ao tirar o monopólio da violência da mão dos soberanos portugueses, a polícia ao mesmo tempo se estruturou como uma força repressora do povo.

Holloway ressalta que tanto a Polícia como o Estado Brasileiro atravessaram o período colonial, passando por um processo “*hesitante e incompleto de modernização*” (1997,22) diz.

“o calor desprendido da fricção entre repressão e resistência nas ruas, becos e praças do Rio (à época, Capital do Brasil) foi o catalisador da formação de instituições e procedimentos que aplicaram um verniz de modernidade a atitudes e relações tradicionais, protegendo-as e fortalecendo-as”.

Na verdade, a instituição policial sempre viveu na ambigüidade de ser defensora implacável das camadas privilegiadas encasteladas no poder e de ser instituidora da ordem e da tranqüilidade pública. As forças e as energias do sistema policial foram empregadas, ao longo da história, na repressão dos escravos e dos pobres livres, de forma a enfatizar a condenação de comportamentos de vadiagem, de mendicância, de desobediência ao toque de recolher, de desacato à autoridade, de insultos em geral e de embriaguez em espaço público. Citado por Holloway, dizia o comerciante inglês Luccock que viveu no Rio de 1807 a 1818:

“as leis eram tão imperfeitas ou tão impropriamente executadas que parece que os brancos aos poucos se haviam convencido de que estavam acima delas. Poucos dessa categoria foram presos por crimes, à exceção daqueles cometidos contra o Estado” (1997,51).

Esse mesmo autor, num levantamento de dados dos criminosos “julgados”, afirma que 80% deles eram escravos, 19% ex-escravos e apenas 1% era composto de indivíduos “livres”. Como no início do século XIX o Intendente da polícia era também o encarregado das obras públicas, os presos pobres e escravos compunham o fluxo de mão-de-obra empregada na abertura de ruas e estradas no Rio de Janeiro.

Lembrando que o estabelecimento dos códigos de ordem é um ato de poder e de expressão de interesses das classes dominantes, a coerção policial nunca foi apenas uma ameaça: tornou-se uma imposição de valores, determinada pelos que

faziam e fazem as leis e estabelecem que comportamentos são aceitáveis ou inaceitáveis.

Não estranhemos, portanto, que o surgimento e a atuação da Polícia no país sempre tenha sido objetos de resistência e de falta de consenso da sociedade brasileira. Da Matta (1982) em *Raízes da Violência no Brasil* (1982) e em outros trabalhos ressalta que até hoje no Brasil a violência do estado, representada pela instituição policial, é estrutural pois, o cidadão aqui está sistematicamente sujeito a leis impessoais e ao poder brutal da polícia que o discrimina, tornando-o um igual nivelado por baixo. Neste estudo o autor evidencia como a instituição policial tem garantido a continuidade das relações hierárquicas que tendem a impedir o desenvolvimento dos direitos humanos e sociais e a cidadania. Também Holloway (1997), como um observador externo, comenta que pelos motivos aludidos acima, até hoje, nenhum brasileiro, qualquer seja sua cor, posição ideológica ou formação escolar consideraria relevante o papel histórico da polícia e sua legitimidade social. Um oficial da PM, reconhecido pelo seu envolvimento no Policiamento Comunitário também critica, reafirmando a atualidade do modelo clássico de análise do acontecimento delituoso que envolve uma visão de mundo discriminatória. É preciso ressaltar que as duas corporações possuem internamente seus próprios pensadores e críticos, sendo em contraposição à força hegemônica das formas tradicionais de ação, como é o caso desse Major da Polícia Militar:

Ainda no dia de hoje, em pleno século XXI, existe e persiste a lógica da reprodução de valores sociais e jurídicos, permeados pela obliqua visão analítica em considerar e tratar o crime com abordagens e estratégias que deslocam o fenômeno criminal de sua gênese e o coloca na pauta reativa dos embates formais entre o estado e os potenciais e eventuais infratores da Lei (Carballo, 2002,94).

Este policial, no entanto, relaciona a questão da discriminação com a encomenda que a sociedade faz à polícia:

nossas elites conferem, de forma consciente ou não, à instituição polícia e ao policial, o status profissional ou ocupacional derivado da noção de que a função da instituição policial é limpar a sociedade da escória humana que ameaça as condições objetivas e subjetivas de segurança (Carballo, 2002, 101).

E continua:

na realidade, os segmentos da sociedade civil organizada, formadora de opinião, assim como a própria instituição policial, na sua subserviência, ainda reproduz, de forma estigmatizada, o velho paradigma da sociedade escravocrata protagonizado pela figura do Capitão do Mato (Carballo, 2002, 101).

Se no início da origem o caráter autoritário das forças policiais estava bem definido, o Código Criminal de 1832 que especificava os princípios estabelecidos na Constituição de 1824 foi claramente influenciado pela ideologia liberal. Esse Código tornou-se a base legal da ação policial por quase 60 anos até ser substituído, em 1890, pelo Código Penal da República. Ambos substituíram o acúmulo arbitrário de leis e normas vigentes até então. Nenhum código, porém, foi capaz de modificar a cultura institucional presente no mito de origem que equilibra o poder da polícia entre a defesa da ordem e a defesa dos poderosos e de seus patrimônios contra os pobres e trabalhadores. Tal ambigüidade ou *ethos* corporativo atravessou a história da polícia brasileira como uma “marca de origem”.

Do ponto de vista organizacional as Corporações Policiais têm passado por muitas modificações ao longo da história. Um dos pontos cruciais debatidos ainda hoje é a sua integração, sendo que alguns cientistas, políticos e membros da corporação

chegam a mencionar que seria preciso investir na sua união. Analisando a missão de cada uma é difícil acreditar que os legisladores aceitassem a fusão de ambas numa apenas.

A criação da Secretaria de Estado de Segurança Pública constitui instrumento institucional que visa a coordenar os vários serviços, ações e propostas. Sua criação na atualidade data de 1992. Mas a primeira tentativa de integração vem desde o Governo de Carlos Lacerda que fez profundas alterações nas estruturas até então vigentes, organizando-as em Superintendências de Administração e Serviços - a de Polícia Judiciária; e a Executiva -. Nessa gestão, desapareceu da nova estrutura o cargo de Chefe de Polícia. As funções policiais civis passaram a ser exercidas pela Superintendência de Polícia Judiciária. As administrativas ficaram a cargo do Superintendente de Administração e Serviços. O policiamento ostensivo e o de trânsito integraram a competência do Superintendente-Executivo, ao qual estava, também vinculado o Departamento de Ordem Política e Social. Todos, porém, eram subordinados ao Secretário de Segurança Pública.

Em 1964, complementaram-se modificações anteriormente iniciadas, criando-se novas delegacias especializadas e extinguindo-se outras. A Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros e o Corpo Marítimo de Salvamento passaram a compor sua estrutura, como órgãos relativamente autônomos. Nessa época foi instituída a Força Policial que absorveu a Guarda Civil e a antiga Polícia de Vigilância (ex-Guarda Municipal). Como órgãos de assessoramento direto do Secretário de Segurança destacavam-se: o Gabinete do Secretário, a Inspetoria Geral da Secretaria de Segurança Pública, o Conselho Regional de Trânsito e a Escola de Polícia, essa última transformada, mais tarde, em Academia de Polícia.

Por ocasião da fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, ocorrida em 1975, iniciou-se uma reforma de base na Secretaria de Segurança Pública. Foram criados, como órgãos principais de atividade-fim, o Departamento Geral de Polícia Civil/DGPC e o Departamento Geral de Investigações Especiais/DGIE. Ao primeiro, subordinaram-se o Departamento de Polícia Metropolitana/DPM, o Departamento de Polícia Especializada/DPE e o Departamento de Polícia do

Interior/DPI, este, posteriormente, descentralizado em Coordenadorias de Segurança Pública. A Academia de Polícia e a Corregedoria passaram também, à tutela do Departamento Geral de Polícia Civil. Ao DGIE ficaram vinculados o Departamento de Polícia Política e Social/DPPS e o Departamento de Investigações Gerais/DIG. Nesse tempo, foi criado, ainda, o Departamento Geral de Defesa Civil.

Em 1977, foi dado prosseguimento às reformas que reestruturavam as carreiras policiais, em três categorias, restabelecendo-se o provimento por ascensão, mediante prova de habilitação e curso específico e criando novas categorias funcionais. Tal reforma tinha como objetivo proporcionar aos policiais melhores condições de trabalho, assegurando-lhe um sistema de promoções anuais, baseadas no mérito objetivamente aferido.

Informações históricas sobre a Polícia Militar

“Polícia Militar: nossa vida por sua segurança. Desde 1809”

O lema que se encontra na página web da Instituição, consagra a idéia de que a Polícia Militar do Rio de Janeiro está sempre presente por quase dois séculos, prevenindo o crime, mantendo a ordem e dando a vida pela sociedade fluminense. A missão da Polícia Militar contemporânea se encontra escrita no art. 144 do Capítulo III da Constituição Federal de 1988.

A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio através dos seguintes órgãos: (V) polícias militares e corpos de bombeiros militares.

§5: Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a manutenção da ordem pública.

§6: As polícias militares e os corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as

polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. (grifo nosso).

Nos incisos I a V, o artigo 144 da Constituição de 1988 assim estabelece as competências da Polícia Militar: *(a) preservação da ordem pública; e (b) preservação da incolumidade das pessoas e do patrimônio.* Essas competências devem ser exercidas com as seguintes características (inciso V): *(a) execução da polícia ostensiva; (b) caráter militar das ações vinculadas ao Exército Brasileiro e como Força Auxiliar; e (c) de forma subordinada aos governadores.*

Com base na Carta Magna Federal, a Constituição do Estado do Rio de Janeiro repete a missão e os encargos conferidos na legislação federal: *preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio.* São mantidos também seu caráter militar e sua subordinação ao governador. Os conceitos básicos de sua ação são a Ordem Pública e Policimento Ostensivo.

A Corporação considera como data de sua fundação, o dia 13 de maio de 1809. Na sua origem, seus oficiais eram nobres da corte e sua tropa, pessoas do povo que se inscreviam e eram treinadas para algumas responsabilidades:

- Segurança de obras públicas;
- segurança pessoal e coletiva;
- manutenção da ordem e vigilância da população;
- investigação de crimes;
- punição de criminosos.

A ordenação da Polícia Militar enquanto corporação independente se instituiu em 10 de outubro de 1831, sob os auspícios do Regente Diogo Antônio Feijó. Inicialmente seu nome era *Corpo de Guardas Municipais Permanentes* e seus membros, conhecidos à época como “*permanentes*”. Seu quartel general passou a ocupar e ocupa ainda hoje as dependências de um antigo mosteiro na atual Rua Evaristo da Veiga (antiga Rua dos Borbonos), próximo ao Passeio Público, o mais

antigo parque da cidade. A intenção do Regente era manter uma corporação profissional, bem selecionada e bem paga, a quem os cidadãos pudessem confiar a segurança de sua pessoa e de seus bens¹.

Em 1866, o Corpo de Guardas Permanentes passou a se chamar *Polícia da Corte* e em 1920, recebeu a designação formal de *Polícia Militar*. Na página web que descreve institucionalmente a Corporação está escrito que ela já passou por 12 denominações diferentes², nomes que acompanham a História do Brasil e do Estado do Rio de Janeiro.

O próprio Regente Feijó baixou as instruções para a configuração da Corporação que começou a funcionar em 29 de novembro de 1831, com a finalidade de substituir a Guarda Real de Polícia, tornando-se em 1841, instrumento de força nas mãos dos que controlavam o Estado. Dentre várias características à época de sua criação se observam: (1) sua submissão ao Ministro da Justiça e não ao Ministro da Guerra; (2) ter seus membros não conscritos ao exército e sim, recrutas que se alistavam voluntariamente e recebiam melhor remuneração e condições de vida que as tropas do exército; (3) não estarem, seus membros, sujeitos a castigos corporais, o que costumava acontecer à época, com os soldados do exército.

Foram estabelecidas como atribuições da Polícia Militar em 1831:

¹ A boa remuneração prevista por Feijó tinha por base de comparação o soldo pago pelo exército e pela Guarda Real. Holloway (1997,93) menciona que, enquanto um soldado da guarda real ganhava 2\$400 por mês, a Polícia Militar já pagava 18\$000 mensais um funcionário na escala inicial. Este soldo complementado com casa, comida nos quartéis, dava aos praças da PM, à época em que foi criada, uma renda mensal semelhante à dos assalariados livres como balconistas e artesãos. No entanto, a base de recrutamento do pessoal da PM foi o segmento pobre da população, desde a época do Império. E o “pagar bem” proposto pelo Regente Feijó esteve permanentemente balizado pelos salários recebidos pelos trabalhadores pouco qualificados.

² Denominações: (1) Divisão militar da Guarda Real de Polícia; (2) Corpo de Guardas Municipais permanentes; (3) Corpo Municipal permanente da Corte; (4) Corpo policial da Corte; (5) Corpo Militar de Polícia da Corte; (6) Corpo Militar de Polícia do Município Neutro; (7) Regimento Policial da Capital Federal; (8) Brigada Policial da Capital Federal; (9) Força Policial do Distrito Federal; (10) Brigada Policial do Distrito Federal; (11) Polícia Militar do Distrito Federal; (12) Polícia Militar do Estado da Guanabara; (13) Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

- patrulhar a cidade, circulando dia e noite: a infantaria atuaria no Centro e a cavalaria nos subúrbios;
- patrulhar individualmente, em duplas e, em áreas isoladas, em grupos maiores;
- prender a todos que estivessem cometendo crimes ou os que houvessem cometido crime recentemente, dando especial atenção aos ajuntamentos de pessoas; com permissão para revistar pessoas suspeitas;
- autorizar e se responsabilizar por eventos públicos, com poder de prender envolvidos em motins ou agitações.

Nas instruções baixadas por Feijó estava escrito que *“as patrulhas da Polícia Militar cumpririam com seu dever sem exceção de pessoa alguma, sendo com todos, prudentes, circunspetas, guardando aquela civilidade e respeito devidos aos direitos dos cidadãos”* (1997,94). A idéia do Regente, um liberal, era acabar com as brutalidades que vinham ocorrendo desde a criação da Polícia e sobretudo nos períodos de comando dos Intendentes Gerais, substituindo a arbitrariedade por procedimentos padronizados e respaldados na Constituição e no Código Criminal. O Código Criminal oferecia, assim, um arcabouço em que os limites do comportamento estavam sistematizados, especificados e enquadrados e Feijó esperava que a nova Polícia Militar se tornasse um instrumento de prevenção e de repressão de distúrbios e de manutenção da ordem social.

Logo depois de criada, a Polícia Militar se viu sobrecarregada de tarefas e com um efetivo muito aquém de suas necessidades. Além da rotina de montar guarda e patrulhar a cidade, realizando atividades preventivas e repressivas, muitas outras tarefas passaram a ser demandadas da instituição que, pelo fato de controlar a ordem social, nunca gozou de reputação invejável. Seu quadro, desde o início, foi formado preferencialmente por pessoas das camadas populares. A maioria dos estudiosos da formação social do país ressalta, desde o início, uma certa aversão dos brasileiros às atividades policiais e muitas dificuldades da Corporação para o recrutamento de pessoas das classes mais abastadas e com melhor formação

escolar, por causa do repúdio às funções típicas e também por causa dos baixos salários (Holloway, 1997).

A hostilidade contra a população, um dos alvos de transformação cultural do Regente Feijó através de procedimentos padronizados, se manifestou e reacendeu-se, mesmo depois da promulgação do novo Código, sobretudo sob formas de agressão por parte dos policiais contra as pessoas nas ruas. A tradição do uso de métodos de mutilação e de produção de dor continuava vigente na memória cultural trazida da Instituição da Intendência, devendo ser ultrapassados agora por métodos mais racionais e humanitários como o de privação de liberdade e aplicação de multas, à luz da lei (Holloway, 1997).

Em síntese, a partir de 1831, a Polícia Militar do Rio de Janeiro surgiu como uma força armada capaz de ser o esteio da manutenção da ordem e visava ser modelo para o resto do país. Passou por reformas menores e mudanças de nome em 1842, 1858, 1966 e 1889, mas manteve notável continuidade na sua composição e missão desde 1831. Constituiu-se desde o início, em sua organização interna e em seu regime disciplinar, como uma corporação militarizada. Foi criada como um instrumento de coerção da autoridade do Estado e em forma de resposta local, com recursos locais, às necessidades de uma sociedade escravocrata que se mantinha unida pela ameaça e pela realidade da dominação física da maioria pela minoria. E Feijó, seu fundador, representava o liberalismo que procurava eliminar o exercício do poder pelos monarcas absolutistas da era precedente.

Holloway (1997), em seu acompanhamento da história política da elite brasileira no século XIX, ressalta influências de ideólogos liberais como Tavares Bastos e José Tomás Nabuco de Araújo e as relações entre Dom Pedro I que outorgou a Constituição Liberal de 1824, o Padre Diogo Antônio Feijó que ajudou a fundar o Partido Liberal e o sistema policial do Rio de Janeiro.

Também estão no rol das figuras instituidoras, representantes conservadores da política nacional, como Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, que definiu com firmeza os caminhos a serem trilhados pela Polícia Militar. Há também uma relação ideológica entre ele, Eusébio de Queiroz, que teve papel semelhante na história da Polícia Civil e o visconde do Rio Branco que liderou a reforma judicial liberal aprovada pelo Parlamento em 1871. A partir da Independência e por todo o século XIX, esses liberais autoritários ou conservadores contribuíram para a modernização institucional das instituições do país, dentre as quais se inclui a organização da Corporação Policial Militar.

A Polícia Militar guarda em sua memória histórica os nomes de seus ícones. Seu patrono é Tiradentes, o herói nacional que ao mesmo tempo simboliza a rebelião, o amor à pátria e a capacidade de dar a vida por seus ideais. Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, foi seu comandante de 1832 a 1839 e deixou marcas indeléveis na Organização, conferindo-lhe identidade e tradição corporativa. Eusébio de Queiroz é respeitado por ter dirigido a instituição de 1839 a 1844, sendo com o Duque de Caxias, figura importante na configuração da identidade da Corporação. A Polícia Militar mantém e atualiza a memória de seus dirigentes importantes. Um deles, o Coronel Cerqueira, vítima de homicídio até hoje não desvendado e comandante da corporação por duas vezes, deve ser mencionado como o lado da identidade policial voltada para a garantia da cidadania. Lendo a lista de seus heróis se observa, no entanto, que todos fazem parte do círculo dos oficiais e nenhuma praça tem seu nome colocado nesse painel.

Na saga de seus feitos, a Polícia Militar do Rio de Janeiro apresenta contribuições em momentos históricos considerados cruciais para o país. Por exemplo, (1) em 1822, por ocasião do retorno de Dom João VI a Portugal iniciaram –se articulações para tornar o Brasil um país independente. A Guarda Real de Polícia, ao lado da princesa D. Leopoldina e o Ministro José Bonifácio de Andrade e Silva, manteve a ordem pública na cidade de forma coesa e fiel ao então príncipe D. Pedro. (2) Atuou no conflito contra o Paraguai quando o Brasil formou com

Uruguai e a Argentina a chamada Tríplice Aliança. O governo brasileiro criou os chamados "*Corpos de Voluntários da Pátria*" dos quais fizeram parte 510 oficiais e praças do Quartel dos Borbonos da Corte, Quartel General da Polícia Militar. Também (3) na Proclamação da República em 15 de novembro de 1889, o Corpo Militar da Polícia da Corte teve destacada participação no apoio ao Marechal Floriano Peixoto, considerado o catalisador dos anseios republicanos.

Contemporaneamente, a Polícia Militar vem contribuindo para missões de paz da ONU em vários países. Em 1993, em Angola; em 1994, na Guatemala; em 1995, outra vez em Angola; e no ano 2000, no Timor Leste.

Informações históricas sobre a Polícia Civil do Rio de Janeiro

A Constituição Federal promulgada em 5 de outubro de 1988, em seu artigo 144, estabeleceu a segurança pública como dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, e no seu âmbito, o §4º se refere especificamente à missão da polícia civil:

às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

O § 6º do artigo 144 da Constituição estabelece a subordinação das forças de segurança, dizendo que: "*as polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reservas do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis (grifo nosso), aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios*".

A Polícia Civil encontra-se na estrutura do Poder Executivo, mais precisamente na Secretaria de Estado de Segurança Pública, onde está declarada sua principal função:

Registrar e investigar as ações e omissões definidas por lei como infrações penais, identificando as autorias e recolhendo provas que servirão de base aos membros do Ministério Público para o oferecimento da denúncia, peça inicial do procedimento criminal realizado pelo Poder Judicial.

A polícia civil do Rio de Janeiro considera que sua história começou com o alvará de Dom João VI que criou a *Intendência Geral de Polícia da Corte* em 10 de maio de 1808, tendo como missão ser um meio de força terrestre, civil, armado e auxiliar do poder judiciário. No entanto, a história mostra que só a partir de 1902, depois da queda do império e início da república, a Instituição passou a configurar uma Corporação independente e auxiliar do poder judiciário. Seu papel, acima de tudo é investigar as transgressões à lei.

De 1808 a 1827, as funções policiais e judiciárias permaneceram acumuladas, sendo exercidas pela autoridade policial. Em 15 de outubro de 1827, foi criado o Juizado de Paz com o objetivo claro de restringir a função policial à simples vigilância e manutenção da ordem pública. Com a instituição dessa nova entidade houve uma tentativa de separar a função policial da função judiciária que, até então, vinha sendo exercida cumulativamente. Competia a esse juízo, entre outras atividades, impedir reuniões populares que significassem perigo de desordem, custodiar bêbados, reprimir vadiagem, mendicância, turbulência, meretrício escandaloso, destruir quilombos; intervir em conflitos; velar pelo sossego público, lavrar auto de corpo de delito, interrogar criminosos e testemunhas, e dividir seus distritos em quarteirões.

Com a promulgação do Código de Processo Criminal do Império, a polícia teve uma nova organização descentralizada. O exercício das funções policiais foi conferido aos Juizes de Paz e a um dos Juizes de Direito das cidades populosas. Este último desempenhava as funções de Chefe de Polícia. Tal sistema não funcionou porque não coadunava com as reais demandas de repressão da criminalidade e por causa da efervescência política então reinante no Brasil.

A reforma de 1841 extinguiu a Intendência Geral de Polícia, e criou o cargo de Chefe de Polícia. Nesse ano, o aparelho policial sofreu radical transformação com a criação, no município da corte e em cada província, de um Chefe de Polícia, auxiliado por Delegados e Subdelegados, extinguindo-se as atividades dos Juizes de Paz, no que diziam respeito às atribuições policiais, administrativas e judiciais. Em 1842, o chamado *Regulamento 120* definiu as funções da polícia administrativa e judiciária, colocando-a sob chefia suprema do Ministro da Justiça. A Lei no. 2033 de 30 de setembro de 1871 criou o Inquérito Policial e retirou a função judiciária da Polícia Civil.

Com a queda do Império, a Polícia Civil viveu, dos anos 1902 a 1916, um período áureo quando então houve uma grande reformulação nos aparatos de segurança pública. As mudanças contemplaram uma divisão de atribuições das polícias civil e militar; nova divisão das circunscrições policiais, atendendo ao desenvolvimento das cidades; regulamentação dos serviços de estatística policial e judiciária e de identificação antropométricas; criação de colônias correcionais para reabilitação de mendigos, vadios, “capoeiras” e menores.

Na reforma citada, do ponto de vista organizacional, a polícia civil ficou diretamente subordinada ao Chefe de Polícia. Suas atribuições passaram a ser representadas pela autoridade desse Chefe e por delegados auxiliares, delegados de circunscrições urbanas e suburbanas e seus suplentes, inspetores seccionais, agentes de segurança e por uma Guarda Civil. Desde então, foi estabelecido que o Chefe de Polícia deveria ser formado em Direito, obrigatoriedade extinta no governo de Artur Bernardes.

Em 1907 houve nova modificação na organização policial. A instituição passou, hierarquicamente, à superintendência geral do Ministro da Justiça e à direção de um Chefe de Polícia, sendo este, assistido por três delegados auxiliares. Por essa ocasião, no Rio de Janeiro, a organização policial era constituída de um chefe de polícia, três delegados auxiliares, 28 delegados distritais, de 1^a, 2^a e 3^a entrância, 30 comissários de polícia de 1^a classe e 100 de 2^a classe. Em 1920 foi criado um

regulamento específico para a Inspetoria de Investigações e Segurança Pública, sendo aventada a proposta de criação de uma escola de investigação criminal. Essa reforma, visava a dar maior eficiência e amplitude ao serviço de investigação policial e ao estabelecimento de uma polícia técnica.

Em 1923 houve outra reforma, com a criação da 4ª Delegacia Auxiliar. A direção dessa delegacia caberia a um delegado auxiliar, de escolha do Chefe de Polícia, escolhido entre os bacharéis em Direito. Competia a essa delegacia a repressão aos crimes contra a fé pública e o patrimônio, a vigilância geral e a captura de foragidos. Ao 4º Delegado Auxiliar estava subordinada a Seção de Ordem Social e Segurança Pública. Seu efetivo era de 225 homens, além de 8 auxiliares de escrita, 100 investigadores de 3ª classe, 80 de 2ª e 45 de 1ª classe. Essa delegacia foi o embrião da Divisão de Polícia Política, cuja finalidade mais conhecida no país, foi o combate ao comunismo e a repressão contra os comunistas. Essa Delegacia foi extinta em 1933, e em seu lugar se instituiu a Delegacia Especial de Segurança Política e Social.

Em 1932 ficou conhecido o projeto Batista Luzardo que propunha uma reforma geral na polícia, visando a modernizá-la, atualizá-la e transformá-la numa polícia técnica. O projeto não teve sucesso, mas seu espírito reformista foi adquirindo força e provocou modificações posteriores. A organização policial continuou sendo regida pelo Decreto 22.631 de 1933, que reestruturou o serviço policial no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. A Delegacia Especial de Segurança Política e Social tornou-se independente da polícia administrativa e judiciária, ficando diretamente subordinada ao Chefe de Polícia.

Em 1933, o Chefe de Polícia Felinto Muller, cujo mandato se estendeu de 1933 até 1944, criou a Escola de Polícia e na sua gestão, durante os anos 1943 a 1944, foram instituídas a Diretoria de Expediente e Contabilidade, Publicidade, Comunicações e Estatística e a Diretoria Geral de Investigações/DGI, englobando os Institutos Felix Pacheco e Médico Legal e o Gabinete de Pesquisas Científicas. Foi criada a Inspetoria Geral de Polícia, integrada pela Inspetoria Geral de Trânsito e pela Guarda Civil. Felinto Muller deu particular atenção à Polícia

Especial, de elite, profundamente envolvida na luta contra o comunismo, o integralismo e as agitações de rua. Essa instância foi extinta em 1960.

Em 1944, as instituições de Segurança Pública passaram por nova reforma. A polícia civil do Distrito Federal foi transformada em Departamento Federal de Segurança Pública/DFSP, diretamente subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Nessa época, foram extintas as delegacias auxiliares, a Inspetoria Geral de Polícia e a Diretoria Geral de Investigações, esta última considerada uma verdadeira escola para novos policiais. O Departamento Federal de Segurança Pública do Distrito Federal passou a reunir os serviços de polícia e segurança pública e, no território nacional, os de polícia marítima, aérea e de segurança de fronteiras. Sua direção cabia a um Chefe de Polícia. Após a morte do presidente Getúlio Vargas, o Chefe de Polícia em cargo, Ribeiro da Costa, levou a cabo uma reestruturação dos quadros funcionais da entidade e, dentre as reformas, elevou os salários dos policiais. Foi o primeiro grande passo para a profissionalização policial.

Mas outras reformas ainda ocorreram. Em 1955, o Coronel Menezes Cortes criou várias Divisões como a Divisão de Administração, a de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras; várias delegacias especializadas, a rádio-patrolha e instalou a rede de telex, que enormes vantagens trouxe aos serviços de vigilância e prevenção.

Com a transferência da Capital para Brasília em 1960, os órgãos e serviços policiais de caráter local foram transferidos para o Estado da Guanabara. Nessa ocasião, o Governo provisório do novo Estado adaptou a organização policial, colocando-a no nível de jurisdição que então lhe competiria. Criou então o Departamento Estadual de Segurança Pública/DESP, respeitando a estrutura organizacional então vigente no Rio de Janeiro.

Cumprindo uma delegação constitucional, no presente momento histórico, a Polícia Civil do Rio de Janeiro se institui como uma organização civil, dirigida por um Chefe de Polícia também civil, ocupante do cargo de Delegado, sendo substituído, em seus impedimentos, pelo Subchefe de Polícia Civil.

Capítulo 3

METODOLOGIA

Realizamos uma pesquisa estratégica com o objetivo de comparar a Polícia Civil com a Polícia Militar do Estado do RJ quanto à concepção e à administração individual e coletiva dos riscos profissionais, da segurança pessoal e da saúde ocupacional.

Aplicamos a estratégia de triangulação de métodos, lançando mão de técnicas quantitativas e qualitativas. Tendo em vista a natureza e a complexidade do objeto de investigação – as condições de vida, de trabalho e saúde de policiais civis do município do Rio de Janeiro – consideramos que esta é a abordagem mais apropriada, uma vez que conjuga a utilização de recursos diferenciados de coleta de dados nesta opção de análise e os métodos conservam sua especificidade no diálogo inter ou transdisciplinar. Na triangulação metodológica há integração e distinção dos dados e das abordagens, permitindo um olhar complexo sobre problemas sociais e de saúde, permitindo articular a epidemiologia e as ciências sociais e humanas. Entendemos triangulação de métodos como a dinâmica de pesquisa que integra a análise da magnitude e do significado dos fenômenos e processos e a inclusão da participação dos atores que vivenciam esses processos. A integração disciplinar e metodológica ocorre por razões práticas, por motivos epistemológicos e também filosóficos. Existe uma constatação de que qualquer investigação utiliza conceitos e noções de várias áreas do conhecimento e que, os métodos por si mesmos não possuem todos os elementos para responderem às questões que um tema específico suscita. A triangulação de métodos ilumina a realidade a partir de distintos ângulos, permitindo uma discussão interativa e intersubjetiva dos dados.

Esta mesma estratégia metodológica foi usada em pesquisa anterior com a Polícia Civil (Minayo & Souza, 2003), cujos dados foram re-analisados na presente investigação, visando a atingir os objetivos previstos.

Abordagem quantitativa

> O plano de amostragem

O plano de pesquisa adotado foi o de uma amostra aleatória simples de conglomerados. Entendemos como conglomerado a unidade física (uma delegacia, academia de polícia, batalhão etc), com o seu respectivo grupo de profissionais.

Na amostra observaram-se diferenciações características do processo de trabalho das duas polícias. Em ambas foram consideradas unidades administrativas e unidades operacionais (delegacias, batalhões).

As amostras foram calculadas a partir de listagens fornecidas pela Secretaria de Segurança Pública e da Polícia Militar, contendo todas as unidades policiais da capital do estado e o efetivo de cada uma delas especificado segundo os cargos.

Um dos critérios para o sorteio das unidades foi a natureza do processo de trabalho. Assim, por exemplo, ao selecionar uma unidade operacional, incluíram-se os policiais que participaram da pesquisa. A seleção dessas pessoas teve como critério as diferenciações dos cargos: na Polícia Civil (delegado, inspetor, etc) e na Militar (oficial, sub-oficial, cabo e soldado).

Conforme mostra a tabela 1 na Polícia Civil foram selecionadas 38 unidades e 2.746 policiais, tendo sido pesquisadas 39 unidades e 1.458 policiais.

Tabela 1: Distribuição dos estratos das unidades da Polícia Civil segundo amostra calculada, contingente real e amostra pesquisada

Estratos das unidades	Amostra calculada		Contingente real nas unidades	Amostra pesquisada	
	Pessoas	Unidades		Pessoas	Unidades
1-Administrativas	787	13	577	438	15 ^(*)
2-Delegacias	811	22	732	533	21 ^(*)
3-Técnicas ^(**)	1148	3	780	487	3
Total	2746	38	2089	1458	39

(*) Três Delegacias de Acervo Cartorário/DEACS foram analisadas como unidades administrativas devido a especificidade e semelhança de suas atividades. Desse modo, para efeito de análise, ficaram agrupadas 18 unidades administrativas, 3 técnicas e 18 operacionais.

(**) Na análise atual foram excluídas todas as unidades técnicas.

Na tabela 2 encontra-se a amostra selecionada e pesquisada na Polícia Militar. Nela, foram sorteadas 18 unidades e 1.700 policiais, mas foram concretamente pesquisadas 17 unidades contemplando 1.120 policiais. Vale ressaltar que, devido ao grande número de questionários devolvidos em branco, três novas unidades tiveram de ser incorporadas à amostra, mesmo assim não cobrindo o número previsto dos indivíduos.

Tabela 2: Distribuição dos estratos das unidades da Polícia Militar segundo amostra calculada, contingente real e amostra pesquisada

Estratos	População		Amostra calculada		Amostra pesquisada	
	Unidades	Pessoas	Unidades	Pessoas	Unidades	Pessoas
Administrativo						
1-Oficial	15	870	2	70	2	55
2-Não oficial	15	1788	2	144	3	59
3-Sub-oficial	15	1617	4	130	4	73
Operacional						
4-Oficial	32	598	3	48	4	23
5-Não oficial	32	10743	3	867	10	634
6-Sub-oficial	32	5459	4	440	7	264
Total	141	21075	18	1700	17^(*)	1108^(**)

(*) O total de 17 unidades pesquisadas não se refere à soma dos itens da coluna porque em uma mesma unidade puderam ser pesquisados policiais de diferentes funções e estratos.

(**) Foram pesquisados 1120 policiais, porém 12 não informaram o cargo.

Maior detalhamento do plano amostral para as Polícias Civil e Militar podem ser vistos no anexo 1.

Os motivos para divergências entre as amostras calculadas e as pesquisadas foram vários. Um deles é a própria natureza do trabalho e as constantes transferências dos policiais de uma unidade para outra. Desta forma, os dados sobre o contingente de pessoal, fornecidos pelos gestores das corporações continham muitas imprecisões quando comparados com os efetivos reais e por isso, não coincidiam com o existente nos locais de trabalho. Os horários de trabalho das equipes eram completamente diferentes de uma unidade para outra, dificultando uma rotina de pesquisa. O fato dos policiais terem muitas atividades externas e imprevistas foi também fator relevante, dificultando o acesso da equipe de pesquisa a esses profissionais. Houve também motivações de ordem subjetiva que tornaram difícil a coleta de dados. Por exemplo, houve policiais que decidiram não devolver o questionário ou devolvê-lo em branco. Acreditamos que também o estresse permanente no desempenho das atividades, sobretudo por parte dos “operacionais”, e a descrença em qualquer mudança institucional contribuíram para a não-adesão de muitos policiais.

> Elaboração e aplicação do questionário

Aplicamos aos servidores da Polícia Militar um questionário adaptado que havia sido pré-testado e usado na pesquisa anterior, e já citada, com a Polícia Civil. O questionário inicial era composto por 124 itens distribuídos em quatro blocos de questões: (1) características socioeconômicas; (2) questões sobre qualidade de vida; (3) condições de trabalho e (4) condições de saúde. Para este estudo retiramos alguns itens que se mostraram pouco explicativos e o instrumento passou a ter 107 questões, permanecendo constituído pelos mesmos quatro blocos. Inserimos uma pergunta aberta, para que o respondente pudesse se expressar sobre a pesquisa, sobre sua vida e sobre seu processo de trabalho. O instrumento também foi adequado à especificidade da Polícia Militar, tendo sido, inclusive, avaliado, junto conosco, por um oficial da corporação.

O questionário foi autopreenchido anonimamente. Sua aplicação se deu de diferentes formas. Na Polícia Civil ele foi entregue e recebido diretamente das mãos do policial, em um envelope lacrado. Já na Polícia Militar, a aplicação foi realizada em comum acordo com o Comandante de cada unidade. Em sua grande maioria ele era entregue ao comando da unidade para que chegasse às mãos dos policiais. Outra estratégia também utilizada foi a aplicação coletiva do questionário pela equipe de pesquisa aos policiais que se encontravam em determinada unidade naquele período. A primeira forma foi-nos indicada pelos comandantes das unidades e, concretamente, mostrou-se como a mais eficaz. Em alguns casos, tendo em vista o caráter hierárquico da Polícia Militar e tendo havido uma autorização oficial do Comandante Geral da Polícia, publicada na ordem do dia da Corporação, os comandantes das unidades impuseram o preenchimento do questionário aos policiais. Se por um lado, essa foi uma fórmula que garantiu a adesão, por outro, esse fato pode ter prejudicado a veracidade das informações prestadas, o que não temos condições de avaliar. No entanto, não queremos deixar dúvidas ao leitor sobre as condições de possibilidade da investigação.

Os questionários foram entregues dentro de envelopes, acompanhados do termo de consentimento livre e esclarecido, conforme prevê a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Em vários casos esses instrumentos nos foram devolvidos sem a assinatura do termo de consentimento. Foi-nos relatado por alguns deles, que o não-assinar era um procedimento de precaução para não serem identificados por suas chefias.

No questionário foram incorporadas algumas escalas previamente estruturadas e validadas: Escala de Apoio Social e a SRQ20 (*Self Report Questionnaire*).

A **Escala de Apoio Social** desenvolvida por Sherbourne & Stewart *apud* Chor et al (2001) possui 19 itens relativos ao apoio social e 5 de rede social. Neste trabalho, apenas os itens referentes ao apoio social foram utilizados. A escala de apoio social é constituída por cinco dimensões: emocional (apoio recebido através da confiança, da disponibilidade em ouvir, compartilhamento de preocupações e medos e compreensão dos seus problemas por outrem); de informação (através

do recebimento de sugestões, bons conselhos, informação e sugestões desejadas); material (possibilidade de receber ajuda se ficar de cama, para levar a pessoa ao médico, para preparar refeições e para ajudar nas tarefas diárias caso fique doente); afetiva (demonstração de afeto e amor, capacidade de abraçar e de amar); e de interação positiva (diversão em conjunto com outros, capacidade de relaxar, de fazer coisas agradáveis e de distrair a cabeça). Cinco escores são obtidos, um para cada dimensão.

As perguntas são introduzidas pela frase “se você precisar...” seguida pelo tipo de apoio. As opções de resposta são apresentadas da mesma forma para todos os itens: nunca, raramente, às vezes, quase sempre, sempre. A validade de face e a de conteúdo dos itens foram consideradas adequadas pelos investigadores do Estudo do Pró-Saúde (Chor et al, 2001). Quanto à validade de construto, Sherbourne & Stewart *apud* Chor et al (2001) identificaram alta correlação entre as dimensões de apoio social e outros conceitos que, teoricamente estão relacionados, como solidão (correlação negativa), dinâmica familiar, conjugal e saúde mental (correlação positiva). Os autores originais também observaram bons resultados em relação à consistência interna (alfa de *Cronbach* superior a 0,91) e à estabilidade das medidas após um ano (acima de 0,72), para as dimensões de apoio social.

Esta escala foi adaptada à população brasileira por Chor et al (2001). Participaram deste estudo 200 funcionários administrativos contratados por uma instituição pública do Rio de Janeiro. Nessa fase de teste, os autores verificaram proporção muito pequena de itens não respondidos, o que sugere compreensão das perguntas formuladas. Além disso, o coeficiente de Pearson (indicador de validade de discriminação, que avalia a capacidade dos itens em medir o apoio social e não qualquer outro conceito) não se aproximou de zero ou da unidade com muitos outros itens. Os coeficientes Alfa de *Cronbach* foram elevados: 0.81, 0.89, 0.89, 0.93, 0.76, respectivamente, para as dimensões de apoio afetivo, emocional, de informação, interação positiva e material.

Posteriormente Griep et al (2003a, 2003b e 2005) desenvolveram estudos de confiabilidade e de validade dessa escala, concluindo sobre a existência de um bom nível de confiabilidade e de validade de construto. A média dos escores foi de 83,3 para a dimensão de *interação social positiva/apoio afetivo*; 78,6 para a dimensão *emocional/informação* e 80,8 para a dimensão *apoio material*. A média global foi de 80,8. O coeficiente alpha de Cronbach foi igual ou maior do que 0,83 para todas as dimensões.

Na etapa inicial do presente trabalho também foram obtidos altos coeficientes psicométricos: 0.93, para alfa de *Cronbach*; ICC em torno de 0.65, para cada tipo de apoio investigado e kappa variando do regular ao moderado. Todas as dimensões desta escala se correlacionaram entre si.

A avaliação da saúde mental foi executada através da aplicação de uma escala chamada ***Self-Reported Questionnaire*** - SQR20 desenvolvida por Harding et al. (1980). Esse instrumento mede a existência de sofrimento psíquico ou de distúrbios psiquiátricos menores entre a população. O questionário originalmente possuía 24 perguntas: 20 perguntas referentes a distúrbios não-psicóticos e 4 referentes a distúrbios psicóticos. Várias versões do SQR surgiram em várias línguas, inclusive no Brasil (Busnelo et al, 1983). Harding et al.(1980), Dhadphale et al.(1983), Sen et al.(1986) e Sen & Mari (1986) demonstraram bons índices de confiabilidade e validade; entre 73% e 93% para sensibilidade, entre 72% a 89% para especificidade e a taxa de erros de classificação entre 18% e 24%. A versão aplicada no Brasil foi validada por Mari & Williams (1986), que observou sensibilidade de 83%, especificidade de 80/% e 19% de erros de classificação.

O ponto de corte proposto para a escala é de 7/8, homem e mulher respectivamente. Cada ponto equivale à resposta positiva a uma pergunta, conduzindo ao estado de “sofrimento psíquico”. São elas: sentir dor de cabeça freqüente; ter falta de apetite; dormir mal; assustar-se com facilidade; apresentar tremor na mão; estar nervoso, tenso ou agitado; apresentar má digestão; sentir dificuldade de pensar com clareza; sentir-se triste; chorar facilmente; ter dificuldade em realizar tarefas diárias com satisfação; sentir dificuldade em tomar

decisões (indeciso); apresentar dificuldade no serviço; sentir-se incapaz de realizar algo útil; perder o interesse pelas coisas; sentir-se inútil; pensar em suicídio; sentir desconforto estomacal; mostrar cansaço constante; cansar-se com facilidade.

A escala utilizada no trabalho possui 20 itens medindo sofrimento psíquico (distúrbios não psicóticos). O alpha de Cronbach encontrado no presente estudo é de 0,8346 confirmando que os 20 itens indicam uma única característica.

Além das duas escalas citadas foram pesquisados indicadores de Qualidade de Vida (Minayo e Souza, 2003), subdividindo-se em objetivos e subjetivos. Os indicadores subjetivos corresponderam ao que o policial percebe, sente e valoriza em relação a vários aspectos de sua vida. Para este trabalho foi utilizado um sub-item dos indicadores subjetivos (o grau de satisfação com diversos aspectos da vida, composto por 16 variáveis sobre relacionamento e grau de satisfação existencial). As cinco opções de resposta variaram em três gradientes: satisfeito, nem satisfeito/nem insatisfeito e insatisfeito.

> Contatos institucionais

A pesquisa sobre a Polícia Civil foi realizada no ano de 2001 e 2002. Nessa ocasião a proposta era já fazer o estudo abordando também a Corporação Militar. No entanto, naquele momento não chegamos a conseguir autorização. Críticas insistentes e duras da imprensa e da sociedade, naquela época, eram dirigidas tanto a Polícia Militar como à Polícia Civil por causa da aguçada percepção da população sobre o incremento da violência no Rio de Janeiro. Isso levou o Comandante Geral da PM, à época, a negar nossa entrada na Instituição, a nosso ver erroneamente, alegando que abrir as portas para a pesquisa significaria dar oportunidade para o acirramento das críticas e questionamentos. Em 2004, sob a égide de outro Comandante Geral voltamos a insistir no estudo da Corporação, apresentando a pesquisa no Edital do SENASP/ANPOCS. Entretanto, a sua concretização somente ocorreu em maio de 2005, quando foram liberados os recursos e o Claves teve que voltar a renegociar a autorização. A liberação para

iniciar a investigação só ocorreu em 23 de junho de 2005, através do boletim da PM número 112. A delonga na permissão para dar partida ao trabalho de campo retardou por dois meses o início dos trabalhos.

> Trabalho de campo quantitativo

Do ponto de vista institucional é importante ressaltar que em ambas as Corporações, investimos num árduo trabalho de exposição do sentido, dos objetivos e da dinâmica do estudo, buscando convencer a cada delegado e a cada comandante das unidades sorteadas. Na Polícia Civil o trabalho de campo foi muito árduo, exigindo esforço elevado da equipe de pesquisa para conseguir a adesão dos gestores e dos policiais. Na Polícia Militar, talvez, por causa de sua organização hierárquica, a adesão foi sempre facilitada quando o comando entendia e apoiava a proposta.

A aplicação dos questionários na Polícia Civil durou seis meses e na Polícia Militar dois meses. No primeiro caso tivemos dois anos para realizar o trabalho. No segundo, apenas seis meses, de tal forma que aceleramos os contatos de adesão e multiplicamos os dias em campo.

A cobertura de aplicação do questionário na Polícia Civil foi de cerca de 85% do pessoal, mas o retorno de devolução e o preenchimento atingiram apenas 50% a 60% dos entrevistados. Isso se deve ao fato de que muitos indivíduos devolveram o questionário em branco e lacrado. Houve uma unidade em que a chefia não aceitou participar da pesquisa. Na Polícia Militar foram distribuídos 1.700 questionários, dos quais 199 (11,7%) foram devolvidos sem preenchimento e 381 (22,4%) não foram sequer devolvidos, correspondendo a uma taxa de não resposta da ordem de 34,1%. Uma unidade teve que ser substituída porque houve grande recusa dos policiais para responder ao questionário. As novas unidades amostrais incluídas substituíram as recusas em algumas delas e suprimam as lacunas nas demais.

Nas tabelas 3 e 4 encontram-se distribuídos, respectivamente, os policiais civis e militares que compõem a amostra, segundo os cargos.

Tabela 3: Distribuição dos policiais civis que compõem a amostra, segundo os cargos

CARGOS POLICIAIS	N	%
1 - AUTORIDADES DE POLÍCIA	50	3,4
Delegado	50	3,4
2 - AGENTES DE POLÍCIA ESTADUAL DE APOIO TÉCNICO-CIENTÍFICO	378	26,1
Engenheiro Policial de telecomunicações	-	-
Perito Legista	34	2,3
Perito Criminal	84	5,8
Perito Criminal Auxiliar	1	0,1
Papiloscopista Policial	190	13,1
Técnico Policial de Necropsia	32	2,2
Auxiliar Policial de Necropsia	33	2,3
Médico Policial	1	0,1
Enfermeiro	1	0,1
Auxiliar de enfermeiro policial	2	0,1
3 – AGENTE DE POLÍCIA ESTADUAL DE INVESTIGAÇÃO E PREVENÇÃO	1023	70,5
Inspetor de Polícia	681	46,9
- Detetive inspetor	134	9,2
- Detetive	531	36,6
- Técnico Policial de Laboratório	12	0,8
- Técnico Policial de Telecomunicações	4	0,3
Oficial de Cartório Policial	222	15,3
- Escrivão	73	5,0
- Escrevente	149	10,3
Investigador Policial	120	8,3
- Operador Policial de Telecomunicações	22	1,5
- Motorista Policial	55	3,8
- Fotógrafo Policial	12	0,8
- Carcereiro Policial	31	2,1
Piloto Policial	-	-
Total	1451	100,0

* Os agentes de apoio técnico-científico não foram analisados no presente relatório.

Tabela 4: Distribuição dos policiais militares que compõem a amostra, segundo os cargos

CARGOS POLICIAIS	N	%
Coronel	5	0,4
Tenente-Coronel	9	0,8
Major	19	1,7
Capitão	13	1,2
Primeiro-Tenente	11	1,0
Segundo-Tenente	21	1,9
Sub-Tenente	20	1,8
Primeiro-Sargento	36	3,3
Segundo-Sargento	161	14,5
Terceiro-Sargento	120	10,8
Cabo	180	16,3
Soldado	513	46,3
Total	1108	100,0

> A expansão da amostra

Expandir as informações significa utilizar procedimentos estatísticos que permitem cobrir a totalidade da população da pesquisa, fazendo que dados obtidos a partir de um certo número de policiais passem a representar o coletivo deles no município do Rio de Janeiro e não apenas aqueles que responderam ao questionário (Carline-Cotrim & Barbosa, 1993).

A partir das informações geradas no levantamento de campo, os pesos para cada indivíduo participante da pesquisa foram calculados segundo seu estrato de alocação. A variável peso foi criada no banco. E a partir do comando *weight* do pacote estatístico *SPSS* todas as estimativas foram calculadas e ponderadas por este fator de expansão.

As estimativas correspondentes ao universo de policiais militares foram realizadas de forma indireta, mediante o uso de fatores de expansão calculados como

quocientes entre os universos, N_h , de unidades e os correspondentes tamanhos de amostra pesquisada, n_h . (Cochran, 1965). Aqui h representa a unidade de polícia militar pesquisada.

Para os dados analisados, após expansão da amostra, obtivemos para a Polícia Civil um percentual de 4,8% de pessoas em cargos de Delegado; na Polícia Militar foram 25,8% pessoas em cargos de oficiais. Em termos de estratos, o administrativo constitui 24% e o operacional 76% dos policiais militares pesquisados. Entre os civis esses percentuais foram de 42,9% e 57,1%, respectivamente. Trabalhou-se com uma população estimada de 1437 policiais civis (retirado o estrato técnico) e de 10.342 policiais militares. Todos os resultados aqui apresentados relacionam-se a essas populações.

> Processamento e análise dos dados

O processamento dos dados dos policiais civis foi feito no programa Epi-info versão 6.0 e o dos policiais militares, no programa EPIDATA versão 3.1. A fim de minimizar os erros na fase de digitação e agilizar o processamento dos dados, foram cumpridas quatro etapas: codificação, digitação, correção e análise. Seguimos os mesmos passos usados na pesquisa anterior com os policiais civis. (Minayo & Souza, 2003). Neste contexto, foi criado um programa para estabelecer os valores válidos para cada questão (máscara de entrada). Com esse programa, nenhum valor fora do previsto seria aceito no momento da digitação.

Na etapa seguinte estabelecemos regras para agilizar a digitação. Tal processo é conhecido como codificação. O detalhamento destas regras está contido num manual para o codificador, elaborado pela equipe de pesquisa. Esse estágio fez-se imprescindível, visto que evitou, além de erros de digitação, a perda de tempo provocada comumente por incompreensão das respostas.

No que diz respeito à crítica dos dados, fase em que objetivamos a eliminação dos possíveis erros capazes de provocar enganos de apresentação e análise dos resultados, optamos por dois processos distintos. O primeiro procedimento de crítica

destinou-se a procurar erros de codificação ou digitação dos questionários. Nesta abordagem, optamos por realizar uma amostragem aleatória simples de 10% dos questionários. Neste procedimento, qualquer subconjunto de n ($1 \leq n \leq N$) (elementos diferentes de uma população de N) possui a mesma probabilidade de ser sorteado (SILVA, 1998). Para a Polícia Civil, 8,9% dos questionários apresentaram ao menos uma falha de digitação, mas apenas 0,93% das questões apresentaram erros. Esses resultados evidenciaram a boa qualidade do processo.

Da amostra dos policiais militares tivemos 25,7% de questionários apresentando ao menos uma falha de digitação. De todas as questões 9% tiveram erros. Em seguida, rastreamos incoerências, isto é, investigamos se havia problemas com respostas a determinadas questões que, teoricamente, deveriam se relacionar de maneira lógica. Constatamos que 375 (33,5%) questionários apresentaram alguma inconsistência, das quais 3,2% eram erros de digitação logo retificados e anuladas as questões incoerentes.

Na fase de análise, os bancos foram convertidos para o software SPSS versão 10.0, onde realizamos a descrição de frequências simples e o cruzamento de variáveis.

Os dados foram analisados, inicialmente, por meio de uma análise exploratória na qual as duas Polícias foram comparadas em relação a todas as questões. Para verificarmos diferenças estatisticamente significativas foi utilizado o teste de Qui-quadrado de Pearson. De acordo com Siegel (1956), o teste Qui-quadrado é usado para avaliar associação entre variáveis em tabelas de contingência, o teste permite também avaliar o grau e a significância da associação encontrada. No texto, essas diferenças apenas são mencionadas quando estatisticamente significativas ($p < 0,05$).

Por meio de regressão logística foi feita uma modelagem em relação ao risco sofrido pelos policiais, sendo essa a variável de interesse no estudo. O indicador de risco sofrido foi construído com base teórica através das seis questões dicotômicas referentes à auto-avaliação do risco reportada pelos policiais, envolvendo as

atividades consideradas mais perigosas ao bem-estar físico daqueles em atividade operacional. Os tipos de violência mensurados pelo indicador nas situações de enfrentamento são: ferimento por projétil de arma de fogo, ferimento por arma branca, agressão física, violência sexual, tentativa de suicídio e tentativa de homicídio. Na construção da variável de risco optou-se por trabalhar com a soma dos escores de respostas, sendo o zero aquele que sofreu o menor grau de violência.

Foi feita uma abordagem univariada, seguida por uma abordagem em blocos de variáveis e por uma terceira modelagem unindo as duas anteriores. O detalhamento sobre os passos e modelos testados encontra no anexo 2.

Abordagem qualitativa

Construímos os dados qualitativos exercitando a triangulação, a partir de múltiplos informantes, observadores e técnicas de aproximação e compreensão da realidade. Elaboramos todos os instrumentos coletivamente e buscamos que fossem criticados por especialistas *ad hoc* nas áreas de saúde do trabalhador e de segurança pública.

Tomamos como ponto de partida para a elaboração dos roteiros, as discussões da equipe em torno da leitura de várias pesquisas sobre os indicadores de qualidade de vida, sobre o perfil de saúde de distintas categorias profissionais e sobre a descrição das condições do trabalho policial. Realizamos alguns seminários internos voltados para a discussão dos marcos teóricos da investigação. E retomamos as entrevistas realizadas na fase exploratória do trabalho, com informantes-chave tanto da polícia civil como da militar, para examinar a adequação de nossos instrumentos, à realidade da Polícia Civil.

Também pudemos nos beneficiar dos debates realizados pela equipe sobre os resultados da pré-análise das respostas aferidas pelo instrumento quantitativo. Os resultados significativos estatisticamente e a análise inicial das freqüências deram pistas para a abordagem de certas questões que deveriam ser aprofundadas nos

grupos focais e nas entrevistas. Permitiram-nos também, perceber a necessidade de melhor esclarecer determinados temas que queríamos investigar.

Nesse exercício de triangulação metodológica com os pesquisadores da área quantitativa, pudemos definir algumas categorias para guiar a “conversa com finalidade” sobre cada um dos três grandes eixos do trabalho (qualidade de vida, condições de saúde e condições de trabalho). Dada a sinergia entre esses três componentes, muitas vezes uma questão acabava por complementar o enfoque dos dois outros campos. Assim, por exemplo, ao perguntarmos sobre o que afetaria a saúde do policial, as suas condições de trabalho acabariam, inevitavelmente, por surgir no relato.

Incluímos nos roteiros (anexo 3) as seguintes temáticas: qualidade de vida nos âmbitos de trabalho, da família e da comunidade; condições de trabalho do setor; sugestões para melhoria dessas condições; riscos e estratégias para lidar com estes; relações de trabalho; reconhecimento do trabalho policial atribuído pela sociedade e pela própria instituição policial. A fim de facilitar a análise comparada, o roteiro dos gestores teve a mesma base de conteúdo que o dos policiais.

Trabalhamos basicamente com três técnicas. O grupo focal, a entrevista individual e, de forma complementar, as observações de campo.

Definimos **grupo focal** como uma técnica de entrevista direcionada a um grupo organizado a partir de determinadas características identitárias, visando a obter informações qualitativas orientadas por um determinado quadro teórico de referência (Krueger, 1994). Como preconiza a técnica, colocamos em cada sessão: um moderador que introduziu as regras do encontro, animou o debate e buscou estabelecer a participação mais equitativa possível entre os membros do grupo; e um relator que, além de fazer o registro, checou com o grupo a síntese das opiniões, os pontos consensuais e os principais conflitos, além de tirar dúvidas sobre os depoimentos apresentados (Morgan & Krueger, 1998).

Organizamos as **entrevistas** de forma semi-estruturadas, ou seja, pautamo-nos por um roteiro, tendo-o como guia, porém, levando em conta a interação entre entrevistado e pesquisador, permitindo assim o aprofundamento de assuntos e pontos de vista.

A **observação de campo**, no caso deste estudo, constituiu-se apenas em aporte complementar. Realizamos observações durante as diversas visitas para a aplicação dos questionários da amostra quantitativa. O período de aplicação dos questionários, levando em conta a apresentação dos instrumentos, distribuição, monitoramento e recolhimento dos mesmos, levava uma média de sete a doze dias. Assim, a equipe destinada a cobrir cada unidade ficou responsável pela elaboração de um diário de campo. Seguindo um roteiro elaborado pelo grupo, buscamos mapear observações sobre as condições e relações de trabalho e as impressões e expectativas geradas pela pesquisa.

> Sujeitos envolvidos

Na Polícia Civil, as entrevistas envolveram macro-gestores e gestores dos três setores (operacional, técnico e administrativo). Assim, foram ouvidos responsáveis pela Chefia de Gabinete, da Coordenadoria de Polícia Técnica e Científica, da Coordenadoria de Polícia Especializada, da Coordenadoria de Polícia da Área da Capital, da Superintendência Administrativa; delegados responsáveis por Delegacias Legais (2), Tradicionais (1), Especializadas (1) e diretores de cada uma das unidades da polícia técnica (IML, ICCE e IFP). Pela natureza do trabalho e dos horários dos profissionais, no IML foram realizadas entrevistas em substituição à técnica de grupo focal. Foram entrevistados profissionais dos setores de toxicologia (1), patologia (1), clínica médica (1), necropsia (2). Na Polícia Militar foram feitas 7 entrevistas com gestores (dois de unidade operacional, dois de operacional especial, um de unidade administrativa e dois de unidade de saúde).

Os grupos focais realizados na Polícia Civil envolveram 51 profissionais (40 homens e 11 mulheres). Foram feitos, ao todo, sete encontros: três com membros de delegacias; dois com unidades ligadas ao trabalho administrativo e dois grupos com

unidades técnica, envolvendo no Instituto Félix Pacheco, papiloscopistas de diversos setores e no Instituto de Criminalística Carlos Éboli, peritos de diversos setores.

Na Polícia Militar foram entrevistados 92 policiais (84 homens e 8 mulheres) em 11 grupos focais constituídos da seguinte forma: três com graduados, três com sargentos e cinco com cabos e soldados, distribuídos de acordo com a natureza da unidade (operacional, operacional especial e administrativa).

Os critérios para a escolha da amostra qualitativa na Polícia Militar foram: incluir unidades da zona sul e da zona norte da cidade; de áreas pobres, de favela e de classe média; unidades com bom relacionamento com a comunidade e com dificuldades neste relacionamento.

> Processamento de dados e técnicas de análise

O tratamento e a interpretação dos dados qualitativos seguiram princípios do *Método de Interpretação de Sentidos* (Gomes et al, 2005). Tais princípios, ancorados numa perspectiva hermenêutica-dialética, se voltam para a interpretação do contexto, das razões e das lógicas das falas, das ações, do conjunto de inter-relações, conjunturas, dentre outros corpos analíticos.

A pesquisa com policiais militares cumpriu as seguintes etapas:

- (a) Transcrição e digitação das gravações das entrevistas individuais e grupais (Grupos Focais).
- (b) Atribuição de códigos aos entrevistados e às pessoas por eles mencionadas, para se assegurar o sigilo das informações.
- (c) Leitura compreensiva dos textos transcritos, buscando identificar especificidades e uma visão global dos depoimentos.

- (d) Elaboração de estruturas de análise, agrupando trechos de depoimentos mais ilustrativos em quatro eixos temáticos (ou "gavetas"): Imagem/Reconhecimento do Policial; Processo de Trabalho, Risco; Saúde.
- (e) Identificação das idéias centrais presentes em cada uma dos eixos.
- (f) Identificação dos sentidos atribuídos às idéias.
- (g) Elaboração de sínteses interpretativas de cada eixo temático. Para tal síntese, não só procuramos fazer perguntas aos dados, como também utilizamos o referencial teórico da pesquisa e conclusões de outros estudos sobre o assunto.

Após esse momento, foi realizada uma comparação entre a interpretação dos dados da pesquisa sobre a Polícia Militar com os dados da pesquisa da Polícia Civil (sistematizados em Minayo & Souza, 2003). Dessa comparação foram obtidas novas sínteses interpretativas, procurando, em torno de cada eixo temático, apreender as especificidades e as intersecções entre as duas corporações policiais.

Todos os participantes das entrevistas e grupos focais assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido.

Capítulo 4

CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-DEMOGRÁFICA: COMPARAÇÃO ENTRE POLICIAIS MILITARES E CIVIS

Nas tabelas de número 5 a 11 podemos observar que grande parcela dos policiais militares pertence ao sexo masculino, tem de 36 a 45 anos, estudou o 2º grau completo ou está cursando o nível superior, é de cor negra ou parda, está casada ou tem um parceiro conjugal, não tem filhos ou possui apenas um filho, e afirma, mais que os civis, praticar algum tipo de religião.

Eles diferem estatisticamente dos civis em todos os itens abaixo descritos. Na Corporação Militar:

- é menor a participação do sexo feminino;
- existe maior quantidade de jovens;
- eles têm escolaridade mais baixa;
- é maior o número de negros ou pardos;
- existem mais solteiros;
- seus membros possuem menor número de filhos;
- maior número professa algum tipo de religião.

Tabela 5: Distribuição dos policiais militares e civis segundo sexo

Sexo	Polícia Militar	Polícia Civil
	%	%
Feminino	4,9	17,7
Masculino	95,1	82,3

(p < 0,000)

Tabela 6: Distribuição dos policiais militares e civis segundo faixa etária

Faixa etária	Polícia Militar	Polícia Civil
	%	%
Até 35 anos	46,2	9,1
De 36 a 45 anos	41,4	55,5
45 ou mais anos	12,3	35,4

(p <0,000)

Tabela 7: Distribuição dos policiais militares e civis segundo escolaridade

Escolaridade	Polícia Militar	Polícia Civil
	%	%
1º grau incompl/completo	3,7	1,8
2º grau incompl/completo	55,0	14,9
Sup incompl/completo	37,3	78,4
Pós-graduação	4,0	4,9

(p <0,000)

Tabela 8: Distribuição dos policiais militares e civis segundo cor da pele

Cor da pele	Polícia Militar	Polícia Civil
	%	%
Branca	44,2	65,2
Preta/parda	55,8	34,8

(p <0,000)

Tabela 9: Distribuição dos policiais militares e civis segundo situação conjugal atual

Situação conjugal	Polícia Militar	Polícia Civil
	%	%
Solteiro	20,7	13,8
Casado/companheiro	74,0	73,9
Viúvo/separado	5,3	12,3

(p <0,000)

Tabela 10: Distribuição dos policiais militares e civis segundo número de filhos

Número de filhos	Polícia Militar	Polícia Civil
	%	%
Nenhum	29,6	17,8
1 filho	25,9	22,8
2 filhos	28,6	37,6
3 filhos ou mais	15,9	21,9

(p < 0,000)

Diferenças estatísticas entre as duas corporações continuam a ser observadas no que se refere à prática religiosa. Conforme a tabela 11 os policiais militares, mais que os civis, afirmam que praticam alguma religião, freqüentemente e às vezes.

Tabela 11: Distribuição dos policiais militares e civis segundo prática religiosa

Prática religiosa	Polícia Militar	Polícia Civil
	%	%
Sim, frequentemente	26,0	25,5
Sim, às vezes	54,2	51,9
Não	19,8	22,6

(p < 0,048)

A seguir apresentamos alguns dados referentes à inserção profissional dos policiais e a seu status como trabalhadores públicos (tabelas 12 a 21).

Grande parcela dos policiais militares está há menos de 10 anos na Polícia. Nessa Corporação existe maior proporção de pessoas recebendo até R\$ 1000,00 ou acima de R\$ 1500,00. Nas suas famílias existe mais alguém, além do policial que contribui para a renda familiar. Seus gastos mensais assim se distribuem: R\$ 101,00 a R\$ 200,00 com transporte; igual montante com educação; até R\$ 100,00 com medicamentos; de R\$ 201,00 a R\$ 500,00 com alimentação e com moradia e mais de R\$ 200,00 com prestações e dívidas.

Tomando como base os valores médios dos gastos acima listados, concluímos que um Policial Militar necessita de um valor médio de R\$ 1600,00 mensais para cobrir suas despesas básicas, o que, em tese, ultrapassa o que a grande maioria recebe.

Quando comparados aos Policiais Civis, os Militares:

- estão a menos tempo na Polícia;
- em média ganham menos;
- necessitam da contribuição de outras pessoas para completar a renda familiar;
- gastam mais com transporte, alimentação, prestações e dívidas;
- não gastam nada ou gastam acima de R\$ 500,00 com medicamento;
- gastam menos com educação.

Em todas as questões aqui analisadas, exceto em relação ao gasto com moradia, houve diferenças estatisticamente significativas entre as duas polícias.

Tabela 12: Distribuição dos policiais militares e civis segundo tempo de trabalho na Polícia

Tempo de trabalho	Polícia Militar	Polícia Civil
	%	%
Até 10 anos	49,4	12,9
De 11 a 20 anos	30,5	62,5
21 ou mais anos	20,1	24,6

(p < 0,000)

Na tabela acima podemos observar que, percentualmente, os policiais militares têm seu efetivo concentrado no grupo com menos de 10 anos de trabalho, indicando, possivelmente, uma instabilidade na carreira muito maior do que a polícia civil.

Igualmente, e de forma diferenciada da polícia civil, a Polícia Militar concentra seu efetivo nas faixas extremas de menor e maior renda. Há mais servidores recebendo até R\$ 1.000,00 e no grupo que ganha acima de R\$ 1.500,00. Enquanto entre os policiais civis a distribuição de renda é melhor, havendo menos pessoas no grupo de menor renda e menos diferenças entre os escalões.

Tabela 13: Distribuição dos policiais militares e civis segundo renda líquida

Renda líquida	Polícia Militar	Polícia Civil
	%	%
Até R\$ 1000,00	37,9	18,1
De R\$ 1001,00 a R\$ 1500,00	27,2	59,4
Acima de R\$ 1500,00	34,9	22,6

($p < 0,000$)

As diferenças se expressam também nos descontos em folha: 77,9% dos militares contra 59,2% dos civis afirmam que seus salários sofrem descontos ($p < 0,000$).

A grande maioria (53,5% dos policiais militares e 54,9% dos civis) de ambas as corporações afirma que, além dele, apenas uma pessoa contribui para a renda familiar. Entretanto, entre os policiais militares, talvez pela necessidade de complementação provocada pelos baixos salários e pelos descontos mensais, um maior número afirma que três ou mais pessoas contribuem para a renda familiar (tabela 14).

Tabela 14: Distribuição dos policiais militares e civis segundo número de pessoas que contribuem com a renda familiar (além do policial)

Pessoas que contribuem com a renda familiar	Polícia Militar	Polícia Civil
	%	%
Uma	53,3	54,9
Duas	31,9	33,7
Três ou mais	14,8	11,4

($p < 0,003$)

Quando considerados todos os rendimentos da família, observamos que há uma elevação da renda nas duas corporações, com a diminuição dos percentuais na faixa de menor rendimento e aumento de concentração na faixa de renda intermediária. Contudo, a proporção de policiais militares com menor renda familiar continua maior do que a de civis (tabela 15).

Tabela 15: Distribuição dos policiais militares e civis segundo renda familiar

Renda familiar	Polícia Militar	Polícia Civil
	%	%
Até R\$ 1000,00	18,0	7,3
De R\$ 1001,00 a R\$ 2500,00	51,7	64,9
Acima de R\$ 2500,00	30,2	27,9

(p < 0,000)

A grande maioria dos policiais das duas instituições gasta de R\$ 101,00 a R\$ 500,00 por mês com transporte, conforme mostra a tabela 16. No entanto, os policiais militares costumam gastar uma parte maior de seu salário com transporte em relação aos civis.

Tabela 16: Distribuição dos policiais militares e civis segundo gasto por mês com transporte

Gasto com transporte	Polícia Militar	Polícia Civil
	%	%
Nada	1,4	2,0
Até R\$100,00	16,1	26,3
De R\$ 101,00 a R\$200,00	47,3	45,2
De R\$ 201,00 a R\$500,00	30,9	23,3
Mais de R\$ 500,00	4,2	3,3

(p < 0,000)

Avaliamos também os gastos com medicamentos. Como mostra a tabela 17 a maioria dos policiais de ambas as Corporações informa gastar até R\$ 100,00 por mês com este item. Um percentual mais elevado de policiais militares em relação aos civis diz que não gasta nada com remédios. Mas também um mais elevado

percentual dos primeiros afirma despendar mais R\$ 500,00 diferenciando-se ainda uma vez, dos segundos.

Tabela 17: Distribuição dos policiais militares e civis segundo gasto por mês com medicamento

Gasto com medicamento	Polícia Militar	Polícia Civil
	%	%
Nada	13,4	11,1
Até R\$100,00	55,8	58,8
De R\$ 101,00 a R\$200,00	19,7	20,5
De R\$ 201,00 a R\$500,00	7,3	7,7
Mais de R\$ 500,00	3,9	1,9

(p < 0,001)

No quesito alimentação a maioria dos policiais afirma gastar de R\$ 201,00 a R\$ 500,00 por mês. Na tabela 18 observamos a distribuição desse gasto. Maior proporção de policiais militares apresenta gasto acima de R\$ 500,00.

Tabela 18: Distribuição dos policiais militares e civis segundo gasto por mês com alimentação

Gasto com alimentação	Polícia Militar	Polícia Civil
	%	%
Até R\$100,00	1,5	2,9
De R\$ 101,00 a R\$200,00	15,9	14,8
De R\$ 201,00 a R\$500,00	55,8	60,5
Mais de R\$ 500,00	26,7	21,8

(p < 0,000)

Mais da metade dos policiais militares e civis afirma que gasta de R\$ 101,00 a R\$ 500,00 com educação. No entanto, também nesse item os policiais militares ficam em desvantagem: seus gastos são menores que os dos civis, como pode ser visto na tabela19.

Tabela 19: Distribuição dos policiais militares e civis segundo gasto por mês com educação

Gasto com educação	Polícia Militar	Polícia Civil
	%	%
Nada	19,0	16,3
Até R\$100,00	16,3	11,5
De R\$ 101,00 a R\$200,00	23,4	24,1
De R\$ 201,00 a R\$500,00	28,9	33,1
Mais de R\$ 500,00	12,4	15,0

(p < 0,000)

Prestações e dívidas constituem um item que pesa nos gastos dos policiais, sobretudo dos servidores militares. Como mostra da tabela 20. Maior percentual deles retira acima de R\$ 500,00 para cobrir essas obrigações.

Tabela 20: Distribuição dos policiais militares e civis segundo gasto por mês com prestações e dívidas

Gasto com dívidas	Polícia Militar	Polícia Civil
	%	%
Nada	8,2	16,6
Até R\$100,00	5,4	9,3
De R\$ 101,00 a R\$200,00	16,0	20,2
De R\$ 201,00 a R\$500,00	31,9	31,2
Mais de R\$ 500,00	38,5	22,7

(p < 0,000)

O gasto com moradia é um item no qual as diferenças entre as duas polícias desaparecem (tabela 21). Em ambas são pequenos e bastante semelhantes. A grande parcela dos policiais das duas corporações gasta de R\$ 201,00 a R\$ 500,00 com moradia.

Tabela 21: Distribuição dos policiais militares e civis segundo gasto por mês com moradia

Gasto com moradia	Polícia Militar	Polícia Civil
	%	%
Nada	4,1	4,3
Até R\$100,00	6,6	6,2
De R\$ 101,00 a R\$200,00	22,8	24,2
De R\$ 201,00 a R\$500,00	42,1	38,5
Mais de R\$ 500,00	24,5	26,8

Conforme podemos concluir, em quase todos os itens tratados neste perfil comparativo, os policiais militares ficam em desvantagem com os policiais civis. Dos mais relevantes aspectos destacamos a questão dos baixos salários de uma maioria e a existência de um elevado percentual dos militares no grupo com menos de 10 anos de Corporação. Além dos salários baixos que não recompensam as difíceis e arriscadas condições de trabalho podem estar pesando nesse perfil de instabilidade, as marcas da hierarquização excessiva que acabam se configurando como desigualdade de acesso e de oportunidades da maioria.

PARTE II

Capítulo 5

PROCESSO DE TRABALHO DA POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL DO RIO DE JANEIRO

Introdução

Nesta parte apresentamos informações e reflexões sobre as condições de trabalho dos policiais. Conforme já foi tratado na parte metodológica, o conceito central de análise desse tema é processo de trabalho, entendido a partir de Marx em A Crítica da Economia Política (1968) e no VI Capítulo inédito do Capital (1978). Esse conceito, historicamente construído, em sua densidade de sentido, inclui os aspectos técnicos, os meios, as relações entre iguais e hierárquicas e a própria construção ideológica que permeia a realização das atividades e a produção de bens e serviços.

No processo de trabalho policial encontramos: uma atividade adequada a um fim e o emprego da ação humana e de seus recursos físicos e mentais para atingi-la; com um claro objeto de trabalho que é a investigação da infração penal; visando a um produto muito concreto que é a denúncia (mediante identificação de autorias e provas) oferecida ao Ministério Público como peça inicial do procedimento criminal realizado pelo Poder Judiciário no caso dos civis e a prevenção ou repressão ao crime, por parte dos militares; e, finalmente, os meios de trabalho, como recursos físicos e técnicos. Essa atividade se faz de forma cooperativa e hierárquica num contexto de relações, e no seu desenvolvimento, se cria uma cultura organizacional que por sua vez, faz parte importante da construção da identidade dos policiais e da Corporação.

Como outros trabalhadores, os policiais vivenciam, no seu cotidiano, o embate entre o conjunto de prescrições e exigências para a realização das tarefas e a disponibilidade dos recursos materiais e de tecnologias, concedidos ou negados

conforme políticas institucionais. No confronto entre o que lhes é exigido e os meios de que dispõem para realizá-lo, esses servidores mobilizam seus próprios recursos emocionais, cognitivos e físicos (Dejours, 1999a).

Neste estudo lidamos com informações, percepções e representações dos policiais sobre sua atividade e suas condições de realização. Ouvir a própria lógica desses servidores sobre o seu processo de trabalho constitui uma opção de método e uma opção teórica. Além dos elementos objetivos que serão obtidos a partir da descrição dos entrevistados, será incorporada uma leitura interpretativa a partir da expressão subjetiva desses agentes. Partimos do pressuposto de que o sujeito que vivencia o trabalho possui a capacidade de dar significado ao que realiza e a si mesmo, e que, nesses dois caminhos se entrelaçam "processos objetivos" e "processos subjetivos". (Gonçalves, 1994; Minayo, 1986).

Em linhas gerais, destacamos as diferenciações internas entre as duas Corporações e seus estratos **operacionais**, e **administrativos**. Este texto trata comparativamente os processos e condições de trabalho dos policiais militares e civis. Tendo em vista que, no caso da Polícia Civil já havíamos realizado essa descrição (Minayo & Souza, 2003), daremos mais ênfase ao caso da Corporação Militar.

A partir da realização de entrevistas e de grupos focais nos setores administrativo, operacional e operacional especial da polícia militar do Rio de Janeiro analisamos: (1) informações gerais sobre o processo de trabalho das duas corporações; (2) processos de recrutamento seleção e formação; (3) condições materiais, técnicas e ambientais de trabalho, (4) Jornada de trabalho, (3) Interação entre pares e relações hierárquicas (4) Imagens do que é ser policial. Da polícia civil analisamos o setor administrativo, operacional e técnico, mas nesta comparação limitar-nos-emos aos dois primeiros.

Na polícia militar o setor administrativo é responsável pelo trabalho burocrático e por realizar a seleção, o treinamento, o aperfeiçoamento e a formação profissional dos militares. Os oficiais são responsáveis pelo trabalho administrativo, planejamento e gestão das Unidades. Algumas vezes os policiais graduados acompanham os grupos que fazem operações. O setor operacional é responsável pelo policiamento externo

mantenedor da ordem pública. O operacional especial corresponde ao grupamento de elite habilitado para operações não rotineiras de caráter policial militar. Na polícia civil a área administrativa tem as mesmas funções, como na PM e a operacional e a técnica visam a produzir o processo investigatório, instaurando o inquérito policial (Minayo & Souza, 2003).

Capítulo 6

BREVE DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO DAS POLÍCIAS CIVIL E MILITAR

Polícia Civil - A estrutura do quadro permanente de funcionários da Polícia Civil do Rio de Janeiro é estratificada em grupos, segundo a Lei 3586/2001, art. 1º: Grupo I: *Autoridade Policial*. Grupo II: *Agentes de Polícia Estadual de Apoio Técnico-Científico*. Grupo III: *Agentes de Polícia Estadual de Investigação e Prevenção Criminais*.

Nos termos do artigo 4º do Código de Processo Penal (CPP), cabe à Polícia Judiciária, exercida pelas Autoridades Policiais, a atividade destinada à apuração das infrações penais e da sua autoria, por meio do **Inquérito Policial** preparatório da ação penal. O **Inquérito policial** não é um processo, é um conjunto de procedimentos administrativos destinados a reunir elementos necessários à apuração da prática de infração penal e de sua autoria. Sua função é recolher provas preliminares, por vezes difíceis de serem conseguidas, como auto de flagrante, exames periciais, etc., para acompanhar e embasar a denúncia ou a queixa. Deduz-se do art. 27 do CPP que, inclusive, o inquérito policial não seja indispensável, pois qualquer pessoa pode provocar diretamente a iniciativa do Ministério Público, por meio de informação escrita sobre fato, autoria, tempo, lugar e meios de convicção do crime ocorrido.

As atribuições concedidas à polícia no inquérito policial são de caráter discricionário, ou seja, elas têm a faculdade de operar ou deixar operar, mas dentro de um campo estritamente delimitado pelo direito. Por esse motivo, é lícito à autoridade policial deferir ou indeferir qualquer pedido de prova feito pelo indiciado ou ofendido. Por sua vez, como regra, o ato da polícia é auto-executável, pois, na maioria dos casos, independe da prévia autorização do Poder Judiciário para sua concretização jurídico-material.

O inquérito policial é um procedimento escrito, sigiloso, obrigatório e indisponível. *Escrito* porque se exige para instauração do processo penal, que ele apresente algum rigor formal, uma vez que deve servir para comprovar a materialidade do

delito e de base para a decretação da prisão preventiva do autor, se for o caso. A exigência do *sigilo* está ligada à descrição necessária à apuração dos fatos (o sigilo não se estende ao ministério público nem ao poder judiciário). A abertura do inquérito é *obrigatória*, pois a autoridade policial deverá instaurá-lo sempre que tenha notícia da prática de infração. E é *indisponível*, pois, uma vez instaurado, a autoridade não poderá arquivá-lo.

A competência para presidir o inquérito policial é deferida, por termos constitucionais, aos delegados de polícia de carreira que a distribuem aos membros de sua equipe, instaurando diligências para recolhimento de provas e autorias da infração penal. O inquérito policial se inicia com a *notícia do crime* (*notitia criminis*) que, tecnicamente é o conhecimento espontâneo (pode ocorrer por conhecimento direto ou comunicação não formal) ou provocado (transmitido pela vítima ou qualquer pessoa do povo, por requisição judicial ou do Ministério Público) pela autoridade policial de um fato aparentemente criminoso.

Cabe à autoridade policial uma investigação preliminar no sentido de verificar a veracidade da informação, instaurando o inquérito apenas quando a verificação for positiva. Embora não exista um rito formal, o inquérito que geralmente se inicia por comunicação verbal deve ser reduzido a termos, mediante requisição, requerimento ou por auto de prisão em flagrante delito e dar início a diligências para que a autoridade colha, ao vivo, elementos da infração, devendo agir com presteza para que não se modifiquem as circunstâncias que permitam a elucidação do crime: exame do local, apreensão de objetos e outras provas, audiência à vítima, reconhecimento das pessoas, acareações, exames de corpo de delito (quando necessário), reprodução simulada dos fatos, e outros.

No caso de comprovação da autoria da infração, a autoridade policial procede ao indiciamento que é a imputação a alguém da prática do ilícito penal. O indiciamento é um ato legal, fundamentado na reunião de provas, contra um suspeito que deverá ser interrogado pela autoridade policial. O interrogatório, na presença de testemunhas, deve proceder à identificação dactiloscópica, à qualificação física, moral e social do suspeito de infração, e buscar, da parte do suspeito, o esclarecimento de seu delito. A peça, escrita e lida ao final, recebe a assinatura do indivíduo indiciado e das testemunhas. Uma folha de antecedentes, assim como

provas materiais e técnicas oferecidas pela perícia e laudos, quando necessários, são também incluídos no Inquérito, que será então oferecido como prova preliminar ao Ministério Público.

Concluídas as investigações, a autoridade policial deve fazer minucioso relatório do que tiver sido apurado no inquérito. Não cabe à autoridade policial emitir juízos de valor sobre os fatos, apenas apresentar todas as informações colhidas durante as investigações e diligências realizadas. Os autos devem ser remetidos com todos os instrumentos, objetos e provas, às autoridades competentes, com a devida classificação do crime. Igualmente é dever da autoridade policial, oficiar ao Instituto de Identificação e Estatística, o juízo para o qual foi distribuído o inquérito e os dados relativos à infração penal e à pessoa do indiciado.

O Código de Processo Penal fixa o prazo de 30 dias para a conclusão do inquérito policial, no caso de que o suspeito esteja solto; e de 10 dias, se ele estiver preso, contando a data em que foi efetuada a prisão. Concluído o inquérito e elaborado o relatório, a autoridade policial remete os autos ao juiz competente. Existe uma controvérsia legal sobre esse encaminhamento que deveria ocorrer diretamente ao Ministério Público, pois a essa instância cabe avaliar o conteúdo do inquérito policial e julgar se existem elementos ou não para fundamentar uma acusação, requerendo ao juiz a instauração do processo ou o arquivamento do inquérito. Sobre esse tema assim se refere Mirabete: *“as disposições do art.129, incs.I a VII da Constituição Federal não revogaram o art. 10 §1º. do CPP, de modo a impedir que o juiz receba o inquérito policial, porque deveria ser encaminhado diretamente ao Ministério Público. As referidas disposições não têm eficácia plena e devem ser disciplinadas, nessa parte, pela lei ordinária”* (Mirabete, 2000,94-95).

É dever da Policial Civil, durante todo o transcorrer do inquérito e mesmo depois de concluído, oferecer todas as informações e considerações que possam ser de utilidade no esclarecimento do crime ao Ministério Público e ao juiz. A autoridade policial pode requerer ao juiz a devolução dos autos para posteriores diligências. Assim como o Ministério Público pode também demandar novas diligências à autoridade policial, para instrução do processo penal.

Todos os procedimentos para produzir o **Inquérito Policial**, constituem a essência do processo de trabalho da Polícia Civil. O Código de Processo Penal não determina a forma de estruturação das atividades. Cabe à própria instituição a organização da estrutura, do funcionamento e do estabelecimento das mediações necessárias ao cumprimento das tarefas de investigação e produção do inquérito. A sistemática do processo real de trabalho com suas contradições, sucessos e efeitos sobre os profissionais está descrita nas páginas deste livro. Certamente, as inúmeras dificuldades citadas pelos próprios funcionários referentes à rigidez de estruturas, às normas corporativas, às manifestações e arbitrariedades do poder, ao predomínio de injunções políticas sobre exigências técnicas, à falta de visão e valorização de cada parte no todo, costumam ser fortes empecilhos à requerida execução da missão. Portanto, qualquer análise voltada para mudanças, necessita ter em mente perguntas que possam induzir transformações das estruturas, das dissociações das funções, e levar em conta os conflitos de poder, a suficiência numérica e a competência técnica do pessoal.

Na pesquisa por nós realizada trabalhamos com três subconjuntos de funcionários, a que denominamos **estratos**, uma vez que, foi a partir deles e a seu favor que produzimos este estudo. Essa classificação levou em conta as características das atividades que exercem em seus processos específicos de trabalho.

Para uma melhor visualização da complexidade das relações entre os diversos estratos, apresentamos, a seguir, quatro figuras que nos foram fornecidas pelo Grupo Executivo das Delegacias Legais. Correspondem ao macro-processo de trabalho de produção da investigação policial. A primeira representa o fluxo das atividades, na forma como está prescrito hoje. A segunda, permite visualizar uma proposta de reordenação desse fluxo, tal como tem sido experimentada no programa denominado *Delegacias-Legais*. As outras duas, dizem respeito ao que esse grupo denominou “*processos-fim*” destinados à produção do inquérito; e “*processos-meio*” voltados às atividades gerenciais e administrativas que promovem o apoio à missão precípua da instituição.

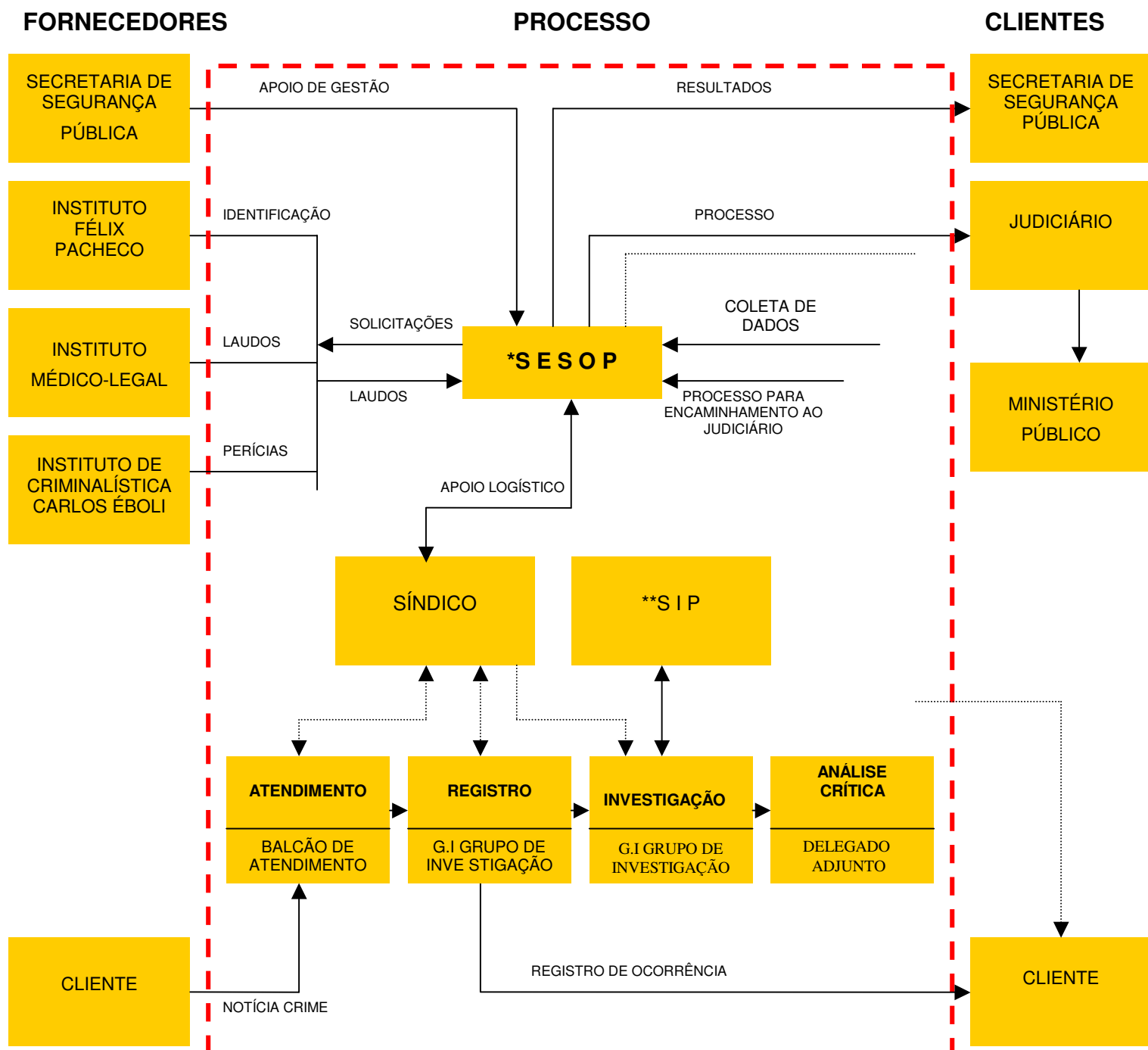
O fluxo que se estabelece no macro-processo de trabalho policial civil parte da *notícia crime* passa por uma complexa dinâmica investigativa e chega ao Ministério Público, cliente imediato do processo de investigação policial, que julga a

procedência da denúncia e a encaminha ao Judiciário. No Estado do Rio de Janeiro existem três Centrais de Inquéritos Policiais, nas cidades de Niterói, Rio de Janeiro e Duque de Caxias, que fazem parte da estrutura do Ministério Público e para onde são encaminhados todos os inquéritos policiais.

Na estrutura organizativa, além de todas as instâncias voltadas para a busca de autoria e provas em campo há duas instâncias importantes de apoio ao processo: a Sessão de Suporte Operacional (SESOP), e a Seção de Inteligência Policial (SIP). Assim como aos institutos técnico-científicos, Instituto Félix Pacheco, Instituto Médico-Legal e Instituto Carlos Éboli, cabe o papel de suporte na emissão de identificação, perícias e provas técnicas necessárias à instrução do inquérito.

No organograma colocado abaixo, podemos visualizar o processo de trabalho prescrito.

FIGURA 1: MACRO-PROCESSO ATUAL



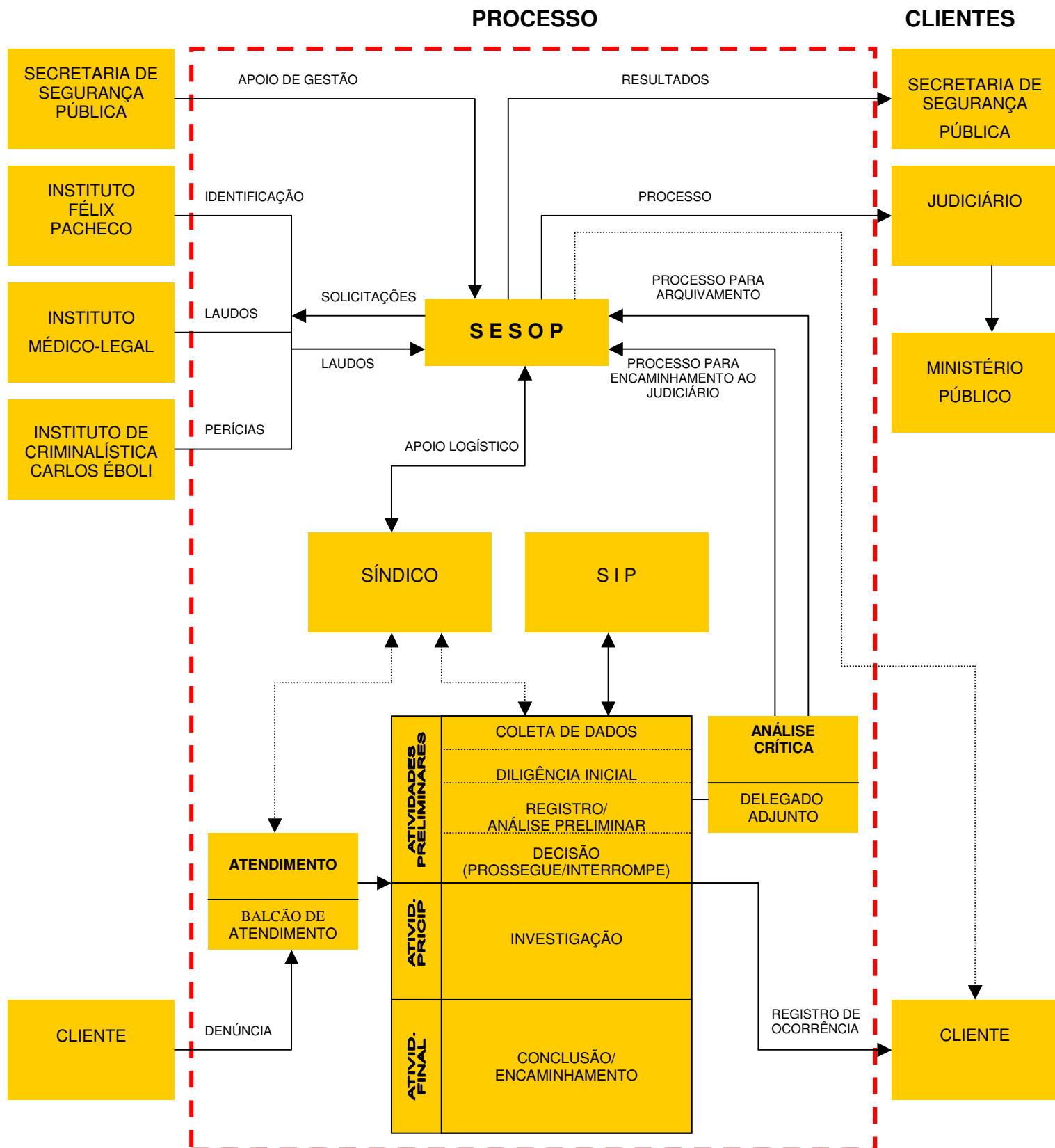
Fonte: Grupo Executivo Programa Delegacia Legal

*SIP= Seção de Inteligência Policial

**SESOP= Seção de Suporte Operacional

Na segunda figura estão colocadas algumas mudanças no fluxo do processo de trabalho, visando a uma maior racionalidade na produção do serviço.

Figura 2: Macroprocesso proposto



Na figura 3 estão detalhados os procedimentos sistemáticos estabelecidos pela Polícia Civil do Rio de Janeiro para proceder à investigação, tendo em vista a produção do Inquérito, visando a proteção da sociedade.

Figura 3: Processo - fim



Na figura 4 estão esquematizados os procedimentos de apoio que se dividem em duas partes. O primeiro e o quarto fluxos dizem respeito ao “apoio” à própria produção do Inquérito Policial, configurando instâncias de mediação para recebimento, preparação para encaminhamento, encaminhamento e arquivamento da peça de investigação. Os outros fluxos do processo estão voltados para a administração e gestão interna da Corporação e de seu patrimônio.

Na realização da pesquisa, buscamos distinguir cada um dos processos parciais evidenciar que existe uma totalidade institucional e teórica que precisa ser valorizada na prática.

Figura 4: Processo - meio



O primeiro estrato analisado por nós é constituído por profissionais das unidades que exercem **atividades administrativas**; o segundo, por aqueles que atuam nas **unidades operacionais**, ou seja, as delegacias. E o terceiro é conformado pelos que trabalham nas **unidades da polícia técnica** que como já informamos, não será objeto de estudo comparativo. Em seguida, há uma resumida descrição da especificidade desses setores.

Administrativo - Envolve dinâmicas e processos de trabalho muito heterogêneos. Inclui atividades tipicamente administrativo-burocráticas, como as do *Departamento de pessoal* (ATA); da área que trata da provisão de pensões e aposentadorias (DRCP); gestão e planejamento (ASPLAN); serviços de manutenção de viaturas (Divisão de Transportes); acervo cartorário de delegacias (DEAC). É responsável também pelo trabalho de formação e capacitação de policiais (ACADEPOL); e de comunicação que dá suporte direto à investigação, ou seja, à ação operacional (ASCOM). O processo de trabalho desse setor costuma ser designado como um conjunto de “atividades-meio”, indicando a idéia de constituir um suporte operacional que dá as condições para as “atividades-fim”, isto é, à produção da investigação policial.

Técnico - Este setor abriga uma grande diversidade de atividades, contudo, tem em comum, a produção de laudos e perícias científicas para apoiar a investigação policial. *Instituto Médico Legal* - Realiza laudos cadavéricos determinando a *causa mortis* e verifica a veracidade de agressões de pessoas vivas (corpo de delito), e produz ainda a emissão de atestados de óbitos. *O Instituto de Criminalística Carlos Éboli* é responsável pela produção de perícias químicas, de armas de fogo, de telefones celulares, de jogos eletrônicos; de ocorrência de incêndio; de adulteração de documentos, de circunstâncias relativas a homicídios, acidente de trânsito com vítima, arrombamento e morte suspeita e outras investigações; de fraudes contábeis; de furto de energia dentre outros. *Instituto Félix Pacheco* - Produz reconhecimento da identificação civil. Atesta a identidade de pessoas vivas e mortas. O eixo central de seu trabalho é a identificação papiloscópica. Atualmente a identificação civil dos cidadãos comuns, não envolvidos em atos ilícitos (produção de carteiras de identidade, passou para a responsabilidade do DETRAN), mas, é feita no mesmo prédio.

Operacional - Esse é o setor que inicia e termina a investigação que dá origem ao inquérito policial. Destina-se a produzir registro de crimes e de acidentes de trânsito e investigação de autoria de delitos. Sua produção se materializa no registro de ocorrência e no inquérito policial. A atividade operacional é denominada “atividade-fim”, revelando sua centralidade na produção social da Polícia Civil. Possui especificidades no que concerne a ação das Delegacias Especializadas, devidamente nomeadas neste estudo. Hoje o setor operacional é o que mais tem

merecido investimento do Estado, visando a aperfeiçoar a formação dos agentes, a melhorar os fluxos das atividades, a promover meios técnicos eficientes, em busca de respostas adequadas à proteção do cidadão. Esse investimento está se efetivando no programa *Delegacias Legais*.

Polícia Militar - A missão contemporânea da Polícia Militar se encontra escrita no art. 144 do Capítulo III da Constituição Federal de 1988 que estabelece suas competências: *(a) preservação da ordem pública; e (b) preservação da incolumidade das pessoas e do patrimônio*. Essas competências devem ser exercidas com as seguintes características (inciso V): *(a) execução da polícia ostensiva; (b) caráter militar das ações vinculadas ao Exército Brasileiro e como Força Auxiliar; e (c) de forma subordinada aos governadores*.

Com base na Carta Magna Federal, a Constituição do Estado do Rio de Janeiro repete a missão e os encargos conferidos na legislação federal: *preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio*. São mantidos também seu caráter militar e sua subordinação ao governador. Os conceitos básicos de sua ação são a Ordem Pública e Policimento Ostensivo.

Segundo o eminente advogado administrativista Hely Lopes Meirelles, no livro “*Direito Administrativo da Ordem Pública*” o conceito de:

Ordem Pública, no tempo e no espaço está sempre vinculado à noção de interesse público e de proteção e segurança à propriedade, à saúde pública, aos bons costumes, ao bem-estar coletivo e individual, assim como à estabilidade das instituições em geral. A proteção a esses bens é, modernamente, confiada à Polícia de Manutenção da Ordem Pública, no nosso país exercida, precipuamente, pela Polícia Militar estadual.

O conceito de Polícia Ostensiva é novo no texto constitucional e expressa uma ampliação do termo “*policimento ostensivo*”, correspondente a uma fase da atividade da polícia. No texto constitucional existe uma preferência nítida do constituinte pela prevenção ostensiva constante (vinculada à identificação dos

policiais militares pelo uso dos uniformes, equipamentos e armamentos), em relação a eventuais ações repressivas.

Do ponto de vista de seu funcionamento, a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro se localiza em três grandes áreas: (1) a Capital, que compreende o município do Rio. (2) A Baixada, que corresponde aos municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Nilópolis, Belford Roxo, Queimados, Japeri, São João de Meriti e Magé. E (3) Interior, referindo-se aos demais municípios do Estado. Cada uma dessas áreas está vinculada a um *Comando de Policiamento* e a ele se subordinam unidades que executam a missão institucional por meio de policiamento geral, radiopatrulhamento, patrulhamento rodoviário, florestal e outros. Existem outras unidades que, pelo seu alto grau de especialização, reúnem-se num Comando de Policiamento Especial que abrange todo o Estado: unidades de *Polícia de Choque*, *Operações Policiais Especiais*, *Patrulhamento Rodoviário*, *Florestal*, *Montado e Ferroviário* (www.policiamilitar.gov.rj.br; 2005).

Atualmente o efetivo de policiais militares do Estado do Rio de Janeiro é de 38.594 (www.policiamilitar.gov.rj.br; 2005) membros ativos correspondendo a uma relação de 1 (um) policial para 399 habitantes, considerando-se que a população residente no Estado hoje é de cerca de 15.270.000 pessoas. O número previsto pela corporação é de 43.774 policiais, numa razão de 1/350 habitantes, embora haja um projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional que trata sobre reformas na categoria e propõe a relação de 1/250 habitantes, situação que faria crescer o efetivo para 61.144 policiais. A categoria possui hoje 23 mil inativos.

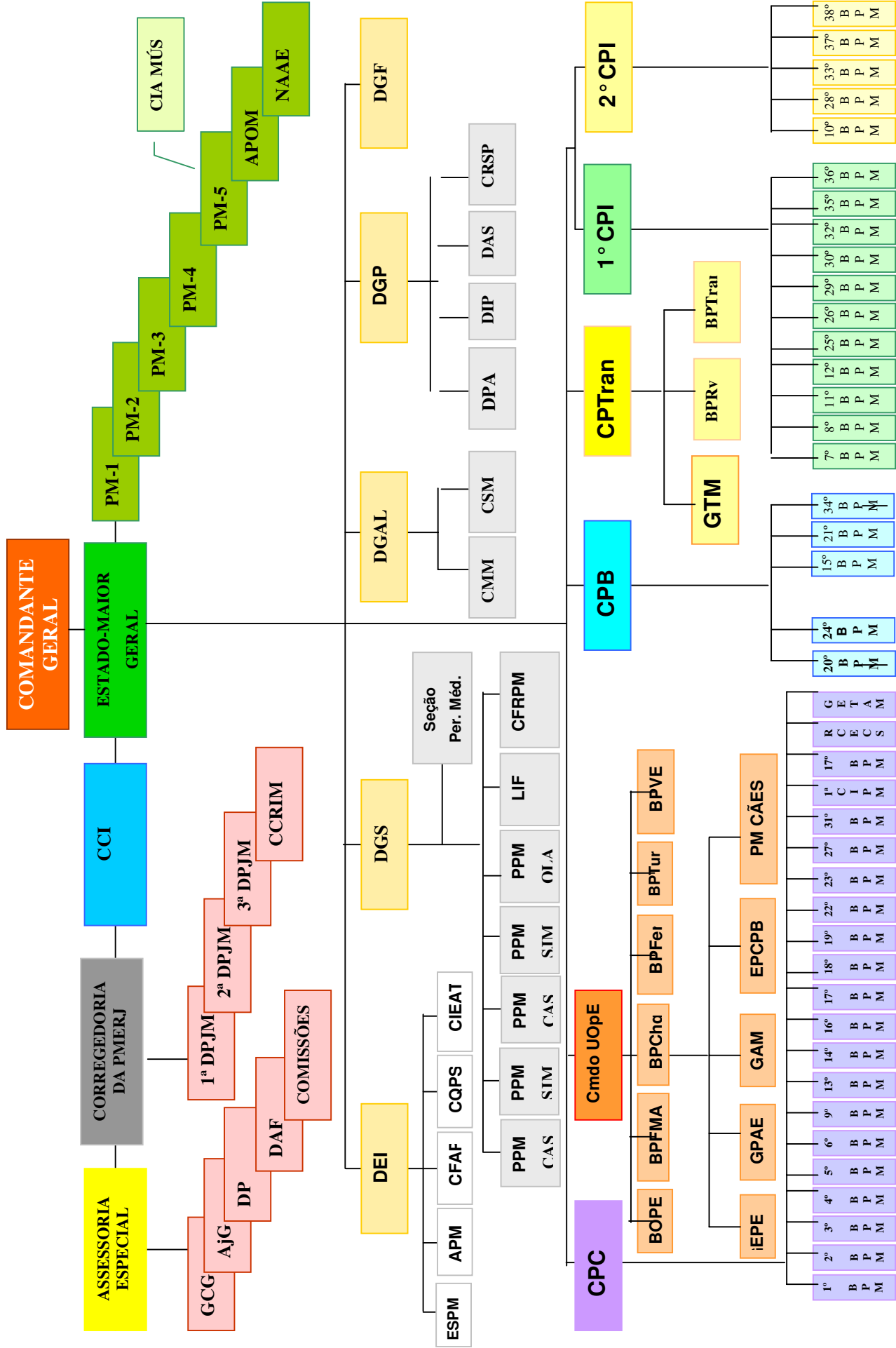
Conforme podemos constatar no organograma a seguir, a Polícia Militar do Rio de Janeiro, assim se estrutura:

1. Quartel General
2. Comando de Policiamento na Capital, na Baixada e no Interior
3. Comando de Unidades Operacionais Especiais
4. Unidades de Saúde
5. Unidades de Ensino
6. Unidades de Trânsito

7. “Outros” nos quais se situam o Centro de Manutenção de Material, Centro de Criminalística, Centro de Recrutamento e Seleção de Praças, Delegacia de Polícia Judiciária Militar e Companhia de Músicos.

Além de sua expressão constitucional e estrutura de funcionamento, os policiais militares do Rio de Janeiro possuem um Estatuto próprio, onde estão escritos um conjunto de direitos e deveres, consagrados na Lei nº 443, de 1º de julho de 1981, alterada pela Lei nº 467, de 23 de outubro de 1983. Esse estatuto enfatiza o patriotismo, traduzido pela vontade inabalável de cumprir o dever policial militar e pelo solene juramento de fidelidade à Pátria, integral devotamento à manutenção da ordem pública, até com o sacrifício da própria vida; o civismo, o espírito de corpo e a necessidade de aprimoramento profissional; o sentimento do dever; a conduta moral e profissional irrepreensíveis, a justiça em suas ações; o amor ao trabalho, a camaradagem; a discrição; o não-envolvimento político; a disciplina hierárquica, o respeito e a urbanidade com os subordinados e a população.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



Fonte: Estado Maior Geral da Polícia Militar do Rio de Janeiro, PM1, 2004.

A Polícia Militar presta uma diversidade de serviços à sociedade. É difícil, no Brasil, encontrar trabalhadores, públicos ou privados, que tenham tantas atribuições (o que certamente dificulta a efetividade de suas ações) e trabalhem com tantos riscos.

Seus membros:

1. Atuam expondo a própria vida (como é o caso das centenas que morrem ou ficam mutilados anualmente), na luta contra o crime e a violência, seja através do patrulhamento normal, seja através de operações policiais de rotina, no combate a assaltantes, seqüestradores, grupos de extermínio e traficantes, através de grandes operações policiais nos locais de homizio de criminosos a fim de prendê-los, apreender armas, drogas etc, em todo o Estado;
2. Realizam patrulhamento motorizado, em todos os recantos do Estado, atendem, em contato direto com a população, a milhares de pessoas que, em especial durante as madrugadas, à beira das estradas e dos caminhos, solicitam sua ajuda para conduzir enfermos, acidentados e parturientes ao hospital; não raro, eles próprios realizam partos de emergência, até dentro das viaturas;
3. Realizam serviço de patrulhamento à porta de escolas públicas e privadas da rede de ensino de 1º e 2º graus, faculdades e universidades, como também, não raro, participam de comemorações cívicas programadas pelas escolas, em todo o Estado;
4. Trabalham no policiamento das orlas marítimas e nas praias das diversas regiões litorâneas do Estado, como na orla da Zona Sul do Município do Rio de Janeiro; nas praias oceânicas de Niterói e Maricá (e também da Baía de Guanabara); na Região dos Lagos, nas praias de Araruama, Saquarema, Cabo Frio e outras; na Baía da Ilha Grande, nas praias do Sul do Estado, bem como nas do Norte, como em Campos e São João da Barra. O trabalho é intensificado nos períodos quentes, especialmente no verão, mas é realizado o ano inteiro;
5. Prestam serviços nos principais pontos turísticos, além de realizar policiamento nos grandes centros comerciais em todas as cidades do Estado,

inclusive com atendimento especializado para turistas nacionais e estrangeiros, por parte do Batalhão de Policiamento em Áreas Turísticas (BPTur);

6. Atuam no policiamento dos terminais rodoviários, em várias cidades do Estado;

7. Realizam a segurança dos grandes eventos esportivos, oficiais e públicos, em estádios, ginásios e congêneres, dentro dos locais, do lado de fora, nas adjacências e nos acessos, como é o caso do Maracanã (em que equipes de policiais militares atuam até no interior dos ônibus) ou do Estádio Godofredo Cruz, em Campos, ou do Caio Martins, em Niterói, sendo que começam a trabalhar cerca de 3 horas antes do início das competições e terminam cerca de 2 horas depois;

8. Estão presentes nos serviços de policiamento de grandes eventos e festas populares, tais como: Eleições, Carnaval, Natal, Reveillon, grandes feiras (como a da Providência na cidade do Rio de Janeiro, ou a da Comunidade no Município de Duque de Caxias), grandes comemorações públicas, como jogos da Copa do Mundo; em apresentações de “mega stars”, além de outras de menor porte. No caso das eleições, os policiais militares policiam as Zonas Eleitorais de todos os municípios do Estado, além de fazerem a segurança das urnas e dos locais de apuração até que as sessões terminem;

9. Promovem a segurança de grandes convenções e congressos de interesse público e de nível nacional ou internacional, como foi o caso da Conferência do Rio (Rio-92), em que a Polícia Militar atuou com todo o seu efetivo disponível, cancelando inclusive férias e licenças. (aliás, como também acontece no Carnaval);

10. Controlam e orientam o trânsito urbano (em todas as cidades do Estado) e rodoviário, nas vias estaduais e municipais com vistas à fluidez do trânsito e à segurança de motoristas e pedestres;

11. Operam na fiscalização e revista de automóveis, motos, caminhões, táxis e ônibus, em todo o Estado, visando a minimizar os crimes contra a vida e o patrimônio, como é o caso dos assaltos;

12. Trabalham para a preservação da flora, da fauna e do meio ambiente, através da fiscalização das ações predatórias das pessoas nas matas, rios e lagoas de todo o Estado, bem como em praias e feiras livres para coibir a comercialização ilegal de animais, através do Batalhão de Polícia Florestal e do Meio Ambiente (BPFMA). Nesta área de atuação são freqüentemente chamados a apoiar órgãos como o IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis), a CERLA (Coordenação Estadual de Rios e Lagoas), a FEEMA (Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente), o IEF (Instituto Estadual de Florestas) e outros.

13. Atuam na preservação da ordem por ocasião de greves e mobilizações populares, a fim de garantir o direito dos grevistas e daqueles que desejam trabalhar, coibindo os excessos e a violência por parte de pessoas que não respeitem os direitos constitucionais dos cidadãos;

14. Atuam em numerosos contingentes, no controle de grandes manifestações públicas, passeatas, comícios e outros eventos da mesma natureza, para a preservação da ordem e a fluidez do trânsito;

15. Atuam, durante as 24 horas, no serviço de segurança externa de todos os presídios e complexos penitenciários existentes no Estado do Rio de Janeiro.

16. Realizam, quando os meios humanos do sistema penitenciário são considerados insuficientes, escoltas de presos de alta periculosidade, dos presídios aos locais de julgamento e vice-versa;

17. Atuam, sobretudo para a custódia de presos recolhidos a leitos hospitalares, em hospitais das redes estadual e municipal, em todo o Estado;

18. Atuam, por solicitação, na revista das dependências de presídios e delegacias concentradoras de presos, bem como na segurança de delegacias da Polícia Civil, quando ameaçadas de invasão;

19. Custodiam presos beneficiados com prisão especial por terem curso superior e por serem advogados;

20. Prestam serviços nos Fóruns de Justiça das Comarcas de todos os municípios do Estado, garantindo a segurança dos magistrados, promotores e demais funcionários, bem como do público;
21. Realizam a preservação de locais de crime até a chegada da perícia, e, às vezes, até mesmo depois; e prestam serviços também nas interdições judiciais de inúmeros imóveis, mesmo da justiça cível;
22. Prestam serviços à instrução criminal através dos seus depoimentos como condutores de presos ou como testemunhas nos milhares de inquéritos e processos penais decorrentes da sua ação policial;
23. Atuam em apoio aos Oficiais de Justiça nas situações de reintegrações de posse, por decisão judicial, além de outros casos, em todo o Estado;
24. Executam a segurança do Governador do Estado (e dos palácios governamentais), do Presidente do Tribunal de Justiça, do Procurador Geral da Justiça, do Presidente da Assembléia Legislativa, bem como de testemunhas, autoridades e pessoas eventualmente sob ameaça;
25. Atuam também, em apoio às forças federais, com o emprego de grandes efetivos, na segurança de dignitários nacionais e estrangeiros, como é o caso das visitas do Presidente da República ao Rio de Janeiro;
26. Atuam na segurança de representações diplomáticas instaladas no Estado do Rio de Janeiro;
27. Permanecem em vigília, em equipes, durante as 24 horas do dia, os 365 dias do ano, mantendo em funcionamento os diversos Centros de Operações da Corporação, instalados em todas as Unidades da PM, de Norte a Sul, para apoiar os serviços externos e para atender às milhares de chamadas da população para o telefone 190. São cerca de 10 mil ligações diárias em média. De um total de mais de 300 mil ligações por mês, cerca de 10% transformam-se em ocorrência policial, com acionamento de viatura da PM. Desde 1997, mais de 24 milhões de ligações já foram recebidas pelo sistema 190 da Polícia Militar;

28. Constituem-se em referência no policiamento dos logradouros públicos para o atendimento a milhares de solicitações diretas da população, em todo o Estado, sejam elas para ação policial estrita, sejam para informações diversas e orientação;

29. Permanecem aquartelados em equipes, durante 24 horas, os 365 dias do ano, para pronto emprego em situações que requeiram forças de Choque ou de Operações Especiais, como é o caso da tropa de elite do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE);

30. Atuam, para a preservação da ordem pública, em caso de saques, quebra-quebra, ocupações e outros, em todo o Estado;

31. Atuam, em apoio às autoridades da Defesa Civil e do Corpo de Bombeiros, por ocasião de enchentes, desmoronamentos, deslizamentos, interdição de estradas e outros sinistros, em todo o estado;

32. Colaboram com a segurança de outras forças, como é o caso da segurança a policiais civis em delegacias; a agentes penitenciários em presídios; a guardas municipais em atuação; e até mesmo em áreas onde se localizam organizações militares das Forças Armadas;

33. Prestam apoio a outros órgãos públicos, estaduais e municipais, nas atividades destes tais como: remoção de mendigos, ação contra camelôs, trato com crianças e adolescentes abandonados, população de rua, e outras.

34. Atuam em apoio aos fiscais fazendários e de posturas municipais, quando solicitados, em todos os municípios do Estado;

35. São chamados para atuar em todas as campanhas de vacinação, de crianças e de animais, bem como não raro, em campanhas beneficentes. Tais campanhas são normalmente realizadas em todo o Estado;

36. Atuam ainda no chamado Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), de orientação aos alunos, do qual já participam cerca

de 180.000 jovens em todo o Estado, desde que foi implantado em julho de 1992;

37. Prestam importantes serviços de segurança em várias Secretarias de Estado, Prefeituras, Poder Legislativo, Poder Judiciário, Ministério Público e a órgãos federais, inclusive militares.

Embora não desfrutem dos mesmos direitos trabalhistas dos trabalhadores brasileiros em geral (como 40 horas máximas semanais, por exemplo), os policiais militares têm direitos consagrados em seu estatuto e possui também várias formas de organização da categoria como agremiações de defesa de seus interesses, culturais e recreativas (www.policiamilitar.gov.rj.br; 2005)

A Polícia Militar do Rio de Janeiro se caracteriza por ser uma Corporação hierarquicamente organizada e disciplinada e por possuir uma vida institucional rica em mitos, símbolos e insígnias e intensidade na visão corporativa. Tais dispositivos informam a todo o corpo de funcionários o que é a estrutura militar, quem pode dirigi-la e quem deve obedecer: do comandante geral ao último dos soldados, todos possuem atribuições e deveres determinados pelos postos e graduações que ocupam. É importante para compreender a Instituição, portanto, entender a cultura interna que a reproduz de forma permanente e cotidianamente e que, em todos os seus momentos rituais e cotidianos enfatiza hierarquia e disciplina.

Hierarquia é o princípio fundamental da divisão do trabalho dessa Corporação expressando-se em papéis, tarefas e status, determinam condutas e estruturam formas de relações de comando-subordinação. É também a base sobre a qual se atualizam, cotidianamente, sinais de respeito, honrarias, cerimoniais e rituais de ordem e de disciplina. Na Polícia Militar do Rio de Janeiro a hierarquia se estrutura em círculos de poder que podem ser visualizados no quadro seguir: Círculo dos Oficiais (superiores, intermediários e subalternos); círculo das praças especiais e círculo das praças propriamente ditas.

Círculo dos Oficiais	Posto	Abreviatura
Oficiais Superiores	Coronel PM Tenente Coronel PM Major PM	CEL PM TEN CEL PM MAJ PM
Oficiais Intermediários	Capitão PM	CAP PM
Oficiais Subalternos	1º Tenente PM 2º Tenente PM	1º TEN PM 2º TEN PM

Círculo das Praças Especiais	Graduação	Abreviatura
Praças Especiais	Aspirante-à-Oficial PM Cadete PM	ASP OF PM CAD PM

Círculo das Praças	Graduação	Abreviatura
Praças	Subtenente PM 1º Sargento PM 2º Sargento PM 3º sargento PM Cabo PM Soldado PM	SUB TEN PM 1º SGT PM 2º SGT PM 3º SGT PM CB PM SD PM
Praças	Aluno do Curso de Formação de Soldados (Recrutas)	AL CFSd

Fonte: www.policiamilitar.gov.rj.br; 2005.

Os círculos hierárquicos são incorporados a fundo na vida cotidiana dos policiais militares e permanecem como ideal de acesso para os que se iniciam, embora a maioria não consiga chegar às patentes superiores. A antiguidade no posto e as promoções por mérito são os princípios básicos de reprodução da

hierarquia, norteando toda a vida institucional. Um dos exemplos muito típicos da forma de hierarquização é a norma segundo a qual deve haver um refeitório para cada círculo de seus membros, sendo proibida a circulação de praças nos ambientes dos oficiais.

Os círculos constituem subsistemas de um sistema totalizante que institui a permanência e a reprodução da Corporação, de um lado; e a mobilidade profissional de outro. A idéia de lealdade por tempo de serviço atua sobre cada um dos indivíduos que o compõem os círculos, acenando-lhe com o mérito ou com o apagamento profissional. Em tese, o soldado que é ordenança hoje, pode ser sentinela amanhã. Um coronel que está dirigindo um batalhão, pode ser chamado para um cargo de maior projeção. Na realidade, os cargos passam de de um para outro, mas cada servidor tem uma visão pessoal sobre sua situação institucional, o que lhe permite, medir suas possibilidades e limitações. O instituto de proibições, condecorações, medalhas, elogios e repreensões acompanha o sistema de classificações que define o lugar e as condições de promoção dos indivíduos na Corporação.

Na divisão do trabalho militar, a inteligência necessária para execução das tarefas se concentra nos policiais de patentes mais altas. São eles que concebem as estratégias de ação e a padronização de condutas, excluindo os outros servidores dos escalões inferiores da reflexão e da criatividade de seu trabalho. Na linha hierárquica, cabe às camadas imediatamente inferiores cumprir as prescrições, sem questionar.

Assim, o soldado é visto apenas como alguém que ocupa um lugar de execução: o que ele tem que fazer já vem ordenado e pronto. O sentido de ordenação é de que o diálogo perturba, atrasa o desempenho das atividades e enfraquece o poder. Em algumas missões, os soldados não sabem para onde estão sendo levados mesmo quando se trata de eventos de elevado risco e perigo como repressão a assalto, invasão de uma favela, contenção de distúrbios e outros. É bem verdade que na sua preparação o soldado foi treinado para lidar com situações de risco, saber avançar e recuar e utilizar armamentos. Ma a lógica é de que esse aprendizado, uma vez automatizado,

possa ser utilizado em qualquer situação. Não lhe é permitido pronunciar questionamentos.

Já são conhecidos pelos estudiosos das áreas de antropologia operária e de saúde do trabalhador os danos causados pela dissociação cognitiva e prática entre concepção e execução do trabalho, pela fragmentação das tarefas, a partir da crítica ao taylorismo e ao fordismo (Minayo, 2005; Minayo-Gomez, 2005). Essa crítica evidencia que nem do ponto de vista da produtividade, tal dissociação é eficiente.

Disciplina é o segundo componente estruturante de organização da Polícia Militar. Diz Foucault: *“o soldado tornou-se algo que se fabrica: de uma massa informe, de um corpo inepto fez-se uma máquina de que se precisa”* (Foucault, 1996, 117). Foucault lembra que o disciplinamento do corpo começou a vigorar na modernidade, habilitando os indivíduos a determinadas tarefas, prescritas num registro técnico-político do qual, os regulamentos militares são um dos mais evidentes exemplos. O disciplinamento se configura como método de controle minucioso dos corpos, supondo um binômio de docilidade-utilidade em relação ao espaço, ao tempo e aos movimentos, exercitando os indivíduos para a destreza no trabalho: ele se pauta numa correlação de poderes e interesses.

A organização disciplinar exige; (a) distribuir as pessoas no espaço, sendo a melhor forma o quadriculamento, em que cada indivíduo estaria em seu lugar e em cada lugar um indivíduo: de forma celular e solitária. A disciplina eleva seu poder de análise aos mais finos detalhes da existência, dentro de uma lógica dupla de poder; (b) seriar os indivíduos, colocá-los em fila classificando-os, individualizando os corpos, não apenas no espaço ou no tempo, mas numa rede de relações que também os aliena; (c) expandir-se pela arquitetura, pelas funções, pelos escalonamentos, marcando lugares, definindo valores, garantindo individualidades e obediência.

Mas a disciplina tal como exercida na Polícia Militar atinge não só o corpo como a atividade em si, exigindo dos indivíduos: (a) o controle dos expedientes como horários e escalonamentos de trabalho; (b) a elaboração temporal do ato

de forma tipificada e regulamentada, fazendo o tempo penetrar o corpo, programando-o para a execução da ação e (c) a articulação do corpo com os objetos manipulados, recompondo o gesto global institucionalizado em elementos ínfimos; (d) a sujeição à fiscalização e ao controle dentro de rígida hierarquia, fazendo que as ordens decorram quase naturalmente da correlação de forças e de poder; (e) a introjeção da ordem e da norma de tal modo que o simples olhar já apareça como mecanismo de coerção e imposição, desde que por trás dele se desvende a lógica institucional; e (f) a sanção e a penalidade para os recalcitrantes. Como lembra Foucault:

O exercício da disciplina supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar; um aparelho onde as técnicas que permitem ver, induzam a efeitos de poder e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplica (Foucault, 1999:87).

Sobre o último ponto, tão importante para entendermos, sobretudo, a fala das praças, a sanção normalizadora está consoante com a idéia de que para que haja disciplina é necessário existir um mecanismo penal. Atrasos, erros, negligências e insolência são atitudes reprimidas por micro-mecanismos de sanção, visando a explicitar a norma e a reproduzi-la. O castigo ocorre no sentido de reduzir desvios e reafirmar a norma, ao mesmo tempo em que visa a explicitar os dois únicos pólos possíveis de comportamentos que ressaltam a divisão binária da ordem (normal-anormal) e da repartição coercitiva (quem é, onde deve ficar, como reconhecer e exercer uma vigilância constante). Desta forma, os códigos disciplinares tornam evidentes o que é positivo e o que é negativo, concomitantemente, à gratificação daqueles que obtenham bom desempenho e à penalização dos ineptos. O “normal” se estabelece como princípio de coerção, conjugando vigilância e regulação.

A contra-face da rigidez institucional, lembra Holloway (1997), são três dilemas que se impregnaram e se reproduzem na cultura corporativa: as transgressões, a corrupção e o suborno. A todas as questões da rigidez estrutural, ajunta-se que a truculência no trato com o povo, sobretudo com as populações de baixa

renda, se deve a uma cultura entranhada e secular, como já foi bastante discutido anteriormente.

Os dois princípios básicos que instituem a Corporação Policial Militar, - hierarquia e disciplina, frutos do termo “militar” pesadíssimo aposto ao termo “polícia” - atuam, contraditoriamente, como uma identificação e como uma camisa de força. Essa contradição se faz presente reiteradamente na fala dos profissionais ao avaliarem a Instituição da qual são membros, mas também nas tentativas sempre parciais e incompletas dos gestores da Corporação de “quebrar paradigmas”. Tal contradição se evidencia também no discurso oficial que aparece na página web institucional (www.policiamilitar.gov.rj.br; 2005) na qual, o texto diz para a sociedade como a Polícia exercerá sua missão constitucional, colocando-se numa perspectiva contemporânea, com visão de futuro e reafirmação de valores da cidadania. Quem lê o texto abaixo percebe, ao mesmo tempo a força tradicional e estruturante dos regulamentos e os esforços institucionais para mudar, evidenciando que a Corporação está aprisionada à multiplicidade de amarras que vêm desde sua concepção.

Missão: atender, de forma eficaz e definitiva, às demandas relativas à preservação da Ordem Pública, aumentando a sensação de segurança da população, satisfazendo às expectativas e necessidades da comunidade e criando, com os cidadãos, uma relação de confiança e respeito mútuo, em conformidade com os princípios éticos e legais (www.policiamilitar.rj.gov.br)

A fala acima referida é propositiva e dialoga com as inúmeras críticas históricas que a sociedade brasileira faz à Polícia Militar. A pergunta crucial que podemos fazer, frente a esse primeiro esforço de formalização da missão é: em que medida os conceitos de disciplina e de hierarquia, que internamente adestram os indivíduos para não pensar, para agir automaticamente e para obedecer, conseguem dar conta de satisfazer às expectativas e necessidades da comunidade e criar, com os cidadãos, uma relação de confiança e respeito mútuo.

Visão de futuro: ser uma empresa-cidadã, percebida pela comunidade como uma instituição moderna, reconhecidamente transparente e eficaz, destacando-se pelo uso de tecnologia avançada e por profissionais motivados e capacitados, sensíveis aos anseios da população e comprometidos com o cumprimento das leis e a proteção da sociedade, através da melhoria permanente dos serviços prestados.
(www.policiamilitar.rj.gov.br)

Nessa visão de futuro, o sentido do serviço à população e a sensibilidade a seus anseios são retomados mais uma vez, numa clara manifestação de vontade de universalizar para a toda a sociedade os laços tradicionalmente estreitados com os donos do poder e do dinheiro (DONICCI, 1984). A idéia de empresa-cidadã, noção muito em voga no jargão empresarial contemporânea é assumida como princípio gestor da Corporação, tentando superar sua fama de truculência. A visão de cidadania permeia a proposta de respeito e proteção à sociedade, sem discriminações entre povo e poder.

Também valores humanistas e as práticas chamadas de *qualidade total* são reafirmados no discurso institucional:

Responsabilidade social; qualidade na proteção e atendimento ao cidadão; melhoria contínua dos serviços; máxima integração PM com a comunidade; comunicação clara e constante com os públicos; valorização do público interno; orgulho de ser Policial Militar; modernização; educação com aprimoramento constante; lealdade; uso gradativo da força; inteligência cordialidade e ética.
(www.policiamilitar.rj.gov.br)

A questão que se coloca a partir da descrição dos ideais expressos no planejamento estratégico da Polícia Militar é como a Instituição conseguirá substituir os caracteres de instituição fechada que a marcam profundamente. Qualquer empresa contemporânea que se refez ou está se refazendo à luz da revolução

tecnológica da segunda metade do século XX – o que inclui mudanças profundas na organização do tempo, do espaço, das formas de comunicação e informação, nas relações com os clientes – passou a relativizar, radicalmente, os conceitos de disciplina e de hierarquia. E preciso lembrar que também as empresas haviam sido orientadas nesses termos pelas formas de organização do trabalho da era industrial, embora numa dose muito mais branda.

O processo de mudanças estruturais na administração contemporânea aponta exatamente para o contrário do eixo norteador institucional da Polícia Militar: diminuindo níveis hierárquicos na organização do trabalho; eliminando de várias formas, supervisões intermediárias; estabelecendo uma gestão mais leve e mais horizontal e formando equipes de trabalho polivalentes, inter-relacionadas e voltadas para a melhoria da produtividade, da qualidade do trabalho e da segurança dos trabalhadores. Nos princípios da qualidade total, esses elementos são veiculados por alguns dispositivos mediadores de transformações objetivas e subjetivas: polivalência, participação e qualidade. O primeiro vai contra a idéia dos círculos hierárquicos; o segundo diz respeito à responsabilização (accountability) do trabalhador individual e coletivo, o que na polícia tende a ser visto como um veiculador da ordem dada de cima para baixo; e o terceiro, se refere ao aprimoramento dos processos em seu sentido individual e coletivo, o que só pode ser feito usando-se a criatividade, a responsabilidade e o interesse dos participantes, virtudes desestimuladas pelo código da obediência cega.

Capítulo 7

SELEÇÃO E RECRUTAMENTO, FORMAÇÃO E CARREIRA

A seleção para a Polícia Militar e para a Polícia Civil ocorrem por meio de concurso público, divulgado pelos meios oficiais.

Polícia Militar - No caso da polícia militar, o concurso para soldado é realizado dentro da própria PM e exige que os candidatos sejam brasileiros; ter entre 18 e 30 anos; não ter sido licenciado da PM por motivos disciplinares em nenhuma unidade da federação; ter altura mínima de 1,68 (homens) e 1,60 (mulheres) e peso proporcional à altura; ter robustez física e aptidão psicológica, sanidade física e mental, compatíveis com a função; possuir grau de escolaridade de ensino médio; não ter sido punido por indisciplina nas forças armadas e ser aprovado em todos os exames do processo seletivo. Tais exames são de caráter eliminatório e analisam aptidões: intelectuais; antropométricas; psicológicas; físicas, de saúde; sociais e documentais.

Polícia Civil - O ingresso na Polícia Civil, desde a Lei número 699 de 14 de dezembro de 1983, (modificada pela Lei 3586 de 21 de junho de 2001 e pela Lei 4020 de dezembro de 2002 que dispõe sobre a reestruturação do quadro permanente), se faz por concurso público de provas e títulos. Atualmente esse concurso consta de duas fases. A primeira é composta por exame psicotécnico, prova de conhecimentos, exame médico e prova de capacidade física. A segunda fase, que depende da aprovação na primeira, consta de curso de formação profissional com apuração de frequência, aproveitamento e conceito, a cargo da Academia Estadual de Polícia Silvío Terra (Acadepol), que faz parte da estrutura organizacional da Polícia Civil do Rio de Janeiro. Reza a lei 3586 de 21 de junho de 2001 que *“incumbe à Academia Estadual de Polícia Civil promover o recrutamento, a seleção, a formação, o aprimoramento profissional e cultural, as perícias médicas admissionais e os exames periódicos dos policiais civis”*. Determina ainda que a formação deve conter atividades acadêmicas e práticas, oferecendo ao candidato

preparação específica para o desempenho de suas funções. Diz ainda que a não aprovação no curso de formação (com prazo inicial de seis meses) inabilita o profissional para o concurso.

Cada curso oferecido apresenta um currículo, não havendo um ementário de base nem um corpo docente fixo. Um entrevistado comenta que no último, os policiais passaram por duas capacitações, a oferecida pela Acadepol e a ministrada pelo Programa Delegacia Legal, e conclui, de forma crítica “*cada qual falando uma coisa*” (Op.).

Até a promulgação da lei 3586 de 2001 era exigido curso superior para os cargos de delegado, perito legista, médico policial, enfermeiro policial, perito criminal e engenheiro policial de telecomunicação. Para os cargos de detetive, escrivão, papiloscopista, escrevente, piloto, auxiliar de enfermagem, técnico de laboratório e técnico de telecomunicação era exigido o nível médio. Para os auxiliares e técnicos de necropsia, operadores de telecomunicação, fotógrafos, motoristas e carcereiros, o pré-requisito era o nível fundamental completo.

A partir de então a Instituição estabeleceu um novo plano de cargos, funções e salários, dando ênfase a um tipo de profissional mais polivalente, de acordo com o que vem sendo adotado nos processos de reestruturação produtiva nas empresas. No período de 1990 a 2002 ocorreu uma forte luta interna na Corporação para que a exigência de curso superior fosse adotada pelo Estado como pré-requisito para ingresso dos agentes policiais. A citada Lei 3586 de 21 de junho de 2001 estabeleceu como base a escolaridade de segundo grau completo, mas a Lei 4020 de 6 de dezembro de 2002 retornou ao *status quo* anterior que colocava a exigência de terceiro grau, evidenciando visões diferenciadas e em conflito, dependentes de forças com maior poder dentro da instituição, conforme o movimento político no âmbito do Estado.

Embora as leis que dispõem sobre a excelência da seleção e da formação em ambas as corporações sejam condizentes e adequadas ao melhor desempenho da sua missão, buscamos ouvir os policiais e perceber como definem sua situação.

Capacitação e Formação

Numa acepção mais ampliada, formação profissional diz respeito a todos os processos educativos que possibilitem ao profissional adquirir ou desenvolver conhecimentos teóricos, técnicos e práticos relacionados à produção de bens ou serviços (Cattani, 1997). Geralmente a formação é definida a partir do que a empresa ou outra instituição considera importante à sua política de organização e gestão do trabalho. Do ponto de vista do trabalhador, o período de formação específica para a tarefa que vai realizar se associa à idéia de autonomia, controle do próprio trabalho e auto-valorização.

A capacitação oferecida por determinada organização a seus funcionários indica, pelo menos em tese, o tipo de conhecimentos teórico-práticos que será prioritariamente demandado para a execução das tarefas produtivas que se esperam desse indivíduo. O trabalhador, por sua vez, vê na capacitação a possibilidade de maior autonomia e reconhecimento.

Certamente, nenhum tipo de formação conseguirá abranger todos os conhecimentos e habilidades, porque grande parte do que é requerido de um profissional virá da prática, das estratégias e dos modos operatórios que a realidade concreta exige. É no nível da práxis (ou seja, da ação-reflexão-ação) que, em todas as áreas de atividades se respondem às exigências físicas, cognitivas e psíquicas envolvidas na realização das tarefas. Esse saber construído, que se torna patrimônio comum do grupo, consolida formas inventivas de resolução de problemas e de superação de limitações, explicitando o hiato entre o que é *prescrito* e o que é *real* em determinado tipo de atividade. Em outros termos, o trabalho “*não se resume à aplicação de conhecimento técnico, aprendido em cursos de formação e qualificação, visto que implica mobilização subjetiva, tanto da inteligência, quanto da personalidade e da criatividade do sujeito*” (Amador, 1999: 28). Entretanto, a capacitação oferecida, também revela o “perfil do profissional ideal” e o tipo de habilidades teóricas, tecnológicas e pessoais que se espera de um funcionário. Seu processo deve contemplar os diversos níveis de complexidade da organização produtiva da instituição, com as tecnologias envolvidas e com as lógicas

organizacionais. Além do que, pragmaticamente, se espera que ela funcione como suporte para o profissional exercer seu trabalho.

A tabela 22 resume a visão das duas corporações sobre a formação que recebem quando entram na carreira. A maioria dos policiais militares considera as orientações teóricas transmitidas quando iniciam sua vida na instituição como suficientes, mas inadequadas. Opinião oposta têm os policiais civis que avaliam como insuficiente o tempo de formação, embora considerem que o que aprendem está adequado para as atividades que desempenham. Em relação aos conteúdos práticos, a insatisfação é maior, pois, boa parte deles os avalia como inadequados e insuficientes. Lacunas importantes são referidas nas respostas aos questionários e nos grupos focais, especialmente quanto aos temas práticos como os que ensinam técnicas de investigação, *relacionamento com a população* e *direitos de cidadania*.

Há satisfação quanto à relação entre o que aprenderam e as tarefas que exercem. Contudo, existe polêmica no que diz respeito ao “como”: sobre a pertinência e a forma de abordagem de certos conteúdos veiculados na formação; sobre os processo que devem desenvolver na prática e sobre prioridades a adotar. Também existe uma forte crítica quanto ao que julgam estar fragmentado no processo de capacitação. Consideram que ele não oferece uma visão orgânica do trabalho das Corporações. Os policiais reclamam também da baixa oferta de cursos em serviço.

Tabela 22: Distribuição dos policiais militares e civis segundo a formação inicial oferecida na Polícia

Tipo de atividade	Suficiência/ Adequação	Polícia Militar	Polícia Civil
Atividade teórica		%	%
Tempo*	Suficiente	52,2	43,7
	Insuficiente	47,8	56,3
Adequação*	Adequado	47,2	54,5
	Inadequado	52,8	45,5
Atividade prática			
Tempo*	Suficiente	25,4	24,1
	Insuficiente	74,6	75,9
Adequação*	Adequado	38,5	40,5
	Inadequado	61,5	59,5

(*) Diferença estatisticamente significativa – $p < 0,000$

No entanto, todos os dois grupos consideram que as atividades práticas oferecidas em sua formação inicial não correspondem a tempo suficiente, embora tenham sido adequadas às funções que exercem.

Indagados sobre “que capacitação receberam”, os policiais responderam o que está sintetizado na tabela 23. Como podemos constatar, 65% dos PM tiveram curso de formação de praças; 48,5% fizeram treinamento prático; 62,7% participaram de palestras e 41,6% assistiram a palestras que redundaram em treinamento prático. Apenas 8,4% deles fizeram curso de operações especiais. Entre os civis, 54% fizeram curso de especialização e mais de 40% já freqüentaram curso técnico de curta duração e participaram de palestras, além de terem feito treinamento prático.

Tabela 23: Distribuição dos policiais militares e civis segundo capacitação feita na Polícia

Tipo de capacitação	Polícia Militar	Polícia Civil
	%	%
Curso de formação de praças	65,0	-
Curso de formação de sargento	32,3	-
Curso de formação de oficial	22,9	-
Curso de operações especiais	8,4	-
Curso de especialização e aperfeiçoamento	36,0	54,0
Curso técnico de curta duração	36,0	46,5
Curso de extensão de curta duração	23,0	-
Palestras	62,7	48,9
Treinamento prático	48,5	47,4
Palestras com treinamento prático	41,6	-

Analisando os temas estudados na capacitação inicial ou posterior, observamos que os policiais militares estão em desvantagem em relação aos civis somente quanto ao acesso a cursos de informática e de técnicas de investigação e perícia. Nos outros itens as diferenças são favoráveis aos policiais militares.

Houve temas específicos que só os policiais militares disseram ter estudado. Assim, 82,1% referiram que estudaram história da Polícia; que tiveram instrução policial básica/ordem unida (93,3%), práticas de trânsito (65,2%), segurança pública

(77,5%), defesa pessoal (85,1%), comunicações (67,9%) e 72,5% disseram que estudaram também noções de saúde, higiene e psicologia. Finalmente, menos policiais relataram ter estudado negociação de conflitos (36,4%) e somente 34,1% disseram haver tido instrução a cavalo.

Tabela 24: Distribuição dos policiais militares e civis segundo temas estudados na Polícia

Temas estudados	Polícia Militar	Polícia Civil
	(%)	(%)
Direitos (legislação/criminologia)*	76,0	66,9
Direitos humanos/Ética*	80,9	53,4
Direitos da criança/adolescente (ECA, legislação)*	72,0	41,8
Violência contra a mulher*	51,5	38,6
Prática de tiro*	90,6	78,1
Técnicas de abordagem*	92,5	51,7
Noções de informática*	40,4	53,8
Técnicas de investigação e perícia*	36,2	56,0
Relacionamento com a população*	56,8	34,9

(*) Diferença estatisticamente significativa - $p < 0,000$

Os dados acima revelam uma lacuna fundamental para as forças de segurança pública: são baixos os percentuais de policiais, sobretudo civis, que estudaram temas sobre relacionamento com a população. Evidenciam também uma incongruência na formação dos civis: elevada proporção dos que fizeram prática de tiro em detrimento do pouco investimento em técnicas de investigação e perícia. Finalmente, vale a pena destacar a necessidade de aprimoramento dos policiais militares no que se refere aos conhecimentos de informática, hoje indispensáveis a qualquer cidadão.

Existem na atualidade, concursos para formação de oficiais da PM que atuam em favor dos que desejam fazer curso superior e entrar na carreira. Eles são hoje realizados por meio do Vestibular Unificado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e as condições para inscrição são as mesmas exigidas para a entrada dos soldados na corporação.

Em relação à adequação entre o treinamento recebido e o trabalho que exercem a discrepância maior ocorre entre os policiais militares. Um percentual de 39,6% deles refere que não exerce a atividade para a qual foi treinado. Também entre os civis essa proporção é elevada: 34,8%. No entanto, essa diferença foi estatisticamente significativa comparando-se as duas corporações, com $p < 0.001$.

Os policiais militares relataram ainda muita insatisfação com as poucas oportunidades de aprimoramento que lhes são oferecidas na corporação “*a oportunidade de fazer cursos em outros batalhões fica a gente fica a ver navios, falta treinamento, não adianta ter viatura blindada se você não tem conhecimento*” (GF3.2). O modelo pedagógico utilizado em capacitações e treinamentos é considerado por eles como ultrapassado, uma vez que, segundo um dos entrevistados “*reproduz o conhecimento sem questionamento, você não desperta o aluno para a construção do saber*” (G3). Falando das dificuldades para se aprimorar os policiais militares comentam que os horários de trabalho são rígidos, dificultando, inclusive, que, por iniciativa própria o indivíduo busque formação fora da corporação “*O cara tem hora para entrar, mas não tem hora para sair, se não gostou vai para o DP e pede baixa. Está estudando? Vai fazer o que, pois quando se formar vai largar mesmo*” (GF1.3), diz um dos entrevistados, referindo-se a sua inserção na Corporação PM.

Na tabela 25 podemos ver que os policiais militares têm uma visão mais negativa do que os civis quanto à possibilidade de sua ascensão profissional: 38,9% deles contra 17,4% dos segundos, acreditam que não têm chance de subir na carreira. Os que acreditam na possibilidade de crescimento profissional baseiam suas expectativas no investimento em cursos e treinamentos e consideram importante aproveitar oportunidades, acreditando na sorte. Uma boa parcela de servidores de ambas as corporações acredita na influência de amizades como formas de alcançar promoção.

Tabela 25: Distribuição dos policiais civis e militares segundo principal motivo para subir na carreira

Motivo	Polícia Militar	Polícia Civil
	%	%
Ter amizade com pessoas influentes	10,6	22,0
Pertencer a algum grupo importante dentro da corporação	7,7	15,4
Fazer cursos, treinamentos e outras formas de capacitação	18,7	19,1
Saber aproveitar oportunidades	11,0	6,0
Demonstrar bravura	0,8	0,5
Ter sorte	4,2	7,3
Tempo de serviço		
Não há chance de subir	38,9	17,4

Constatamos, pela análise das informações, que a maioria gostaria de continuar sua formação acadêmica e profissional, caso lhe fossem dadas condições e suporte institucional. Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos de policiais quando responderam que gostariam de fazer cursos técnicos de curta duração (60,0% militares e 60,8% civis), especialização (70,3% militares e 71,3% civis) ou pós-graduação -mestrado/doutorado (64,2% militares e 63,0% civis). Em relação ao curso superior (graduação) houve uma diferença estatisticamente significativa entre militares (80,1%) e civis (52,1%) com $p < 0,000$. Isso ocorre porque um elevado percentual dos policiais civis (61,2%) já tem curso superior, o que se afigura de forma muito diferente entre os militares (25,2%).

Capítulo 8

SOBRE CONDIÇÕES MATERIAIS, TÉCNICAS E AMBIENTAIS DE TRABALHO

Boa parte dos policiais militares e civis é unânime em admitir que as condições materiais, técnicas e ambientais não permitem o desenvolvimento adequado de sua atividade policial.

Condições matérias e operacionais da Polícia Militar - No caso da polícia militar, do ponto de vista administrativo, embora o setor tenha sido transferido recentemente (há quatro meses) de um antigo prédio em que não havia condições de funcionamento, os servidores se encontram instalados de forma precária. Apesar de encararem o momento como circunstancial e provisório, os policiais deixam claro que a situação é estrutural. Por exemplo, dizem que a falta de material de escritório é um problema antigo: *"isso é um período de transição, mas mesmo na corporação nós temos problemas de material, tem uma medida, acabou a gente vai ficar sem um bom tempo. Material de escritório, xerox, tonner, manutenção das máquinas".*(GF2.3) Igualmente comentam sobre a falta de equipamentos *"As condições são precaríssimas! Não temos cabo de internet, não temos aparelho fax, não temos ramais nas seções. Nós trabalhamos com o Brasil todo, precisamos de telefone, fax ligar para outro Estado, até para o exterior. Nós queremos ligar e não conseguimos!"* (GF2.3).

De modo geral as condições ambientais de trabalho não foram consideradas ideais, no entanto, as poucas referências a espaços insalubres nos fazem acreditar que as condições gerais dos batalhões são regulares. Numa seção recém transferida, o entrevistado relembra as antigas instalações *"Essa unidade foi recém inaugurada não tinha condições de continuar na Central, no gabinete do comandante a água ficava até a canela, imagina o resto, hoje melhorou bastante"* (G2). No prédio recém inaugurado também não há queixas do espaço físico. No entanto, para esse setor, as condições de trabalho ideais seriam bem diferentes das atuais *"nós teríamos que ter meios eletrônicos, computadores ligados on-line. A gente ainda usa telefone,*

deslocamentos de Sulacap até o Quartel Geral para uma reunião que leva 30 minutos, 1 hora, quando hoje todo mundo faz isso por vídeo conferência” (G3).

O recurso de solicitar ao próprio policial que atribuisse uma nota de 0 a 10 foi usado para medir sua satisfação em relação às condições de trabalho. Como podemos observar na tabela 26, as notas médias são, em geral, muito baixas. Exceto pela perspectiva de promoção e pelo reconhecimento do mérito pela própria instituição policial, invariavelmente, as notas médias da Polícia Militar são todas mais baixas, demonstrando mais insatisfação entre eles do que entre os da Polícia Civil.

Em ambas polícias maiores notas médias foram encontradas para os itens tipo de atividade que executa e nível de responsabilidade assumida na função que exerce. Também nas duas corporações o salário, o reconhecimento do mérito, pela Polícia, e do trabalho, pela população, constituem os itens aos quais foram dadas as menores notas. A perspectiva de ser promovido foi avaliada com notas igualmente baixas, sobretudo na Polícia Civil.

Tabela 26: Distribuição dos policiais militares e civis segundo notas médias atribuídas a algumas condições de trabalho

Equipamentos de trabalho	Polícia Militar	Polícia Civil
Volume de trabalho	4,08	5,51
Salário*	2,19	3,13
Localização ou área geográfica de atuação*	4,71	6,13
Horário de trabalho*	4,34	6,46
Tipo de atividade que executa*	5,85	7,23
Nível de responsabilidade assumida na sua atividade/função*	6,57	7,39
Perspectiva de promoção*	3,98	2,16
Reconhecimento de seu mérito por parte da instituição policial*	2,97	2,07
Reconhecimento de seu trabalho por parte da população*	2,67	3,04

(*) Diferença estatisticamente significativa – $p < 0,000$

Do mesmo modo foi pedido que o policial atribuisse uma nota de 0 a 10 a alguns dos seus equipamentos de trabalho, como mostrado na tabela 27.

Os policiais militares superaram os civis nas notas médias dadas à farda, identificador de chamadas, rastreador de telefonia celular, walk-talk, máscara de gás, escudos, capacetes, quantidade de munição e outros equipamentos como bastão e algema. Por outro lado, os policiais civis deram maiores notas médias para as instalações físicas, linha telefônica, computador, banco de dados, tipo e qualidade da arma, qualidade da munição, colete, viaturas e rádios.

Vale a pena ressaltar que, em relação aos equipamentos, as notas atribuídas foram um pouco maiores do que aquelas observadas na questão anterior. Contudo, ainda podem ser consideradas notas baixas.

Tabela 27: Distribuição dos policiais militares e civis segundo notas médias atribuídas a alguns equipamentos de trabalho

Equipamentos de trabalho	Polícia Militar	Polícia Civil
Instalações físicas (estruturas, higiene, etc)*	3,82	5,84
Computadores*	3,98	6,51
Linhas telefônicas*	5,25	7,05
Banco de dados*	4,09	5,70
Tipo ou modelo da arma de fogo	6,64	6,88
Qualidade da arma de fogo	6,43	6,75
Outros equipamentos (bastão, algema, etc)*	5,00	4,29
Quantidade de munição*	4,97	4,43
Qualidade da munição	5,43	6,01
Coletes*	4,16	4,92
Capacetes	3,50	1,91
Escudos*	3,17	1,29
Máscara de gás	2,13	1,52
Viaturas*	4,00	6,67
Rádios*	4,90	6,00
Walk-talk*	3,35	3,05
Rastreador de telefonia celular*	2,25	1,72
Identificador de chamadas telefônicas*	2,52	2,36
Farda ou uniforme*	3,80	1,38

(*) Diferença estatisticamente significativa – $p < 0,000$ a $0,044$

A análise comparativa dos setores administrativos da polícia militar e da polícia civil demonstra desvantagem para a polícia civil onde a precariedade das condições de trabalho para esses últimos é estrutural. Ela dificulta o autoconhecimento da corporação e da gestão de pessoal; não permite o acesso a informações básicas, como por exemplo, quantificar o número de policiais alocados e identificar o déficit de pessoal com a agilidade necessária; falta de sistematização e informatização. Segundo entrevistados, ainda podem ser visto no setor, o uso de equipamentos antigos, documentos mal armazenados, bem como impressoras e máquinas de datilografias obsoletas. Operando desse modo, esse setor da polícia civil requer grande contingente de funcionários inclusive para a realização do trabalho manual. Outra questão que diferencia ambas as instituições com desvantagem para a polícia civil é o estado de conservação degradante dos prédios antigos onde a administração funciona.

No entanto, a falta de autonomia na gestão de recursos e o déficit de pessoal são comuns às duas Corporações, o que impede uma gerência administrativa estratégica compatível com a proposta de atualização, modernização e contemporaneidade que a sociedade lhes demanda.

Um dos gestores entrevistados do setor operacional da Polícia Militar, apesar de reconhecer alguns avanços como o uso de monitoramento eletrônico e das viaturas blindadas é favorável ao investimento maciço em tecnologia de ponta para garantir a segurança pública. Segundo ele, a tecnologia usada de forma conjunta através dos destacamentos verticalizados, e do monitoramento eletrônico do espaço urbano minimizaria, drasticamente a violência urbana, principalmente nas áreas de risco. *“Vamos construir aqui os destacamentos verticais, que é o novo conceito de destacamento de polícia. É caro, requer investimento nós precisamos fazer a arquitetura da cidade, em especial das favelas evoluindo para prédios altos, a favela hoje tem quatro andares, nós temos que vigiá-los de onde mais eles nos atacam, que são as lajes” (G1.1)*

Entre os entrevistados do setor operacional da Polícia Militar, suas condições de trabalho são muito penosas. São descritos como maiores problemas: o péssimo

estado de conservação das viaturas, a baixa qualidade dos armamentos e da munição e dos coletes protetores *“A viatura muitas vezes não tem condições de perseguição, o armamento é péssimo, munição muitas vezes de má qualidade, é antiga, já passou da validade, o colete que o policial usa 10, 20 já usaram, o colete já está ali há anos”* (GF2. 2).

Especialmente sobre as condições das viaturas que utilizam nas operações, policiais de vários grupos comentam: *“Quem nunca dirigiu um fusca com um pedaço de pau no banco? pedaço de pneu, paralelepípedo escorado para não cair? A viatura não tem fundo(assoalho) se você olhar por baixo vê o asfalto passando(GF2.1)*. Ou ainda: *“As viaturas são verdadeiras sucatas, as que têm aqui estão circulando há cerca de oito anos, as últimas que chegaram aqui foi em 1998 e 1999 e até hoje são as mesmas que rodam 24 horas por dia. A manutenção não é boa porque a verba é reduzida”(GF1)*.

Outras queixas comuns aos setores do ciclo inferior da polícia militar estão a baixa remuneração, a má qualidade da alimentação servida nos batalhões, o não fornecimento de uniformes que lhes são devidos e o pouco investimento pela Corporação, na sua formação e capacitação profissional. A má qualidade da alimentação oferecida nos quartéis é motivo de grande insatisfação. Depoimentos como o que segue foram inúmeros e repetidos: *“Eu trabalho na rua, dependendo da comida que chega azeda”(GF3.1)*. O corte no fornecimento dos uniformes militares representa um ônus *“ainda tem muito a fazer pelo homem, o policial militar há mais de cinco anos não recebe fardamento”(G2)*. Em conversas informais soubemos que o uniforme é vendido e chega a custar em torno de cem reais, o que dispendioso quando consideramos os baixos salários das praças. Apesar do elevado custo, o regulamento disciplinar de 1983 e vigente, prevê o não uso do uniforme como transgressão sujeita a penalidade.

O salário dos policiais militares é reconhecidamente baixo nos escalões do ciclo inferior e existe uma imensa desigualdade entre o que recebem e a remuneração dos escalões superiores. A remuneração dos praças está em torno de três salários mínimos, o que, segundo alguns, induziria a expressivo número deles a procurar outras atividades, sobretudo de segurança particular, nos períodos de folga *“tem*

que melhorar as situações salariais, que é para o homem não correr para o bico. Olha, eu não gosto de citar percentuais, mas é a esmagadora maioria dos nossos homens trabalham no bico...(G1.1). Os policiais comentam ainda que a má remuneração implica diretamente na qualidade do serviço prestado a população: *“Se o Estado der o que ele deveria dar ia ter homens trabalhando bem remunerados, motivados e com satisfação, automaticamente prestariam um serviço melhor à população”. (GF3.1).*

Concluímos assim que as condições oferecidas ao policial militar não favorecem ao bom desempenho no trabalho. Quase cotidianamente os jornais da cidade denunciam a precariedade com que exercem sua missão, tomando partido a favor das praças, sobretudo. Conforme relatos muito repetidos, o estado de conservação dos materiais e igualmente dos equipamentos técnicos comprometem a execução das atividades. Os baixos salários pagos a corporação, a intensa jornada de trabalho origina problemas de saúde física e psíquica da categoria. Ressaltamos as queixas referentes à falta de capacitação, à diversidade de tarefas. Por fim, a organização do trabalho compromete o conjunto de serviços prestados junto à população.

Condições materiais e operacionais da Polícia Civil - Para o setor operacional da polícia civil houve um investimento nas melhorias das condições de trabalho, representado pela criação do programa Delegacia Legal, onde é possível observarmos a importância, para os profissionais de um modelo adequado de condições materiais e técnicas e ambientais de trabalho. Seu número está se expandindo, ficando evidente o acerto desta proposta que junta adequada estrutura física e condição higiênica. Mas existem ainda as delegacias tradicionais onde ainda hoje podem ser observadas: a convivência com detentos num exíguo espaço, a inexistência de banheiro e lavatório, a falta de ventilação e de água potável. As delegacias tradicionais ainda reféns das condições já descritas, personificam o atraso e suscitam, naqueles que ainda trabalham nelas a idéia de exclusão e iniquidade, propiciando-lhes desconforto, insalubridade e sofrimento físico e mental.

Sobre seus instrumentos de trabalho, os administrativos têm serias queixas quanto à falta de modernização pela falta de computadores. Nas entrevistas e grupos focais,

esse foi um problema considerado nevrálgico em seu dia-a-dia de trabalho, o que é absolutamente compreensível. Boa parte dos policiais civis que atua na administração considera que suas condições materiais de trabalho pioraram no decorrer dos anos. Nas divisões desse setor, especialmente, os serviços cartoriais permanecem operando manualmente seus registros, organizando-os em fichários antigos e empoeirados, armazenando pilhas e pilhas de documentos de forma precária, amarrando-os com barbantes. Nas unidades são usadas impressoras obsoletas (quando existem) e, costumeiramente, os funcionários recorrem às máquinas manuais de datilografia. Computadores são raros ou apenas há modelos muito antigos. Os mais modernos são providenciados pelos próprios profissionais que os levam de casa para o trabalho. Não há máquinas copiadoras, e acontecem, cotidianamente, fatos tais como, uma cópia xerox de documento a ser enviado a um juiz, é paga com dinheiro do bolso do profissional ou do delegado.

O depoimento abaixo sintetiza a visão desse estrato dentro da Corporação:

Nós, da parte administrativa, não estamos conseguindo acompanhar a velocidade em que a própria instituição policial está funcionando hoje e todos os órgãos. Agora é que estamos tentando fazer com que isso aconteça aqui dentro, tentando informatizar, tentando criar uma rede, para que a gente disponibilize todas as informações. Você hoje me pergunta: “Quantas viaturas têm na delegacia tal?” eu vou ter que recorrer à documentação, às fichas para te dizer, quer dizer, eu tenho as informações, eu detenho todas as informações mas não é uma informação gerencial, de eu dizer hoje: “eu preciso de dez psicólogos” eu teria que procurar as doze mil fichas de policiais para saber quem tem formação de Psicologia, é só um exemplo (Adm).

Observamos, na polícia civil, muita ambigüidade na visão institucional sobre o papel do setor administrativo: um setor da burocracia e que eventualmente cumpriria o papel “social” de acolher aqueles que estariam passando por momentos de inadequação profissional? Ou um setor responsável pela gestão e planejamento, que viabilizaria e conferiria maior eficiência, eficácia e efetividade ao trabalho de outros setores “de atividade-fim”? Ora, a existência de um núcleo de planejamento estratégico (incluindo informações de cunho gerencial, visão de curto, médio e longo

prazos, e processo de avaliação de desempenho) é hoje uma condição essencial para a modernização gerencial de qualquer instituição que queira tomar decisões rápidas e eficientes e ao mesmo tempo, projetar-se para o futuro.

Durante o processo de trabalho de campo, em visitas aos espaços e seções administrativas, observamos a mesma situação repetidamente: unidades localizadas em prédios antigos e mal conservados, com pinturas vencidas, com carpetes cheirando a mofo, com mobiliário velho e, freqüentemente, semidestruídos. Os ambientes de trabalho passavam-nos, sempre, a idéia de que a Instituição havia parado no tempo. Tal quadro certamente repercute na motivação e na auto-imagem dos profissionais. Informalmente, um policial lotado numa dessas unidades nos relatou que ali ele *“estava se desatualizando”*. Paira, nos locais de trabalho, embora haja exceções, um clima de tédio e de falta de motivação.

Em termos gerais, a Polícia Civil, do ponto de vista administrativo e gerencial se debate com, pelo menos, dois grandes impasses no dia-a-dia de suas atividades. Ao lado do déficit de pessoal, há pouca agilidade administrativo-financeira e falta de autonomia de gestão de recursos.

Em contraposição, os que atuam nas delegacias, declararam que tais condições melhoraram ($p=0,000$). Contudo, separando as respostas dadas pelos profissionais ligados às Delegacias Legais, das oferecidas pelos policiais que atuam nas *Delegacias Tradicionais*, 37,6% dos que trabalham nessas últimas dizem que há uma deterioração das condições de trabalho.

Mesmo para os operacionais que já desfrutam de novas condições materiais e técnicas de trabalho, no entanto, estão recentes na memória, as condições anteriores, descritas como insalubres, propiciadoras de extremo desgaste e de insatisfação dos profissionais. O desconforto, a inadequação, e o sofrimento daí advindos são lembrados de forma tão intensa que os policiais, de forma assustadoramente unânime, comparam as delegacias, antes das modificações que as conduziram ao modelo de *Delegacia Legal*, a um *chiqueiro*.

As condições de trabalho estiveram relativamente até pouco tempo, absolutamente abaixo de qualquer possibilidade de crítica. Eu costumo dizer o seguinte: se as delegacias fossem naquela época, se fossem

usadas como chiqueiros, elas seriam interditadas pela saúde pública, elas não eram adequadas sequer para ser chiqueiro. Eu conheço chiqueiros de indústria de frigorífico e que com certeza absoluta eram mais confortáveis, mais limpos do que as delegacias (Op).

Muitos policiais civis se pronunciaram sobre a carga de trabalho e sobre a impossibilidade real de finalização das tarefas de investigação. As várias falas contribuem para esclarecer, em parte, as razões do acúmulo de processos não finalizados, fato que a sociedade tanto reclama em relação ao conjunto da dinâmica judiciária. Hoje, a incapacidade real da Polícia Civil de apresentar indícios e provas em crimes que afrontam a sociedade constitui um elemento a mais na construção da violência social: a certeza da impunidade por parte dos criminosos. Inicialmente chamamos atenção para o fato da altíssima rotatividade das pessoas internamente, como outro fator, pois dificulta a continuidade do trabalho e a responsabilização. Mas um dos delegados entrevistados comenta, no entanto que “*as causas de aumento ou acúmulo de processos não finalizados não se reduz à falta de quantitativo de policiais. A forma de gerenciar as investigações não mudou. As autoridades policiais continuam trabalhando da mesma forma que trabalhavam em 1880*”.

Os policiais civis entrevistados comentam ainda que, além do déficit do contingente, a distribuição do efetivo existente não é racional, pois não atende, necessariamente, aos setores que têm maiores necessidades. Os critérios de lotação dos profissionais nas unidades incluem, ainda, influências dos pedidos pessoais e de conhecidos mais graduados – prática bastante antiga nos serviços públicos – contribuindo para a desigualdade da alocação equitativa do pessoal. A falta de entrosamento das tarefas representa um gargalo para o desenvolvimento das ações do setor operacional e um impasse na interação produtiva.

Concluindo, muitas das condições e lógicas de organização do trabalho impõem considerável dose de sofrimento aos Policiais, Civis e Militares. O *sofrimento no trabalho*, é um problema sentido pelos servidores das duas corporações como uma vivência subjetiva, compartilhada coletivamente e que pode causar ruptura do equilíbrio psíquico (Ferreira e Mendes, 2001). Contra a penosidade no trabalho, os policiais desenvolvem estratégias coletivas de defesas que geralmente se

configuram como negação ou escárnio do risco ou da precariedade da situação, evitando qualquer envolvimento emocional, tomada de decisões para mudanças, tratando, com desprezo, o público usuário dos serviços. Contudo, não raro, essas defesas podem funcionar como uma armadilha que insensibiliza contra aquilo que faz o trabalhador sofrer (Dejours, 1999a). As atitudes defensivas são visíveis no comportamento arredo dos policiais civis: na forma de vestir de outros, nos tiques nervosos, nas exibições de poder, dentre outros. O pior é que essas vivências de mal estar redundam em mau atendimento ao público, pelo oferecimento de informações incompletas, inadequadas, ou nos tratamentos com rispidez, ironia ou galhofa.

Embora seja sempre necessário lembrar que aquilo que faz sofrer e gerar danos à saúde mental e física pode também constituir uma motivação para a organização dos trabalhadores em torno de mudanças, sendo, essa organização, uma saudável afirmação do sujeito e do coletivo. Mas, conforme nos lembra um reflexivo policial: “*a organização só pode surtir efeito se a sociedade assim o quiser*”. Ou seja, por meio de um pensamento dialético ele nos alerta que não bastam apenas mudanças técnicas, as contradições são profundas e abrangentes e a polícia não é um corpo estranho na sociedade: é parte dela!

Muitos, policiais, civis e militares, utilizam o argumento dos baixos salários para justificar outras atividades, além do serviço público. Em relação ao exercício de outra atividade remunerada, com ou sem vínculo empregatício, além do trabalho na polícia, os policiais militares são os que menos exercem atividades extras (52,2%) comparados com os policiais civis (55,1%), sendo essa diferença estatisticamente significativa, com $p < 0,030$.

Dos policiais militares que exercem atividades fora da Corporação, 70,1% prestam serviço de segurança particular, 9,7% trabalham como comerciantes, 2,4% dirigem táxi. Um pequeno percentual de 0,3% possui firma de segurança. Ainda 17,6% exercem outros tipos de atividade. Para a Polícia Civil esses valores são, respectivamente de 32%, 6,6%, 2,1% 0,8% e 15,5%.

Dizem os entrevistados: “*O policial procura um outro emprego porque ele recebe lá o dobro que ele recebe aqui para trabalhar no mesmo regime que ele trabalha aqui,*

na mesma carga horária. Então, na verdade, ele tem uma dupla jornada de trabalho” (Op), embora seja sabido que *“isso acaba com a saúde, sendo essa a situação de um trabalhador do século XVIII, 18 horas de trabalho sem direito a férias”* (Op). Compreendemos, no entanto, que essa afirmação pode ser verdadeira apenas em parte, pois como refere uma pesquisa do IBGE sobre empresas de serviços no Brasil (2003) a média salarial dos trabalhadores em segurança não chega a R\$ 700,00.

Por isso, o chamado *bico* não está necessariamente vinculado à remuneração, como refere Bottari (2005) em artigo no qual comenta que a polícia do Rio de Janeiro está sendo privatizada. Dados da Delegacia de Segurança Privada (Delesp) da Polícia Federal e dos sindicatos dos vigilantes e dos empresários do setor revelam que 80% das cerca de 400 empresas ilegais de segurança no Rio de Janeiro estão nas mãos de oficiais, suboficiais e praças da Polícia Militar e de inspetores e delegados da Polícia Civil. Numa análise detalhada (Bottari, 2005) sustenta que 20% desse mercado clandestino está nas mãos de coronéis e delegados: *“hoje há cerca de 60.000 PM, policiais civis e bombeiros atuando na clandestinidade em seus horários de folga”* (Bottari, 2005,15). No segmento legal a presença das altas patentes é ainda mais acentuada: das 148 empresas que têm autorização de funcionamento outorgada pelo Ministério da Justiça no Estado do Rio, 50% estai em nome de policiais militares e de delegados da ativa ou de aposentados ou de seus parentes.

A participação de oficiais ou delegados em empresas de segurança é permitida por lei. No entanto, estudiosos deste assunto tendem a colocar restrições a essa prática, mostrando que existe uma zona cinzenta prejudicial à população que a partir daí se instaura: ela estimula os policiais de baixa patente a fazerem *bico*; cria uma inevitável promiscuidade entre interesses públicos e privados; e privatiza um papel fundamental do Estado moderno.

Embora no Rio de Janeiro a situação seja agravada, Beato (2005) comenta que em países como no Canadá e Estados Unidos, a segurança privada já emprega o triplo do efetivo policial. No Brasil, as empresas legais empregam o dobro e o mercado ilegal, quatro vezes mais do que todo o sistema de segurança pública.

Capítulo 9

JORNADA DE TRABALHO

Polícia Militar - A jornada de trabalho de um policial militar se inicia com a leitura da ordem do dia, rito matinal realizado no interior das Unidades. Silenciosos e em forma, os PM ouvem a divulgação de suas escalas de serviço e advertências. Recebem orientação para a ação específica e são lembrados dos modos como devem ser atendidos os cidadãos, as vítimas de acidentes, os transgressores e outros. São discursos estruturados de forma unilateral e hierárquica. Sua finalidade é reafirmar normas disciplinares, impedindo que os policiais das patentes mais baixas discutam de maneira franca e aberta, questões concretas que lhes dizem respeito, como dificuldades no cumprimento das ordens, problemas encontrados nas rondas, com seus equipamentos e outras questões. Encaminham-se depois para suas atividades, de acordo com um cronograma de trabalho, horários e escalas devidamente recebidos pelos membros da Corporação, dentro da especificidade de suas atividades.

Aos oficiais da PM cabe a gestão da Corporação. Aos policiais da ponta estão reservadas as surpresas do serviço, em geral na rua, levando-os a vivenciarem momentos de grande insegurança no desempenho de suas atribuições, já que a realidade de seu trabalho freqüentemente entra em conflito com as normas disciplinares. Muniz (1999) conta em seu estudo que, acompanhando rondas de PM, pode observar o receio dos jovens policiais em adotar qualquer alternativa diferente para solução de conflitos que vivenciavam. Sua preocupação frente a um problema concreto era sempre a mesma: *“o oficial superior falou somente sobre o que não pode e não determinou o que pode ser feito”*(Muniz, 1997,129). Os policiais militares se queixam muito de ordens imediatistas, de falta de planejamento e em consequência, comentam que têm que realizar ações improvisadas que comprometem a execução e a efetividade de seu trabalho e o baixo rendimento das operações: *“infelizmente a gente recebe um expediente hoje para tomar uma providência na hora”* (GF1.3)

Assim, disciplina militar, não sendo capaz de oferecer orientações efetivas sobre como agir nas situações reais, acaba por restringir a possibilidade de intervenções adequadas e criativas, encorajando o indesejável, as transgressões de rua. Quando indagados sobre a necessidade de modificar as ordens que recebem para conseguir realizar suas atividades, a maior proporção de respostas “sempre/quase sempre e às vezes” é de policiais militares (75,2%), enquanto que entre os civis essa proporção é menor (61,0%).

Sobretudo os policiais mais experientes, nas atividades ostensivas acabam por recorrer à indisciplina para trabalhar mais adequadamente (Muniz, 1997), criando-se uma espécie de cinismo policial. Esse cinismo é uma espécie de reação crítica frente aos dilemas e contradições do cotidiano. Todo policial de ponta aprende com os mais antigos, *“com os cascudos”* que a orientação recebida, na prática é outra. *“De posse do saber prático que informa que a bomba explode sempre na ponta, os soldados, cabos e sargentos sabem que para tirar polícia de verdade, de antemão terão não só que produzir alguns arranhões no código disciplinar como também procurar descaracterizar as possíveis indisciplinas”*.

Os policiais militares se queixam do excesso de horas trabalhadas, o que se relaciona a vários fatores: ao baixo contingente de policiais na ativa, o que exige também constante remanejamento para atender às ordens dos Comandantes, mas também a interesses de muitos policiais que, como foi colocado anteriormente, preferem emendar uma longa jornada e ter mais dias de folga para os *bicos*. Sempre há pressões para manterem o nível de produtividade *“No ambiente de trabalho têm muita cobrança, você tem que se dividir em dez para cumprir a sua função e acumula muita coisa, entra na falta de efetivo”*.(GF3.3). As longas jornadas de trabalho são responsáveis pelo desgaste físico e mental do policial militar. Apesar de todos os setores sofrerem com o excesso de horas trabalhadas, o setor operacional é o que possui o trabalho mais penoso e desgastante.

Além do excessivo número de horas trabalhadas, a complexidade, as dificuldades e os riscos que o serviço de policiamento ostensivo e de repressão ao crime envolve são descritos pela maioria dos policiais militares como é o caso da fala a seguir: *“é uma gama de serviço violenta, no final a gente faz serviço de vários órgãos. A gente*

presta serviço para Fundação Leão XIII, a gente cata mendigo, prostituta, conduz alienado mental para o hospital, faz segurança no Maracanã, a gente abraça tudo!”(GF1). Essa gama muito diversificada de atividades pode ser retomada no início deste capítulo quando descrevemos uma listagem de atribuições cotidianas da Polícia Militar, descritas no site da Corporação (www.policiamilitar.rj.gov.br) .

Polícia Civil - Embora o regulamento da Polícia Civil especifique uma jornada semanal de 48 horas, com escala de 24/72 horas (Muniz et al, 1998), na caracterização que obtivemos, encontramos outras escalas.

Do conjunto dos policiais entrevistados, 45,7% têm uma carga horária de quarenta horas semanais. E 25%, trabalham em plantão 24/72 horas e esse grupo se concentra, primordialmente nas delegacias. Jornada de 40 horas semanais foi relatada por 38,1% dos que atuam nas delegacias e 44,1% do estrato administrativo. Estranhamos o baixo percentual de policiais trabalhando com essa carga horária no setor administrativo, onde se esperaria que estivessem em regime de oito horas diárias.

Os demais regimes de plantão estão assim distribuídos: 1,3% da força de trabalho tem jornada de 12/24; 3,9%, de 12/36; e 0,3%, de 24/48 horas, perfazendo 5,5% dos policiais. Há também um contingente de 7,6% com plantões semanais de 3 dias de oito horas; 4,8%, têm expediente de 20 horas, o que agrupa 12,4% dos profissionais. Dos entrevistados, 7,6% responderam que trabalham em outro horário, diferente do que foi listado como possibilidade de ser assinalado. É relevante a informação de que 51,5% dos funcionários, nos últimos meses, trabalharam muitas vezes nas atividades policiais, além do seu horário prescrito. Destaca-se o setor operacional como aquele em que os profissionais têm as mais longas jornadas. Em média, 63,5% deles responderam que diariamente trabalham mais do que o inicialmente proposto ($p=0,000$).

A jornada dos operacionais é a mais pesada e mais penosa. E a isso acresce o fato desses profissionais não tirarem férias anualmente, como previsto para todos trabalhadores. Fora das horas de trabalho oficialmente realizadas na Corporação, na média os policiais civis têm uma carga extra semanal acima de 20 horas. Isso é

habitual em todos os setores, mas principalmente entre os operacionais pois muitos trabalham como segurança particular.

Cerca de 35,9% dos policiais afirmam que *muitas vezes ou sempre* emendam as jornadas. O setor em que isso mais ocorre é o operacional, em que 43,9% dos profissionais mantêm uma carga excessiva de trabalho; e a seguir, 32,6% do grupo administrativo; e 13,9% do setor técnico ($p=0,000$).

Dentre os motivos apresentados para manterem uma carga horária real muito mais elevada que a prescrita, 50,9% dos policiais civis indicam a necessidade de “*concluïrem, por vontade própria, uma tarefa importante*”. Como podemos ver no gráfico 16, mais uma vez, a parcela significativa de 57,1% dos que fazem essa afirmação pertencem ao setor operacional. A segunda razão atribuída por 21,3% deles, para o trabalho extra é a “*convocação por parte de um superior*”. Nesse item situam-se as explicações de 22,2% dos profissionais do setor administrativo; e 23,3% do operacional.

Aspecto relevante quanto à jornada de ambas as categorias civis e militares diz respeito ao trabalho em horário noturno, demandado para o atendimento ao público (Costa et al, 2000). Estudos mostram que plantões de 24 horas, sobretudo os que incluem turnos noturnos provocam forte desgaste físico e emocional, gerando distúrbios neuropsíquicos, gastrintestinais, cardiovasculares e, o mais óbvio, alterações de sono. A privação do sono gera desânimo, fraqueza e insônia. Além de estar associada ao aparecimento de tremores do corpo, obesidade e envelhecimento precoce ela promove distúrbios psíquicos como descontrole e a agressividade (Rotenberg et al, 2001). Tais fatores se tornam deveras preocupantes quando falamos de profissionais cujo ofício, por si mesmo, já é uma permanente fonte de tensão. Um trabalho policial realizado por pessoas fatigadas e com maior propensão ao descontrole e à agressividade, pela alteração do sono, só torna a situação menos segura e mais tensa ainda.

Além disso, a vida social e familiar desses servidores também sofre alterações, uma vez que uma jornada de trabalho dessa ordem interfere no relacionamento com os familiares por desencontros de horários, prejudicando particularmente os

relacionamentos amorosos. Esta mesma razão aparece na restrição de participação de atividades sociais e de planejar a vida.

Como podemos observar na tabela 28, enquanto policiais militares trabalham mais em expediente de 40 horas semanais e em plantões de 24 por 48 horas, policiais civis desenvolvem suas atividades principalmente em escalas de trabalho na forma de expediente de 40 horas semanais e plantões de 24 por 72 horas.

Tabela 28: Distribuição dos policiais militares e civis segundo escala de trabalho

Escala de trabalho	Polícia Militar	Polícia Civil
	%	%
12 por 24 horas	5,1	1,6
12 por 36 horas	9,4	5,0
12 por 48 horas	4,3	-
24 por 48 horas	12,0	0,3
24 por 72 horas	2,0	33,5
3 plantões sem de 8 horas	-	8,0
Expediente 20 hs/semanais	-	4,2
Expediente 40 hs/semanais	39,0	39,1
Outro	24,9	6,6
Inválido/não resposta	3,3	1,8

A tabela 29 mostra que a maior parte dos policiais militares às vezes ou poucas vezes sai de um serviço policial para outro sem descanso algum. Já os civis apresentam maior proporção dos que sempre saem de um serviço para outro sem descanso, e no extremo, dos que nunca fazem isso.

Tabela 29: Distribuição dos policiais militares e civis segundo trabalho em serviços diferentes sem descanso

Frequência	Polícia Militar	Polícia Civil
	%	%
Sempre/Muitas vezes	38,9	40,1
Às vezes/Poucas vezes	42,4	28,8
Nunca	18,7	31,1

(p < 0,000)

Os policiais militares têm um regime de férias mais regular que os civis. Entre os primeiros, 68,5% tiraram férias há um ano contra apenas 13,1% dos civis. Também é importante perceber a diferença entre as duas corporações em relação a um grupo muito expressivo dos civis que nunca tirou férias (16,4% dos civis e 2,2% dos militares). A grande maioria dos policiais civis tirou férias há 2 ou 3 anos atrás (70,5% deles contra 29,3% dos policiais militares). Todas estas diferenças são estatisticamente significativas, com $p < 0,000$.

Em ambas categorias, a jornada dos operacionais é a mais pesada e mais penosa, pois inclui plantões noturnos. De todo modo, a jornada dos outros setores também não é suave, pois se realiza, em grande parte, por plantões.

Entendemos que do ponto de vista gerencial, é necessário se observar a dinâmica real com que a jornada de trabalho se desenvolve, pois esse ponto exige urgência de medidas gerenciais que dêem outros rumos ao cotidiano do desempenho das atividades. O estudo da jornada dos Policiais Civis e Militares, observadas as diferenciações internas, evidencia uma grande dose de penosidade, de sobrecarga de trabalho e de desmedida extensão dos plantões. Ao dar atenção às necessidades físicas, sociais e emocionais desses servidores públicos, com certeza, as autoridades e gestores estarão orientando uma melhor qualidade de vida para a categoria e para suas famílias. Em consequência, possibilitarão tocar num ponto essencial para que o serviço prestado seja mais adequado e eficaz.

Capítulo 10

INTERAÇÃO ENTRE PARES E RELAÇÕES HIERÁRQUICAS

O enfoque da psicodinâmica do trabalho (Déjours, 1999a; 1999b) mostra que as vivências de sofrimento e de prazer estão associadas, fortemente, às relações sócio-profissionais. Quando o ambiente de trabalho é bom, mesmo que as tarefas sejam difíceis e desafiantes, os estímulos positivos funcionam como fatores de êxito. Mas quando o clima relacional é ruim, ocorre o que Déjours denomina *pressão para trabalhar mal*.

Analizamos o ambiente de trabalho a partir de algumas indagações citadas na tabela 30 estão somadas as respostas aos termos: “concordo totalmente”, e “concordo mais do que discordo” na categoria concordante, e “discordo mais do que concordo” e “discordo totalmente” na categoria discordante.

Tabela 30: Distribuição dos policiais militares e civis segundo aspectos do ambiente de trabalho

Ambiente de trabalho	Categoria	Polícia Militar	Polícia Civil
		%	%
Ambiente é calmo e agradável*	Concordante	41,1	67,1
	Discordante	58,9	32,9
Há bom relacionamento entre as pessoas*	Concordante	59,5	78,4
	Discordante	40,5	21,6
Pode contar com apoio dos colegas	Concordante	69,4	79,7
	Discordante	30,6	20,3
Conta com compreensão dos colegas quando não está bem*	Concordante	57,9	73,1
	Discordante	42,1	26,9
Relaciona-se bem com superiores*	Concordante	67,7	91,0
	Discordante	32,3	9,0
Gosta de trabalhar com colegas*	Concordante	87,3	94,6
	Discordante	12,7	5,4

(*) Diferença estatisticamente significativa – $p < 0,000$.

De acordo com a tabela acima os policiais militares apresentam sempre percentuais mais elevados do que os dos policiais civis nas categorias discordantes, sobretudo no que se refere aos conceitos de ambiente de trabalho calmo e agradável, compreensão dos colegas quanto a sua situação e ao bom relacionamento entre eles. São muito significativas as diferenças entre as duas forças policiais, evidenciando sempre aspectos mais negativos das vivências e interpretações dos militares.

Questionamos os policiais sobre alguns aspectos de sua carreira profissional. A tabela 31 mostra as possibilidades que lhes foi oferecida de assinalarem opções “muito satisfeito” e “satisfeito”. Os policiais civis apresentam maior satisfação em todos os itens, quando comparados com os militares. Para esses últimos os maiores índices de satisfação estão nos níveis hierárquicos mais elevados quando se referem ao relacionamento com os subordinados e com os colegas do mesmo nível.

Tabela 31: Distribuição dos policiais militares e civis segundo o grau de satisfação com alguns aspectos da carreira policial

Aspectos da carreira	Polícia Militar	Polícia Civil
	(%)	(%)
Relacionamento com superiores*	48,0	66,0
Relacionamento com pessoas do mesmo nível*	75,4	81,3
Relacionamento com subordinado*	74,0	83,1
Quantidade de horas trabalhadas*	28,1	63,7
Funções que desempenha*	56,1	69,4

(*) Diferença estatisticamente significativa – $p < 0,000$

Ao contrário, na tabela 32 observamos elevadas proporções de insatisfação dos policiais subordinados, sendo exatamente nesse item em que os escalões superiores colocam sua satisfação. Ou seja, é como se na polaridade que se estabelece entre eles, uns têm *prazer em mandar e emitir ordens* mas outros não têm prazer em cumpri-las e em obedecer. Na análise foram somadas as opções “muito insatisfeito” e “insatisfeito”.

Como podemos concluir, os mais elevados graus de insatisfação, tanto dos policiais militares quanto dos civis, se referem à quantidade de horas trabalhadas e ao

relacionamento com superiores. Em todos os itens pesquisados é maior a insatisfação e maior o número de insatisfeitos na polícia militar, onde uma boa parcela não está contente com as funções que desempenha. Vale salientar que os policiais militares, mais que os civis, também evidenciam um sentimento de apatia nas relações sociais de trabalho: 29,8% *versus* 22,4% dos civis disseram que não estão satisfeitos nem insatisfeitos nos itens que dizem respeito aos relacionamentos com superiores e com colegas do mesmo nível (17,2% contra 15,3%). Essa diferença é estatisticamente significativa.

Tabela 32: Distribuição dos policiais militares e civis segundo o grau de insatisfação com alguns aspectos da carreira policial

Aspectos da carreira	Polícia Militar	Polícia Civil
	(%)	(%)
Relacionamento com superiores*	21,5	11,6
Relacionamento com pessoas do mesmo nível*	7,5	3,4
Relacionamento com subordinado*	7,9	3,2
Quantidade de horas trabalhadas*	65,1	23,3
Funções que desempenha*	27,8	12,7

(*) Diferença estatisticamente significativa – $p < 0,000$

É importante ressaltar também que em todos os itens relacionados nas duas tabelas acima houve diferenças significantes entre as duas corporações.

No segundo capítulo do regulamento disciplinar da Polícia Militar(1993) estão previstos os princípios gerais da hierarquia e a disciplina através da ordenação da autoridade em níveis, postos e graduações como já discutimos acima. O regulamento prevê entre outras medidas, a pronta obediência às ordens dos superiores, inclusive para os servidores inativos.

Segundo relatos do setor administrativo os conflitos interpessoais no ambiente de trabalho são normais. Atualmente a convivência entre superiores e subordinados é mais democrática do que há duas décadas atrás, dizem alguns. Entretanto os policiais dos escalões inferiores expõem claramente as tensões no relacionamento entre profissionais de níveis hierárquicos diferentes *"Aqui não, mas em batalhão já vi acontecer várias vezes: um policial agredir um superior hierárquico e vice-versa. O batalhão está sob maior estresse, um olhar mal dado, uma palavra mal dita, o*

policia saca uma arma”(GF1.3). Em outro depoimento o ambiente foi considerado “*hostil*”. Essa fala se refere também às relações travadas no mesmo espaço físico entre diversas seções de trabalho.

Um dos entrevistados da policia militar comenta que o sistema hierárquico não permite o conflito, pois “*um superior manda e outro obedece*”(G3). Em seu modo de comandar a tropa, revela que não permite exageros e intervém pessoalmente “*Quando vê que há um certo exagero, uma administração, um tanto descabida*”(G3). Isso é verdadeiro, pois o poder emanado de cima para baixo, ao não admitir a discussão das propostas apresentadas, não permite o contraditório como descrevemos inicialmente, referindo-nos às características da corporação militar enquanto instituição fechada. Devemos ressaltar que *conflitos* democráticos são sempre bem-vindos e emergem da exposição de pontos de vista diferentes em busca de consenso. Lembramos ainda que, o consenso pode ou não ser alcançado nos diálogos, mas o ser humano sempre sai enriquecido quando é capaz de realizar confrontos de idéias, de propostas e de interpretações.

Apesar da característica hierárquica, no entanto, há formas diferenciadas de gestão entre os oficiais que comandam batalhões e unidades. Um deles, quando entrevistado, afirmou que se esforça para manter um bom relacionamento promovendo confraternizações mensais e homenageando os que se destacam em operações. Nessas ocasiões são convocados familiares e policiais licenciados (feridos em combate) para demonstrar aos presentes que eles não serão esquecidos. Esse gestor acredita que a integração minimiza o sofrimento, porém faz questão de deixar claro o regulamento disciplinar: “*é importante que o soldado saiba que essa unidade é uma extensão da sua família, embora haja diversas subdivisões hierárquicas, postos e graduação*” (G2). Em depoimentos colhidos num batalhão localizado em área de risco do Rio de Janeiro, foi-nos dito que as freqüentes emboscadas do narcotráfico têm levado à morte muitos policiais militares. Nesse contexto são relatados relacionamentos mais solidários entre profissionais de várias patentes, minimizando o peso das distâncias hierárquicas “*O problema na relação entre policiais aqui é muito mais do que aceitação das adversidades é reconhecer o outro como amigo, as condições adversas nivelam a uma só condição, à aceitação e à necessidade do convívio*”(GF3.1). De qualquer forma, a imagem da família

utilizada por oficiais não deixa de ser uma contradição em termos, pois a família é o locus das relações primárias, onde, apesar das diferenças de papéis, as pessoas se despem de postos e graduações.

Para o setor, a hierarquia distancia os coletivos de profissionais, os praças costumam se relacionar entre si e os oficiais também possuem seu círculo de amizade fechado, como já dissemos anteriormente. A ambigüidade real da posição das chefias que oscila entre o “clima de família” e a autoridade das patentes, acontece nos confrontos cotidianos com a realidade, prevalecendo sempre a ética disciplinar e a hierarquia, como ressalta o seguinte depoimento: *“os Oficiais se acham juizes, médicos, eles decidem tua vida...não posso dizer não, senão amanhã ou depois ele me manda para um serviço ruim, me bota na ‘boquinha do papai’ (local dentro da favela) tomando tiro direto. É a sentença de morte!”*

De maneira geral a relação hierárquica cristaliza duas atitudes opostas: a relação das patentes inferiores com os escalões superiores é altamente conflituosa e revoltada desde a sua gênese; e vice-versa: existe muito abuso de poder e até certa crueldade na forma como os oficiais tratam seus subordinados.

As análises quantitativa e qualitativa realizadas sobre a Polícia Civil apontam para um grau mediano de satisfação com o ambiente de trabalho, principalmente quando levamos em consideração a relação entre profissionais de igual nível hierárquico e a realização de trabalhos em equipe. O bom relacionamento, muitas vezes afirmado, à primeira vista, no entanto, necessita ser relativizado, pois o porte de arma que a profissão permite, é considerado pela maioria, um moderador de tensões e conflitos. Desta forma, o mediador do controle relacional é o mesmo usado para intimidar e conseguir a dissuasão às infrações penais e promover o controle social da população em geral.

Também nessa Corporação, os depoimentos ressaltam sempre um alto nível de conflitos latentes entre superiores e subordinados. Evidenciam no entanto que essa tensão permanente tende a ser aliviada nos últimos anos pelo ingresso, via concurso público, de profissionais com elevado grau de escolaridade na Corporação, aproximando-os das chefias e propiciando melhores condições de

diálogo. No entanto, o reconhecimento da legitimidade da formação profissional deve ser relativizado nas relações hierárquicas, pois há várias nuances nas interações que fazem a mediação entre o alto nível de escolaridade e a prática do dia-a-dia.

À primeira vista o ambiente de trabalho na Polícia é, no mínimo, muito mais calmo do que o senso comum geralmente supõe. Isto pode ser constatado em respostas de 44,6% dos funcionários que “concordam mais que discordam” com o fato de existir harmonia nas relações de trabalho; e nas de 23,1% que “concordam totalmente”.

Devemos ressaltar que dentro do setor operacional foi possível observar separadamente as respostas dos policiais alocados nas *Delegacias Tradicionais* em contraposição aos que se encontravam trabalhando nas *Delegacias Legais*. Não se afiguram diferenças estatisticamente significativas. No entanto, a análise qualitativa aponta que existem várias formas de relações entre os delegados e os subordinados nas *Delegacias Tradicionais*, onde se acentuam as expressões de hierarquia, em comparação com os modos de interação mais horizontais nas *Delegacias Legais*. Embora os depoimentos apontem para a tendência de uma gestão menos verticalizada, o conjunto das falas ressalta a vigência de uma forma de autoridade tradicional e de subordinação. Essa dinâmica está fortemente presente nas *Delegacias Tradicionais*; e menos, nas *Legais*, onde as relações são mais horizontais e informais.

Analisamos os níveis de relacionamento entre pares de várias formas, dentre as quais, uma que dá ênfase a um fato comum do cotidiano: se os policiais consideram que *podem contar com o apoio dos colegas de trabalho e com a sua compreensão quando não se encontram em um bom dia*. As respostas não mostram muita divergência entre os setores e mesmo, evidenciam a existência de bastante solidariedade. A proporção dos que consideram não poder esperar a *compreensão dos colegas* no ambiente de trabalho é mais elevada no setor operacional (27,5%).

Comparando a polícia civil com a militar, constatamos que as relações hierárquicas são menos marcadas na primeira, existindo um grau maior nível de solidariedade entre os profissionais. No entanto, eles próprios admitem que há uma paz armada

que controla possíveis destemperos emocionais e incompatibilidades por causa das extensas e tensas jornadas, sobretudo. Do ponto de vista hierárquico, os concursos públicos, privilegiando o grau superior de formação e as atividades das delegacias legais, realizadas em equipe têm sido importante para evidenciar uma tendência para a prática de relações menos verticais e de maior confiança entre chefes e subordinados. Mas os conflitos são constantes e manifestos, ao contrário da Polícia Militar onde esses são contidos pela voz autoritária da hierarquia, criando ressentimento e propiciando clima para “desvios de conduta”.

Capítulo 11

IMAGENS POLICIAIS

As imagens das Polícias Civil e Militar, como de qualquer outra categoria profissional, são construídas a partir da identidade profissional e das mútuas relações estabelecidas entre as pessoas, as instituições nas quais estão inseridas e a sociedade em geral (Gomes et al, 2003). À medida que a identidade é central para a construção de imagens, julgamos importante refletir acerca dessa expressão.

Dubar (2005) observa que a identidade não deve refletir uma redução dos atores sociais a categorias preestabelecidas, sejam elas de ordem socioeconômica (categoria socio-profissional ou origem social), sejam elas de ordem sociocultural (nível escolar ou origem étnica). O autor prefere usar a expressão *formas identitárias* para se referir à definição que os atores sociais fazem de si e dos outros. Segundo ele, a identificação de uma pessoa considerada ator social ocorre a partir de dois eixos: sincrônico (ligado a um contexto de ação e a uma definição de situação, em um determinado espaço culturalmente demarcado) e diacrônico (ligado a uma trajetória subjetiva e a uma interpretação da história pessoal, construída socialmente). Na articulação desses dois eixos, as identificações podem ser problemáticas quando levamos em conta as definições “oficiais” (atribuídas pelos outros) e as identificações subjetivas (reivindicadas pelas pessoas e submetidas ao reconhecimento dos outros). Nesse sentido, as formas identitárias não são apenas identidades pessoais, em termos de designações singulares, mas construções sociais compartilhadas.

As identificações profissionais ocupam um lugar eminente tanto na vida das pessoas como na vida social, segundo Dubar (2005), pois a dimensão profissional tem importância particular entre as múltiplas dimensões da identidade dos indivíduos. Nesse sentido, a privação do trabalho pode trazer sofrimentos íntimos e golpes na auto-estima das pessoas, criando um

comprometimento identitário gerador de desorganização social. Para que essa problemática seja melhor compreendida, se faz necessário não reduzir o trabalho nem a uma simples troca econômica, nem a uma simples dimensão “estatutária”, exterior à subjetividade.

Especificamente no caso das Polícias Civil e Militar, as identidades profissionais são influenciadas pela tripla determinação do aparelho policial. Em geral, tal aparelho, segundo Porto (2004), é “um instrumento que lhe dá ordens; um serviço público, suscetível de ser requisitado por todos; uma profissão, que desenvolve seus próprios interesses” (p. 132). Essas três dimensões, que necessariamente não se fundem de forma harmoniosa, estão presentes na construção da imagem do que é ser policial.

Ser Policial - As duas corporações aqui estudadas, ao expressarem a identidade de *ser policial*, se diferenciaram, tanto em termos de conteúdo quanto na forma de definir tal identidade. Em geral, policiais civis tendem a definir, claramente, o que realmente consideram ser o seu papel. Os militares expressam mais insegurança na definição que julgam que são.

Especificamente, a Polícia Civil, independente de hierarquia e dos setores (operacional, técnico e administrativo), projetam uma imagem que aponta com clareza para o papel de um *profissional de investigação*. No setor técnico, em específico, tal papel está associado com ato de *identificar*. Para esse setor, o profissional “*investiga para identificar indícios*”. O ato de identificar se relacionava ao crime em geral, às pessoas e às marcas sofridas e reveladas da agressão no seu objeto, o corpo de delito. A investigação se revela, então, como um ato complexo, indo desde os vestígios mais concretos até aspectos não demonstrados ou evidentes, demandando uso de inteligência, argúcia e capacidade de interpretação.

Segundo alguns policiais dos três setores, a investigação, em alguns momentos, fica no plano do ideal, uma vez que no cotidiano nem sempre tal missão consegue ser operacionalizada. Isso ocorre por diferentes motivos. Dentre eles, destacam-se os fatos de (a) a formação nem sempre ter sido adequada ao cumprimento do papel investigativo; (b) alguns policiais não

incorporarem, em sua identidade pessoal, a investigação como missão e (c) haver deslocamentos para atender a problemas sociais não relacionados com a missão da corporação.

Já na Polícia Militar, independente da hierarquia das pessoas entrevistadas por nós, subjacente às falas dos policiais, surge a imagem recorrente de que *ser policial* é cumprir o papel de *um profissional que controla a “ordem social” e “reprime o crime”*, sendo o PM, *“o braço da lei vigilante”*. Para alguns deles, essa missão é um *“mal necessário”* que *“contribui para a segurança pública”*.

Observamos também que alguns militares trazem à tona outra faceta da corporação: a imagem educadora da Polícia Militar. Entretanto, tal imagem, ao ser definida por eles não se distancia muito da função controladora, uma vez que o papel de educador é visto como aquele que *“premia os bons exemplos e pune os maus exemplos”*.

Para alguns militares, a missão de preservar a ordem pública, em alguns momentos, fica comprometida por se associar à política. Tanto nos grupos de cabos e soldados como entre os oficiais, existe a idéia de que *“a polícia é muito política”* e que *“tinha que ser desvinculada da política”* porque ficava subordinada a *“interesses do Governo se eleger”*.

“Polícia” e “política” derivam do mesmo termo grego “polis”, utilizado para descrever a constituição e a organização da coletividade (Costa, 2004). Intimamente ligadas não há como dissociá-las. *“A atividade de polícia é, portanto, política, uma vez que diz respeito à forma como a autoridade coletiva exerce seu poder”* (Costa, 2004: 37). Entretanto, quando cabos e soldados tentam separar a atividade policial da política, não é sobre o exercício da autoridade coletiva que falam. Referem-se ao fato de a segurança pública nem sempre ser o foco central de suas ações. Na visão deles, em alguns momentos, por causa de questões políticas eleitoreiras, militares são desviados para atender à segurança de grupos específicos, inclusive de interesses privados.

No jogo de imagens, os depoimentos de policiais das duas corporações, de uma forma implícita, em determinados momentos, revelam uma identidade genérica de *ser policial* como a do profissional responsável pela ordem e pela repressão ao crime. Os civis procuram se diferenciar de tal imagem, tendo como meta, a investigação; enquanto os militares dela mais se aproximam.

Merece destaque o fato da imagem policial, por vezes estar ligada à repressão. O setor técnico da Polícia Civil é o que mais se distanciou desse estereótipo, imprimindo o caráter investigativo a sua missão. Como disse um dos técnicos, “*somos policiais por descuido porque não temos nada a ver com a Polícia*”. Mas muitos policiais militares também não endossam essa imagem genérica. A maioria emprega a palavra *repressão* de forma qualificada, explicitando em suas falas que o termo para eles significa *repressão ao crime* como mecanismo de manutenção da lei vigente.

Considerando a forma como os membros das Corporações lidam com a imagem de ser policial, em geral, observamos que os sentidos atribuídos a tal imagem são positivos por parte dos civis. Eles se sentem orgulhosos e expressam uma unidade corporativa em torno da *missão investigar*. Já no caso da Polícia Militar, principalmente entre cabos e soldados, verificamos eles não conseguem idealizar a imagem da *repressão ao crime* de forma positiva. Revelam serem mais influenciados pelo sentido negativo que costuma ser atribuído ao ato de reprimir. Um dos oficiais lamentou não haver na Polícia “*uma consciência de proteção e prevenção*”.

Assim, na Polícia Militar, podemos falar de uma identidade no trabalho de prevenção e repressão ao crime, o que é sua atribuição. E na Polícia Civil a matriz identitária esta fundamentada na investigação, o que também conflui com sua missão. Essa imagem de oposição complementar, a partir de missões diferentes, no entanto não é tão estanque assim sobretudo no caso da Polícia Civil que também realiza atividades de repressão, realização de prisões e guardas temporárias, reforçando o pensamento de Muniz et al (1998). Assim, podemos considerar que em determinadas circunstâncias, as fronteiras entre o *ser policial civil* e o *ser policial militar* são tênues. A demarcação entre as duas corporações, considerada relativamente frágil, transborda os limites, inclusive

constitucionais na prática. Essas instituições, segundo Costa (2004), baseado em David Bayley, são organizações voltadas para o controle social e, no cumprimento de tal missão, são autorizadas para usar a força, caso necessário. Assim, com base nessa definição, a missão investigar e o trabalho de prevenção ou repressão ao crime podem se fundir na tarefa maior de controle social.

Ser policial para a sociedade - Embora alguns entrevistados tenham apontando que a sociedade gosta da boa polícia, os policiais das duas corporações foram unânimes, em suas percepções, de que a imagem da sociedade sobre a polícia é negativa e preconceituosa. Associada a essa opinião, os profissionais civis e militares consideram que existe falta de reconhecimento em relação à missão que desempenham. Na introdução histórica deste trabalho, já discutimos as raízes dessa visão que vem se reafirmando ao longo do tempo, apesar dos esforços institucionais para mudá-la.

Dois depoimentos, o primeiro de um policial civil e o segundo de um militar, são significativos para ilustrar o sentimento de não reconhecimento social do trabalho policial:

Quando um homem está em desespero, reza a Deus e chama pela Polícia. Quando o seu problema está resolvido, esquece de Deus e amaldiçoa a Polícia (Polícia Civil).

A sociedade trata mal até precisar. Na hora do desespero, chama a Deus e chama a Polícia. Quando passa, você esquece de Deus e amaldiçoa a Polícia (Polícia Militar).

Essas falas refletem um julgamento que ultrapassa os espaços (se encontra nas duas corporações) e atravessa o tempo (o primeiro depoimento data de 2002, enquanto o segundo é de 2005). Tratam da expressão que melhor retrata as percepções e os sentimentos sobre o julgamento que a sociedade projeta sobre o *ser policial* em geral.

Nos depoimentos dos entrevistados das duas polícias, foi comum a opinião de que a sociedade constrói a imagem de corrupção e truculência em torno da figura do policial. Os policiais militares fizeram uma reflexão sobre tal imagem, pontuando enfaticamente que a sociedade também é corrupta e os policiais vêm dessa mesma sociedade. Segundo eles, segmentos da própria sociedade tentam subornar a polícia quando se sentem ameaçados.

Na literatura internacional, também costumam aparecer imagens alimentadas pelas sociedades de que a polícia é corrupta e truculenta. Weitzer (2002), ao estudar incidentes de má conduta e a opinião pública em Los Angeles e Nova Iorque, observa-se que a corrupção é uma das principais posturas que comprometem a imagem policial, provocando atitudes desfavoráveis da população à corporação policial.

Por causa de imagem negativa construída acerca da polícia, os entrevistados relataram que o reconhecimento que eles têm por parte da sociedade é “muito baixo” ou “zero”. Os policiais das duas corporações, que realizam o trabalho na linha de frente, são os que mais se indignam com essa falta de reconhecimento. Segundo um grupo de entrevistados da polícia civil, eles são tratados como “esgoto”, enquanto alguns policiais militares observam que as comunidades os tratam como “lixo” e, quando passam por eles, as pessoas “cospem”. *Esgoto* e *lixo* são conceitos que dizem respeito ao que muitos estudiosos classificam “trabalho sujo”, relegado a algumas categorias sociais (Salles Filho, 2003).

As imagens negativas por parte da sociedade constituem um dos fatores que levam os policiais civis e militares a ocultarem sua identidade policial. Seus familiares também são alvos de discriminações e ataques, causando transtornos nas interações familiares e comunitárias. Bourguignon e colaboradores (1998), ao estudarem a situação dos policiais civis do estado do Espírito Santo também reafirmaram esse problema, apontando que os relacionamentos fora dos espaços do trabalho policial são atravessados por desavenças familiares, choques e vários tipos de segregação.

Os policiais, em seus depoimentos identificaram motivos para a atitude negativa e a desvalorização construída pela sociedade no que se refere a seu trabalho e a sua pessoa. Uma delas diz respeito ao trabalho da mídia que consideram negativo com objetivos sensacionalistas. Na medida em que a mídia não extrai fatos a partir do nada e importante ouvir a opinião de alguns policiais militares reconheceram que “não se pode tapar o sol com a peneira”, dando a entender que muitas situações veiculadas são procedentes. Entretanto, observaram que as boas ações também deveriam ser veiculadas em igual proporção. Entre os policiais civis, foi lembrado que a mídia pode exercer uma excelente colaboração quando veicula imagens a serem investigadas do ponto de vista criminal.

Outra justificativa, dada pelos policiais das duas corporações, para a avaliação negativa do trabalho policial, se relaciona a uma rejeição dita “natural”, que existe e sempre existirá porque, em geral, as pessoas não gostam de ser investigadas.

Nos depoimentos dos policiais civis, o aumento da criminalidade também foi utilizado para explicar a desvalorização do trabalho policial. Com esse aumento, houve “um desgaste muito grande da figura do policial”. Cerqueira (2001) observa que a criminalidade da população também pode se relacionar com a criminalidade policial. À medida que o uso da violência arbitrária no combate ao crime e o controle da população pobre é incentivado, pode ocorrer tanto o desenvolvimento da criminalidade policial como dificuldades para o exercício do papel de controle policial.

Nos grupos focais dos policiais civis, foi lembrado que a Polícia Civil “paga pela culpa que não tem” porque no imaginário social sua missão é confundida com a da Polícia Militar. Já entre os militares, foi lembrado que devido a Polícia Militar ter sido utilizada com “força do Estado, como força de repressão”, na época da ditadura militar, “essa imagem ficou muito viva”.

A avaliação negativa feita pela sociedade sobre a Polícia, segundo alguns policiais civis e militares também se explica pelo fato de as corporações não

funcionarem como deveriam funcionar. Os depoimentos que seguem ilustram bem esse pensamento.

[A sociedade espera] um estilo de serviço que presumidamente deveria funcionar, que presumidamente está sendo pago para funcionar e não funciona (Policial Civil).

O nosso serviço não é um serviço de excelência (...) não porque não queremos” (Policial Militar).

Numa análise mais aprofundada, não podemos desconsiderar que a construção dessas imagens pode estar fortemente associada a problemas de segurança pública em geral. Segundo Ramos e Novo (2002), tem sido comum a crença de que há um declínio e um enfraquecimento do poder do Estado para resolver questões sociais, fazendo que a segurança pública seja mais percebida como calamitosa do que resolutiva de problemas. Essa crença pode contribuir para que a imagem do ser policial reflita uma dimensão mais negativa do que positiva por parte da sociedade.

Por último, faz-se necessário levar em conta que a face negativa da Polícia, presente na matéria da mídia ou no imaginário social em geral, não surge do nada. Pode estar associada a fatos reais, produzindo uma eficácia simbólica.

O problema, na prática, é que a imagem preconceituosa é generalizante e, na multidão de razões, acaba por desconhecer as especificidades dos sujeitos e prejudicar o nível das relações mais próximas estabelecidas pelos policiais (Gomes et al, 2003: 172).

Reconhecimento dos Policiais pelas Próprias Corporações - Em geral, os policiais civis e militares consideram que seu trabalho não é suficientemente valorizado pelas suas Corporações. Poucos são os depoimentos que expressam valorização do trabalho policial. A maioria dos entrevistados expressou que o seu trabalho é pouco ou nada reconhecido por parte das suas instituições.

Principalmente entre os militares, há uma idéia de que a Polícia é um órgão público que permanece vinte e quatro horas prestando inúmeros serviços à população. Um depoimento que surgiu num dos grupos de cabos e soldados ilustra muito bem essa idéia:

Pra pegar o gatinho, eles chamam a Polícia. Pra pegar o ladrão, eles chamam a Polícia. Pra socorrer a parturiente, eles chamam a Polícia (...) Problema de luz, eles chamam a Polícia.

Como pode ser visto na listagem de suas atividades, a Polícia Militar exerce uma série de funções que ultrapassa sua missão, como prestação de assistência e socorro e apoio às comunidades. Isso acontece em outros serviços públicos também, como o caso da saúde onde freqüentemente os profissionais não sabem se estão cumprindo atividades típicas ou complementando outras políticas sociais. Entretanto, esses soldados e cabos acreditam que, por exercerem esses inúmeros serviços, deveriam ser mais valorizados pelo Governo. Tal valorização deveria ser traduzida tanto em melhores salários como em melhores condições de trabalho.

Entre os militares, há também o sentimento de que a instituição não tem uma visão compreensiva de suas necessidades e esforços. Por exemplo, não leva em conta que as escalas devem ser flexibilizadas no período de provas para aqueles que estudavam. Um deles chegou a perder prova por falta de uma escala compatível. Na visão de alguns, a *“Polícia não está preocupada com a educação da corporação”*, revelando que essa instituição só *“quer quantidade e não qualidade da formação”*.

É muito forte o tom do ressentimento e de revolta presente em vários depoimentos, sobretudo por parte dos escalões inferiores das Corporações, em relação às corporações e ao governo do estado

O policial se sacrifica para o Estado e o Estado está se lixando para ele”
(Policial Civil).

Eu fui chamado na Corregedoria. Fui tratado como animal” (Policial Civil).

Nós sofremos abuso de autoridade e do descaso. Nós aqui não valemos de nada. Somos um instrumento na mão deles, mais nada” (Policial Militar).

Eles tratam a gente como bicho. Nós somos uma peça de reposição. Morreu um policial, amanhã aparece outro. Eles dão outro RG e acabou (Policial Militar).

Há alguns depoimentos, embora em número menor, que evidenciam, ao contrário, certa valorização institucional e reconhecimento interno, traduzido em elogios, almoços e cafés de confraternização e dispensas de um serviço. Essa visão mais positiva vem junto à idéia de que, embora em geral, a Instituição apenas quer o serviço, há diferenciação interna entre Chefias e Comandos: “*depende de quem está no comando*” (Policia Civil), “*vai depender muito da figura do comandante*” (Polícia Militar). Ou seja, há um padrão cuja leitura enuncia obrigação do servidor; mas pode existir, igualmente, quebras desse padrão, ainda que de forma episódica.

Em síntese, a imagem dos policiais, construída como num jogo de espelhos, reflete sentimentos de desvalorização institucional e de não reconhecimento social pelo seu trabalho. Essa visão negativa é mais forte entre os policiais que estão na linha de frente no enfrentamento da criminalidade. Não podemos desconsiderar, porém, que entre os policiais também há a perspectiva de que pode haver mudanças nessas imagens. Essa expectativa se evidencia com mais força nos depoimentos dos gestores das duas corporações. Ela é de fundamental importância porque, seja qual for o tipo de reforma que as Corporações desejem obter para concretizarem sua missão – seja da imagem ou de questões organizacionais - o papel das lideranças policiais é decisivo. Como bem lembra Costa (2004), “*embora a sociedade civil e a sociedade política desempenhem papéis importantes, nenhuma reforma policial pode ser implementada sem o apoio de algumas lideranças policiais*” (p. 81).

PARTE III

Capítulo 12

CONDIÇÕES DE SAÚDE FÍSICA, MENTAL E QUALIDADE DE VIDA

Introdução

Condição de saúde é um conceito dinâmico que diz respeito à articulação entre as disposições biológicas e às situações sociais e culturais de existência. No caso da interação entre saúde e trabalho, entram em jogo dois planos de análise: são contemplados os âmbitos sociais, econômicos, políticos e culturais que definem o contexto das relações particulares estabelecidas nos espaços de trabalho e de reprodução social; e o plano que diz respeito a determinadas características dos processos de trabalho, com potencial de repercussão sobre a saúde. Sabemos que a dinâmica de produção e de relações laborais tanto pode produzir saúde, bem estar físico e emocional, como pode também, ser marcada por insatisfações, estresse, sofrimento e alienação, ampliando para o mundo da vida os resultantes desses processos.

Marx (1968) quando teorizou sobre o trabalho, evidenciou sua importância e seu caráter positivo para a realização dos sujeitos, pois o ser humano, por meio de suas atividades transforma e cria coisas, e ao fazê-lo, transforma-se e se recria. Porém, em sua abordagem filosófica, chama atenção, também, para o fato de que, no sistema capitalista, freqüentemente, o trabalho é fator de alienação e de sofrimento, quando ocorre em condições sociais, econômicas, tecnológicas e organizacionais adversas. Essa dialética é também tratada por Dejours, Abdoucheli & Jayet (1994) e Sato (1995).

Vários autores como Lacaz (2000) apontam que, de modo geral, no estágio de desenvolvimento atual da sociedade brasileira, predominam as doenças crônicas como motivo de enfermidade e morte de trabalhadores. Por exemplo, as aposentadorias por invalidez, nos anos 80 no Brasil, foram provocadas, principalmente por hipertensão, transtornos mentais e doenças osteomusculares. No entanto, o nexo causal dessas enfermidades com as condições e situações de trabalho não é tão evidente, pois elas também afetam, em diferentes proporções, a população em geral.

Proliferam as doenças cardiocirculatórias, gastrocólicas, psicossomáticas, cânceres, e músculo-esqueléticas expressas nas LER. A elas somam-se o desgaste mental e físico, patológico e as mortes por excesso de trabalho, além das doenças psicoafetivas e neurológicas ligadas ao estresse (Lacaz, 2000,25).

Neste trabalho, as condições de saúde dos policiais são tratadas a partir de diversos ângulos, como resultado do prazer e do sofrimento que provocam realização ou desgaste; como situação de risco que, nesse caso concreto se manifesta numa real *profissão de risco*; nos danos físicos que associam condições de vida, de trabalho e disposições biológicas. Tratamos também as doenças mentais como resultantes dos danos intrapsíquicos que combinam as peculiaridades biopsíquicas do sujeito com o sofrimento, o desgaste e o estresse no trabalho. Para abordar as possíveis relações sinérgicas entre o processo de trabalho e a saúde-doença dos trabalhadores, tentamos buscar a contribuição de diferentes conceitos hoje estudados pela área de *saúde do trabalhador*, um campo interdisciplinar que inclui fragmentos, dentre outros, das ciências sociais, da epidemiologia, da medicina, da engenharia, da ergonomia, da psicopatologia e da psicodinâmica do trabalho.

Da epidemiologia, *risco* é o conceito central, entendido como a probabilidade, a situação ou o fator delimitado como um determinante de efeitos adversos, configurando-se em específico tipo de exposição a uma situação indesejável

(Machado, 1997). Além de ser um conceito teórico na abordagem de problemas de saúde, *risco* é também uma noção instrumental fundamental para a vigilância em saúde, pois, como refere Machado “*a identificação consensual de um modelo de determinação do agravo permite a concepção de estratégias de intervenção e até a legítima*” (1997,40). No caso da saúde dos policiais, no entanto, *risco* é, não apenas uma medida de exposição ou um dispositivo técnico, é um conceito estruturante da própria profissão.

Por isso, a abordagem epidemiológica mostra-se insuficiente para descrever a situação dos policiais, o que nos conduz, a relacioná-la de forma associada, com os estudos sobre o tema pelas ciências sociais. A visão sociológica do termo nos remete ao sentido de *risco* como ousadia, audácia e aventura (Bernstein, 1997), disposições que podem ser historicamente contextualizadas, pois fazem parte da dinâmica da vida social e da busca de superação de limites vivenciadas nas atividades e desafios que os seres humanos se propõem. Mais do que a execução de atos técnicos, o trabalho envolve dinâmicas intersubjetivas, mobilizadas no dia-a-dia das relações laborais.

Sob um enfoque antropológico, tais relações desempenham um papel organizador da conduta humana. Assim, tanto os conflitos quanto as relações de poder e o reconhecimento em relação ao outro criam um desafio ao real, uma vez que visam não somente à postura subjetiva do trabalhador, mas também o seu fazer. Essa relação entre precaução, cuidado e afoiteza nos ajudam a compreender a dialética entre o prazer e o sofrimento da profissão de policial, assim como o sentido positivo de sua realização e o desgaste que seu exercício lhes propicia.

Trabalhamos também com o conceito de *carga de trabalho* associada a *sofrimento e desgaste*. Esse conceito é tratado por vários estudiosos da saúde do trabalhador como Laurell & Noriega (1989) indicando tanto os elementos físicos, químicos e mecânicos como os fisiológicos e psíquicos que interatuam dinamicamente entre si e com o corpo do trabalhador. Quando o esforço despendido para a realização da atividade é desmedido ou indesejado, suas resultantes são desgaste e

sofrimento que repercutem sobre a saúde. Ao contrário, o estímulo e a satisfação no desempenho das atividades produzem o prazer da realização.

Ao conceito de *carga* agregamos o de *defesas*, trazido pelos estudos de psicopatologia do trabalho. A noção de *defesas* pode ser definida como o conjunto de mecanismos de regulação criadas individual e coletivamente e empregadas pelos trabalhadores, sendo decisivas para o sentido de grupo. Dejours, Abdoucheli & Jayet (1993) postulam que entre as pressões do trabalho e a doença mental provocada pelo sofrimento, interpõe-se um indivíduo, potencialmente possuidor da capacidade de compreender sua situação, reagir e se defender.

Por fim, trabalhamos a inter-relação entre sofrimento físico, mental e enfermidades que, de forma específica ou indireta, compromete a saúde e a qualidade de vida dos policiais.

Capítulo 13

PROBLEMAS DE SAÚDE FÍSICA

Iniciamos avaliando o índice de massa corporal (IMC)¹ dos policiais civis e militares, calculado a partir do peso e da altura referidos por cada profissional. Nas duas corporações há 60% ou mais profissionais acima do peso ideal, com os militares apresentando quadro de maior gravidade (tabela 33). Este dado mostra que o excesso de peso desses servidores é superior ao da população brasileira medido na Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição que encontrou 32% da população adulta brasileira com excesso de massa corporal (Waissman, 1993).

Tabela 33: Distribuição proporcional dos policiais civis e militares segundo o índice de massa corporal

ÍNDICE DE MASSA CORPORAL	CIVIL	MILITAR
Abaixo do peso	3,5%	1,9%
Normal	37,3%	30,3%
Sobrepeso	41,7%	48,3%
Obeso	17,5%	19,5%

(p < 0,000)

A obesidade observada em 17,5% dos civis e em 19,5% dos militares constitui relevante fator de risco que se associa à morte por hipertensão, ao aumento do colesterol e do açúcar sanguíneo.

O excesso de peso freqüentemente tem por causas baixo nível de atividade física e ingesta hipercalórica e hiperlídica, configurando um estilo de vida sedentário.

¹ IMC – peso dividido pela estatura elevada ao quadrado, estabelecendo quatro categorias: baixo peso (<20 kg/m²); normal (20-24 kg/m²); sobrepeso: (25-29 kg/m²) e obesidade (>=30 kg/m²).

Perguntamos aos policiais sobre a prática regular de atividades físicas, sobre seu condicionamento físico visando a melhorar a saúde, ou para fins estéticos durante vinte minutos no mínimo. Práticas de educação física foram mais destacadas pelos policiais militares, o que talvez se deva às demandas próprias do seu ritmo de trabalho: 51,4% relataram atividades em frequência igual ou superior a uma vez na semana. E um em cada quatro não realiza nenhum exercício físico regular. Entre os civis, o sedentarismo está mais presente (tabela 34).

Tabela 34: Distribuição proporcional dos policiais civis e militares segundo frequência de atividades físicas

FREQÜÊNCIA DE ATIVIDADES FÍSICAS	CIVIL	MILITAR
Quatro ou mais vezes por semana	7,9%	13,1%
Uma a três vezes por semana	28,2%	38,3%
Três vezes por mês a poucas vezes no ano	17,5%	23,8%
Não pratica atividade física	46,4%	24,8%

(p < 0,000)

Embora não tenhamos feito nenhuma avaliação clínica dos policiais e nem realizado exames laboratoriais, algumas respostas permitem captar indícios de vários problemas de saúde, como indicam as informações a seguir. Ter sido informado por médico ou outro profissional da área da saúde sobre possuir níveis elevados de colesterol foi relatado por 31% dos civis e 26,1% dos militares (p.000). Esse problema se associa a elevada massa corporal, sedentarismo, precária alimentação e estresse vivido no trabalho. A hipertensão que atinge atualmente grandes contingentes populacionais, é mais intensa e incide com maior força no caso dos policiais militares e civis, associada ao alto nível de tensão no trabalho.

A frequência de vários problemas de saúde referidos pelos policiais pode ser constatada na tabela 35, organizada de forma decrescente. Apenas as condições com frequência superior a 10% são visualizadas. Em anexo o leitor poderá

constatar os resultados que dizem respeito a outras doenças e condições investigadas na pesquisa.

Constatamos que os três principais problemas são os mesmos nas duas corporações, predominando entre os civis as dores no pescoço, costas ou coluna e os problemas de visão, tais como miopia, astigmatismo, vista cansada, etc. Entre os militares são mais comuns as dores de cabeça e enxaquecas.

Oito tipos de problemas osteomusculares se configuram como os mais relevantes. Entre os militares predominam dores no pescoço, costas ou coluna, torção ou luxação de articulação e outros relativos a músculos. Os civis relatam mais artrites e reumatismos. Tendência similar nas duas corporações foi apontada para bursite, alergias e problemas de pele. A predominância de lesões sobre músculos, ossos e pele está diretamente relacionada ao exercício profissional.

Tabela 35: Problemas de saúde de policiais civis e militares mais apresentados ou tratados no último ano

PROBLEMAS DE SAÚDE	CIVIL	MILITAR
Dores no pescoço, costas ou coluna***	42,0%	38,8%
Defeito na visão***	49,8%	36,1%
Dores de cabeça freqüentes, enxaquecas***	27,6%	31,8%
Outro problema do aparelho reprodutivo***	12,3%	24,9%
Torção ou luxação de articulação***	18,3%	23,8%
Deficiência auditiva em um ou ambos os ouvidos***	11,2%	23,7%
Rinite alérgica***	23,4%	22,4%
Sinusite***	19,6%	20,4%
Outro problema de músculos ou tendões***	17,0%	18,5%
Hipertensão arterial	16,1%	17,4%
Alergia de pele, dermatite alérgica, urticária***	15,1%	16,0%
Outro problema de audição em um ou ambos os ouvidos***	4,8%	14,3%
Outro problema de ossos ou cartilagens**	10,2%	13,4%
Gastrite crônica	14,2%	12,7%
Indigestão freqüente	10,6%	12,1%
Dengue***	18,0%	10,9%
Outro problema com os olhos***	9,0%	10,8%
Constipação freqüente***	11,6%	10,6%
Outro problema de pele***	9,4%	10,3%
Artrite ou qualquer outro tipo de reumatismo***	14,8%	9,2%
Bursite***	11,0%	8,6%

*p<.05; **p<0,005; ***p.000

Problemas de visão, audição e fala são responsáveis por quatro tipos de agravos nos órgãos dos sentidos. Os policiais militares sobressaem entre os que têm mais distúrbios nos ouvidos e os civis, nos olhos.

O sistema digestivo é o terceiro mais acometido. Os policiais civis e militares reclamam de gastrite crônica. Esse problema é mais sinalizado pelos civis. E desconforto por indigestão, foi relatado mais freqüentemente pelos militares. Ambos os distúrbios se relacionam com dieta inadequada e com estressores ambientais e profissionais.

Problemas do sistema nervoso (enxaquecas), doenças transmissíveis (dengue), enfermidades do coração e do aparelho circulatório (hipertensão arterial) e problemas variados do aparelho reprodutivo feminino (para o grupo de mulheres) aparecem entre questões de saúde freqüentes entre os policiais civis e militares. Acidentes de trabalho também são freqüentes *"os policiais aqui estão envolvidos em combate diariamente, e os problemas que eles mais sofrem são os danos referentes a esses confrontos, são ferimentos por projeteis de arma de fogo e fraturas"*(G2). Estudos de Rodrigues (2000), a partir da demanda ao Hospital Central da PM, chamam atenção para a forte incidência de problemas crônicos no grupo ali atendido: 33,3% possuem pelo menos uma doença crônica; 26,9% têm duas; 5,1%, apresentam três ou mais.

Na visão dos policiais operacionais, sobretudo do ciclo das praças na Polícia Militar, os mesmos fatores responsáveis pela qualidade de vida *'péssima'* afetam sua saúde: ter dois empregos, trabalhar noite e dia, ficar doze horas na rua com apenas uma refeição, trabalhar sob pressão, ter que ficar alerta e dormir pouco. Tudo isso, dizem, desgasta o organismo, afeta a saúde, causa estresse e doenças. A consequência é o número elevado de policiais em acompanhamento psiquiátrico no Hospital Central da Polícia Militar (HCPM).

As condições de risco que vivenciam se manifestam na freqüência e tipos de lesões físicas permanentes. As mais comuns são as deformidades permanentes de membros inferiores e superiores.

Tabela 36: Distribuição proporcional dos policiais civis e militares segundo os tipos de lesões físicas permanentes

Tipos de lesões físicas permanentes	Civil	Militar
Deformidade permanente ou rigidez constante de pé, perna ou coluna***	3,4%	7,7%
Deformidade permanente ou rigidez constante de dedo, mão ou braço*	3,9%	5,2%
Paralisia permanente de qualquer tipo**	0,8%	2,0%
Dedo ou membro amputado**	0,4%	1,5%
Incapacidade para reter fezes ou urina**	0,3%	1,4%
Seio, rim ou pulmão retirado*	0,4%	1,1%
Outra incapacidade***	1,5%	6,5%

*p<0,05; **p<0,005; ***p.000

Cerca de 17% dos policiais das duas corporações têm lesões físicas permanentes. A maioria dos militares atribui à atividade profissional a causa dessas lesões (80,9%). Entre os civis, esta associação cai para 71,8% (p.000), indicando uma atividade perigosa e penosa para ambas as corporações, mas muito mais evidente para os policiais militares. Incapacidade temporária no ultimo ano, associada ao trabalho profissional, foi mencionada por uma proporção maior de militares, 21,6% em relação aos civis (6,7; p.000).

O principal problema de saúde que leva o policial militar ao afastamento definitivo do trabalho, antes dos 30 anos, é a invalidez. Nos casos de IFP (incapacidade física parcial), a Instituição procura “*aproveitar o policial*” em outras funções, de forma a que ele possa completar os 30 anos de serviço. A perícia acompanha sua licença. No caso do policial precisar se afastar por mais de 2 anos, uma junta médica é formada para tomar a decisão. No caso de uma lesão por ‘ato de serviço’ - tiro seguido de fratura - a aposentadoria é integral.

A relação entre o adoecimento físico e a sobrecarga de trabalho é claramente identificada entre os policiais. Dentre os principais agravos à saúde foram citados: o envelhecimento precoce, a hipertensão arterial e os danos causados à coluna vertebral, confirmando os dados quantitativos:

A sobrecarga vai causando, um envelhecimento precoce no homem. Nós temos muitos policiais hipertensos, nós temos muitos policiais com problema de coluna pelo peso do armamento. Hoje ele leva duas armas curtas de um quilo, duas pistolas, ele leva mais um fuzil de pouco mais de três quilos, dois carregadores de um quilo cada um mais um colete, ele usa pelo menos mais quatro quilos ao corpo dele, Quatro quilogramas para alguém que a cada dois dias, está transportando uma noite inteira, o dia inteiro? (G1.1)

Também os gestores das duas corporações têm consciência do desgaste que a profissão provoca. Eles citam, mesmo sem conhecer os dados quantitativos que apresentamos acima, uma série de agravos: hipertensão, diabetes e somatizações que se associam à natureza do trabalho.

Os policiais militares e civis, nos grupos focais, referiram que muitos são afetados também por doenças que ocorrem na população em geral, por causa do contato muito próximo, sobretudo com presos: sarna, conjuntivite e outras (Gestor Op.). Os civis que trabalham em delegacias tradicionais sofrem mais com infestações devidas à falta de estrutura que dê condições de higiene aos presos nesses locais.

Os gestores tanto da Corporação Militar como da Civil relatam que os maiores riscos se encontram nas atividades operacionais. Assinalam elevada frequência de ferimentos à bala e fraturas que necessitam de cirurgia, como “danos do confronto”, e resultantes “da atividade diária de combate ao narcotráfico”(Gestores Op./Op. esp.). O Gestor de Saúde da polícia militar refere que a maioria dos pedidos de licença médica se deve a problemas de ortopedia porque a natureza da profissão exige que os policiais corram, saltem, dêem tiro e por isso acabem com traumas.

As escalas de 8 por 12 horas de trabalho são altamente desgastantes para os policiais militares e civis, como já nos referimos na parte que tratou do processo de trabalho. Dentre os agravos se destacam irritabilidade, insônia e envelhecimento precoce, problemas também citados nos dados quantitativos. São muito mais afetados os que têm escala de 24 horas, porque “*sabem que um cochilo significaria muitas vezes a vida deles*” (Gestor Op.). O excesso de trabalho somado às poucas horas de sono e repouso são responsáveis pela fadiga e pelo cansaço:

Você perde 24 horas de sono, você recupera aquele sono? Eu peguei 7 horas da manhã, vou largar amanhã às 7 horas da manhã, 8 horas eu tenho que está na segurança largo às 8 horas da noite descanso. Na outro dia tenho uma segurança de novo, e a nossa vida vai por aí, ó! (GF3.1).

O gestor de Saúde da Polícia Militar relata os tipos de licença médica mais comuns são pela ordem de relevância: Licença médica (LTS) por problemas ortopédicos, lesões que exigem intervenção neurocirúrgica; distúrbios psiquiátricos; enfermidades que demandam clínica geral e cardiologia.

Avaliamos também a saúde oral dos policiais. A realização de tratamento dentário mostra quadro distinto entre as corporações. Policiais militares predominam entre os que foram ao dentista há mais de um ano ou nunca, evidenciando pior cuidado com a saúde bucal.

Tabela 37: Distribuição proporcional dos policiais civis e militares segundo a frequência de tratamento dentário

Tratamento dentário	Civil	Militar
Há menos de 1 ano	42,7%	37,3%
Entre 1 e 3 anos	28,0%	28,5%
Há mais de 3 anos	26,5%	28,2%
Nunca tratei	2,8%	6,1%

(p < 0,000)

Além dos agravos mais comuns à saúde, levantamos também a situação dos policiais militares e civis que precisaram de atendimento emergencial em hospital da Polícia. O uso da emergência própria é muito elevado (35,3%) para os militares, e apenas de 3,2% para os civis. A busca de serviços emergenciais é similar entre as Corporações, mas os civis utilizam mais o atendimento do SUS e da rede privada de saúde, face à precária assistência médica oferecida por esta Corporação.

Tabela 38: Distribuição proporcional dos policiais civis e militares segundo o atendimento em serviços de emergência no último ano

Tipo de hospital	Civil	Militar
Polícia*	3,2%	35,3%
Rede pública	16,8%	14,6%
Rede privada*	24,8%	11,7%

(p < 0,000)

Já as internações hospitalares em unidade da própria polícia no último ano atingiram 7,2% dos militares e 1,2% dos civis. A internação entre civis ocorreu mais na rede pública e privada de saúde, como já foi dito.

Tabela 39: Distribuição proporcional dos policiais civis e militares segundo internação hospitalar no último ano, exceto em serviços de emergência

TIPO DE HOSPITAL/CLÍNICA	CIVIL	MILITAR
Polícia**	1,2%	7,2%
Rede pública*	3,7%	3,0%
Rede privada**	7,0%	4,2%

*p<.05; **p.000

As mesmas proporções de Policiais civis e militares sofreram cirurgias no último ano: 4,9% passaram por uma e 1,8% por mais de uma intervenção cirúrgica. Muitas dessas intervenções estão vinculadas a acidentes de trabalho ou são conseqüências das atividades profissionais.

Capítulo 14

ESTRESSE E SOFRIMENTO MENTAL

A relação dialética entre prazer e sofrimento pode ser constatada na vivência do trabalho pelo Policia, embora a observação empírica revele que a balança do desempenho de suas atividades pende muito mais para experiências de sofrimento e de estresse. O prazer é favorecido quando o trabalho propicia a valorização e o reconhecimento ao profissional, fazendo-o crer que realiza uma tarefa significativa para a organização da qual faz parte e para a sociedade. O *reconhecimento* se apresenta como ponto essencial nas relações de trabalho, por ser “*a forma específica da retribuição moral-simbólica dada ao ego, como compensação por sua contribuição à eficácia da organização do trabalho, isto é, pelo engajamento de sua subjetividade e inteligência*” (Dejours, 1999a,55-56). Desse modo, sua relevância está vinculada à própria dinâmica de motivação no trabalho, evitando assim um sofrimento danoso à saúde mental do sujeito.

Em contrapartida, o sofrimento pode estar associado à precariedade das condições de trabalho, à divisão e padronização das tarefas, de modo a pouco utilizar o potencial criativo e técnico do trabalhador, à rigidez hierárquica, às ingerências políticas, à centralização da informação, à falta de participação nas decisões que lhe afetam, ao não reconhecimento e à baixa perspectiva de crescimento profissional.

Considerando a relação de oposição entre sofrimento e prazer, presente em todos processos de trabalho, buscamos especificá-la no trabalho policial. Assim, investimos no conhecimento de alguns fatores ligados à organização, desempenho, jornada de trabalho e ambiente relacional. Do ponto de vista mental, Ferreira & Mendes (2001) apontam algumas condições, associadas às formas de organização do trabalho, propiciadoras de sofrimento: medo relacionado à

fragilidade corporal quando a pessoa está exposta a determinada condição de trabalho; medo moral relacionado ao julgamento dos outros; tédio por realizar tarefas desvalorizadas; sobrecarga de trabalho; ininteligibilidade das decisões organizacionais; conflitos entre valores pessoais e os da organização; dúvidas sobre a utilidade social do trabalho realizado; sentimento de injustiça; não reconhecimento expresso pela falta de retribuição financeira, moral ou de mérito.

Pesquisa realizada com a Polícia dos Estados Unidos por Toch (2002) mostra que, nas relações entre os policiais, a solidariedade e a lealdade são consideradas recompensa pelo trabalho e, conseqüentemente, são fontes de satisfação. Por outro lado, os problemas com os parceiros provocam estresse elevado, gerando maior agressividade na forma de agir com a população. Os superiores imediatos também podem constituir-se em fonte de estresse, uma vez que não podem ser evitados. Nesse tipo de relacionamento, os superiores mais próximos são vistos como intrusivos, e os superiores mais graduados costumam ser acusados de desengajados e mais políticos do que policiais.

Como veremos neste capítulo para os policiais, o trabalho policial é fonte de prazer por causa da percepção da importância da segurança pública para a sociedade o que lhe atribui sentido. Lembramos que, do ponto de vista da saúde mental, o engajamento subjetivo pela mobilização da inteligência e da inventividade no trabalho é um aspecto de suma importância para garantir que ele seja fonte de prazer (Dejours, 1999a). Os maiores motivos de satisfação para os policiais são a “valorização do mérito profissional pela Corporação”, “as perspectivas de promoção”, “o reconhecimento através do salário” e “o reconhecimento da população”. Esse tipo de retorno os recompensa pelas responsabilidades assumidas e as atividades que executam. Os fatores mais protetivos são as possibilidades de terem “*tempo para cumprir todas as suas tarefas*” e de aprenderem “*coisas novas*”.

As maiores fontes de desgaste dizem respeito, principalmente, aos itens: “pressão para tomar iniciativa”, “exigência de habilidade e conhecimento

especializado” e ter de “repetir muitas vezes as mesmas tarefas”. Para a maioria, os fatores que afetam intensamente seu desempenho são “a falta de equipamento”, “a falta de apoio do poder público” e “a descontinuidade das políticas governamentais”.

Passamos a detalhar e a analisar tais dados, ressaltando algumas circunstâncias que podem associar desgaste e sofrimento a condições de trabalho.

Nas entrevistas com os policiais militares evidenciamos altos níveis de exigência no trabalho considerado penoso e desgastante e risco freqüente de morte. “*Uma escala apertada de vinte e quatro por quarenta e oito (vinte e quatro horas de trabalho e quarenta e oito de folga) que é a escala que ele tem que passar mais tempo acordado, não tem descanso no quartel é uma ocorrência atrás da outra, um chamado se sobrepondo ao outro, não tem condições!*”. (G1).

Nos depoimentos desses profissionais, o trabalho é apresentado de forma ambígua. Pois a maioria deles o considera fonte de prazer e de satisfação “os policiais gostam de sentir esse medo” (G1.2). Embora sofram pela falta de reconhecimento social, diz um gestor “*A verdade é que os policiais amam a polícia e amam a Corporação. É apaixonado pela polícia militar, mas polícia militar não gosta dele. Tanto não gosta que os nossos governantes não nos valorizam*” (GF2.2). Também os policiais civis quando indagados dão elevadas notas à *satisfação com o nível de responsabilidade assumida na atividade que realizam* (7,5) e *com a própria atividade que executam* (7,3), indicando que apesar de todos os problemas que enfrentam, sentem-se identificados com seu trabalho e conseguem administrar as exigências requeridas. Esse dado pode ser lido em coerência com um outro, sobre Condições de Trabalho, segundo o qual mais de 75% dos policiais civis, se lhes fosse facultado escolher de novo, optariam pela mesma profissão (Minayo & Souza, 2003).

Em ambas as categorias uma fonte de sofrimento é a *falta de reconhecimento por parte da população e da corporação*. nesse caso há uma duplicidade de sentido no termo “*reconhecimento*”. Os mesmos policiais que se queixam da ausência de

valorização profissional e da má fama que angariaram da sociedade, também têm medo de serem “reconhecidos” e mortos por causa dos confrontos com delinqüentes que ameaçam seu tempo fora do trabalho. O receio de ser identificado e morto leva os policiais a criarem estratégias cotidianas de proteção, como restringir o círculo de amizades e a evitar determinadas áreas consideradas de risco: *“As nossas amizades são restritas, passar em determinadas ruas (...) o Rio de Janeiro está se favelizando”(GF1)*, bem como a evitação de usar a identificação profissional e o próprio fardamento *“Eu tenho medo de carregar a minha identidade, medo de quando estou com farda na bolsa. Eu já fui assaltada dentro do ônibus, a minha farda estava dentro da bolsa e a primeira coisa que eu pensei foi se eles abrissem a minha bolsa, a minha hora vai chegar”.*(GF2.1)

O sofrimento psíquico que atinge a identidade pelo não reconhecimento se torna maior pela periculosidade do trabalho e pelo confronto diário com o risco de morte *“toda unidade fica exposta ao estresse à medida que todos nós ficamos repetidas vezes atendendo ocorrências críticas de confrontação direta com delinqüentes, submetidos a diversas trocas de tiros(G2)*. A exposição dos policiais ao longo dos anos a níveis de tensão elevada como os confrontos diretos com narcotraficantes resultam em sintomas psiquiátricos geradores de insegurança, de medo, de mania de perseguição e conseqüentemente de sofrimento mental. *“Isso com um tempo acaba trazendo algum mal estar e talvez o estresse seja um sintoma que com o passar dos anos ele começa a sentir. A insegurança, aquela paranóia de que sempre tem alguém querendo atingi-lo, sempre tem alguém perseguindo, ele tem que estar sempre muito atento ele não consegue se desligar”.*(G2).

O depoimento acima citado, vindo de uma autoridade na área de saúde da polícia militar confirma que o estresse no trabalho está entre os problemas mais freqüentes de saúde. Se nas folgas o policial tem medo de ser identificado, no interior do quartel as exigências disciplinares impedem a livre expressão e lhe proporcionam dor e sofrimento *“a saúde do militar está atrelada à voz que ele não consegue expressar, não consegue expressar seus sentimentos. Então ele projeta em si esse tipo de energia”.*(GF1)

Outro fator de adoecimento que surgiu com ênfase diferenciada entre os policiais militares, é a disciplina a que são submetidos. Ela é apontada como origem de injustiças que ficam reprimidas *“injustiças que não se pode botar para fora devido ao regulamento”*. Recorrentemente os soldados reafirmaram como fonte de sofrimento o fato de não terem o direito de falar e de serem ouvidos *“nem ao adoecerem”*. Um PM alegou que é maior a rigidez disciplinar na Polícia Militar do que a exercida atualmente na Vila Militar. Expressões como as referidas a seguir foram recorrentes nos grupos focais: *“Sofremos de abuso de autoridade, de descaso. Nós aqui não valem nada, somos só um instrumento na mão deles, mais nada”*. *“A saúde do pessoal militar está muito atrelada ao (boca calada), a voz dele não é expressada, não consegue expressar suas expectativas, ressentimentos, porque somos acostumados com o regulamento.”*

Uma expressão das dificuldades na relação entre comandantes e subalternos por motivos disciplinares é a desconfiança dos primeiros em relação aos cabos e soldados, quando um deles adoece. A dispensa médica, segundo os policiais é usada de forma abusiva pelas autoridades militares. A prerrogativa para a dispensa por motivo de doença não cabe ao médico e sim, ao comandante do batalhão ao qual o policial pertence. Mesmo apresentando atestado de saúde, os subordinados estão submetidos à avaliação final do comandante *“vou te dar 20 dias de reclusão porque você está mentindo”* (GF2.2), diz um deles a um soldado. Resta ao médico fazer as prescrições. Os policiais dizem que os comandantes sistematicamente negam a dispensa, questionam o estado de enfermidade das praças e se limitam a mantê-los em serviço interno no quartel. Assim, eles não podem ir dormir em casa, ficam no quartel, mesmo estando doentes.

Um dos gestores reconhece que o tratamento oferecido ao policial, por ser fundado nos termos hierárquicos é insensível aos apelos e aos padecimentos humanos *“muitas vezes até a gente esquece que o policial é um ser humano e acaba tratando-o como máquina.”*(G1). Mas igualmente se pronuncia sobre o que considera falta de consciência dos profissionais: *“os policiais em regra não tratam da saúde como deveriam. Quando eles se quebram a polícia até disponibiliza para*

tratamento, mas eles não procuram” (G1). Também na polícia civil, o sentimento de não-reconhecimento é forte e afeta a identidade e a saúde dos profissionais.

Nas relações com os superiores, os policiais antigos na Corporação comentam que com o passar dos anos, do tempo de serviço, aumenta sua irritabilidade e diminui sua tolerância. Consideram que os policiais mais velhos não são favorecidos em nada, pelo contrário, segundo eles, os mais novos é que são mais prestigiados, enquanto *“nós que somos velhos, cansados, não temos os mesmos direitos”*. *“Até para ficar doente os policiais não tem tempo, só procuram o hospital quando não têm mais jeito”*.

Para avaliar a satisfação dos Policiais Civis com seu trabalho foi-lhes oferecida uma lista de possíveis obstáculos e solicitado que assinalassem a intensidade (“muito”, “regular”, “pouco”, “não atrapalha”) que atribui à capacidade daquele empecilho afetar a sua performance. Os três principais fatores capazes de afetar “muito” o desempenho de suas tarefas são os seguintes *“o desaparelhamento ou a falta de equipamentos ou de recursos para trabalhar”, a “falta de apoio do poder público”* (ambos assinalados por cerca de 81,0% dos policiais); e, 82,4% numa proporção quase idêntica, se referem à *“descontinuidade das políticas governamentais”*. É importante ressaltar que os fatores relacionados à política estadual de segurança pública são os mais preponderantes na configuração de seu desgaste, recebendo um grau maior de unanimidade entre os policiais operacionais. Esses elementos, objetiva e subjetivamente, afetam o desempenho e a satisfação no trabalho.

Na sua vida enquanto profissional e como chefes de família, o *salário* foi considerado por 80% dos Civis como fator capaz de afetar muito seu desempenho. No grupo operacional, a elevada proporção de 83% dos funcionários pensa e sente assim. Como em todo o serviço público, os salários defasados são motivos de queixas e constituem o sinônimo de múltiplas jornadas dos profissionais em busca de complementação de renda, conforme pode ser lido no capítulo sobre Condições de Trabalho.

A *distorção da imagem da polícia pela mídia* preocupa muito 79,1% dos policiais civis, afetando sua imagem e seu desempenho, e evidenciando a falta que sentem do apoio da opinião pública e de seu reconhecimento. Cerca de 80,4% dos lotados em delegacias são os que mais se queixam da forma de agir dos meios de comunicação.

A *descontinuidade e a insuficiência da investigação* para 75,1% dos entrevistados (especialmente os das delegacias) afeta muito seu trabalho e seu grau de satisfação. Também incomoda muito a 71,2% deles, o tema *desvio de conduta* dos policiais, pois crêem que isso acaba transbordando como estereótipo para a categoria como um todo, como referido também no trabalho de Toch (2002), sobre os policiais dos Estados Unidos.

Os mesmos pontos aqui assinalados foram encontrados em pesquisa de Ferreira e Mendes (2001), analisando Policiais Militares do setor da Secretaria de Segurança Pública, integrante do Sistema Nacional de Trânsito. Os autores trabalharam com uma amostra de 64 funcionários ligados ao atendimento, utilizando a Escala de Prazer-sofrimento no Trabalho (EPST). Os resultados obtidos indicam que, numa variação de cinco pontos, apresentando o ponto médio em três, os maiores fatores de prazer são a *valorização* e o *reconhecimento*. Naquele grupo, concretamente, esses dois fatores foram avaliados abaixo da média. E todos os que indicam sofrimento e desgaste situaram-se acima da média (4,5). Uma fonte importante de sofrimento tanto para os civis como para os militares do Rio de Janeiro é também essa indiferença com que são tratados pelos órgãos gestores. Dizem alguns policiais militares *"Nós somos uma peça de reposição... morreu um policial, amanhã aparece outro, eles dão um RG e quando aquele RG for embora ele faz parte de uma estatística, abre-se novo concurso e repõe aquele que está faltando"* (GF3.1).

A investigação feita com os Policiais Civis de Vitória ressalta que o trabalho dessa categoria pode ser considerado *penoso*, uma vez que as condições de sua realização são insalubres, perigosas e precárias. E possui vários elementos que uma vez associados podem ser propiciadores de sofrimento: acúmulo de

atividades, desvio de função, prolongamento da jornada, ritmo intenso, riscos elevados, baixa remuneração, grande responsabilidade social e pressão da população usuária (Fundacentro, 1996; Bourguignon et al, 1998). Essas mesmas características, nós as encontramos nas condições de trabalho dos policiais civis do Rio de Janeiro, já citadas no capítulo do mesmo título.

Vale ressaltar que no conjunto de fatores que afetam o desempenho e provocam insatisfação, apesar de ser nomeado por 49,9%, o *uso excessivo de violência pelos policiais civis* é o item que merece deles, menos relevância. É preocupante verificar que para 22,1% dos entrevistados isso pouco ou em nada atrapalha seu desempenho. Causa estranheza o fato de menos da metade dos policiais do grupo operacional (48%), ou seja, daquele setor que está em contato direto com a população, não apontar essa questão como um empecilho. E mais ainda, deve ser evidenciado que a expressiva proporção de 24,8% desse grupo afirma que isso pouco ou em nada atrapalha seu desempenho, contrariando o que postula o capítulo *Código de Ética Policial*. Esse estatuto preconiza que faz parte da missão dos policiais, “proteger vidas e bens”, “respeitar os direitos e garantias individuais” e “preservar a ordem, repelindo a violência”.

Como vamos constatando, o sofrimento físico e o mental não se apresentam de forma separada pois são ambos resultantes do conjunto de situações vivenciadas no cotidiano do trabalho. Estudo de Rodrigues (2000) a partir da demanda ao Hospital Central da Polícia mostra que 23% das queixas que levam os profissionais a buscarem ajuda são cefaléia e mal estar geral, o que provavelmente tem forte associação com a somatização; de problemas vivenciados no cotidiano; 10,2% são as cefaléias relacionadas à hipertensão; 15% são problemas dermatológicos; 24%, problemas ortopédicos; 11% doenças gastrointestinais; e 10,2%, dor pré-cordial, ansiedade, tensão e nervosismo. Fora as lesões e traumas ortopédicos que estão diretamente ligados à atividade (entorses, fraturas e lombalgias) os outros se associam fortemente ao mal estar provocado pela tensão, à quebra de resistência do sistema imunológico e ao estresse.

Nesse contexto podemos identificar como facilitadores do sofrimento mental, as condições e organização ocupacionais, entre elas a falta de treinamento e planejamento das atividades, a excessiva jornada de trabalho, o pouco tempo para o descanso e lazer as precárias condições materiais e técnicas, somados aos baixos salários. A esse contexto acrescentamos a baixa estima relacionada às cobranças imputadas por causa da baixa qualidade serviço prestado a população. Os agravos emocionais freqüentemente geram sintomas de depressão, desejo de suicídio e, menos freqüentemente, síndrome de pânico.

Queremos ressaltar que os policiais civis e militares que atuam nos serviços operacionais de confronto referem que a tensão dos momentos de “*combate*” não regride imediatamente ao término do episódio. O estresse gerado se mantém ativo e afeta o comportamento, a atitude e suas reações emocionais. Os efeitos maléficos e danosos se prolongam e agravam-se, sobretudo quando não há nenhum cuidado que intervenha para promover a diminuição da ansiedade e o relaxamento corporal. É importante ler algumas falas dos profissionais:

Essa pressão diária, lidar com o risco de ser lesionado, lidar com pessoas que precisam de você naquele momento e você tem que atuar com muita cautela, com muito cuidado, me deixa com adrenalina alta. Mesmo que você tenha suporte técnico, mesmo que você tenha apoio logístico dos equipamentos que você utiliza, não é o suficiente. Essa questão do controle auditivo é essencial, é imprescindível. Todos esses sentimentos que você está absorvendo, a preocupação de estar sempre respaldado, agindo dentro da legalidade, considerando o momento, a circunstância, a oportunidade. Tudo isso você vive ali, naquele momento você está sofrendo uma carga de responsabilidade em cima de você e isso faz com que você realmente às vezes acabe com mil sentimentos de emoções, de receio do que existe. Mas ao mesmo tempo você sobrevive e você tem uma destreza porque foi investido em você. Então tudo isso é complicado para você lidar naquele momento. Então quando você sai daquele cenário e daquele episódio, mesmo você saindo daquele alto risco, daquela área especial de

risco, você ainda está com a adrenalina muito alta. E você não libera, você retrai isso e isso não lhe faz bem. Isso faz que, por mais que você não queira ser emotivo, ser melindroso, se melindrar, numa ofensa você não saiba relevar. Você chega em casa e você ainda está com tudo aquilo envolvido em você. Aí é um processo cumulativo pois no trânsito você não relewa uma ofensa, uma fechada, você perde a tolerância, aí você acaba gerando um aborrecimento que aumenta mais a sua ansiedade. É muito complicado ser esse homem policial.

Levantamos, nos questionários e por meio de escalas, a incidência desse referido sofrimento psíquico ou também chamado transtornos psiquiátricos menores. Sem dúvida eles se manifestam com muito maior intensidade entre os policiais militares (38,4%) em relação aos civis (25,8%; p.000), embora ambas as categorias passem pelos mesmos problemas. Num limiar entre a saúde e a doença, o sofrimento psíquico caracteriza-se fundamentalmente por um mal-estar inespecífico, com repercussões fisiológicas e psicológicas que podem acarretar limitações severas no dia-a-dia, podendo transformar-se em doença pela sua intensidade e cronicidade (Mary & Williams, 1986). As expressões de sofrimento se apresentam em sintomas psicossomáticos, depressivos e de ansiedade podem ser visualizados na tabela 40.

Tabela 40: Distribuição proporcional dos policiais civis e militares segundo os sintomas de sofrimento psíquico que ocorrem atualmente

Sintomas de sofrimento psíquico	Civil	Militar
Dorme mal***	39,5%	53,5%
Nervoso(a), tenso(a) ou agitado(a)	48,8%	47,5%
Sente-se triste***	33,6%	39,0%
Sente-se cansado o tempo todo***	24,9%	35,5%
Dores de cabeça freqüentemente***	24,9%	35,3%
Dificuldade para realizar com satisfação suas atividades diárias***	24,5%	34,3%
Cansa-se com facilidade***	27,2%	34,0%
Falta de appetite***	9,6%	14,6%
Má digestão*	23,6%	26,2%
Assusta-se com facilidade***	16,2%	25,6%
Tem sensações desagradáveis no estômago*	20,8%	23,4%
Tem perdido o interesse pelas coisas***	18,4%	22,7%
Dificuldade de pensar com clareza***	16,3%	22,4%
Dificuldade no serviço (o trabalho é penoso e causa sofrimento)***	8,4%	20,4%
Dificuldade para tomar decisões***	15,2%	19,4%
Tremores na mão***	9,1%	16,6%
Chorado mais que o costume	12,8%	13,6%
Incapaz de desempenhar um papel útil na vida	33,2%	9,1%
Sente-se uma pessoa inútil, sem préstimo***	5,7%	9,0%
Tem tido idéia de acabar com a vida*	3,3%	5,0%

*p<0,05; **p<0,005; ***p.000

Percentual significativo de profissionais informa dormir mal, sentir-se nervoso, triste e cansado, certamente tornando muito mais penosa a realização das atividades profissionais, o que redundará, indiretamente, na baixa qualidade de serviço prestado à população.

O estresse é o mecanismo mais citado como resultante dos problemas físico-emocionais dos policiais, assim como uma fonte de excitação para a realização do trabalho. Os que são jovens com menos tempo de trabalho na Corporação

gostam do enfrentamento, atividade sabidamente de risco (Gestor Op. esp). Mas todos de ambas as Corporações assinalam também que ele é responsável por doenças “subjetivas”, não visíveis pelo médico, tais como enxaquecas, dores de estômago e que, por serem subjetivas não são levadas em consideração pelas chefias. Os oficiais consideram que tais queixas têm “*o intuito de conseguir dispensa do serviço*” (Gestor Op.).

A relação entre o estresse e a saúde pode ser exemplificada no seguinte caso: um policial que faltou ao serviço e, ao retornar, recebeu a punição de 5 ou 6 dias de detenção. Ao ser questionado por seu superior ele disse: “*tudo bem, eu faltei aquele dia porque tive um feeling de que eu ia morrer, pelo menos não morri. Fico preso, mas não morri*”. A vivência deste sentimento desvela a tensão diária do setor operacional.

Um gestor operacional aponta para a desatenção da Corporação com o sofrimento psíquico do policial militar, que decorre do estresse. Ele diz: “*há todo o tipo de problema*”. “*A corporação verifica o problema psicológico do policial apenas quando ele surta porque não dá para estar pensando muito na medida em que todos vivem a mesma situação de trabalho*”.

Toda essa carga já descrita de sofrimento físico e psíquico provoca, freqüentemente, uma possível ‘formação reativa’ à violência e às mortes violentas no cotidiano da vida dos policiais, tanto civis quanto militares, é a banalização dessas duas freqüentes intercorrências em suas vidas. Como atesta o exemplo a seguir: “*Há uma carga de anormalidade muito grande que nós naturalizamos como normal*”. “*Eu volto, a viatura toda furada e eles rindo. Falam assim: ‘Puxa vida! Quase pegou você!’ – naturalizaram*” (Gestor Op.). O Gestor da área de Saúde da PM ressalta que um psicólogo é orientado a acompanhar o policial quando ele é baleado. Mas essa é uma atividade recente, como também é uma novidade o cargo de ‘psicólogo militar’. Igualmente, os policiais não estão acostumados com atendimento psicológico, havendo muito preconceito, talvez vinculado ao

machismo, em relação aos colegas que procuram apoio, como se eles tivessem admitindo que estão ficando loucos.

A tática de brincar com as situações mais difíceis e rir dos momentos de tensão extrema estão presentes tanto entre os policiais civis quanto militares. A fala de um policial do BOPE é ilustrativa:

As coisas que acontecem na favela a gente transforma em brincadeira para tentar descontrair. Depois no alojamento você conversa sobre o que aconteceu, mas num tom de brincadeira, acaba rindo do que aconteceu, mesmo tendo passado um sufoco ali no momento, o pessoal tenta contornar de uma maneira engraçada.

Os policiais militares descreveram as estratégias utilizadas para não adoecerem, não entrarem em depressão: pescar, viajar no final de semana, procurar se divertir, tomar uma cervejinha, bater um papo, procurar viver, esquecer por alguns momentos da saúde. A família tem um papel fundamental como fonte de satisfação, afeto e emoções positivas para os policiais: *“Eu chego em casa, minha filha, meu filho, me abraçam, me beijam, eu sinto satisfação em chegar em casa”*.

No meu caso procuro me apegar mais com minha família, em casa cuido de minhas filhas, não tendo dinheiro para sair eu faço um churrasco na minha casa, chamo uns amigos selecionados, boto uma música para tocar.

Os policiais civis também buscam refúgio na família, na bebida, nos casos de amor fora de casa e na religião, como descrevemos minuciosamente no livro *Missão Investigar* (Minayo & Souza, 2003).

Capítulo 15

SOBRE CONSUMO DE ÁLCOOL E DE OUTRAS SUBSTÂNCIAS TÓXICAS

Os estudiosos do fenômeno das adicções às drogas nos ensinam que o abuso de substâncias tóxicas é muito mais um sintoma do que um problema que começa e termina em si mesmo. Esse fenômeno se vincula, sobremaneira, à necessidade que os indivíduos sentem de buscar algum nível de satisfação e alívio às tensões por meio de estratégias que os afastem da realidade dura que têm que enfrentar. Por isso mesmo, muitos deles consideram o abuso de drogas, lícitas ou ilícitas como resultante de problemas e sofrimento psíquico. Não podemos nos admirar pois, que nas Corporações Policiais, compostas por profissionais que enfrentam uma vida cotidiana bastante dura, as adicções se apresentem, embora estejamos convencidos de que as respostas às perguntas sobre consumo de substâncias possivelmente estejam subestimadas. Devem ter sofrido restrições morais, por representarem um comportamento proibido, uma ilegalidade não admitida nas Corporações. Consideramos que entre os policiais militares a subnotificação foi maior pois havia medo de que as respostas pudessem comprometê-los.

Fumar cigarros atualmente ou no passado foi o evento mais relatado por policiais civis. Entre os militares, 68,6% informam nunca ter consumido tabaco.

Tabela 41: Distribuição proporcional dos policiais civis e militares segundo consumo de tabaco

Frequência de consumo	Civil	Militar
Nunca fumei	49,8%	68,6%
Parei de fumar	26,9%	12,2%
Fumo regularmente/eventualmente	23,3%	19,1%

(p < 0,000)

Menores proporções de Policiais Militares relatam consumo de tabaco por dia (42,6% consomem 1-10 cigarros), enquanto 74,1% dos civis fumam mais de 11 cigarros diariamente.

Mais Policiais Militares informaram não utilizar bebida alcoólica se comparados aos Civis (17% versus 12,4%), além de sobressaírem por ter maior proporção de profissionais que pararam de beber (9,8% contra 6,7% entre civis). Policiais Civis relatam maior consumo ocasional ou fortuito. Vale, todavia, ressaltar o elevado percentual de cerca de 44% de policiais civis e militares que consomem álcool semanalmente.

Tabela 42: Distribuição proporcional dos policiais civis e militares segundo consumo de álcool

Frequência de consumo	Civil	Militar
Diariamente/1 vez por semana	44,8%	43,9%
Ocasionalmente/Raramente	36,1%	29,3%
Parei de beber	6,7%	9,8%
Nunca tomei bebida	12,4%	17,0%

($p < 0,000$)

Dentre os que costumam beber, há mais policiais militares que afirmam consumir 20 ou mais doses por vez (4,8%) do que policiais civis (1,5%). Os demais afirmaram que ingerem de 1 a 20 doses por cada vez que consomem álcool. Por uma dose entendemos aqui 1 copo de vodka ou cachaça, 1 cálice ou taça de vinho ou licor, 1 caneca de chopp ou 1 lata de cerveja.

Outra pergunta que afere consumo de álcool é a que indaga se o profissional, alguma vez, ficou embriagado no último ano. Nas respostas a essa questão, notamos quadro oposto ao anterior: percentual mais elevado de policiais militares relata que “ficou de porre” que os civis (13,7% contra 6,5%, $p.000$), manifestando um quadro mais grave em que o consumo de substância pode afetar as habilidades e as ações individuais. Tal comportamento pode indicar uma contradição com os dados de consumo expostos anteriormente ou então um deslize frente ao encobrimento das reais condições de utilização da substância.

As informações referidas pelos policiais sobre a utilização de outras substâncias no último ano podem ser encontradas na tabela 43. O consumo para acalmar a ansiedade é a principal causa de ingestão de droga entre os dois grupos: policiais civis e militares (13,3% e 10,1%, respectivamente). Os militares se destacam por consumirem significativamente mais todas as outras substâncias, como remédios para emagrecer ou se manter acordado, anabolizantes para dar força e aumentar a musculatura, sedativos, barbitúricos, maconha, cocaína e outros. Vale apontar os baixos percentuais dos que dizem que consomem maconha e cocaína.

Tabela 43: Distribuição proporcional dos policiais civis e militares segundo consumo de outras substâncias

Tipos de substância	Civil	Militar
Tranquilizante, ansiolítico, calmante ou antidistônico*** (Diazepan, Dienpax, Lorium, Lorax, Rohypnol, Psicosedin, Somalium ou Lexotan, etc.)	13,3%	10,1%
Remédio para emagrecer ou ficar acordado*** (Hipofagin, Moderex, Glucoenergan, Inibex, Desobesi, Reactivan, Pervitin, Dasten, Isomerid, Moderine, Dualid ou Preludin, etc.)	2,9%	7,7%
Anabolizante para aumentar a musculatura (bomba) ou dar força**	0,3%	2,6%
Sedativo ou barbitúrico** (Optalidon, Florinal, Gardenal, Tonopan, Nembutal, Comital ou Pentonal, etc.)	1,0%	2,5%
Maconha***	0,1%	1,1%
Cocaína, crack ou pasta de coca*	0,4%	1,1%
substância para sentir barato** (lança-perfume, loló, cola, gasolina, benzina, acetona, remov de tinta, thinner, água-raz, éter, esmalte, tinta, Artane, Asmosterona, Bentlyl, Akineton ou chá de lírio, etc.)	0,1%	0,9%

*p<0.05; **p<0.005; *** p.000

A injeção de substâncias tóxicas diretamente na veia foi mencionada mais entre militares (1,1%) que civis (0,4%; p.015), embora em pequenas proporções. É muito significativo que 17,8% dos policiais militares e 11,4% dos civis (p.000) dissessem sentir necessidade de ingerir, com frequência, álcool ou outra substância para reduzir tensão emocional.

Essas e outras conseqüências do uso de álcool e outras substâncias manifestam-se freqüentemente como mediadores entre os riscos da profissão e a ansiedade, indicando a existência de um consumo possivelmente acima do informado. Após consumir substâncias, mais agentes militares de segurança tiveram problemas no trabalho (4,9%) ou faltaram ao serviço (4,4%). Os principais problemas constatados nas duas corporações podem ser assim resumidos: ter deixado de usar preservativos (mais comum entre os civis), ter criado conflitos no seio de suas famílias e ter tido dificuldades no controle da agressividade. Os policiais civis nomeiam também, como conseqüências, distúrbios de saúde e dificuldades nas relações sexuais.

Tabela 44: Distribuição proporcional dos policiais civis e militares segundo problemas decorrentes do uso de substâncias

Problemas	Civil	Militar
Deixou de usar preservativo nas relações sexuais*	27,8%	18,7%
Problemas com a família	13,7%	11,7%
Problemas de agressividade	9,5%	9,7%
Teve problema emocional / crise nervosa	8,6%	8,8%
Problemas de saúde*	14,2%	8,1%
Dificuldade na relação sexual*	10,8%	7,1%
Envolveu em acidentes no trânsito (atropelamentos, colisão, etc.)	4,4%	5,3%
Problema no trabalho*	1,3%	4,9%
Faltou ao trabalho*	1,7%	4,4%

*(p < 0,000)

Examinamos se os policiais das duas corporações haviam buscado interromper o uso de álcool ou outras substâncias. Muitos pontuam esse esforço, embora consideram muito difícil se controlar por todo o contexto de seu trabalho e de sua vida. A maior parte dos policiais vem tentando parar de usar substâncias tóxicas por conta própria, sinalizando a falta de suporte institucional para isso. A busca de recuperação é maior entre os policiais militares que procuram entidades que mantêm o anonimato como Alcoólatras Anônimos (AA) e Narcóticos Anônimos

(NA). Religiões e seitas também ocupam papel importante na ajuda aos policiais que querem interromper o abuso de álcool e drogas.

Tabela 45: Distribuição proporcional dos policiais civis e militares segundo mecanismos utilizados para interromper o consumo

Mecanismos	Civil	Militar
Por conta própria*	20,2%	25,7%
Em grupos de auto-ajuda como Alcoólicos Anônimos ou Narcóticos Anônimos	1,9%	2,2%
Religiões ou seitas*	3,2%	5,7%
Médico, psicólogo, assistente social	2,1%	2,6%
Hospital de emergência / desintoxicação	1,5%	1,7%

*(p < 0,000)

Profissionais de saúde e serviços de saúde estão entre as formas de apoio menos procuradas pelos adictos de drogas e álcool. O gestor da área considera difícil que os policiais confiem no sistema de saúde da Corporação para falar sobre seus problemas emocionais e exemplifica essa situação com a história de uma instituição criada para promover tratamento e apoio aos policiais militares dependentes do uso de drogas que hoje está desativada. A PM tinha o programa de recuperação de adicto, intitulado *Renascer*, com psiquiatras e psicólogos de caráter preventivo das complicações clínicas do uso abusivo de substâncias tóxicas, pois muitas trazem seqüelas irreversíveis. Estudos de Rodrigues (2000) assinalam a importância do programa. Mostram que do início de 1992 (quando foi criado) até agosto de 1999, o Renascer atendeu a 6.627 policiais. Em 1998 e 1999 (até agosto) se internaram na clínica médica para tratar intoxicação por uso de drogas e álcool, respectivamente, 110 e 183 profissionais, posteriormente acompanhados pelo Renascer. Esse profissional pondera que a questão do uso de drogas é confusa para os profissionais, na medida em que ser usuário é considerado crime. Isso lhes dificulta falar com seu comandante sobre o problema porque, se disserem, serão presos.

Quando a situação de abuso de álcool ou outras drogas se torna grave, o atendimento ao PM que apresenta transtornos se dá de acordo com o seu estado clínico (cirrose; miocardiopatia) e psíquico (dependência). No primeiro caso, ele pode ser atendido pela clínica médica, pela cardiologia ou pelo gastroenterologia. No caso da dependência, ele é encaminhado para o psiquiatra. Hoje o atendimento ao usuário de drogas é feito na rede conveniada quando se trata de internação. Apesar da dificuldade que encontram para se confessar adictos, o gestor de saúde diz que os policiais podem buscar auxílio, estabelecer um vínculo de confiança com os psicólogos que estão lotados principalmente nos Batalhões mais próximos às áreas de maior conflito. Na Polícia Civil, além do serviço de saúde mental próprio, foi construída uma parceria com um grupo de Alcoólicos Anônimos.

O oficial da área de saúde da PM comenta com relação ao tratamento dos usuários de drogas que, se o paciente recair por mais de 2 vezes, não pode mais ser atendido. Relata, o que é reafirmado pelos dados da pesquisa, que o álcool é a droga mais usada e considera que a cocaína vem a seguir, por causa da proximidade dos policiais com os traficantes.

Além das dificuldades institucionais para o cuidado e o apoio aos policiais dependentes de substâncias químicas o gestor acrescenta que muitos pensam que não precisam de ajuda. Chega um momento, no entanto, que o medo que o indivíduo sente em relação ao Comandante é substituído pela necessidade de apoio e pela percepção de que o médico e o psicólogo são competentes para atendê-los.

Capítulo 16

PREVENÇÃO, CUIDADOS E ATENÇÃO À SAÚDE

Quando perguntados, os policiais civis e militares dizem que julgam necessárias mudanças nas condições de trabalho para melhorar sua saúde.

Do ponto de vista preventivo - Um possível antídoto para o estresse físico e emocional é o que propõe um gestor de um setor operacional especial da PM que busca aliviar a carga da hierarquização. Por oferecer um comando de confiança e credibilidade, a tropa vem sendo, segundo ele, *“curada”*. Diz o Oficial: *“eu me preocupo em ter a credibilidade do homem”*. Ele exige muito dos subordinados mas também os premia quando se destacam. Comenta que em seu setor *“não tem interferência política”*. Considera que muitas vezes o comando *“tem que se arriscar para poder dar segurança a seus homens”*. E a saúde psicológica do policial está relacionada à credibilidade que ele percebe no comando: *“O comando tem que ser o mais digno e o mais competente”*. Esse depoimento de um Comandante, porém, não fez coro com o pensamento do grupo focal das praças de seu batalhão que se queixam da periculosidade e da insalubridade de seu trabalho numa área de risco.

Os entrevistados mencionam a necessidade de mudança em duas dimensões para melhorar sua saúde. No âmbito individual falam da responsabilidade e da conscientização sobre a importância e necessidade de se cuidarem e de priorizarem a saúde. Mas também consideram fundamentais transformações nos processos de trabalho, organizacionais e relacionais. Os participantes dos grupos focais falaram muito sobre a necessidade dos governantes se sensibilizarem para mudanças nas condições e do processo de organização do trabalho na Polícia Militar que não favorece a saúde de seus membros. Igualmente, para os policiais civis, o governo do Estado precisa ser responsabilizado pelas condições de

trabalho adversas que têm, sobretudo pela falta de efetivo que leva ao acúmulo de tarefas e atribuições.

“Se o Estado desse o que deveria dar, fizesse o que deveria fazer, teria homens bem remunerados, trabalhando motivados e com satisfação. Automaticamente prestaria um serviço melhor à população”

Os policiais militares ressaltam a necessidade de redução da carga horária, de aumento salarial, de menor descaso com os profissionais, de mais acompanhamento das Corporações, com medidas que favoreçam sua qualidade de vida e, em consequência, o desempenho de sua missão. Na percepção deles é preciso valorizar a pessoa do policial, sua carreira por tempo de serviço e antigüidade, aumentar os salários e melhorar as condições de trabalho, que atualmente são “*péssimas*”, ‘*horríveis*’. Consideram também que é necessário investir na administração da instituição e na qualificação da gerência, que consideram muito ruim:

É muita gente mandando, dando cabeçada lá em cima. Tem um Comando geral, que acho que quando aparece na imprensa, parece até um garotão de novela. Não resolve nada!

Resumindo, nós sofremos abuso de autoridade e descaso. Nós não valemos nada. Nós somos um instrumento na mão deles, mais nada. Quando o instrumento para de cortar como se fosse uma serra, não presta para mais nada. Você não presta mais para a sociedade, não presta mais para sua família, porque você não tem direito a nada.

Então, você sofre aqui a todo momento. Tanto que o médico não te dispensa, ele não tem autoridade, quem avalia é o seu comandante. Se ele achar por bem... Como é que um cara que é tratado assim aqui dentro dessa forma, pega uma viatura, vai pra ronda, vai tratar os outros na rua como?

O acompanhamento demandado pelos policiais militares inclui a inserção de nutricionistas, psicólogos (já existem em alguns batalhões, mas segundo eles, não possuem uma atuação efetiva) e médicos para cada unidade. Desta forma consideram que o médico poderá acompanhar o estado de saúde do policial, solicitar os exames necessários, sem que ele precise se ausentar do serviço.

Os Policiais só procuram o Hospital quando não tem mais jeito. Primeiro por causa da dificuldade do Hospital mesmo, que carece de recursos pra atender a demanda. E aqui nos Batalhões, não tem um psicólogo, um médico. Além do que o Policial tem infarto, tem depressão, porque tem isso? Come-se mal, trabalha-se muito, na hora de folga tem que trabalhar. Até pra ficar doente não tem tempo.

As questões nutricional e médica são necessidades básicas. No entanto, existe apenas uma nutricionista para toda a PM. Ela elabora um cardápio único mensal e obrigatório para todas as unidades. Seria importante, por causa do excesso de peso, obesidade e problemas estomacais, que houvesse uma nutricionista para cada unidade, acompanhando de perto a adequação da alimentação aos indivíduos.

A prática de educação física também foi relatada como uma medida importante pelos policiais civis que se encontram sem preparo físico.

*É extremamente necessário o cara fazer educação física na função que a gente exerce. Educação Física mesmo, porque precisa no teu dia-a-dia! (...)
É prioritário aqui, mas não temos.*

Do ponto de vista assistencial - Segundo o oficial gestor do setor saúde, um policial militar pode procurar o serviço de saúde, público ou particular, mas necessariamente terá que passar por um médico militar caso precise de perícia para obter licença médica ou liberação de afastamento por doença. O atendimento no sistema de saúde da polícia militar cobre, portanto todos os serviços: emergência, internação e medicamentos. Caso o profissional esteja em licença, a

perícia o acompanha até a sua alta. Esse oficial pondera que, para racionalizar os serviços, modificações são feitas. Em geral os profissionais verificam quais são as áreas onde a demanda é maior e buscam solucionar as reivindicações. Por exemplo: no interior, onde há muitas pessoas morando, pensam em construir Policlínicas para prestar melhor atendimento. Mas o gestor de Saúde não tem autonomia financeira o que dificulta a execução das ações necessárias.

Avaliamos o que e como os policiais militares julgam os serviços de saúde que lhe são oferecidos. A maioria considera os médicos muito bons, mas dizem que atualmente o número de profissionais do setor não corresponde ao volume de atendimentos. Segundo o gestor de Saúde:

O PM gosta, sente confiança de ser atendido pelo médico militar. As pesquisas efetuadas dentro da Corporação mostram que os policiais estão satisfeitos com o atendimento médico, mas reclamam da hotelaria do hospital que, segundo o gestor de Saúde, não é das melhores mesmo. O sistema de saúde é muito procurado por quem não pertence a ele. Os pais podem ser atendidos; para outros familiares, o sistema de saúde é mais ou menos flexível.

E acrescenta:

Os nossos hospitais, hoje em dia têm um atendimento superior à qualidade que ele pode prestar. Os serviços não são bem prestados nem ao policial e nem a sua família. Na verdade é pouco um hospital para atender a capital. O efetivo aumentou, vários dependentes, a família do policial aumentou e continua um único hospital na capital. Contamos com um hospital para atender 40.000 policiais militares fora os familiares. Temos as policlínicas mas não satisfazem a necessidade. Nós carecemos primeiramente na saúde, de mais hospitais policiais. Diversificar na Baixada, em Campo Grande no interior. O 29º em Itaperuna (interior do estado do RJ) tem que vir ser atendido aqui.

Sabe quantos psiquiatras tem na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro? Um! Tinha dois, mas um pediu baixa porque não agüentou. O cara ficou mais maluco do que eu! Para 40.000 homens.

Os policiais criticam também a subordinação dos médicos contratados do HCPM que não são militares, aos oficiais médicos da corporação. Foi muito comentado de forma negativa o fato dos médicos que não pertencem à Corporação precisarem submeter suas prescrições e solicitações de exames aos oficiais médicos, mesmo quando eles são especialistas no assunto e os oficiais não serem. Da mesma forma, foi bastante criticada a forma como os psicólogos são vistos e tratados na Corporação, sem nenhum grau de autonomia.

No nosso Hospital, existem médicos militares e médicos civis. Os médicos civis não têm autonomia nenhuma. Eles estão ali de fachada.

O psicólogo está ali como figura decorativa. Ele atende mas não resolve nada. Ele pode te ajudar, mas ele não pode interferir na tal da palavra COMANDO, essa. Ele trata a pessoa, mas o Comando é que decide, com restrição! Vamos lá!

Também os exames mais complexos como ressonância magnética ou outros são muito restritos. Eles não são autorizados a não ser em situações especiais e de extrema necessidade.

Outra dificuldade, existe no hospital Central da Polícia Militar uma seção chamada Convênio. Se alguém precisa ou tem algum dependente que precisa fazer um exame é marcado para daqui há dois meses. Então o dependente fica sofrendo esse tempo todo porque não tem essa especialidade e tem que marcar em uma clínica conveniada. Dependendo do exame, uma tomografia, uma ressonância magnética, que são exames emergenciais, que teria um papel importante para o diagnóstico precoce, os médicos só pedem mesmo no caso de vida ou morte, não pedem numa rotina como deveria ser. Se no exame de rotina de sangue e de urina não

deu nada, deveria ser pedido esse exame mais específico, mas lá eles só pedem em casos extremos.

Os oficiais utilizam serviços de saúde particulares e vão ao HCPM para validar os diagnósticos e pedidos de dispensa. E os policiais comentam que, pelo menos em relação ao tempo de espera, os HCPMs equiparam-se aos hospitais da rede pública como Miguel Couto e Salgado Filho. “*É necessário chegar de madrugada e ficar na fila para ser atendido*”.

Cheguei às quatro horas da manhã, tinha pai e mãe de colega que tinha chegado às dez horas da noite e não tinha sido atendido ainda.

Foi recorrente a crítica à rigidez da hierarquia militar que resulta, até no hospital, na preferência de atendimento dos oficiais, mesmo que tenham chegado depois dos outros policiais e seus dependentes.

Eu me tratei na ortopedia muito tempo e chegava de madrugada 3, 4 horas da manhã para ser atendido às 8 horas e você de muleta, deveria ter um hospital só para praça e outro para oficial. Porque a gente fica lá com fome e chega um oficial e é atendido na sua frente. Os praças que estavam na fila têm que aguardar a vez de um oficial que chega na sua frente. Essa questão do militarismo é reproduzida na unidade de saúde.

Um dos problemas mais citados é a falta de autoridade dos médicos para outorgar licença de saúde aos pacientes policiais. Esse seria um ponto que exige mudança, pois os policiais se sentem injustiçados pelos superiores que são leigos para prescrever.

Eu fui ao médico e ele me deu uma (RP), serviço interno, 30 dias, eu entreguei na mão do Oficial, ele olhou pra mim e falou, ‘Você está de fingimento! Vou te dar uma punição de 10 dias e pronto! Preenche o documento...’ Documento de Requisição de Informação, por simular dor.

Porque na Polícia aqui, os Oficiais se acham juizes, médicos, eles decidem tua_vida, tiram onda de médico, você vai ao médico, o médico te dá um laudo te dispensando, dizendo que você está... ele olha 'está com isso não, é mentira tua, é invenção!' Assim mesmo!

Outro reflexo de deturpação da hierarquia disciplinar expresso pelos policiais é o fato de que os oficiais têm preferência de atendimento no HCPM e passam a frente dos praças e de seus dependentes mesmo que estes tenham chegado ao hospital muito antes do oficial.

Os aspectos tratados acima estão ausentes das queixas da Polícia Civil, por esta não contar com uma disciplina tão rígida e utilizar, quase sempre os serviços do SUS quando têm problemas de urgência e emergência. Seu hospital, à época da pesquisa estava em reorganização. Há muitas queixas desses profissionais quanto à qualidade de atendimento, à falta de opção de especialidades e na ocasião, constatamos que havia apenas um psicólogo para toda a corporação.

O sofrimento psíquico surgiu como um problema preponderante de demanda não atendida na atenção dos policiais, nos dois estudos, tanto da polícia civil quanto na militar. Além disso, os militares ressaltaram que a falta de diálogo e de apoio dos superiores e dos colegas no ambiente de trabalho interfere muito na evolução de seus problemas emocionais.

Houve um caso de suicídio. A pessoa estava com problema e na Unidade não tinha ninguém que conversasse e se achegasse a ela. O policial está com problema, ele não vai procurar, ele está ali, alguém tem que indicar! Todos nós vemos quando um colega está com problema. A gente deve ir lá, falar com ele!... acho que é assim que deveria funcionar.

No caso de distúrbios emocionais, no momento em que o policial militar apresenta problemas, o gestor de saúde afirma que um psiquiatra avalia a necessidade dele ser internado. Em caso afirmativo, é orientado a procurar as duas clínicas credenciadas no Rio de Janeiro – Gávea e Bela Vista. Entretanto, a PM tem uma

estrutura de controle e de auditoria dos atendimentos nessas clínicas – visitas semanais, conversas com os médicos – com o intuito de minorar os seus gastos.

O gestor da área de saúde comenta que, numa determinada Unidade Primária, havia uma facilidade de internação psiquiátrica pela emergência, por não haver controle. Para coibir esse abuso foi organizado um esquema de forma que o psiquiatra se tornasse alcançável e pudesse emitir o parecer sobre a necessidade de internação do paciente.

Sobre equipamentos de saúde - Há uma defasagem, de quantidade e qualidade, entre os Serviços de Saúde das Polícias Civil e Militar. Para a primeira, existe somente o Hospital da Polícia Civil que oferece atendimentos ambulatorial e laboratorial, o que é absolutamente insuficiente para a Corporação.

Os policiais militares têm uma base muito mais complexa formada pelo Hospital Central da Polícia Militar (HCPM) que fica no Estácio. Tem 310 a 320 leitos e um serviço de emergência. Há o Hospital de Niterói – com 80 leitos e um serviço desativado de emergência. Há policlínicas em Cascadura, Olaria e São João de Meriti. Os hospitais e as policlínicas provêem internação e atendimento ambulatorial. Existem ainda 5 Laboratórios Farmacêuticos. Há também 30 Unidades Primárias nas quais há sempre um clínico e um dentista.

A partir de 2001, foram criadas 5 Unidades Básicas com um profissional de cada uma das seguintes especialidades: clínica médica, cardiologia, ginecologia, pediatria, psicologia e dentista. Há ainda um Centro de Psiquiatria e Reabilitação em Olaria que atende aos paraplégicos e oferece fisioterapia. A corporação possui um laboratório farmacêutico que produz alguns medicamentos exclusivamente para uso institucional. No interior são mantidos convênios com clínicas e o SUS fornece uma pequena ajuda apenas para a internação nos dois hospitais.

Por serem muito freqüentes os acidentes de trabalho e em confronto, a Polícia Militar criou um serviço de remoção de seus profissionais feridos e lesionados. Esse serviço é efetuado por para-médicos do GPAO, embora ainda não haja no

grupo um plantonista fixo, o que exige o deslocamento de um médico da emergência para efetuar o resgate. Conversamos com o oficial gestor do GPAO que esclarece o histórico e as funções do Grupo: foi criado em 1995 para efetuar socorro médico de urgência em atendimento aos policiais feridos. Isto porque as armas de fogo *“usadas pelos marginais”*, diz ele, hoje em dia, incluem fuzis. O profissional de saúde fica próximo à área de conflito para acompanhar as operações e socorrer os feridos. Esse profissional de saúde é uma praça que passa por um curso de 14 semanas, tendo aulas de emergência psiquiátrica, pediátrica e hemorragias. Ele estagia em hospitais. Trata-se de uma profissão reconhecida pelo Conselho de Medicina: Técnico de Emergências Médicas.

Apesar de muito importante, esse oficial nos disse que hoje, o trabalho está desvirtuado. Isso porque a PM vinha gastando muito com a remoção de feridos internados em outros hospitais para o hospital da polícia (HCPM) e decidiu acionar o Grupo de Resgate para esse serviço, com as suas seis ambulâncias: 3 com UTI e 3 normais. Essa remoção vinha sendo efetuada por ambulâncias de empresas particulares. Os policiais baleados, quando atendidos fora do hospital militar, são removidos para lá num prazo de 24 horas porque os médicos militares estão acostumados a tratar desse problema com bons resultados. *“O paciente que a gente pega, até pelo tipo de armamento de hoje, se não morreu na hora, conseguiu chegar no hospital, a gente tem uma chance de sobrevida boa”*, diz o gestor de saúde.

Além dessa atividade, o GPAO acompanha as operações chamadas de "grande vulto". O desvirtuamento referido pelo oficial se deve ao fato do GPAO ter sido criado para apoio às operações *“O policial aqui é de tropa, tem essa facilidade, vai na ambulância mas vai de fuzil. É policial e é da área de saúde”. Se vir um assalto, pára e prende “de branco” mesmo* (Gestor GPAO).

O profissional responsável pelo GPAO refere que na PM há problemas de articulação sistêmica entre os serviços. Comenta que, em determinadas situações, não tem como enviar um grupo de saúde para apoio porque, muitas vezes, o

batalhão sobe um determinado morro sem planejamento, sem colete e sem suprimento balístico, acrescentando: *“Enfim, sobe [o morro] por puro heroísmo”*. Apresenta um contraponto com as Forças Armadas que não efetuam uma instrução de risco sem uma equipe médica de apoio.

Esse mesmo profissional afirma que na PM hoje, não há uma consciência de prevenção de e proteção para os seus profissionais, na medida em que não lhes é oferecida infra-estrutura básica para lidar com as situações de perigo. O dilema hoje é como se chegar no ferido sem ser ferido. Sugere a criação de ambulâncias blindadas já que há lugares em que não há como ter acesso, só com heroísmo. Mas, segundo o gestor do GPAO, *“o policial não tem que ser herói e, sim, profissional”*. *“A Corporação preocupa-se com a vida do policial porque tem consequência pecuniária para o Estado”*, mas essa preocupação é cheia de contradições, diz o policial. Exemplifica: ao enviar um grupo do GPAO para uma determinada operação, deixa o centro cirúrgico reservado e monta uma estrutura para receber o policial ferido. Entretanto este é pego de surpresa e colocado *“de qualquer maneira numa viatura”*, levado para o hospital mais próximo que, na maioria das vezes, não tem recursos para atendê-lo.

Mesmo tomando uma atitude crítica, o gestor do GPAO relata que houve uma diminuição de policiais baleados por causa de implantação de estratégias de prevenção. Os policiais dos Batalhões passam por cursos e palestras sobre técnicas de prevenção. Cita o exemplo do bom preparo dos policiais do BOPE que são feridos em proporções menores do que os outros colegas: *“Há 2, 3 anos morria-se todo dia”*.

Nos vários serviços de saúde da PM, a planilha de coleta de informações organizada pelos médicos, a que tivemos acesso, mostra a média de atendimentos no ano de 2004:

- 40.000 atendimentos em ambulatório/mês;
- 180.000 pessoas atendidas em todos os serviços (policiais e seus dependentes)/mês;
- 10.000 em odontologia/mês.

Considera que o sistema de saúde da Polícia Militar precisa crescer e que falta investimento. Os policiais descontam 10% do seu soldo como contribuição e o Estado deveria dar a sua contrapartida, porém *“o Estado à vezes atrasa um pouquinho, não entra, ocasionalmente dá uma ajuda”*. Isto significa que a arrecadação é pequena. Apesar disso, o Hospital conseguiu comprar 3 aparelhos de ultra-sonografia. Para atender aos problemas de catarata, pretendem montar um Centro de Oftalmologia em Niterói, por tratar-se de uma especialidade mais eletiva.

Apesar de possuir um sistema complexo de saúde, o gestor afirma que, sobretudo os hospitais estão sobrecarregados. E os policiais reclamam que para conseguirem atendimento é preciso chegar de madrugada e a consulta odontológica só pode ser marcada no intervalo de seis meses. O gestor também considera que há necessidade de mais profissionais em algumas especialidades, de forma a suprir o atendimento. Explica que houve uma tentativa (frustrada pela falta de pessoal), de criar uma pequena enfermaria de curta permanência no hospital, o que ajudaria muito, mas não foi exequível.

Por maiores que sejam os problemas enfrentados pelos policiais militares e seus dependentes nos serviços de saúde da PM, é inegável a diferença para melhor em relação aos policiais civis. Enquanto na polícia civil existia apenas um hospital praticamente desativado e que vinha sendo recuperado e reativado aos poucos.

Em resumo, frente às condições adversas e de risco em que trabalham os membros das duas Corporações é muito importante que os profissionais enquanto indivíduos e as autoridades gestoras da instituição e do governo do Estado dêem atenção especial à promoção, à prevenção de agravos e ao melhor atendimento possível a esses servidores públicos.

Capítulo 17

SAÚDE COMO QUALIDADE DE VIDA

Este capítulo constitui uma releitura, do ponto de vista da reprodução social da parte em que tratamos das condições de vida e de saúde dos policiais. Mesmo tentando restringir o olhar para o universo da vida social, não nos é possível ocultar a relevância e a centralidade que os policiais colocam sobre seu trabalho. Essa relevância se impõe e brota em todas as conversas e em todas as avaliações. Portanto, a síntese da noção de qualidade de vida construída por eles, e cuja lógica buscamos compreender, se movimenta na dialética de quem olha o mundo a partir de uma janela em que, a profissão cria as cores e as nuances da paisagem da casa, do bairro, da vida associativa e dos projetos de futuro.

Destacamos a visão negativa - porque considerada precária e ruim - que a grande maioria dos policiais tem sobre a qualidade de sua vida. Segundo opiniões bastante generalizadas nas duas Corporações, essa qualidade está relacionada às dificuldades intrínsecas ao exercício ou como resultantes da sua profissão e afetam sua vida privada, social e sua saúde. Os indicadores objetivos e subjetivos da qualidade de vida, considerados na pesquisa mostram que, de modo geral, o grupo dos militares apresenta piores condições socioeconômicas o que sente mais necessidade de apoio social, porém, ao mesmo tempo, é o que mais se envolve em práticas comunitárias e de participação cidadã.

A noção de Qualidade de Vida (QV) vem sendo utilizada com frequência nas discussões do campo da Saúde, associada ao esforço que a área tem feito, de ultrapassar o reducionismo biomédico da oposição entre saúde e doença e para chegar à compreensão mais abrangente do que seja o bem-estar humano e social.

O termo traz consigo um caráter naturalmente polissêmico, ao distinguir a vida humana com o atributo relativo da “qualidade”. As discussões acerca do que é esta “qualidade” e de que maneira podemos medi-la enriquecem o enfoque complexo e multidisciplinar da Saúde, ao mesmo tempo em que permitem constatar que a *Qualidade de Vida* não é um conceito pronto, justamente por causa de sua amplitude e complexidade.

Nesta pesquisa consideramos a referida noção como uma variável importante para a compreensão das condições e percepções que articulam Saúde, Trabalho e Reprodução Social dos Policiais, e buscamos traçar um caminho próprio, na tentativa de abordá-la. Para tanto, fundamentamo-nos em referenciais teóricos que vêm tentando lançar luzes sobre o tema.

Em uma revisão da literatura, Minayo et al. (2000) mostram que Qualidade de Vida tem sido concebida como uma representação social que leva em conta parâmetros objetivos (a satisfação das necessidades básicas e das necessidades criadas pelo grau de desenvolvimento econômico e social de determinada sociedade) e subjetivos (bem-estar, felicidade, amor, prazer, realização pessoal).

O grau de satisfação humana nas diferentes esferas da vida (familiar, amorosa, ambiental, social, profissional e existencial) relaciona-se ao padrão de conforto e bem-estar estabelecido pela sociedade, historicamente. Considerar este relativismo cultural está no centro das preocupações de Martin & Stockler (1998), quando propõem uma compreensão do tema, embasada na distância que separa as expectativas individuais da realidade (para eles, quanto menor a distância, maior a qualidade de vida). Tal leitura parece, porém, ineficaz quando pensamos em sociedades ou grupos sociais privados de uma série de direitos básicos, sem acesso mesmo à informação e à liberdade de expressão, cuja expectativa de bem-estar poderá ser tão baixa que não deveria servir para mensurar qualidade de vida. A opressão cultural e social esmaga, freqüentemente, as expectativas

individuais. E a “satisfação” com a vida pessoal pode esconder, na verdade, conformismo diante de uma situação para a qual não conhecemos alternativas. Relativizando a importância das expectativas pessoais, Witier (1997: 61) afirma que *“o apetite da vida está estreitamente ligado ao menu que lhe é oferecido”*.

Pelos motivos assinalados, a noção de qualidade de vida merece abordagens que, para além das representações sociais, levem em conta fatores políticos e de desenvolvimento humano. Segundo Olga Matos (1999), quanto mais aprimorada a democracia, mais ampla é a noção de qualidade de vida. Devemos considerar, portanto, ao analisar seus parâmetros, os referenciais de liberdade e de equidade junto com alguns critérios universais para suprir as necessidades mais elementares da vida (alimentação, acesso a água potável, habitação, trabalho, educação, saúde e lazer).

Ademais de levar em conta parâmetros objetivos e subjetivos, a construção do conceito de qualidade de vida deve conciliar critérios de satisfação individual e de bem-estar coletivo. Minayo et al (2000) lembram da importância do movimento ambientalista a partir da década de 70, que trouxe para a agenda pública, noções vinculadas à “ecologia humana” e ao desenvolvimento sustentável, essenciais à excelência das condições de vida e ao bem-estar dos povos (Witier, 1997), relativizando o consumismo como a máxima expressão da qualidade existencial humana. No entanto, os elementos de sustentabilidade social e ecológica, neste momento histórico, raramente são percebidos como intervenientes nas percepções individuais sobre qualidade de vida. Essas percepções, normalmente, refletem o modelo hegemônico do “possuir” e do “consumir”, voltados à satisfação dos indivíduos e ao bem-estar material: *“conforto, prazer, boa mesa, moda, utilidades domésticas, viagens, carro, televisão, telefone, computador, uso de tecnologias que diminuem o trabalho manual, consumo de arte e cultura, entre outras comodidades e riquezas”* (Minayo et al 2000: 9).

A principal estratégia em construção pela área da Saúde para responder à complexa demanda desenhada pela noção de qualidade de vida é a promoção da saúde. Suas bases teóricas e sua aplicação prática carecem ainda de aprimoramento, pois pretendem abarcar um amplo conjunto de valores e ações. Buss destaca, como os principais eixos da promoção da saúde, *“qualidade de vida, saúde, solidariedade, eqüidade, democracia, cidadania, desenvolvimento, participação e parceria”* (Buss, 2000: 67). A estratégia prevê ações que articulem o acesso a políticas públicas saudáveis, participação comunitária, e desenvolvimento de habilidades individuais.

Levando em conta parâmetros subjetivos, o gozo de saúde também se constitui de valores não materiais da vida humana, como amor, paz, inserção social, felicidade, realização e reconhecimento profissional. Melhorar a qualidade de vida por meio da promoção da saúde implica em investir na ampliação das potencialidades humanas em todas as dimensões da vida. Essa é uma visão afirmativa, em que *“a saúde deixa de ser um estado estático, biologicamente definido, para ser compreendida como um estado dinâmico, socialmente produzido”* (Buss, 2000: 174).

Também os estudos sobre trabalho vêm sendo fortemente influenciados pela tendência de ampliar as fronteiras da compreensão dos fenômenos sociais. O campo da Saúde do Trabalhador há tempos ultrapassou os paradigmas da medicina ocupacional, norteado pelo pensamento da área de Saúde Coletiva latino-americana. Nos últimos anos, as obras de Dejours (1999a; 1999b), sobretudo os estudos de psicopatologia e psicodinâmica do trabalho têm contribuído muito para o aprofundamento das relações entre os determinantes e condicionantes sócio-econômicos e sociais, as condições de trabalho e a subjetividade dos trabalhadores

A esfera profissional é então analisada em suas condições “objetivas”, nas dinâmicas de relações humanas construídas no processo de trabalho, e através

da identidade social gerada no contexto dessas complexas interações. A noção de *Qualidade de Vida* foi incorporada pelos estudos da área da saúde do trabalhador, que, segundo Sato (1999), “*dialoga com noções de motivação, satisfação, saúde-segurança no trabalho, envolvendo discussões recentes sobre novas formas de organização do trabalho e novas tecnologias*” (1999: 123). E nesse espaço, é central a consideração da autonomia e do poder dos trabalhadores em relação a seu processo de trabalho, pois a atividade realizada de forma prazerosa possibilita e potencializa a inventividade, a criatividade e a capacidade de solucionar problemas.

Em busca de síntese, Augusto (2000) cita Dunlap (1980) e Catton (1992), e propõe três categorias para os indicadores de qualidade de vida: físicos: habitação, saneamento, alimentação saudável, etc; (2) de direito: condições sociais e políticas; (3) subjetivos: aspectos da satisfação pessoal. Tentamos guiar o presente estudo a partir dessas categorias.

Caracterização quantitativa da qualidade de vida dos policiais militar e civil

A tabela 46 acompanha atividades dos policiais em dias de folga. Ver televisão, ler e passear são as atividades mais freqüentes nos membros de ambas as Corporações. Podemos observar diferenças estatísticas entre as duas corporações. Policiais militares, mais que civis, costumam durante as folgas ir ao cinema, ver TV, ir a festas e à igreja, praticar esportes, encontrar amigos, namorar e dormir. Já os policiais civis costumam, mais que os militares, viajar, ler, ficar em casa com a família, ficar sozinhos e descansar.

Tabela 46: Distribuição dos policiais militares e civis segundo o que costuma fazer quando está de folga

Que faz na folga	Polícia Militar	Polícia Civil
	(%)	(%)
Viajar*	19,0	28,7
Ler*	65,0	71,3
Ir ao cinema*	39,0	35,7
Passear	65,8	65,2
Ver TV*	87,4	84,8
Ir a bares	30,3	28,4
Ir a clubes	19,8	19,9
Ir a festa*	59,8	44,3
Ir a igreja*	48,9	33,0
Praticar esporte*	52,6	37,1
Encontrar amigos*	66,7	59,0
Ficar em casa com família*	89,8	92,1
Ficar sozinho*	23,1	27,6
Namorar*	65,1	47,1
Dormir*	76,5	71,6
Descansar*	83,0	86,3

(*) Diferenças estatisticamente significativas – $p < 0,000$ a $0,018$

Foi construída uma variável para analisar as especificidades do lazer dos policiais a partir da questão acima, classificando como lazer comunitário os itens: viajar, ir ao cinema, passear, ir a bares, ir a clubes, ir à igreja, praticar esportes e encontrar amigos. Como lazer domiciliar foram considerados os itens: ler, ver TV, ficar em casa com a família, ficar sozinho, dormir e descansar. Foi feita uma soma dos itens relativos a cada tipo de lazer, valendo um ponto cada um deles. Consideramos lazer comunitário ou domiciliar “baixo”, quando a soma dos itens foi menor que 1; “médio”, quando o intervalo era de 2 a 4 e “alto” se fosse a pontuação fosse maior que 4.

Observamos, a partir dessas medidas que um percentual mais elevado de policiais militares (41,7% *versus* 35,4% de civis) têm lazer comunitário. E um percentual mais alto de civis tem lazer domiciliar (54,1% contra 49,9% dos militares com $p < 0,001$).

A satisfação dos policiais em relação a diversos aspectos de sua vida foi analisada nas respostas à questão abaixo. Na tabela 47 estão listados os itens relativos às respostas em que eles se dizem “muito satisfeitos” e “satisfeito”.

Tabela 47: Distribuição dos policiais civis e militares segundo o grau de satisfação com alguns aspectos de vida

Itens	Polícia Militar	Polícia Civil
	(%)	(%)
Bairro em que vive*	64,9	59,2
Sua vida social*	64,4	60,0
Tempo disponível para lazer*	25,3	42,5
Educação que recebeu*	82,3	88,4
Seu círculo familiar*	89,6	87,2
Sua vida afetiva*	85,7	81,6
Sua vida sexual*	85,5	82,8
Sua vida espiritual*	72,7	76,2
Seu padrão de vida*	27,7	32,4
Sua realização profissional	44,0	42,8
Saúde	72,6	73,4
Capacidades e habilidades*	81,4	85,5

(*) Diferenças estatisticamente significativas – $p < 0,000$ a $0,011$

De acordo com os dados apresentados na tabela acima, tanto policiais militares quanto os civis apresentam proporções de satisfação em relação aos mesmos itens. Eles estão muito satisfeitos e satisfeitos com (a) a educação que receberam; (b) com seu círculo familiar; (c) com sua vida afetiva e sexual; (d) e com sua capacidade e habilidades de reagir a situações difíceis. Da mesma forma, os dois grupos apresentam menor proporção de satisfação em relação ao mesmo item: “tempo disponível para o lazer”.

Maior proporção, estatisticamente significativa, de policiais militares do que de civis se diz satisfeito em relação a: (a) o bairro em que vive; (b) a sua vida social; (c) a seu círculo familiar, (d) a sua vida afetiva, sexual e à construção de sua felicidade. Ao contrário, maior proporção de policiais civis está satisfeita quanto a (a) o tempo disponível para lazer; (b) a educação que recebeu; (c) a sua vida espiritual; (d) a sua capacidades e habilidades e de reagir a situações difíceis; e (e) e em relação à vida como um todo.

Na tabela 48 encontramos a distribuição dos mesmos itens tratados no quadro anterior, desta feita, com as proporções que dizem respeito aos itens “muito insatisfeito” e “insatisfeito”.

Tabela 48: Distribuição dos policiais civis e militares segundo o grau de insatisfação com alguns aspectos de vida

Itens	Polícia Militar	Polícia Civil
	(%)	(%)
Bairro em que vive*	14,7	16,6
Sua vida social*	14,9	15,9
Tempo disponível para lazer*	48,5	36,4
Educação que recebeu*	6,7	4,5
Seu círculo familiar*	3,2	3,4
Sua vida afetiva*	3,4	7,6
Sua vida sexual*	4,8	6,3
Sua vida espiritual*	6,4	7,9
Seu padrão de vida*	48,1	41,3
Sua realização profissional	30,6	33,5
Saúde	11,6	10,8
Capacidades e habilidades*	5,3	3,7
Capacidade de reagir a situações difíceis*	3,3	4,6
Sua felicidade*	5,1	7,3
Felicidade de seus familiares	6,8	7,9
Vida como um todo*	6,2	7,1

(*) Diferenças estatisticamente significativas – $p < 0,000$ a $0,011$

Como podemos constatar, maiores proporções de policiais militares e civis estão insatisfeitas em relação aos mesmos itens: com o tempo disponível para lazer, seu padrão de vida e sua realização profissional. Os policiais militares, pela ordem estão insatisfeitos: (a) com o tempo disponível para o lazer (48,5%); (b) com o padrão de vida (48,1%); e (c) com a realização profissional (30,6%). Os policiais civis, embora tenham salários melhores que os militares assinalam em primeiro lugar, insatisfação com o padrão de vida (41,3%). A seguir, maior número revela insatisfação com o tempo disponível para o lazer (36,4%) e com sua realização profissional (33,5%). Ressaltamos que, embora os policiais civis apresentem percentuais de insatisfação mais elevados em maior número de itens, os militares encontram-se estatisticamente mais insatisfeitos que os civis no item referente ao “padrão de vida”, além de também estarem mais insatisfeitos com “a educação que receberam” e “com suas capacidades e habilidades”.

Destacamos também que os policiais militares apresentam maiores percentuais de indiferença quanto a estarem satisfeitos em vários aspectos de sua vida do que os civis. Essa indiferença que poderia ser traduzida por falta de motivação ou apatia se refere aos seguintes itens: (a) educação recebida; (b) capacidades e habilidades de reagir frente a situações difíceis; (c) vida espiritual e (d) a vida como um todo.

A tabela 49 apresenta os resultados da escala de apoio social que foi aplicada aos policiais. A análise desta escala pontuou gradativamente as opções de resposta: o valor 5 correspondeu à resposta sempre e o valor 1 à resposta nunca. Esses pontos foram somados para cada dimensão. O ponto de corte considerado foi o tercil. Como nas dimensões afetiva, material e de interação positiva, grande parte dos valores atingiu os 100 pontos, que era o valor máximo a ser alcançado. Foi preciso analisar conjuntamente o nível moderado e o elevado em todas as dimensões. Pontuação igual ou menor que 70 foi considerada “baixo apoio” nas dimensões emocional, de informação e material. Para a dimensão afetiva o nível

baixo foi igual ou menor que 86,67. A dimensão de interação positiva teve o valor de 80 ou menos pontos como nível baixo.

Tabela 49: Distribuição dos policiais civis e militares segundo apoio social

Dimensão	Nível do apoio	Polícia Militar	Polícia Civil
		%	%
Emocional	Baixo	33,4	34,3
	Moderado/Elevado	66,6	65,7
Informação	Baixo	35,0	36,4
	Moderado/Elevado	65,0	63,6
Afetiva	Baixo	37,1	37,5
	Moderado/Elevado	62,9	62,5
Interação positiva	Baixo	38,3	40,6
	Moderado/Elevado	61,7	59,4
Apoio material*	Baixo	34,0	27,2
	Moderado/Elevado	66,0	72,8

(*) Diferença estatisticamente significativa – $p < 0,000$

As respostas aos questionários evidenciaram que os policiais militares, tanto quanto os civis consideram que contam com apoio emocional e material em “nível moderado” e em “nível elevado” no meio social em que vivem. De modo geral, maiores proporções de policiais militares reconhecem que estão amparados em quatro das cinco dimensões: eles apenas se diferenciam negativamente quanto ao apoio material. Somente nesse item existe diferença estatisticamente significativa entre as duas corporações, pois maiores proporções de policiais civis consideram que contam com apoio material no seu meio social.

Caracterização qualitativa da qualidade de vida dos policiais militar e civil

Apesar dos dados quantitativos colocados nas tabelas serem mais positivos que negativos, quando discutimos nos grupos focais, policiais civis e militares referiram que sua *qualidade de vida* não é boa, utilizando expressões enfáticas

para ressaltar os aspectos negativos tais como: “ruim”, “difícil”, “muito ruim”. A maioria se refere ao fato de que a partir de seu posto de trabalho, essa qualidade está associada com o *baixo salário*, que os obriga a ter um segundo emprego para complementar os ganhos, prejudicando seu lazer. Os praças dizem que esses poucos recursos quase que apenas custeiam a locomoção de sua morada distante até o local de trabalho. Tanto os chefes como os subordinados evidenciam que quanto menor a graduação do policial, menor sua qualidade de vida que se reflete nos locais de moradia e na qualidade das habitações, na posse de bens e nas alternativas de vida social. Todos ressaltam a influência do medo e do risco que correm os profissionais das duas Instituições, numa sociedade como o Rio de Janeiro onde são alvos fáceis de delinqüentes.

Em todos os grupos focais realizados com a polícia militar foi unânime a declaração de que, em geral, sua qualidade de vida do policial militar é péssima, ruim ou até inexistente.

Entrevistas e grupos focais com os policiais civis também revelaram um nível elevado de insatisfação com sua qualidade de vida, embora não de forma tão peremptória como a polícia militar. Subjetivamente esses profissionais avaliaram, por meio das mais diferentes, contraditórias e convergentes respostas que, sua qualidade de vida é “boa”; “melhorou um pouco”; “está longe do ideal”; “tem muito a melhorar”; “é normal”; “é razoável”; “não é ruim”; “é sem problema”; “é regular”; “é cheia de preocupação e de cobrança”. Mas, a maioria se expressa, enfaticamente, com valores negativos que ela é estressante; é precária; é ruim e é péssima.

(1) Na descrição da qualidade vida, do ponto de vista qualitativo o ponto mais relevante é o salário: “o *salário para assegurar tranquilidade à família*”. Os fatores que justificam, por parte dos policiais militares, sua inferioridade de qualidade de vida são principalmente o salário baixo que se junta à carga horária muito extensa, a má alimentação que lhes é oferecida nas unidades de trabalho, a falta de

reconhecimento e mesmo o desprezo que sentem por parte da população a eles que têm a missão de servi-la, a desvalorização por parte do Estado e dos governantes e a rigidez disciplinar interna à Corporação. A questão salarial é grave porque, dizem vários policiais militares: *“A população não conhece nossas condições financeiras e de saúde. Não ter dinheiro abala emocionalmente, estressa, provoca vários problemas de saúde dentre os quais hipertensão, úlcera, insônia e depressão”*.

Também os policiais civis se expressam quanto a esse tema como pode ser constatado nos depoimentos a seguir que enfatizam que o salário deveria dar tranquilidade aos policiais para se dedicarem integralmente.

Salário muito aquém do que nós merecemos e a vida que nós levamos todo mundo sabe. Na parte financeira ela nos faz ter uma qualidade de vida regular. Infelizmente nós não podemos ter um patamar que nos dê tranquilidade. Por isso, volta e meia nós temos que pensar em outras coisas, uma atividade paralela como nós estamos fazendo, como suporte, para podermos manter uma qualidade de vida razoável. O grande vilão é esse desgaste de arranjar outra atividade para completar o salário. Desgasta muito (Op). Tem o bico, tem o trabalho e tem a faculdade. Você acaba tendo dificuldade até de relacionamento normal e de dar uma assistência melhor à família (Op).

Além da alimentação de qualquer jeito, a vida familiar do policial que ganha baixos salários muitas vezes é complicada. É uma vida sempre tumultuada, isso tem reflexo na saúde, tem reflexo na intimidade, tem reflexo no meio social onde ele convive (Adm).

Eu especulo que nossa qualidade de vida por causa dos baixos salários, das opções de lazer, das opções de convívio familiar, das

opções de convívio com os pares da mesma instituição, seja muito fragmentada e assim, especulando, eu a considero de ruim para baixo (GF 3).

(2) O segundo ponto mais enfatizado é o descrédito e falta de reconhecimento por parte da sociedade e dos governantes, reforçado pela visão de que a mídia que raramente aborda o lado positivo, os feitos dos policiais. A generalização que ocorre quando há corrupção, delinquência e ineficiência de alguns policiais afeta muito sua auto-estima, pois consideram que a maioria procura atuar com honestidade, seriedade, responsabilidade e compromisso. Nos grupos dos policiais militares houve muita ênfase em mostrar as dificuldades para se manter na linha e certo desânimo frente aos desafios. Algumas vezes, nas suas falas apareceu uma certa dubiedade e ambigüidade não deixando claro se os empecilhos e dificuldades justificariam a corrupção, a intolerância e a violência ou se suas expressões apenas configuravam um desabafo. Várias frases como as que seguem, foram ditas nos diferentes grupos focais:

O policial militar, assim como o civil, tem sua identidade profissional velada, é um cidadão que vive no anonimato, se não a gente morre. Os raros momentos de lazer são de convivência com a família, muitas vezes em casa, pois a gente tem que pensar muito aonde ir, não pode levar a família a um lugar e correr o risco de ser reconhecido como policial.

A percepção dos policiais militares é de que a sociedade os considera “*um mal necessário*” e dos policiais civis é de que “*a delegacia é a lixeira da sociedade*”.

(3) Em terceiro lugar, o elemento mais relevante associado à qualidade de vida é a centralidade de seu trabalho como sentido da existência. Essa excessiva centralidade do trabalho em sua vida, o discurso dos policiais, quando se refere à qualidade de sua vida individual revela uma dupla mensagem. De um lado, há uma valorização positiva do trabalho, pois é em função dele que passam a maior

parte de seu tempo. De outro, consideram-no como sua grande fonte de desgaste. Descrevem, confirmando o que já analisamos nos dois capítulos anteriores: jornadas intensivas e excessivas; desgaste nos plantões e trabalho noturno que desestruturam o organismo; salário insuficiente, levando à necessidade de outro(s) emprego(s); precário ambiente físico e relacional entre os pares; elevada carga e volume de trabalho; ausência de folgas e de férias; alimentação inadequada e riscos permanentes de sofrerem agressão ou morte. Todas essas situações vivenciadas na cotidianidade de suas atividades são vistas como fatores sinérgicos, geradores de *pressão*, *tensão* e *estresse*. Esses são pontos que ligam o exercício da profissão com a esfera da reprodução. As falas dos profissionais citadas abaixo sintetizam a situação, condensando as adjetivações descritas acima.

Eu fico muito cansado. Então, para mim, a minha qualidade de vida é regular, de regular para ruim, porque eu durmo mal, me alimento mal (Op).

O regime de trabalho não é bom nem para o policial, nem para a instituição. É um homem que trabalha permanentemente sob cobrança, com carência de nível para trabalhar. A carência de pessoal, por exemplo, vai fazer que você, qualquer levantamento por mais básico que seja, vai atestar o absurdo que se vive nessa instituição, e nós temos a maioria dos policiais há anos sem tirar férias (Op).

Os componentes das duas corporações concordam que o trabalho na rua é fonte de maior estresse e tem como consequência e resultado, pior qualidade de vida. Na polícia militar é recorrente a reclamação contra os períodos de doze horas seguidas em atividades na rua, em pé e sem alimentação (apenas com uma refeição no quartel antes de sair). Já os policiais civis que atuam nas delegacias também se queixam, só que no caso deles por se alimentarem mal, com lanches

gordurosos e hipercalóricos (pizzas, salgadinhos, sanduíches e refrigerantes), ‘doados’ pelo comércio nas cercanias das delegacias.

Nos aspectos negativos da qualidade de vida, nada foi tão forte como a reflexão de cabos e soldados de um batalhão situado em área de alto risco sobre a banalização e o tratamento corriqueiro nos casos de morte dos companheiros em serviço. Neste batalhão houve períodos em que foi relativamente comum a perda de três, quatro ou cinco colegas em uma jornada de trabalho. Neste contexto, a grande mágoa dos policiais diz respeito à obrigação de comparecerem ao velório para comporem a ‘comissão de enterro’, escutar o discurso do superior, consolar a família do colega morto, e, no dia seguinte, voltar à mesma rotina de serviço na rua, sem nenhuma possibilidade de apoio psicológico, como se nada tivesse acontecido. O argumento de que os policiais são profissionais justifica a ausência de um suporte psicológico e resulta em danos que poderiam ser evitados. Eis alguns depoimentos em que os policiais expressaram o peso de conviverem cotidianamente com o temor da morte:

Nós temos que ter um equilíbrio para ver um colega morrer e das mais diferentes maneiras possíveis, ir no enterro dele, consolar a família, depois voltar pra rua, como se nada tivesse acontecido.

Tem que ter um atendimento psicológico! Daí você chega lá no HPM, uma porrada de Polícia batendo na psiquiatria, aí Polícia começa a se envolver com bebida.

Você tem coragem, você tem condições psicológicas de trabalhar? Você vê um colega teu ali morto, você sabe que pode ser qualquer um da gente aqui. Ah, pelo Amor de Deus! Depois vem consolar a família! Quando a família fica desesperada, perdeu um pilar, o pai, o esposo, tudo!

Acho que todo mundo aqui é homem igual a um a outro, todo mundo aqui tem medo de morrer, ninguém aqui é demagogo, ninguém quer morrer, não

é verdade? Por pior que seja a vida, a gente tem esperança! É o que mantém a gente vivo! Mas, aí, pra vir trabalhar, é aquilo: ‘será que eu vou? Mas será que eu volto?’. E nisso a gente não é reconhecido.

As repercussões sobre a qualidade de vida e os distúrbios psíquicos decorrentes do estresse, da vivência sistemática do risco de morte em confronto, também foram abordados pelos policiais civis. Neste contexto um profissional de saúde que trabalha na polícia civil fez referência às alterações psíquicas conseqüentes a atitude de matar outro indivíduo. Este foi um aspecto que certamente também é importante e afeta mais ainda a qualidade de vida e a saúde do Policial Militar, mas que não surgiu em nenhum dos grupos focais.

(4) Para os policiais há um quarto ponto relevante da qualidade de vida: sua alimentação. Os policiais civis, sobretudo os operacionais se alimentam muito mal, sem horários, comendo muito mais sanduíches que alimentos saudáveis. Todos os entrevistados da Polícia Militar manifestaram concordância quanto ao fato de que a alimentação oferecida pela Corporação é muito ruim em todas as unidades pesquisadas, tanto em termos qualitativos como quantitativos. Apenas em um grupo focal constituído por oficiais, além das críticas à alimentação no batalhão houve referência à realização de lanches na rua, ingestão de pizzas e salgados, de forma similar aos policiais civis da área operacional. Ainda assim um policial aludiu ao custo destas refeições *“isso quando a gente tem dinheiro para comer pizza”*.

Instados, os policiais conceituaram o que, do ponto de vista subjetivo, consideram “qualidade de vida”. Nessa definição, grande importância foi dada a questões relacionadas ao poder aquisitivo, à capacidade de adquirir bens e ao acesso a alguns serviços privados: pagar as contas, ter plano de saúde para si e para a família, propiciar escola particular para os filhos e possuir carro. A posse de um bom carro é o símbolo máximo de *status*. E se analisarmos a listagem dos bens materiais associados ao bem estar, concluímos que ela constitui o básico de um

sonho voltado para o nível intermediário da classe média, sem maiores ambições de consumo. Certas falas são elucidativas:

Qualidade de vida é se ele tem plano de saúde. Quantas pessoas têm plano de saúde? Se os filhos dele estão em escola particular ou na do Estado, qual carro tem. Porque isso aí tudo. Carro é um status. O policial ainda entra muito nessa situação de carro, o cara não tem nem casa, mas carro ele tem! (Op).

Qualidade é ter uma vida boa, você ter dinheiro para pagar as suas contas, você poder botar o seu filho para estudar num colégio particular. Se você tem vontade de fazer um curso particular você vai e faz, você chegar com o seu carrinho, ligar o seu ar condicionado e ir embora para a sua casa depois de um longo dia de trabalho cansativo, isso é uma qualidade boa (Op).

Para definir qualidade de vida os policiais construíram associações e identificações por oposição à situação de outros, ou estabelecendo hierarquias dentro dos próprios segmentos da Corporação. Como o conceito subjetivo dá ênfase à posse ou ao acesso a determinados serviços e bens materiais, esse é o ponto de corte para o estabelecimento de contrastes. O primeiro alvo de comparação é a vida dos Policiais Militares.

Se você fizer uma comparação, por exemplo, com um policial militar, o padrão de vida deles que a gente vê, eu acho que nós estamos um pouquinho mais privilegiados (Adm).

Na PM, eu acho que existe uma assistência médica um pouco melhor, até pela organização militar. Eles estão afastados da média do funcionalismo público como um todo. Hoje é inegável dizer que o IASERJ faliu. A verba do IASERJ entrou numa caixa única e a assistência médica para o policial e para a família do policial acabou sendo deteriorada (Op).

Os policiais militares também consideram que sua qualidade de vida é muito pior do que a dos policiais civis do Rio de Janeiro. Tendo o trabalho como referência central, é a partir dele que esses profissionais produzem comparações entre as duas categorias. Os policiais militares ressaltam que sua escala de serviço é massacrante, se comparada à dos civis. Além disso, a qualidade de vida dos PM que atuam na área operacional é descrita como de *duplo estresse*: de *combate* e *disciplinar* porque a investidura militar imputa uma responsabilidade mais severa a eles do que aos policiais civis. Dizem: “*no primeiro caso, corremos o risco de morrer e no segundo, de ser preso*”. O policial civil, segundo os PM: “*não terá a mesma punição*”.

Os policiais civis estabelecem uma espécie de escala de qualidade de vida interna à categoria, na qual, as referências são exatamente, como foi dito, os salários e as condições de trabalho.

Qualidade de vida dos policiais que trabalham nas especializadas é um pouco pior do que a da média dos policiais que estão em delegacias distritais; que também é pior do que a qualidade de vida dos funcionários que estão em funções como na Secretaria de Segurança, como na chefia de Polícia. No IML, que tem o caráter mais burocrático, então é possível você estabelecer horários, ter folgas semanais, tirar férias (Op).

Eu acho que a qualidade de vida do policial que trabalha na parte administrativa é um tanto quanto melhor do que a do policial que está trabalhando na atividade fim, até mesmo em razão do próprio local do trabalho. As delegacias eram verdadeiras casas dos horrores, em razão da própria estrutura física, da condição de trabalho. De um modo geral, a qualidade de vida do profissional que trabalha na parte administrativa é melhor do que o que trabalha na atividade fim (Adm).

Outros têm como ponto de contraste, as condições gerais de existência da maioria da população do país. Quando esse paralelismo se estabelece, todos os problemas são relativizados pelos Policiais Cíveis no sentido da positividade de sua própria situação de vida.

As condições de vida são boas. Considerando que nós estamos no Brasil, no Rio de Janeiro com um salário para quem tem 2º grau. Estamos ganhando bem. Então, o meio de vida é razoavelmente bom. Bom, considerando que estamos no Brasil. Pois lá com os Estados Unidos, com o primeiro mundo, se for comparar isso, nós estamos no inferno. Agora, se for para fazer uma avaliação local, a polícia está bem (Op).

Num único grupo de Policiais Militares (porque todos os outros ressaltaram os aspectos negativos) os profissionais também expressaram a opinião de que sua qualidade de vida é razoável, comparada a da população em geral, pois lhes possibilita superar as dificuldades e obter um padrão razoável para a sociedade em que vivemos. Esse foi o caso de um batalhão situado na zona sul da cidade e composto por sargentos e subtenentes envolvidos em atividades administrativas e operacionais.

Nos grupos pesquisados e nas entrevistas com os gestores, várias sugestões foram dadas para a melhoria da qualidade de vida dos policiais. Um gestor da Polícia Militar, por exemplo diz que, por ser uma profissão de risco, deveriam ser criados “antídotos, providências lenitivas que suavizassem esses impactos”: bom salário; boas condições de trabalho; bom atendimento médico, hospitalar e odontológico; um programa de moradia; um programa de educação que ensine ao policial ser ponderado, tolerante e a se alimentar bem. No caso da alimentação, os policiais sugerem a presença de uma nutricionista por unidade para estabelecer cardápios específicos e propiciar refeições apropriadas e mais saborosas.

No caso das situações cotidianas e corriqueiras de risco que vivenciam policiais civis e militares consideram muito importante o apoio psicológico. Os policiais militares chamam atenção para o fato de que não querem banalizar a morte e que cada morte de um colega os confronta com a fragilidade que o trabalho acrescenta a sua vida.

PARTE IV

Capítulo 18

RISCO COMO PROFISSÃO E VITIMIZAÇÃO

“O nosso trabalho é o risco”
(soldado operacional (PM-gf3.3))

Canção do BOPE

*Lealdade, destemor, integridade serão os primeiros lemas,
Desta equipe sempre pronta a combater toda a criminalidade
A qualquer hora a qualquer preço
Idealismo como marca de vitória
Com extrema energia combatemos todos os nossos inimigos
Criminosos declarados em igualdade derrotamos os omissos
Guerra sem trégua
Heróis anônimos
Operações especiais
E o batalhão coeso e unido
Não recua ante a adversidade
Com ousadia enfrentamos a realidade
Vitória sobre a morte é nossa glória prometida
E o batalhão coeso e unido
Não recua ante a adversidade
Com ousadia enfrentamos a realidade
Vitória sobre a morte a nossa glória prometida!*

Introdução

Por ser um grupo cuja missão precípua é o enfrentamento da criminalidade, o BOPE (Batalhão Operação Especiais) pode ser visto como o exemplo mais cabal da visão de riscos e dos riscos reais que correm os policiais que atuam em atividades operacionais. Como diz a letra de seu hino, *“equipe pronta a combater a criminalidade a qualquer preço e a qualquer hora”; “vitória sobre a morte”; “heróis anônimos que enfrentam a realidade através da ousadia”*.

Todos os policiais do Rio de Janeiro são aqui tratados como categorias que atuam sob elevado risco. Entendemos esta noção dentro das abordagens epidemiológica e social. Ou seja, o conceito de *risco* diz respeito, ao mesmo tempo, à probabilidade das ocorrências de lesões, traumas e mortes e ao significado da escolha profissional que traz, intrínsecamente, o gosto pelo afrontamento e pela ousadia como opção e não como destino (Berstein, 1997; Castiel, 1999; Giddens, 2002). Seja no sentido de perigo ou de escolha, o conceito de risco desempenha um papel estruturante das condições laborais, ambientais e relacionais para esse grupo social, uma vez que seus corpos estão permanentemente expostos e seus espíritos não descansam (Gomes *et al.*, 2003). Eles vivem o que Giddens (2002, 42) denomina de *“risco de alta consequência”*. O exercício do trabalho de elevado risco se comprova pelas taxas de mortalidade e de morbidade por agressões de que são vítimas, dentro e fora das corporações, taxas essas, muito mais elevadas que as da população em geral.

Embora o sentimento de ousadia, de destemor, de extrema energia esteja mais aguçado nos operacionais e sobretudo nos operacionais especiais, todos esses trabalhadores dizem que ser policial já é em si um risco. Neste sentido, poucas são as diferenças entre as duas polícias (Civil e Militar), entre a natureza da unidade (operacional, operacional especial e administrativa) e entre os cargos (oficial, sargentos ou cabos e soldados). Todos se sentem igualmente em posição de alerta e de perigo.

A percepção de que o risco profissional abrange a todos e penetra todos os momentos e recônditos da vida, permite ao observador concluir que, apesar de hoje alguém estar exercendo atividade-meio, ou seja, administrativa, não lhe retira o sentimento de risco. Esse sentimento tem várias causas: primeiramente, dentro das Corporações, sua posição pode mudar; em segundo lugar, muitos policiais hoje lotados em unidades administrativas tanto na Polícia Civil como na Militar, dão suporte aos operacionais, o que, em algum sentido, aproxima suas experiências. Nesta pesquisa observamos também e muitas vezes que os policiais se referem mais à atividade-fim da Unidade que ao seu lugar específico no processo de trabalho, ensejando a compreensão do trabalhador coletivo como experiência. Por sua vez, nas relações com a população, a distinção entre operacional ou administrativo não é percebida, dando a todos a mesma visibilidade. Por isso, aos cidadãos, é o fato de ter um policial por perto que lhe dá segurança, os ameaça ou provoca neles reações violentas.

Contextualizamos a seguir os riscos profissionais efetivados em percepções, agravos e mortes atingindo a saúde e a vida dos policiais civis e militares. O dados de mortalidade e de morbidade aqui apresentados acabam de ser publicados na *Revista Ciência & Saúde Coletiva* por duas das autoras da pesquisa (Souza ER & Minayo, MCS, 2005). O teor do artigo denominado “*Policial, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho*” pode ser considerado inédito na lista de temas tratados até então pelos pesquisadores de saúde do trabalhador. Em primeiro lugar porque, tradicionalmente, os estudos se referem a condições de saúde e trabalho dos operários industriais, o que tem a ver com uma tendência de toda a produção acadêmica do século 20, fortemente influenciada pelas análises marxistas do mundo social. Como evidencia a ampla revisão bibliográfica sobre os serviços no Brasil coordenada por Melo *et al.* (1998), aqui e internacionalmente, a literatura sobre esse setor é muito escassa: até hoje, os serviços continuam a ser a parte menos entendida da economia. Esse hiato conceitual, no entanto, destoa do que ocorre na realidade histórica: nas últimas décadas, os serviços têm

representado quase dois terços do emprego urbano metropolitano no Brasil e responde por mais da metade do PIB, numa trajetória semelhante à dos países desenvolvidos (Melo *et al.*, 1998).

No caso dos policiais, a falta de atenção específica a sua saúde enquanto trabalhador pode ser explicada, de um lado, pelo hiato do conhecimento do setor serviço em geral, como assinalamos acima, mas também tem raízes históricas mais profundas como vimos dissertando em todo este estudo. Bretas (1997) observa, por exemplo, que o tema polícia tem sido sistematicamente inserido apenas como “*apêndice da história das classes populares e do movimento operário, sobre o qual a polícia estendia sua implacável repressão*” (1997, 32) como numa espécie de negação de positividade sociológica da categoria, lembrada na formalidade da aplicação da lei. No Brasil, além de outros motivos, a aversão ao tema remonta a um ranço de origem que opôs a população e intelectuais aos oficiais da segurança pública, o que se acirrou nos períodos de ditadura militar no Brasil. Desta forma, a consideração da segurança pública como questão da construção democrática e objeto da ciência social vem se consolidando apenas a partir dos anos 90.

A urgência de tratar do tema do risco e da vitimização dos policiais também se tornou relevante por causa do impacto do aumento acelerado da criminalidade urbana, como já nos referimos em vários momentos deste trabalho. Assim, lentamente vamos superando, de um lado, o vazio da ciência social em relação ao setor serviços e, de outro, os problemas ideológicos que excluíram da pauta dos temas sociológicos e de saúde pública, a cidadania dos agentes de segurança e suas condições de vida, saúde e trabalho. A literatura atual, portanto, já apresenta conhecimentos estratégicos, frutos de investigação, dentre os quais citamos os de Muniz & Soares (1998); Soares (1996; 2000); Santos (1997), Bretas (1997a; 1997b), Holloway (1997), Cerqueira (1994;1996), Donnici (1990), Adorno e Peralva (1997), Kahn (1997); Lima (1995); Amador (1999).

Do ponto de vista social, como também já discorremos anteriormente, até hoje, o serviço de segurança pública no Rio de Janeiro é malvisto e malquisto pela população em geral e por motivos diversos: os cidadãos das classes médias e abastadas reclamam da insegurança e da ineficiência, uma vez que esperariam mais rigor e vigilância dos policiais em função da ordem burguesa; a população pobre e moradora dos bairros periféricos sente-se discriminada e maltratada por eles; e os delinqüentes os tratam como inimigo número um, buscando evadir-se de seu olhar ou mesmo confrontá-los, escudados exatamente na “má fama” que os acompanha.

A opinião pública negativa faz parte do ônus da atividade policial e, nossos estudos mostraram, acrescentando-se a outros como os de Amador (1999), um elevado grau de sofrimento no trabalho pela falta de reconhecimento social. O conceito negativo emitido sobre eles pelas várias camadas sociais está entranhado na cultura. Ele legitima e naturaliza a violência que os vitima, muito mais do que a qualquer outro trabalhador ou cidadão, durante a jornada de trabalho ou nos tempos de folga em que, curiosamente, aumentam as ocorrências de lesões e traumas de que são vítimas.

Percepção do Riscos Potenciais e Reais

Constatamos, tanto na Polícia Civil (Minayo & Souza, 2003) como na Polícia Militar que a frequência do risco e a percepção de risco, apesar de estarem presentes em todos os setores, foram muito mais elevadas nos que trabalhavam em atividades operacionais. Esse fato corresponde ao nível de exposição das suas atividades. Quando consultados os policiais operacionais reportaram-se imediatamente a episódios de confronto e violência, sendo que, no caso da Polícia Militar, soldados e cabos se apresentam como o grupo que intensamente vivencia o risco cotidiano, justamente por estarem no *front* das operações. Como reforça a fala de um gestor operacional: “*para o soldado o risco é a rotina*” (gestor operacional).

No estudo quantitativo levantamos algumas questões sobre percepção do risco dos policiais a respeito deles próprios e de suas famílias. Estes dados são apresentados nas tabelas 50 e 51.

Tabela 50: Distribuição dos policiais civis e militares segundo percepção de risco em sua atividade policial

Risco	Polícia Militar	Polícia Civil
	%	%
Constante	81,1	69,2
Eventual	18,9	26,0
Não há risco	-	4,8
Total	100,0	100,0

(p < 0,000)

Tabela 51: Distribuição dos policiais civis e militares segundo percepção de risco para a família

Risco	Polícia Militar	Polícia Civil
	%	%
Constante	44,2	36,9
Eventual	50,5	54,5
Não há risco	5,3	8,5
Total	100,0	100,0

(p < 0,000)

Como pode ser visualizada nos dois quadros acima, a percepção de risco nos membros das duas Corporações é quase totalizante para ambas as categorias de servidores. No entanto, ela é absoluta no grupo dos policiais militares, onde nenhum respondeu estar isento de risco profissional.

Como seria de esperar, os policiais das duas Corporações percebem que a extensão do risco que vivenciam é menor para suas famílias que para eles próprios. No entanto, é forte o sentimento de que ao combaterem o crime e promoverem a ordem, também seus entes queridos ficam ameaçados em elevadas proporções:

44,2% dos militares e 36,9% civis afirmaram isso. Os militares, em maiores proporções, percebem suas famílias em situação de insegurança.

Na instituição militar onde os riscos e a percepção de risco são mais elevados, os policiais graduados, mesmo os das unidades operacionais, exercem quase que exclusivamente atividades de gestão e de comando. Há uma diferença bastante nítida entre aqueles que planejam (oficiais) e aqueles que executam as operações (cabos e soldados, sargentos e sub-tenentes). Os dados de vitimização colocados abaixo confirmam o quanto tal diferença atinge negativamente os que estão no ciclo das praças. No entanto, entre os gestores e oficiais, também há a percepção da existência do risco. Primeiramente porque, “*ocasionalmente*” e em momentos especiais são chamados para o “*combate*”. Em segundo lugar, ao tomarem decisões de forma hierárquica e serem obedecidos sem direito a questionamentos como determinam as normas disciplinares, arriscam-se porque suas ordens serão cumpridas, pondo em risco seus subordinados e a população. Um dos gestores entrevistados falou, emocionado, da quantidade de vidas que “*ele já perdeu*” em confronto. Encara essa situação como um fracasso, como perda enquanto autoridade. Mostrando um certo incômodo com a posição de ter sempre que decidir hierarquicamente, esse mesmo gestor comentou sobre a posição maniqueísta que ele e outros de sua mesma patente precisam assumir na execução de seu trabalho, sem titubeios: “*é o bem (policial) contra o mal (bandidos)*”. Segundo ele, é pela via dessa “*ideologia*” que o confronto é possível. O enfrentamento só se justifica, na sua ótica, por um ideal. Mas diz: “*se você pensar bem, isso é um ato de loucura*” (Gestor Operacional).

Se o risco na jornada de trabalho, discutido na pesquisa qualitativa, está mais presente no discurso dos policiais operacionais (mais na Polícia Militar do que na civil), o risco no espaço externo é vivenciado por todos os policiais como já referimos. O trajeto para casa, as folgas e o lazer são momentos “inseguros” na concepção de todos.

Ao serem indagados na pesquisa quantitativa sobre os perigos que correm em outras situações fora de seu emprego público, os policiais militares afirmaram mais que os civis, viverem em perigo nos dias de folga e em outras atividades profissionais. Os civis consideram que correm muito risco de vida nos transportes coletivos (tabela 52). Todas estas diferenças são estatisticamente significativas.

Tabela 52: Distribuição dos policiais civis e militares segundo percepção de risco fora das Corporações

Risco	Polícia Militar	Polícia Civil
	%	%
No transporte coletivo (trajeto de ida e volta do trabalho)*	86,8	91,3
Nas folgas*	53,6	44,6
No exercício de outras atividades profissionais*	63,5	56,0

(*) Diferença estatisticamente significativa – $p < 0,000$.

Ao considerarmos a soma dos riscos percebidos, observamos que dos policiais militares 94,1% se dizem em risco fora do trabalho, contra 86,3% dos civis, sendo essa diferença significativa estatisticamente.

Tomamos os seguintes itens que dizem respeito a agressões sofridas que afetaram a vida e a saúde dos policiais no último ano: ferimentos causados por projétil de arma de fogo e branca, agressão física, violência sexual, tentativas de suicídio e homicídios. Constatamos, em primeiro lugar, os elevados percentuais para ambas as categorias e, em segundo lugar, que os militares (27,3%) estão em desvantagem em relação aos civis (17,8%, $p.000$).

Na tabela 53, ordenada de forma decrescente, segundo o perigo vivenciado, constatamos que em todos os tipos de risco investigados os militares têm maiores proporções de vítimas, com exceção de “assédio ou agressão sexual”, relatados igualmente por pouco menos de 3% dos policiais das duas Corporações.

A agressão verbal é a principal queixa relatada pelo conjunto dos policiais, seguida pelas quedas que ocorrem em mais elevadas proporções com os militares. As tentativas de homicídio, agressões físicas e perfurações por arma de fogo são os riscos vivenciados com maior frequência.

Tabela 53: Distribuição proporcional dos policiais civis e militares segundo os riscos sofridos durante o trabalho policial

RISCOS SOFRIDOS	CIVIS	MILITARES
Agressão verbal***	30,0%	38,6%
Queda***	11,1%	24,6%
Tentativa de homicídio***	10,3%	18,8%
Agressão física*	8,2%	10,3%
Perfuração por arma de fogo**	4,2%	6,7%
Lesões por atropelamento ou acidente com veículo motorizado***	1,7%	6,6%
Acidentes com animais usados no trabalho policial***	0,5%	6,4%
Explosão com lesões (combustíveis, bujão de gás, explosivos, fogos, bomba, granada, etc.)***	0,7%	5,3%
Contaminação por bactérias ou outros microorganismos***	2,7%	5,1%
Queimaduras por fogo ou químicas***	0,3%	3,3%
Perfuração por arma branca***	1,2%	3,3%
Tentativa de suicídio***	0,3%	2,9%
Assédio ou agressão sexual	2,8%	2,6%
Envenenamento, intoxicação por gases ou fumaça***	0,4%	1,9%
Acidente por desmoronamento***	0,3%	1,6%

*p<.05; **p<.005; ***p.000

Estão entre os riscos de menor incidência, queimaduras, envenenamentos e vitimização por desmoronamento. As tentativas de suicídio, perfurações por arma branca e assédio ou agressão sexual não são muito relevantes. No Rio de Janeiro, os confrontos dos policiais com os delinqüentes ocorrem em sua quase totalidade, com o uso de armas de fogo.

Como estratégia para lidar com o sentimento de insegurança, a condição policial acaba por exigir um estilo de vida diferenciado. O exercício da atividade profissional

invade a vida social e pessoal desses trabalhadores. A simbiose da natureza do trabalho com o modo e o estilo a vida pode ser constatada no “slogan” de um dos batalhões da PM: *“O espelho reflete você e você reflete o Batalhão da Polícia Militar”*. É dessa forma que os servidores se sentem em todos os momentos de seu cotidiano, *“vigiados, tanto no Batalhão quanto fora dele”*. Por isso também pautam sua vida tendo como parâmetro, a condição policial.

A imersão total na identidade profissional é estimulada e vivida também pelos Policiais Civis, embora, os membros de ambas as categorias falem da permanentemente necessidade de se retirarem dela para respirar, para interagir com outros e para fugir aos riscos, sobretudo nos momentos de folga. Ocultá-la é uma medida de proteção principalmente porque, ao contrário da situação dos policiais em outras sociedades como nos Estados Unidos, no Canadá, na Inglaterra, por exemplo, no Brasil e especificamente no Rio de Janeiro, não há o cultivo de uma imagem positiva desses servidores públicos, por razões sobejamente discutidas neste estudo. *“A gente tenta como se isso fosse possível”*, é o que comenta um dos policiais operacionais. Muitos mencionam que carregam em si a *“marca da polícia”*, *“está no jeito”*, *“no olhar”*, *“todo mundo reconhece logo quem é policial”*. Essa imersão totalizante na identidade profissional contribui ainda mais para o sentimento de insegurança e a percepção de que estão constantemente em risco. Foi muito comentado nos grupos focais por membros das duas corporações, que as experiências de estresse intenso e de perigo, fazem que haja uma união das equipes no processo de trabalho: *“um precisa proteger o outro”*, *“é o medo de morrer que aproxima”* pois a situação de perigo nivela os cargos e a natureza das atividades, no sentimento de que *“estão todos no mesmo barco”*.

Os grupos focais permitiram que os policiais falassem de seus conflitos frente aos perigos cotidianamente enfrentados. Nas unidades operacionais da Polícia Militar, dos oficiais ao círculo das praças, os profissionais assumiram o sentimento de medo. A experiência concreta de situações perigosas não permite a simples negação do enfrentamento da morte: *“vemos colegas serem executados!”*. Por

viverem em situação-limite, os policiais operacionais de ambas as Corporações têm uma experiência muito particular da urgência da vida e da proximidade da morte, cuja perenidade se re-atualiza a cada dia. Os soldados e cabos da polícia militar apontam que hoje a principal missão do policial é *“manter-se vivo, é a lógica da auto-proteção”*. Todos os policiais operacionais do Rio de Janeiro hoje se sentem *“em guerra”* e percebem que alguns postos de trabalho significam *“sentença de morte”* antecipada.

Vale ressaltar que alguns batalhões onde os profissionais foram entrevistados por nós, estão em área de elevado acirramento de conflitos entre traficantes de drogas rivais que portam armas pesadas muito mais potentes do que os policiais possuem. Um desses batalhões, sozinho, atende a 94 favelas onde as chamadas “guerras do tráfico” são cotidianas, com a circunstância agravante de que os grupos de traficantes são formados por jovens também ousados, aventureiros e prontos para o combate de vida ou morte. Intensificando o sentimento de risco, os policiais ressaltam que a precariedade das viaturas, dos armamentos e das estratégias de ação faz aumentar os perigos que vivenciam nos confrontos diários com criminosos armados e com infra-estrutura muito mais potente.

Apresentamos a seguir uma tentativa de síntese dos fatores associados à vivência de risco. Tentamos consolidar as inúmeras variáveis relacionadas ao perfil dos profissionais, com as dimensões de lazer, saúde e trabalho, para ver quais teriam mais efeito sobre os riscos enfrentados pelos policiais (anexo 4). Como se pode verificar nas tabelas 54 e 55, policiais civis e militares mostraram caracterização distinta.

Policiais que sofreram elevado risco decorrente do trabalho são aqueles que mais vivenciaram violências do tipo: ferimento por projétil de arma de fogo ou por arma branca, agressão física, violência sexual, tentativa de suicídio e tentativa de homicídio.

Entre *policiais civis* constatamos que profissionais de nível médio enfrentaram 2 vezes maior risco de violência que os que possuem nível superior. Em relação a ter estratégias de lazer domiciliar, notamos que aqueles com moderada atividade de descanso vivenciaram 2,2 mais risco do que os que passam mais tempo em casa lendo, descansando ou dormindo.

Tabela 54: Variáveis associadas ao risco sofrido por policiais civis

Variáveis (N = 475)		Razões Brutas	Intervalo de Confiança	Razão Ajustada	Intervalo de Confiança
Perfil					
ESCOLARIDADE	Até 2º Grau Incompleto	1,75	(0,59 5,18)	2,80	(0,98 8,03)
	2º Grau Comp./ Sup. Incomp	2,62	(1,64 4,18)	2,04	(1,21 3,44)
	Sup. Comp./ Pós Graduação	1,00	-	1,000	-
Lazer/ Comunidade					
LAZER DOMICILIAR	Baixa	1,26	(0,47 3,33)	1,33	(0,45 3,91)
	Média	2,30	(1,41 3,75)	2,23	(1,31 3,80)
	Alta	1,00	-	1,000	-
Condições de Trabalho					
EXERCE O TRABALHO PARA O QUAL FOI TREINADO	Não	2,65	(1,59 4,40)	2,29	(1,29 4,04)
	Sim	1,00	-	1,000	-
EXERCE OUTRA ATIVIDADE SEM DESCANSO	Sempre/muitas vezes	6,19	(2,98 12,9)	4,96	(2,24 11,0)
	Às vezes/poucas vezes	2,54	(1,14 5,66)	2,45	(1,05 5,73)
	Nunca	1,00	-	1,000	-
TRABALHO CAUSA ESTRESSE INTENSO	Freqüentemente	4,23	(2,16 8,28)	3,45	(1,60 7,43)
	As vezes	2,16	(1,09 4,29)	2,09	(0,96 4,53)
	Raramente/Nunca	1,00	-	1,000	-

Três variáveis referentes às condições de trabalho se mostraram importantes para o risco vivido pelos policiais civis: a) os que não exercem o trabalho para o qual foram treinados passaram 2,3 vezes mais por situações de violência que os pares exercendo ações para as quais estão habilitados; b) entre os que sempre ou muitas vezes exercem outras atividades fora da corporação sem descanso, o risco sofrido é cinco vezes maior e entre os que algumas vezes exercem essas ações o risco é 2,5 vezes maior; c) os que sentem estresse intenso no trabalho sofrem mais

riscos decorrentes do trabalho policial: 3,4 vezes mais entre os que frequentemente estão estressados quando comparados aos que não informam estresse devido as condições laborais.

Em relação aos *policiais militares*, ressaltamos que a variável tempo de serviço mostrou-se relacionada ao risco de sofrer violências. Policiais com menos tempo de serviço – até 10 anos sofreram 2,4 mais riscos no trabalho policial. Os policiais com deficiências auditivas e nevralgias relataram ter vivenciado mais riscos que os que não apresentam estes problemas de saúde (3 vezes e 4,1 vezes, respectivamente), indicando possíveis sofrimentos físicos associados a vivência de situações de violência. No que se refere as condições de trabalho, exercer outra atividade laboral além da polícia militar sem intervalo de descanso também se mostrou associado a vivenciar mais riscos decorrentes do trabalho policial. Os que têm outra atividade permanente, vivenciam 5 vezes mais riscos e os que apenas às vezes realizam outro trabalho sem descanso sofrem 2 vezes mais riscos.

Tabela 55: Variáveis associadas ao Risco sofrido por policiais militares

Variáveis (N=853)		Razões brutas	Intervalo de confiança		Razões ajustadas	Intervalo de confiança	
PERFIL							
TEMPO DE SERVIÇO	Até 10 anos	2,22	1,17	4,25	2,44	1,18	5,01
	De 11 a 20 anos	1,54	0,72	3,31	1,73	0,78	3,86
	21 anos ou mais	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
SAÚDE							
DEFICIÊNCIA AUDITIVA	Sim	3,29	1,85	5,87	2,98	1,61	5,52
	Não	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
NEURALGIAS/NEURITES	Sim	5,13	2,56	10,27	4,11	1,97	8,60
	Não	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
CONDIÇÕES DE TRABALHO							
EXERCE OUTRA ATIVIDADE SEM DESCANSO	Sempre/muitas vezes	5,24	2,84	9,66	4,98	2,61	9,51
	Às vezes/poucas vezes	2,51	1,34	4,71	2,30	1,20	4,42
	Nunca	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

Como podemos constatar, diferentes variáveis se encontram associadas à vivência de risco nas duas corporações, destacando-se as condições de trabalho, em especial o exercício de outras atividades sem descanso, indicando sua importância para se pensar em formas de atuar na prevenção aos riscos sofridos pelas corporações policiais do Rio de Janeiro.

É pela via da capacitação e do treinamento (formação denominada pelos operacionais como *“adestramento”*), que os policiais se preparam para as missões arriscadas. Essa idéia é ressaltada no *slogan* escrito no *site* de uma das unidades: *“ver os olhos do inimigo é importante, porém devemos estar preparados para fazê-los se fecharem”*. Frases como esta são colocadas na preparação tática dos policiais, mas não recebem tratamento psicológico. Por isso a necessidade de preparação psicológica como apoio ao enfrentamento dos eventos traumáticos surgiu como demanda de muitos policiais operacionais. No entanto, existem nos batalhões oficiais psicólogos cujos serviços são muito pouco procurados. Um dos gestores administrativos diz de forma crítica que esse tipo de formação voltado para valores humanos e questões relacionadas ao emocional não é *“prioridade da instituição”*. E há uma discriminação por parte dos colegas, dos que procuram os psicólogos, pois é como se eles admitissem que estão ficando loucos.

Os efeitos psicológicos reativos que resultam do temor do risco potencial e vivido são múltiplos: negação: *“não podemos pensar que ele existe”*; naturalização: *“faz parte do nosso dia a dia”, “a gente se acostuma com essa realidade”*; ludicidade: *“eles riem do risco, é como se fosse uma brincadeira, brincam com a realidade como se estivessem em uma ficção”* (gestor operacional) e enfrentamento: *“é no próprio combate que a gente resolve o medo”*. Um dos profissionais, nas discussões de um grupo focal para operacionais apontou ainda duas estratégias que utilizam para amenizar os efeitos do risco: *“ou a cachaça ou a religião”*. Em momento anterior já nos referimos às elevadas proporções de policiais militares e civis que fumam e bebem, certamente por motivos associados ao estresse no trabalho. O

apego à religião, como uma maneira de se sentirem mais protegidos, também foi mencionado por ambas as categorias.

Estudando trabalhadores em geral Dejours (1999) também encontrou, dentre as estratégias utilizadas pelos que exercem atividades de elevado risco, a negação do perigo, o escárnio do medo, a supervalorização da virilidade e o consumo de substâncias.

Em relação ao enfrentamento, Le Breton (1995) aponta a atitude “*contrafóbica*”, que leva o ser humano em situações de risco a encará-lo ao invés de fugir ou evitar. Desta maneira, o indivíduo luta contra a angústia, atirando-se em sua direção e pondo-se corpo a corpo com o desafio. Uma vez enfrentado, o medo se dissipa e cria a sensação de domínio sobre ele.

É preciso ressaltar que o risco vivenciado pelos policiais não tem apenas uma conotação negativa. Ao contrário, a escolha profissional que corresponde ao sentido relacionado à aventura e ousadia, como já discutido por vários autores (Spink, 2002; Le Breton, 1991; Muniz, 1999) surgiu no discurso dos profissionais da Polícia Civil e da Polícia Militar, na fala dos cabos e soldados, nas unidades operacionais e na operacional especial. A adrenalina produzida pelo inusitado, segundo eles, “*vicia*” e os motiva para ação. Muniz (1999) em seu estudo “*Ser Policial é, sobretudo, uma razão de ser*”, já havia apontado para a exaltação da jovialidade na polícia e dos atributos típicos da juventude que escolhe essa profissão, dando vazão ao sentido de aventura dessa fase da vida: “*o espírito aventureiro, o dinamismo, a canalização das energias pelas ações, o encantamento da superioridade e a disponibilidade para enfrentar os perigos e riscos*”, fazem parte do “*ethos*” do trabalho operacional. Esses atributos são usados também na construção de estratégias para minimizar os perigos reais e próximos, no momento das operações.

Bittner (2003) discute a virilidade e o potencial de aventura que o risco inclui:

O que se requeria dos recrutas eram as virtudes másculas da honestidade, lealdade, agressividade, e a coragem visceral. Como compensação, os policiais recebiam a nobreza do serviço, a oportunidade de contribuir para o melhoramento da vida, e por fim, mas não menos importante, a promessa de aventura (2003,16)

Por sua vez as Instituições Policiais buscam exaltar o heroísmo da missão. Os profissionais, por viverem e afrontarem o risco, vêem-se e são vistos pelas Corporações como pessoas que possuem “*algo mais*” do que seres comuns da sociedade: “*Tem algo neles que os faz ir de encontro ao perigo*” é a opinião de um gestor. “*No fundo no fundo, a gente quer ir para a rua combater*” diz um soldado que faz parte de um grupo operacional. “*Enfrentar o risco é uma questão de instinto*”, diz outro soldado, naturalizando seus atributos e acrescentando, estimulado pela energia que o grupo lhe transmite: “*O comandante fala que nós, deste Batalhão, temos um “gen” a mais*”,

Num estudo sobre a Polícia Militar de Porto Alegre, Amador (2002) fala dos “*superpoderes*” que a instituição policial acaba inculcando em seus homens, criando assim uma espécie de estratégia defensiva. Essa autora utiliza, em contraposição, o termo “*Ironia do Medo*” para falar da exclusão do policial que, por ventura, manifeste temor do enfrentamento. Nesse caso, a vítima do medo precisa se calar para não contaminar todo o grupo, guardando para si o sofrimento psíquico que do silêncio e do sentimento reprimido lhe advém: “*a palavra e o sentimento são interditados*” (Amador, 2002, 98).

A impossibilidade de expressão do medo no exercício do trabalho policial parece, por um lado, relacionar-se à prescrição para a coragem no âmbito da organização prescrita do trabalho policial. E, por outro lado, à possível existência de um código de regras, criado pelo grupo de trabalho, pressupondo o banimento do medo, código ao qual todos devem subordinar-se (Amador, 2002: 98)

No sentido tratado acima, poderíamos inferir que os policiais, sobretudo os operacionais civis e militares, vivenciam um conflito entre o enfrentamento desejado pela instituição que ressalta para isso, os atributos e as marcas da masculinidade e os sentimentos de medo da morte, justificado pelas situações de risco reais e imaginárias a que estão submetidos.

Capítulo 19

CONFRONTO À CRIMINALIDADE E VITIMIZAÇÃO DOS POLICIAIS MILITARES E CIVIS

Neste texto tratamos dos resultados do risco real assumido pelos policiais civis e militares, através dos traumas, lesões ou mortes provocados pelas situações de enfrentamento para prevenir crimes, atuar contra a criminalidade e manter a ordem no Rio de Janeiro. O objeto sobre o qual toda a área de segurança atua, por delegação institucional, é a manutenção da ordem e o controle da violência social. Dados da Secretaria Nacional de Segurança Pública/Senasp (Senasp, 2005) do Ministério da Justiça ajudam a estimar numericamente esse objeto de trabalho: para o ano de 2003 houve registro de 6.707.955 ocorrências criminais nos Estados e de 2.264.829 nas capitais do Brasil. No Estado do Rio de Janeiro foram registradas 433.988 ocorrências, sendo 228.243 delas na Capital.

A violência social é um fenômeno complexo e difícil de ser definido. Ele discrepa entre a sua ocorrência real e as sensações que gera. No imaginário social, os sentimentos de medo e de insegurança levam a confundir crimes reais e percepções subjetivas sobre os riscos de ser vítima da criminalidade, em proporções inversas. Uma dessas discrepâncias diz respeito à crença de um permanente aumento da delinqüência, o que às vezes é real e outras, não. Outra idéia muito corrente é de que o Rio de Janeiro é local mais violento e de maior criminalidade do país. Estatísticas da Secretaria Nacional de Segurança Pública de 2002 por exemplo, evidenciam que isto não é verdade. Foi feita uma lista classificatória dos 27 estados do país que se reproduz abaixo, em que o Rio de Janeiro se classifica nas unidades da federação de médio índice de criminalidade: Baixo índice: Ceará, Alagoas, Tocantins, Paraíba e Piauí.

Médio índice: Maranhão, Minas Gerais, Amazonas, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Pará, Roraima, Paraná, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Bahia, Sergipe, Rio de Janeiro, Acre, Mato Grosso, Goiás e Santa Catarina.

Alto índice: Rondônia, São Paulo, Rio grande do Sul, Amapá e Distrito Federal (Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2002).

A sensação de insegurança crescente no Rio de Janeiro ocorre, certamente, por vários motivos. Primeiramente, está relacionada à própria dinâmica da criminalidade na capital, onde existe elevada concentração tanto da população do Estado (40,2%) como dos registros de delitos (52,6%), o que difere totalmente de outras capitais e do país. Por exemplo, em São Paulo, apenas 27,6% da população do Estado e 33% das ocorrências criminais se concentram na capital. No país como um todo esses valores se assemelham mais aos de São Paulo: 22,7% da população e 33,8% dos crimes se localizam nas capitais.

A concentração de população e de crimes no espaço da capital promove um sentimento geral de insegurança e impotência, mesmo quando se observam quedas no número de alguns delitos. Devemos ter em conta, também, que a sociedade do Rio de Janeiro é das mais politizadas do país e, do ponto de vista filosófico, o conceito de segurança se vincula às expectativas individuais do cidadão moderno, fazendo contraponto com a noção de risco. Ela evidencia o avanço da consciência de cidadania e de bem-estar atingido pela humanidade em seu estágio atual. Ou seja, a exigência cada vez mais elevada de segurança pessoal traz, simultaneamente, sentimento de maior insegurança (Chesnais, 1981; Burke, 1995). Vários estudos feitos no Rio de Janeiro, entre eles os de Soares (1996), evidenciam que as classes abastadas que vivem e trabalham nos espaços onde os índices de criminalidade são relativamente baixos são as que mais se queixam de insegurança.

Realizamos esta análise da vitimização de policiais por meio de uma análise de dados primários e secundários fornecidos pelas Corporações. As categorias usadas

para classificar os acidentes e violências são as constantes da Classificação Internacional de Doenças (CID) em sua 10ª revisão, neste documento sendo denominadas causas externas. Incluem todos os tipos de acidentes (trânsito e transporte, quedas, afogamentos, queimaduras etc) e as agressões (homicídio, suicídio, lesões e ferimentos gerados em confronto etc). É importante frisar que, na organização de seus dados, cada corporação denomina esses eventos conforme sua conveniência e nem sempre os termos empregados para designá-las são os utilizados pelo setor saúde. A Polícia Militar os categoriza como *ação violenta*. A Polícia Militar usa o termo *ferido* para designar os que sofrem lesões não letais, provocadas por acidentes e ações violentas.

O período estudado é diferenciado para cada uma das instituições, mas, no conjunto, os dados incluídos compreendem a série histórica de 1994 a 2004. As informações foram analisadas segundo variáveis básicas como a causa externa que provocou o óbito ou o ferimento e o fato de o agente estar em serviço ou em folga. Calculamos proporções e taxas de mortalidade e de morbidade segundo as variáveis estudadas. Os denominadores que usamos na construção das taxas relativas à Polícia Civil referem-se aos efetivos de policiais, respectivamente, informados por essas instituições. Já o denominador usado no cálculo das taxas dos policiais militares é o efetivo médio anual, calculado a partir do número informado para os meses de janeiro e de dezembro de cada ano. Alguns dados secundários foram assimilados da forma como haviam sido apresentados nos estudos originais. Outros foram recalculados e isto está indicado no texto, sempre que ocorreu. Apresentamos as informações por meio de quadros e gráficos.

Sobre os policiais militares – As informações resumidas a seguir, no quadro 1, referem-se a Licenças para Tratamento de Saúde (LTS) e Incapacidade Física Parcial (IFP), dos Policiais Militares que requereram afastamento das atividades. Correspondem a afastamentos temporários por agravos que os retiraram de ações operacionais ostensivas e os mantiveram em tarefas internas. Embora as duas categorias de afastamento se refiram a todos os tipos de agravo e não só a

acidentes e violências, o quadro tem o objetivo de mostrar como se distribuem tais ocorrências por hierarquia dos servidores.

Quadro 1: Distribuição das licenças para tratamento de saúde (LTS) e das incapacidades físicas parciais (IFP) dos policiais militares do Estado do Rio de Janeiro, 2000 a 2004.

Afastamento temporário					
LTS	2000	2001	2002	2003	2004
Número médio					
Oficial	22,3	27,9	30,3	41,1	43,6
Praça	539,8	685,0	801,8	919,3	1124,2
Proporção média					
Oficial	4,0	3,9	3,6	4,3	3,7
Praça	96,0	96,1	96,4	95,7	96,3
Razão de número médio – Praça/Oficial	24.2	24.6	26.5	22.4	25.8
IFP					
Número médio					
Oficial	79,2	105,0	136,6	162,7	211,1
Praça	1081,1	1307,0	1796,8	2123,2	3540,3
Proporção média					
Oficial	6,8	7,4	7,1	7,1	6,0
Praça	93,2	92,6	92,9	92,9	94,0
Razão de número médio – Praça/Oficial	13.6	12.4	13.2	13.0	16.8

Ressaltamos que o número médio de oficiais com LTS cresceu 95,5% no período, enquanto o de praças mais que duplicou (108,3%). O número médio de praças, vítimas de *agravos que exigiram afastamento* é mais de 20 vezes o de oficiais,

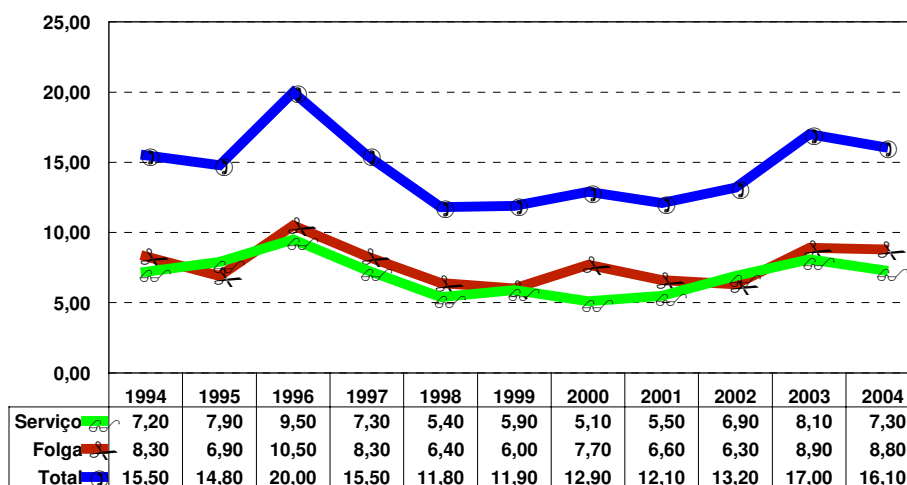
representando cerca de 96% das LTS no período. São as praças, como já dissemos, que estão na linha de frente nos confrontos.

Mais relevante ainda é o crescimento geral e as diferenças entre as duas categorias no que concerne a Incapacitações Físicas Parciais (IFP): o número médio de oficiais com lesões e traumas cresceu 166,5% no período e o de praças, 227,5%. O número médio de praças, no início da série era cerca de 13 vezes maior que o de oficiais, passando a ser 16.8 vezes em 2004. Os praças corresponderam a 93% dos incapacitados físicos retirados dos serviços ostensivos para realizar tarefas internas, no período. No ano de 1997, 50,2% das LTS e 42,8% das IFP foram provocadas por traumas; e 5,6% das LTS e 16,9% das IFP deveram-se a problemas psiquiátricos (Muniz & Soares, 1998). Em ambos os casos precisamos ressaltar os riscos e o estresse vivido no trabalho.

O gráfico 1 apresenta as taxas de vitimização dos policiais militares, nelas incluídas mortes e casos de ferimentos por ação violenta em serviço, em folga e todos os dados em conjunto.

Gráfico 1

Taxas^(*) de vitimização de policiais militares do Estado do Rio de Janeiro



Fonte: Dados de Muniz e Soares (1998) para os anos de 1994 a 1997 e da Assessoria de Imprensa da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro para os demais anos

(*) Taxas por 1000 policiais

Dos 4.518 policiais mortos e feridos por todas as causas, de 2000 a 2004, 56,1% foram vitimados durante as folgas, contra 43,9%, em serviço. Nesse período, a ação violenta representou 57,2% das causas de suas mortes e ferimentos, proporção que cresceu nos últimos dois anos, passando de 53,2% em 2002, para 63,7% e 67,1% em 2003 e 2004, respectivamente.

Do total de 758 policiais mortos, 173 (22,8%) estavam em serviço. Quando mortos em serviço por ação violenta, essa proporção é um pouco maior (26,4%). Os dados evidenciam um crescimento desde o ano de 2002 da proporção de óbitos em serviço por ação violenta, passando de 75% para 88%, o que merece atenção das autoridades governamentais. O número de policiais que perderam a vida em serviço foi 2.5 vezes maior em 2004 quando comparado ao ano de 2000.

Se por um lado cresceu a vitimização dos policiais – de todas as três categorias – também é verdade que de 2003 para 2004 houve crescimento de 2,6% no número de ocorrências criminais no Rio de Janeiro: foram 536.163 em 2003 e 550.262 em 2004. Os delitos violentos não letais contra a pessoa cresceram 4,6%, passando de 5.054 para 5.286. A ocorrência de assaltos a transeuntes se elevou em 24,4%; os assaltos a ônibus subiram 11,7%; e os latrocínios cresceram 3,4%. Em contraposição diminuíram as seguintes ocorrências: assaltos a bancos, 33,9%; seqüestros, (33,3%); roubos de carga (21,8%); assaltos a estabelecimentos comerciais (18,4); assaltos a residências (6,7%); homicídios dolosos (2,8%); e roubos e furtos de veículos (2,6%) (Vasconcelos & Goulart, 2005). Coincidindo com a vitimização dos policiais, a maioria dos crimes notificados na cidade aconteceu na Zona Norte da cidade.

É importante também destacar os dados de óbitos por ação violenta indicam que morreram 2.8 vezes mais policiais militares em folga do que os que se encontraram em serviço. No entanto, a importância da ação violenta tem maior magnitude na mortalidade desses últimos (ela representa 83,2% das causas de

morte dos policiais que morreram em serviço, comparados aos 68,5% dos que morreram em folga).

Dos 3.760 policiais militares feridos (em serviço e em folga) 48,1% (ou 1.809 policiais) estavam em serviço. Desses que se encontravam em serviço, 1.054 (58,3%) foram atingidos em ação violenta, o que representa uma proporção maior do que a de 50,5% de feridos quando em folga pela mesma causa. No entanto, a ação violenta tem crescido proporcionalmente vitimizando também os policiais em folga. Em 2003 e 2004 ela é responsável por patamares acima dos 70% dos casos de ferimento de policiais. Em 2002 esse percentual era de cerca de 39%.

No período de 1994 a 1996 os soldados representaram 55,3% dos policiais militares vitimados no Rio de Janeiro: aos cabos corresponderam 31,1% do total; aos sargentos, 8%; e os oficiais, os 5,6% restantes. As circunstâncias da vitimização em serviço foram: dinâmica criminal (cerca de 54%); trânsito (em torno de 19%); e dinâmica conflituosa (mais ou menos 21%).

Em folga, essas proporções foram de mais ou menos 35%, 29% e 17%, respectivamente. A arma de fogo foi o principal meio usado pelos agressores para matar policiais em serviço (média de 51%) e em folga (média 55%). Os acidentes de trânsito responderam por 20,4% da mortes em serviço e 28,1%, em folga. O local das ocorrências corresponde às vias públicas (72,7%); ao bairro (6,3%); à vizinhança (4,6%); à residência (3,5%); ao espaço das próprias instituições policiais e de segurança (2,8%); aos bares e similares (2,1%); e às instituições comerciais e financeiras (3,3%).

Dos policiais militares que morreram em serviço no Rio de Janeiro, 55,3% estavam trabalhando em policiamento geral, dos quais 41,4% faziam patrulhamento motorizado e de rotina; 29,2% exerciam policiamento dirigido (13,1% faziam radiopatrulhamento e atendimento aos cidadãos e 12% cumpriam operações especiais); 2,9% efetuavam investigação e diligência; 12,7% atuavam

em outros tipos de serviços; e 10,4% estavam de sentinela ou plantão. No período de 1994 a 1996 as maiores taxas de vitimização ocorreram entre policiais dos Batalhões servindo aos bairros de Olaria, Méier, Benfica, Rocha Miranda e Estácio. Todos são bairros contíguos (cerca de 78) situados na Zona Norte (Muniz & Soares, 1998).

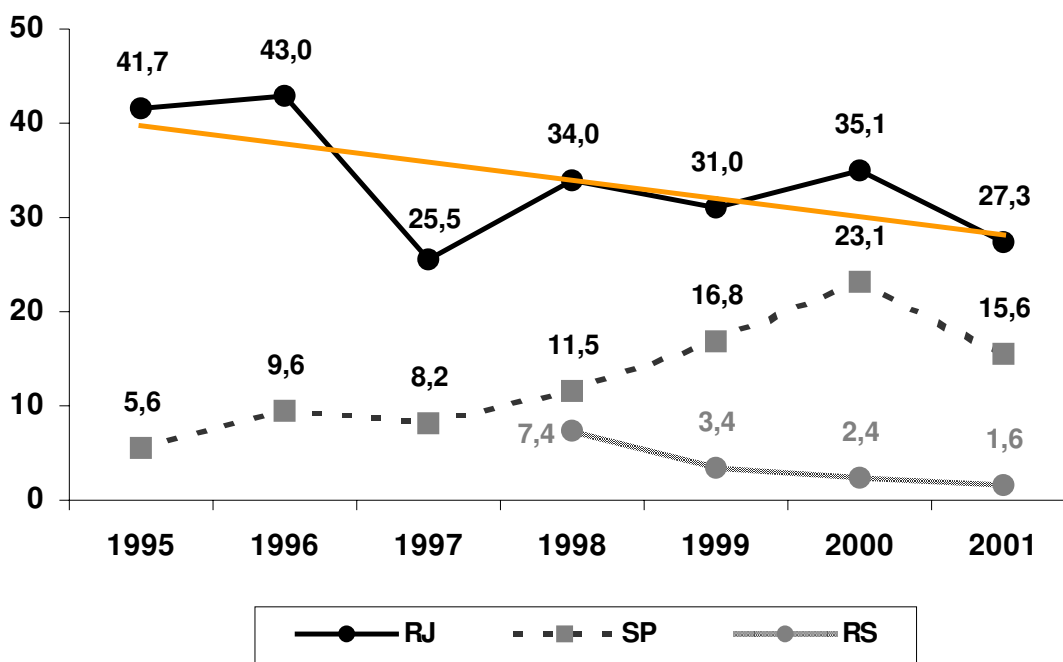
Uma década depois dos estudos de Muniz & Soares (1998), os maiores índices de vitimização continuam ocorrendo com policiais dos mesmos Batalhões: 9º, de Rocha Miranda; 20º, de Mesquita; 22º, da Penha; 3º, do Méier e 16º, de Olaria. Neles ocorreram 436 confrontos (44,4% de todos os 983 acontecidos em 2004 na cidade). Nessas jurisdições houve 21 óbitos, quase metade dos 44 ocorridos por ação violenta em serviço em 2004. Os policiais são caçados, atacados e executados por criminosos (traficantes), em ações voltadas ao roubo de armas. Os próprios comandantes das corporações, respondendo à imprensa, admitem que em alguns casos há o envolvimento de policiais com o crime, mas afirmam que, na maioria das vezes, eles são emboscados (Bottari, 2005a, 2005b). Além do risco intrínseco ao trabalho, outros motivos são evocados para a vitimização. Dentre eles, citam-se alguns conhecidos como o fato de os atuais coletes por eles usados não os protegerem contra tiros de fuzil. E também a obsolescência dos equipamentos ofensivos, diante das armas possantes e das táticas de ataque dos delinqüentes. Os analistas dessas questões consideram que, no Rio de Janeiro, o crescimento das mortes, tanto de policiais como de civis, coincide com o também crescente envolvimento de policiais com as redes de tráfico de armas e drogas. Assim, parte das agressões seriam causadas por “acertos de conta” entre criminosos e policiais corruptos.

Sobre o risco real que leva à vitimização, Julita Lemgruber (2004) numa pesquisa realizada para a Ouvidoria da Polícia do Rio de Janeiro apresenta o seguinte quadro: no Rio de Janeiro, a taxa de assassinatos por dez mil policiais militares vem apresentando fortes oscilações, percebendo-se uma tendência de queda entre 1995 e 2001. Já em São Paulo, com exceção do último ano da série, os índices

aumentam nesse mesmo período, em função sobretudo, do aumento das mortes durante as folgas. A Polícia Militar do Rio Grande do Sul apresenta taxas consideravelmente menores que as do Rio e São Paulo, exibindo, ademais, uma tendência descendente nos últimos anos. Mas, sempre, nos dois primeiros estados, os períodos de folga apresentam maior risco do que o trabalho de policiamento. Esses dados sugerem que, muito provavelmente, maiores taxas de vitimização no tempo fora do trabalho oficial se devam a dois fatores: à prestação de serviços de segurança privada e ao fato de boa parte dos policiais serem emboscados nas suas áreas de residência onde haja confrontos violentos. Não podemos, em muitos casos, descartar a hipótese de vinganças e execuções associadas ao envolvimento de agentes da lei em redes e práticas criminosas.

Gráfico 2

Taxas de homicídio por 10 mil Policiais Militares nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul – 1995/2001



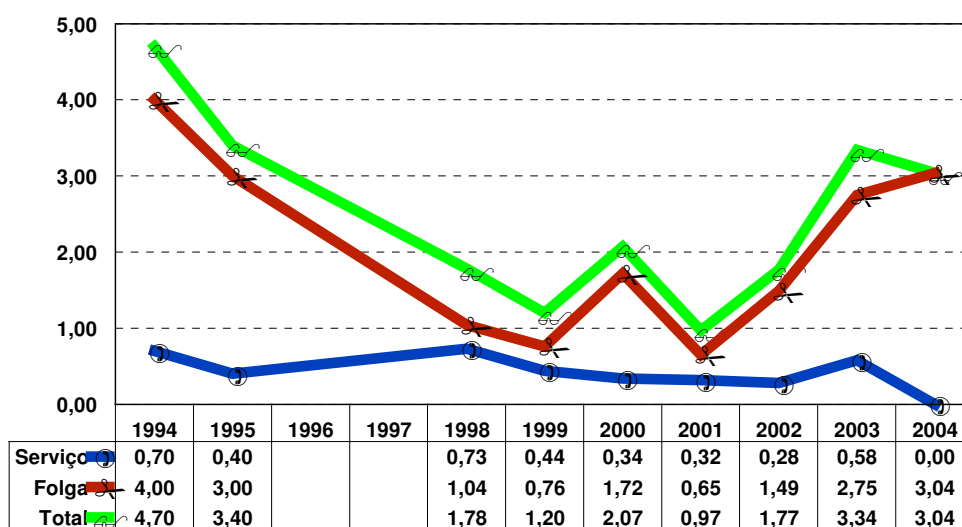
Fonte: Lemgruber, J. 2005.

Sobre os policiais civis - As informações sobre a polícia civil dizem respeito às mortes e aos eventos não fatais causados por todas as condições e agravos, incluindo-se as doenças, os acidentes e as violências. Essas informações diferem das apresentadas sobre a Polícia Militar, porque houve dificuldades objetivas para obtermos dados desagregados sobre causas externas para esse grupo.

No período de 1994 a 2004 foram aposentados por laudo médico 594 policiais civis, envolvendo todas as causas geradoras de invalidez temporária e permanente, incluindo-se doenças e lesões provocadas por acidentes e violência. Ao longo desses anos, a maior taxa de aposentadorias com aval médico ocorreu em 2004 (8,9 por mil policiais civis), enquanto a menor das taxas ocorreu em 2001, correspondendo a 3,4/1.000.

No gráfico 3 apresentamos as taxas de mortalidade dos membros da Corporação Civil. Para os anos de 1994 e 1995 os dados abrangem os policiais mortos da cidade. No restante do período, eles se referem ao Estado. Pelos motivos aludidos, as informações aqui analisadas não permitem a comparação entre as categorias. Morreram, por todas as causas, 147 policiais civis no período de 1998 a 2004, dos quais a grande maioria (120 policiais) encontrava-se de folga.

Gráfico 3

Taxas^(*) de mortalidade de policiais civis do Rio de Janeiro

Fonte: Dados de Muniz e Soares (1998) para a cidade nos anos de 1994 e 1995 e dados da Polícia Civil do Estado para os demais anos

(*) Taxas por 1000 policiais

O ponto mais relevante das informações trazidas por esse gráfico é a elevação das taxas de morte de policiais nos dois últimos anos, principalmente quando em folga. Dados de Muniz & Soares (1998) para a cidade do Rio de Janeiro indicaram para os anos de 1994 e 1995 taxas de vitimização de 20,8 e 17,5 por mil policiais, respectivamente. Grande parte das informações estava classificada numa categoria denominada “ofensas”. Em 1994 a taxa total de vitimização (mortos+feridos) foi de 20,8 por mil policiais civis, enquanto apenas a de *ofensas não letais* foi de 16,6/1.000. Em 1995 o valor encontrado para a taxa total de vitimização foi de 17,5/1.000 e de 14/1.000 para as lesões não letais. Nesses mesmos anos, a maior parcela dos óbitos correspondeu à de policiais em folga.

Dentre os policiais civis que morreram em consequência do desempenho de suas atividades, 53,1% eram detetives; 10,9% carcereiros; 18% não foram especificados quanto à função; 5% eram escrivães, 3,8% delegados e 8,4% exerciam outras funções. As circunstâncias da vitimização em serviço

corresponderam à dinâmica criminal em 52% dos casos, sendo 13,3 por ação armada de suspeitos. Os acidentes de trânsito responderam por 22,7%, e a dinâmica conflituosa, a 18,7% dos traumas e lesões. As circunstâncias da vitimização dos que estavam em folga foram: dinâmica criminal (33,3% dos casos, sendo 28,8% a assaltos); acidentes de trânsito (28,8%) e dinâmica conflituosa (25,5%).

Arma de fogo foi o instrumento responsável por 48,8 dos casos de vitimização dos policiais civis, seguida por ocorrências envolvendo veículos (25%) e luta corporal (13,5%). A via pública constituiu o local de 63,2% das ocorrências. Contudo, parcela considerável de casos aconteceu em residências (6,8%), nas próprias instituições policiais (6,4%), no bairro (5,6%) e em bares e similares (5,3%).

Comparação entre as duas corporações - Durante a série estudada houve crescimento da vitimização nas duas categorias estudadas, sobretudo considerando-se as lesões não fatais nos primeiros anos deste século, com relevância para 2003 e 2004. As principais causas de morte, lesões e traumas se devem a agressões e a acidentes de trânsito, o que coincide hoje com informações sobre a vitimização das populações trabalhadoras no Brasil na conjuntura atual (Minayo-Gomez, 2005). Porém, isso ocorre de forma muito mais insidiosa entre policiais civis e militares do Rio de Janeiro.

Embora os servidores das duas corporações conformem uma categoria específica de trabalhadores em elevado risco para mortes e morbidade por violências e acidentes, existem diferenciações internas entre os dois grupos, o que corresponde, dentre outros motivos, ao processo de trabalho de cada um.

Merece atenção a vitimização dos agentes de segurança em suas folgas, tanto em acidentes de trânsito como por agressões. No caso dos confrontos, algumas evidências podem ser ressaltadas. Uma delas se deve ao trabalho extra, também chamado “bico”. Elevado percentual de policiais (Minayo & Souza, 2003) tem um

segundo emprego na área de segurança privada (de banco, patrimonial, de grupos, de pessoas), continuando assim a usar o tempo livre com atividades de similar elevado risco. Outro motivo se deve à presença dos policiais, como cidadãos, em cenas de conflitos em bairros, em bares e em transportes quando, por via de sua função, acabam se envolvendo. Muitos, também, são vítimas de emboscadas de delinqüentes. Esse último motivo leva a que seja comum o fato dos policiais esconderem seus distintivos e profissão, visando a diminuir as ameaças e ataques que lhes são impingidos. Não deve ser descartado também o fato de que, no ambiente de trabalho das corporações, esses agentes desfrutem de maior proteção grupal e de atenção e cuidados muito mais estruturados e padronizados tecnicamente.

Fica patente que, comparativamente, a Polícia Militar é a que sofre mais agressões e morte, apresentando taxas de mortalidade e de morbidade elevadíssimas. Esse privilégio negativo pode ser constatado quando tomamos, por exemplo, dados para o ano de 2000. No Brasil, a taxa de mortalidade por homicídio na população geral foi de 26,7 por 100 mil habitantes e essa taxa na população masculina foi de 49,7. Na capital do Rio de Janeiro, as taxas são mais elevadas que a média do país tanto para a população geral (49,5/100.000) como para a população masculina (97,6/100.000).

As taxas de mortalidade por agressões e acidentes de trânsito para os agentes da segurança pública (das duas categorias) são ainda mais elevadas que as da população da cidade do Rio de Janeiro. Na Polícia Militar, em 2000, a taxa de mortalidade por agressões chegou a 356,23/100.000. Na polícia civil, essa taxa, considerando-se todas as causas, no mesmo ano foi de 206,80/100.000. Portanto, comparativamente, a Polícia Militar apresenta uma mortalidade por violência 3.65 vezes maiores do que a da população masculina da cidade do Rio de Janeiro e 7.2 vezes a da população geral da cidade. Quando comparamos com o Brasil, as taxas são 7,17 vezes as da população masculina e 13.34 vezes as da população geral. O

risco de morte entre Policiais Militares é também maior 1.72 do que em relação à Polícia Civil.

Quando observamos as informações sobre internações hospitalares motivadas por agressão, em 2000 elas corresponderam à taxa de 0,10 por 1.000 habitantes na população geral e a 0,34 por mil 1.000 na população masculina do país. As taxas de lesões e traumas por agressões não-fatais foram de 9,29 para a Polícia Militar, nesse mesmo ano. Comparativamente, a taxa de morbidade hospitalar da Polícia Militar em 2000 foi 92,90 vezes maior que a da população geral da cidade do Rio de Janeiro e 27.32 vezes a da população masculina do Brasil.

Como já mencionamos, em paralelo ao crescimento da vitimização dos policiais, observamos também, a evolução das taxas de ocorrências criminais registradas no período de 2001 a 2003 no país e no Rio de Janeiro. De acordo com dados da Secretaria Nacional de Segurança Pública/Senasp, no Brasil houve um crescimento de 30,7% nas taxas de ocorrência criminal, sendo de 4.952,1 em 2003. Na cidade do Rio de Janeiro o crescimento foi de 34,1%, correspondendo à 23ª taxa média do período (3.267,9). Em São Paulo o incremento foi de 20% e a taxa de 4.775,5, situando essa cidade na 20ª posição entre as capitais.

Dados da Senasp evidenciaram leve redução de 4,3% nas taxas de homicídios dolosos entre os anos de 2001 e 2003, no país. Em São Paulo, a queda foi de 18,9% sendo a taxa de 40,0/100.000. No Rio de Janeiro, ao contrário, houve crescimento de 3,5%, embora a taxa para 2003 seja ainda um pouco menor que a de São Paulo (38,5/100 mil). No período, a taxa média do Brasil foi de 35,0/100.000, a de São Paulo foi de 44,3/100.000 (sexto colocado entre as capitais) e a do Rio de Janeiro foi de 38,8/100.000 (9ª maior taxa).

Todas as informações desta parte do trabalho evidenciam que os policiais militares e civis do Rio de Janeiro, além de viverem o risco com profissão são as maiores vítimas do desempenho de suas atividades.

Uma pergunta questão importante de ser levantada é sobre a fatalidade dos percentuais e taxas absurdos de vitimização dos policiais. Parece-nos que não existe fatalidade. Primeiramente porque, se há uma oscilação na série histórica de vitimização é possível dizer que há formas de intervenção mais letais e menos letais. Segundo, porque temos exemplos de países onde a taxa de morte de policiais é baixa, ou seja os governos e a sociedade conseguiram controlar a violência, a criminalidade e o clima de acirramento social. A título de comparação, terminamos este texto com informações sobre a polícia americana, geralmente lembrada por sua truculência e arrojo. Dados dos Estados Unidos mostram que, de 1993 a 1995, apenas 4,9% dos policiais que sofreram acidentes ou traumas foram atingidos por arma de fogo. Na maioria dos casos de vitimização (81,5%), houve apenas confronto corporal. A taxa norte-americana de mortalidade de policiais em serviço passou de 4,70/10 mil para 2,9/10 mil, entre os anos de 1980 a 1994 (Muniz & Soares, 1998).

ANEXO I

ANEXO II

ANEXO III

ANEXO IV

Anexo I

Plano de amostragem

Polícia Civil

De acordo com a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro a Polícia Civil da Capital possuía 109 unidades, até julho de 2000. Essas unidades foram classificadas em três conjuntos, doravante denominados de estratos, em função das características das atividades que exerciam em seus processos específicos de trabalho, de modo a permitir algum grau de homogeneização em cada um dos estratos.

O primeiro estrato foi constituído por unidades que exerciam atividades administrativas; o segundo estrato foi formado pelas unidades operacionais, ou seja, as delegacias. Finalmente, o terceiro estrato foi formado pelas unidades técnicas. Assim sendo, será possível se obter estimativas ao nível desses estratos.

Na definição do plano de amostragem foi necessário levar em consideração que a execução dos trabalhos de campo seria facilitada com a participação de todas as pessoas de uma mesma unidade. Isso evitaria indagações do tipo: “por que fui selecionado para participar da pesquisa?”, ao mesmo tempo em que garantiria o anonimato, não precisando de uma listagem nominal, dado esse negado pela instituição.

O cadastro fornecido pela a Secretária de Segurança Pública para o município do Rio de Janeiro continha o nome das unidades com seus respectivos efetivos segundo os cargos. No entanto a informação quanto ao efetivo nas unidades amostradas não correspondeu, na prática, à real lotação, devido a rotatividade de pessoal.

O plano de amostragem adotado foi de uma amostra aleatória simples de conglomerados. Entende-se como conglomerado a unidade física (uma delegacia, academia de polícia, etc), com o seu respectivo efetivo.

A tabela abaixo apresenta o número de unidades em cada um dos estratos e o número de unidades selecionadas para compor a amostra.

Estratos das Unidades	População		Amostra	
	Conglomerados	Pessoas	Conglomerados	Pessoas
1 – Administrativas	41	2162	13	787
2 – Delegacias	64	3063	22	811
3 - Técnicas	3	1148	3	1148
Total	109	6373	38	2746

Em cada um dos estratos selecionou-se aproximadamente 1/3 das unidades, exceto no estrato referente às unidades técnicas. Para esse foi feito o censo. Com uma amostra aleatória simples de 780 pessoas foi possível, para proporções maiores que 22%, obter um erro de amostragem menor ou igual a 2 pontos percentuais, para uma confiança de 95%, quando desprezamos o efeito do coeficiente de correlação intraclasse. Dependendo da magnitude desse coeficiente, o erro deverá ser maior, caso o mesmo seja positivo.

A seguir são apresentados os estimadores amostrais.

NOTAÇÃO EMPREGADA

L	Número de estratos da população.
M_h	Número de conglomerados (unidades primárias de amostragem) no estrato h , na população.
m_h	Número de conglomerados no estrato h , na amostra.

ESTIMADOR DE TAXA (PERCENTAGEM)

Um estimador “não tendencioso” da taxa (percentagem) é definido pela razão r .

$$r = \frac{x'}{y'} = \frac{\sum_{h=1}^L x'_h}{\sum_{h=1}^L y'_h} \quad \text{Equação 1.1}$$

onde x'_h e y'_h são os totais das variáveis X e Y no estrato h .

O valor de x'_h é dado por:

$$x'_h = \frac{M_h}{m_h} \sum_{i=1}^{m_h} x'_{hi} \quad \text{Equação 1.2}$$

onde x'_{hi} é o total da variável X no i -ésimo conglomerado do h -ésimo estrato,

O valor de y'_h é dado por:

$$y'_h = \frac{M_h}{m_h} \sum_{i=1}^{m_h} y'_{hi} \quad \text{Equação 1.3}$$

onde y'_{hi} é o total da variável Y no i -ésimo conglomerado do h -ésimo estrato,

ESTIMADOR DA VARIÂNCIA RELATIVA DO ESTIMADOR DA TAXA

Definido o estimador r taxa por pessoa, passa-se a construção de um estimador para a variância relativa.

Simbolizando-se por $V^2(r)$ esse estimador e considerando-se que no presente plano de amostragem estratificado se tem que:

$V^2(r)$ pode ser definido do seguinte modo:

$$V^2(r) = \frac{1}{x'^2} \sum_{h=1}^L M_h^2 \frac{1-f_h}{m_h} s_{ch}^2 \quad \text{Equação 2.1}$$

onde x' é o total da variável X e o valor de s_{ch} é dado por:

$$s_{ch}^2 = s_{hx}^2 + r^2 s_{hy}^2 - 2rs_{hxy} \quad \text{Equação 2.2}$$

onde:

f_h é a fração de amostragem no estrato h

$$f_h = \frac{Mh}{mh}$$

$$s_{hx}^2 = \frac{\sum_{i=1}^{m_h} (x'_{hi} - \bar{x}_h)^2}{m_h - 1} \quad \text{Equação 2.3}$$

$$s_{hy}^2 = \frac{\sum_{i=1}^{m_h} (y'_{hi} - \bar{y}_h)^2}{m_h - 1} \quad \text{Equação 2.4}$$

$$s_{hxy} = \frac{\sum_{i=1}^{m_h} (x'_{hi} - \bar{x}_h) (y'_{hi} - \bar{y}_h)}{m_h - 1} \quad \text{Equação 2.5}$$

onde $\bar{x}_h$ e $\bar{y}_h$ são as médias por conglomerado, na amostra, das variáveis X e Y:

$$\bar{x}_h = \frac{1}{m_h} \sum_{i=1}^{m_h} x'_{hi}$$

$$\bar{y}_h = \frac{1}{m_h} \sum_{i=1}^{m_h} y'_{hi}$$

O estimador da taxa r_h para o estrato h é dado por:

$$r_h = \frac{x'_h}{y'_h} \quad \text{Equação 2.6}$$

A variância relativa de r_h é simbolizada por $V^2(r_h)$:

$$V^2(r_h) = \frac{1}{x_h'^2} M_h^2 \frac{1-f_h}{m_h} s_{ch}^2$$

onde:

$$s_{ch} = s_{hx}^2 + r_h^2 s_{hy}^2 - 2 r_h s_{hxy} \quad \text{Equação 2.8}$$

POLÍCIA MILITAR

O plano amostral adotado no estudo foi o de uma amostra aleatória simples de conglomerados. Entende-se como conglomerado a unidade física (um quartel, um batalhão, etc), com o seu respectivo efetivo.

Segundo informações de cadastro fornecidas pela Polícia Militar, o Rio de Janeiro possuía 22.867 profissionais militares distribuídos em 58 unidades no início de 2005. Para atender aos objetivos da pesquisa, definiu-se como população de estudo apenas os 21.075 profissionais alocados nos setores administrativo e operacional, distribuídos em 47 unidades. Para conseguir um maior grau de homogeneização as unidades foram distribuídas em seis estratos segundo o setor de atuação (administrativo e operacional) e o cargo do profissional: oficial (tenente, major, coronel), sub-oficial (sargento, sub-tenente) e não oficial (cabo, soldado).

A fim de obter estimativas ao nível dos estratos, todas as unidades administrativas e operacionais foram consideradas e seus respectivos estratos de oficiais, suboficiais e não oficiais, variando apenas o número de profissionais alocados em cada uma.

Para facilitar a execução do trabalho de campo, otimizar o processo e diminuir o custo, o que numa pesquisa deste porte é indispensável, na definição do plano de amostragem foi considerado que todos os profissionais da unidade sorteada participariam da amostra.

O cadastro fornecido continha o nome das unidades com os respectivos efetivos segundo os cargos. Contudo, pode-se perceber que tais informações não eram muito precisas, devido à rotatividade de pessoal.

A tabela abaixo apresenta o número de unidades em cada um dos estratos e o número de unidades selecionadas para amostra.

Estrato	População - Número		Amostra - Número	
	Conglomerados	Pessoas	Conglomerados	Pessoas
1	15	870	2	70
2	15	1788	2	144
3	15	1617	4	130
4	32	598	3	48
5	32	10743	3	867
6	32	5459	4	440
Soma	141	21075	18	1700

Para uma confiança de 95%, a partir de uma amostra aleatória simples de 610 pessoas, é possível se obter, para proporções maiores que 40%, um erro de amostragem menor ou igual a 3,5 pontos percentuais quando desprezamos o efeito do coeficiente de correlação intraclasse. Dependendo da magnitude desse coeficiente, o erro deverá ser maior, caso o mesmo seja positivo.

ESTIMADORES

NOTAÇÃO EMPREGADA

- L Número de estratos da população.
- M_h Número de conglomerados (unidades primárias de amostragem) no estrato h , na população.
- m_h Número de conglomerados no estrato h , na amostra.

ESTIMADOR DE TAXA (PERCENTAGEM)

Um estimador “não tendencioso” da taxa (percentagem) é definido pela razão r .

$$r = \frac{x'}{y'} = \frac{\sum_{h=1}^L x'_h}{\sum_{h=1}^L y'_h} \quad \text{Equação 1.1}$$

onde x'_h e y'_h são os totais das variáveis X e Y no estrato h .

O valor de x'_h é dado por:

$$x'_h = \frac{Mh}{mh} \sum_{i=1}^{m_h} x'_{hi} \quad \text{Equação 1.2}$$

onde x'_{hi} é o total da variável X no i -ésimo conglomerado do h -ésimo estrato,

O valor de y'_h é dado por:

$$y'_h = \frac{Mh}{mh} \sum_{i=1}^{m_h} y'_{hi} \quad \text{Equação 1.3}$$

onde y'_{hi} é o total da variável Y no i -ésimo conglomerado do h -ésimo estrato.

ESTIMADOR DA VARIÂNCIA RELATIVA DO ESTIMADOR DA TAXA

Definido o estimador *r taxa por pessoa*, passa-se a construção de um estimador para a variância relativa.

Simbolizando-se por $V^2(r)$ esse estimador e considerando-se que no presente plano de amostragem estratificado se tem que:

$V^2(r)$ pode ser definido do seguinte modo:

$$V^2(r) = \frac{1}{x'^2} \sum_{h=1}^L M_h^2 \frac{1-f_h}{m_h} s_{ch} \quad \text{Equação 2.1}$$

onde x' é o total da variável X e o valor de s_{ch} é dado por:

$$s_{ch} = s_{hx}^2 + r^2 s_{hy}^2 - 2rs_{hxy} \quad \text{Equação 2.2}$$

onde:

f_h é a fração de amostragem no estrato h

$$f_h = \frac{Mh}{mh}$$

$$s_{hx}^2 = \frac{\sum_{i=1}^{m_h} (x'_{hi} - \bar{x}_h)^2}{m_h - 1} \quad \text{Equação 2.3}$$

$$s_{hy}^2 = \frac{\sum_{i=1}^{m_h} (y'_{hi} - \bar{y}_h)^2}{m_h - 1} \quad \text{Equação 2.4}$$

$$s_{hxy} = \frac{\sum_{i=1}^{m_h} (x'_{hi} - \bar{x}_h) (y'_{hi} - \bar{y}_h)}{m_h - 1} \quad \text{Equação 2.5}$$

onde $\bar{x}_h$ e $\bar{y}_h$ são as médias por conglomerado, na amostra, das variáveis X e Y :

$$\bar{x}_h = \frac{1}{m_h} \sum_{i=1}^{m_h} x'_{hi}$$

$$\bar{y}_h = \frac{1}{m_h} \sum_{i=1}^{m_h} y'_{hi}$$

O estimador da taxa r_h para o estrato h é dado por:

$$r_h = \frac{x'_h}{y'_h} \quad \text{Equação 2.6}$$

A variância relativa de r_h é simbolizada por $V^2(r_h)$:

$$V^2(r_h) = \frac{1}{x_h'^2} M_h^2 - \frac{1-f_h}{m_h} s_{ch}$$

onde:

$$s_{ch} = s_{hx}^2 + r_h^2 s_{hy}^2 - 2 r_h s_{hxy} \quad \text{Equação 2.8}$$

Anexo III

POLÍCIA MILITAR

ENTREVISTA - GESTOR

1. Na sua opinião, como é a qualidade de vida do policial militar
2. Quais são, na sua opinião, os principais problemas de saúde dos profissionais que trabalham neste setor⁽¹⁾?
3. Na sua opinião como estão as condições de trabalho deste setor?
4. O que afeta a saúde dos policiais que trabalham neste setor?
5. Em todos os ambientes de trabalho (empresas, instituições públicas, etc) existem dificuldades de relacionamento. Neste setor, que dificuldades de relacionamento existem :
 - entre colegas de mesmo nível
 - entre superiores e subordinados
6. Na sua opinião, o trabalho realizado neste setor gera estresse nos policiais? Como? O trabalho de alguma unidade⁽²⁾ em especial?
7. Considerando que as atividades realizadas pelo policial geram algum tipo de risco, o(a) senhor(a) acha que há alguma unidade ou cargo que sofre mais riscos?
8. A ser ver, como os policiais militares lidam com esses riscos?
9. O que a Polícia Militar poderia fazer para melhorar as condições de trabalho desse setor?
10. O que o (a) sr.(a), como gestor, poderia fazer para melhorar as condições de trabalho desse setor?
11. Na sua opinião, qual o reconhecimento que a sociedade e a Polícia Militar dão ao trabalho que vocês realizam?

(1) **Setor** = Batalhões, Comando de Unidades Operacionais Especiais, Administrativo

(2) **Unidade** = 1º, 2º Batalhão; BOPE; DGP

POLÍCIA MILITAR

ENTREVISTA – MACRO GESTOR

12. Qual é a sua opinião sobre a qualidade de vida do policial militar
13. Quais são, na sua opinião, os principais problemas de saúde dos profissionais que trabalham neste setor⁽¹⁾?
14. Na sua opinião como estão as condições de trabalho na Polícia?
15. O que afeta a saúde dos policiais que trabalham na Polícia?
16. Na sua opinião, o trabalho realizado na Polícia gera estresse nos policiais? Como? O trabalho de alguma unidade⁽²⁾ em especial?
17. Considerando que as atividades realizadas pelo policial geram algum tipo de risco, o(a) senhor(a) acha que há alguma unidade ou cargo que sofre mais riscos?
18. A seu ver, como os policiais militares lidam com esses riscos?
19. O que a Polícia Militar poderia fazer para melhorar as condições de trabalho desse setor?
20. Na sua opinião, qual o reconhecimento que a sociedade e a Polícia Militar dão ao trabalho que vocês realizam?

(3) **Setor** = Batalhões, Comando de Unidades Operacionais Especiais, Administrativo

(4) **Unidade** = 1º, 2º Batalhão; BOPE; DGP

POLÍCIA MILITAR

ENTREVISTA – GESTOR DE SAÚDE

1. A seu ver, quais são os principais problemas de saúde que acometem os policiais?
2. Essa situação que o sr.(a) desenha sempre foi assim ou ela é mais recente? Discorrer
3. As condições do trabalho policial influenciam no surgimento de problemas de saúde? Quais condições que causam maiores danos? E quais são os principais danos que o(a) sr.(a) identifica? Isso varia segundo a função do policial? Discorrer
4. Como funcionam e quantos são os serviços de saúde da polícia? Convênios? SUS? Explicar
5. Como é o atendimento prestado aos policiais quando ficam doentes? (diagnóstico, atendimento, encaminhamento e reabilitação) ? O atendimento é na rede de serviços da polícia ou na rede pública?
6. Como é o atendimento prestado aos policiais quando apresentam distúrbios emocionais (diagnóstico, atendimento, encaminhamento e reabilitação) ? O atendimento é na rede de serviços da polícia ou na rede pública?
7. O policial se sente confiante em procurar ajuda emocional dentro dos serviços de saúde da corporação?
8. Como é o atendimento prestado aos policiais quando apresentam alguma forma de dependência química (diagnóstico, atendimento, encaminhamento e reabilitação) ? O atendimento é na rede de serviços da polícia ou na rede pública?
9. O policial se sente confiante em procurar ajuda para sua dependência química dentro dos serviços de saúde da corporação?
10. Quais os principais problemas de saúde que levam ao afastamento temporário ou definitivo dos policiais da corporação?
11. Quais são suas sugestões para melhorar o atendimento aos policiais?

POLÍCIA MILITAR

ROTEIRO DO GRUPO FOCAL

21. Sua idade, tempo de polícia e que atividades desenvolve atualmente?
22. Na sua opinião, como é a qualidade de vida do policial militar?
23. O que acha das condições de trabalho vocês têm na sua unidade (*) ?
24. A seu ver, o que afeta a saúde dos policiais?
25. O trabalho que vocês realizam gera estresse? Como?
26. Em todos os ambientes de trabalho (empresas, instituições públicas, etc) existem dificuldades de relacionamento. No seu setor/unidade (*), que dificuldades de relacionamento existem :
 - entre colegas de mesmo nível
 - entre superiores e subordinados
27. O trabalho que vocês realizam gera riscos? (Explorar: algum setor ou categoria sofre mais riscos?) Como esses riscos afetam sua vida? Que estratégia vocês utilizam para lidar com esses riscos?
28. O que precisaria mudar nas condições de trabalho para melhorar a saúde dos profissionais que trabalham no seu setor/unidade (*)?
29. Como você avalia o atendimento de saúde oferecido pela rede de serviços da Polícia Militar?
30. O que acha do reconhecimento que a sociedade e a Polícia Militar dão ao trabalho que vocês realizam?

(*) batalhões, quartéis, etc.

Anexo IV

Modelagem de Risco Sofrido usada no estudo

Para a modelagem estatística, a variável de interesse Risco Sofrido foi categorizada em ausência e presença de risco, de acordo com a soma dos escores alcançada independente do contexto de ocorrência separadamente para a Polícia Civil e Militar. As mesmas variáveis entraram nos dois modelos em sua etapa inicial.

Portanto o estudo propõe-se a comparar dois modelos independentes de risco, um para a Polícia Civil e outro para a Polícia Militar, comparando-se os seus achados. O software utilizado na modelagem foi o SUDAAN 8.0 que incorpora os pesos amostrais das unidades policiais, pois como é conhecido o plano amostral pode influenciar na estimação da variância do estimador e conseqüentemente na inclusão/exclusão de uma variável no modelo final.

Foram analisadas variáveis, selecionadas pelo teste qui-quadrado ao nível de 5%, ulteriormente agrupadas segundo o contexto de ocorrência. De acordo com Siegel (1956), o teste Qui-quadrado é usado para avaliar associação entre variáveis em tabelas de contingência; permite também avaliar o grau e a significância da associação encontrada. O efeito bruto de cada uma das variáveis explicativas sobre o risco sofrido foi avaliado mediante análise de regressão logística univariada e a medida de risco utilizada foi a *Odds Ratio* (OR). A *Odds Ratio* é ideal em estudos de coorte, e quando utilizada em outros desenhos tende a superestimar a verdadeira prevalência, sendo propostas correções como a Regressão de Poisson ou Log-Binomial (Barros e Hirakata, 2003), que exigem maior recurso computacional. É possível utilizar essas ferramentas em futuros artigos sobre a modelagem, a fim de fornecer resultados mais fidedignos. Quando se utiliza uma regressão logística, o interesse está focado no efeito de um fator de risco específico ou na identificação de diversos fatores associados com a variável resposta (risco sofrido). Devido à complexidade do tema abordado e dos inúmeros fatores a ele relacionados, as variáveis foram testadas em blocos ou níveis, ordenados teoricamente, relacionados ao risco sofrido pelo policial em seu exercício profissional (Fuchs, 1997). Esses blocos foram formados de acordo com características de *Perfil, Lazer, Comunidade, Condições de saúde e Condições de trabalho*. Testa-se cada uma das variáveis selecionadas pelo Qui-quadrado em abordagem univariada, com a função de auxiliar a observação de fatores intervenientes ou modificadores que poderiam influenciar o modelo final. De acordo com CRUZ (2001), a significância dos parâmetros de cada modelo deve ser verificada pelo teste de *Wald*.

Em todas as configurações, a estatística de teste de perda de ajuste de Hosmer e Lemeshow (1989) foi calculada, indicando um modelo com melhor poder de explicação quando o *p-valor* é próximo de 1 e por conseguinte a rejeição da hipótese nula.

Após os modelos univariados parte-se à análise multivariada, que inclui todas as variáveis selecionadas pelo Qui-quadrado, através da abordagem de níveis e cuja regra de passagem para o próximo nível é o *p-valor* da estatística de Wald abaixo de 5%. O nível Perfil é considerado o mais baixo e, portanto menos importante, sendo o primeiro a ser testado. As variáveis são testadas segundo a seguinte configuração:

- ⇒ **Modelo 1** - Modelo logístico para as variáveis do nível de abordagem *perfil*;
- ⇒ **Modelo 2** - Modelo que inclui a(s) variável (is) significativa(s) no nível *perfil* e todas as do nível lazer/ comunidade;
- ⇒ **Modelo 3** - Nesta etapa, foi feito um modelo que incluiu as variáveis significativas no modelo 2 e todas as do bloco condições de saúde;
- ⇒ **Modelo 4** - Finalmente, foi feito um quarto modelo para as variáveis significativas até o bloco *condições de saúde* mais todas as que compunham o nível *condições de trabalho*.

Com o intuito de aprimorar o modelo final, realizou-se nova análise multivariada alternativa, incluindo agora essas variáveis obtidas do modelo multivariado (modelo 4) juntamente com aquelas também significativas da análise univariada, mantendo-se a mesma lógica de inserção de variáveis segundo o nível de abordagem (origem).

Modelagem Polícia Militar

Na tabela 1 verificam-se os resultados da análise univariada realizada com todas as variáveis que entraram no modelo, segundo os quatro blocos de análise.

Tabela 1: Variáveis selecionadas pelo Qui-quadrado e *p-valor* no modelo univariado da Polícia Militar

Perfil	p
Tempo de serviço	0,0455
Faixa etária	0,0688
Cor da pele	0,5871
Escolaridade	0,6193
Renda líquida do último pagamento	0,1532
Lazer	
Lazer domiciliar	0,8523
Saúde	
Sufrimento psíquico	0,0003
Apoio afetivo	0,1237
Interação positiva	0,5017
Apoio emocional	0,3267
Alimentação-consumo de gordura	0,7992
Atividade física	0,3216
Lesões permanentes	0,0017
Fumante	0,5398
Porre	0,0371

Remédio para emagrecer	0,0128
Tranquilizante,ansiolítico, calmante ou antidistônico	0,0020
Depois de beber, já teve problemas com a família	0,0000
Depois de beber, já teve problemas de saúde	0,0070
Depois de beber, já teve dificuldades na relação sexual	0,0131
Depois de beber, já deixou de usar preservativo	0,0046
Depois de beber, já teve problema emocional	0,0000
Depois de beber, já teve problemas de agressividade	0,0000
Já ingeriu bebida alcoólica em decorrência do estresse?	0,0023
Sinusite	0,1467
Rinite alérgica	0,2059
Asma	0,0003
Bronquite crônica	0,0028
Pneumonia	0,3792
Tumor de garganta, laringe e traquéia	0,0061
Bronquio ou pulmão	0,0012
Cálculos na vesícula biliar	0,1192
Hepatite	0,9690
Úlcera	0,0959
Hérnia	0,0776
Gastrite crônica	0,1715
Indigestão frequente	0,3727
Constipação frequente	0,0274
Artrite ou outro reumatismo	0,0147
Gota	0,0846
Bico de papagaio	0,0017
Ciática	0,0611
Hérnia de disco ou pinçamento	0,4211
Bursite	0,0325
Frequentes dores no pescoço	0,0282
Torção ou luxação de articulação	0,0053
Fratura óssea	0,0004
Doença crônica de pele	0,2052
Alergia de pele, dermatite, urticária	0,0413
Bócio ou algum problema de tireóide	0,0073
Diabetes	0,0409
Anemia	0,0152
Dores de cabeça frequentes/enxaqueca	0,0081
Nevralgias/neurites	0,0000
Desmaios repetidos	0,0274
Cistite /uretrite	0,1123
Cálculos renais	0,0065
Infecções renais	0,0015
Insuficiência renal	0,2997
Dengue	0,0481
Doença sexualmente transmissível	0,0234
Deficiência auditiva	0,0000
Cegueira	0,0005
Catarata	0,0453
Glaucoma	0,0089
Defeito da visão	0,1970
Problema de fala	0,0000
Arteriosclerose	0,5626
Hipertensão arterial	0,0380
Angina de peito	0,0078

condições de trabalho	
Capacitação	0,1892
Exerce o trabalho para o qual foi treinado	0,3056
Trabalha além do horário	0,4388
Exerce outra atividade sem descanso	0,0000
Exerce outra atividade remunerada	0,1129
Recebe diretrizes/comandos claros	0,3841
Estresse	0,0404
Depois de beber, já teve problema no trabalho	0,0000
Depois de beber, já faltou ao trabalho	0,0002
*p-valor do teste de wald	

- ⇒ **Modelo 1** - Modelo logístico para as cinco variáveis do nível de abordagem *perfil*, resultando em uma variável significativa: tempo de serviço;
- ⇒ **Modelo 2** - Modelo incluindo a variável de Lazer Domiciliar, que não apresenta significância pelo teste de *Wald* e assim, não passa ao próximo nível;
- ⇒ **Modelo 3** - Todas as 64 variáveis do bloco condições de saúde são testadas, resultando em duas variáveis significativas: Nevralgias/Neurites e Deficiência Auditiva;
- ⇒ **Modelo 4** - O quarto modelo utiliza essas duas variáveis significativas do modelo 3 mais todas as 9 que compunham o nível *condições de trabalho*. O modelo resulta em três variáveis significativas: Deficiência Auditiva, Nevralgias/Neurites e Exerce outra atividade sem descanso.

Após a construção dos modelos univariados e do modelo multivariado, partiu para o modelo alternativo construído com as variáveis significativas em um ou ambos os modelos (univariado e multivariado), utilizando sempre a abordagem hierarquizada e com nível de significância de 5% para o Teste de Wald. Essa abordagem trouxe algumas mudanças com a inclusão de duas variáveis em relação ao modelo anterior: problemas de fala e trabalho noturno.

Modelagem Polícia Civil

Na tabela 2 verificam-se os resultados da análise univariada realizada com todas as variáveis que entraram no modelo da polícia civil, segundo os quatro blocos de análise.

Variáveis selecionadas pelo Qui-quadrado e <i>p</i> -valor no modelo univariado da Polícia CivilPerfil	
Sexo	0,1316
Escolaridade	0,0003
Renda	0,0597
Lazer	
Lazer domiciliar	0,0034
Ambiente do seu bairro	0,0020
Saúde	
Sofrimento psíquico	0,0008
Apoio afetivo e interação positiva	0,0479
Apoio emocional e de informação	0,0184
Fumante	0,0273
de um mês p/ cá tomou porre	0,0250
tranquilizante, ansiolítico, calmante ou antidistônico	0,0141
depois de beber, já teve problemas com a família	0,0228
depois de beber, já teve problemas de saúde	0,0011
depois de beber, já teve dificuldade na relação sexual	0,0561
depois de beber, já deixou de usar preservativo na relação sexual	0,0024
depois de beber, já teve problema emocional	0,0627
depois de beber, já teve problema de agressividade	0,0026
já precisou ingerir bebida alcoólica em decorrência do estresse gerado pela ativ policial	0,0004
Úlcera	0,0168
gastrite crônica	0,1091
dores no pescoço	0,0303
torção ou luxação	0,0213
anemia de qualquer tipo	0,0296
dores de cabeça frequentes	0,0037
condições de trabalho	
exerce o trabalho para o qual foi treinado	0,0002
realiza outra tarefa imediatamente após o plantão	0,0000
exerce outra atividade	0,0001
causa estresse intenso	0,0001

*p-valor pelo teste de Wald

- ⇒ **Modelo 1** - Modelo logístico para as três variáveis do nível de abordagem *perfil*, resultando em apenas Escolaridade como significativa;
- ⇒ **Modelo 2** - Modelo com a variável Escolaridade, Lazer Domiciliar e ambiente do seu bairro, onde todas apresentam significância pelo teste de *Wald*, e assim, sendo eleitas para o próximo modelo;
- ⇒ **Modelo 3** - Todas as 19 variáveis do bloco *condições de saúde* são testadas além das 3 variáveis resultantes do modelo 2, resultando nas mesmas variáveis significativas do modelo 2;
- ⇒ **Modelo 4** - O quarto modelo utiliza essas variáveis significativas do modelo 3 mais todas as quatro que compunham o nível *condições de trabalho*. O modelo resulta em quatro variáveis significativas: Escolaridade, Lazer Domiciliar, Ambiente do seu bairro e Causa estresse intenso.

Após a construção dos modelos univariados e do modelo multivariado, parte-se ao modelo alternativo construído com as variáveis significativas em um ou ambos os modelos (univariado e multivariado), utilizando sempre a abordagem hierarquizada e com nível de significância de 5% para o Teste de Wald. Essa abordagem trouxe algumas mudanças com a exclusão de uma variável e inclusão de duas variáveis em relação ao modelo anterior.

CONCLUSÕES

Esta conclusão tem um caráter de recomendações estratégicas e é feita por tópicos, facilitando a leitura dos policiais e sobretudo para os gestores das duas Corporações, Civil e Militar.

(1) Sobre o Perfil Sócio-Demográfico - Em relação ao perfil dos policiais chamamos atenção para a pouca presença de mulheres nas duas Corporações, sobretudo na Polícia Militar. Conforme pudemos observar, comparativamente, em quase todos os itens tratados os policiais militares ficam em desvantagem em relação à Polícia Civil. Dentre os mais relevantes aspectos problemáticos destacamos a questão dos baixos salários e da desigualdade de renda entre as praças e os oficiais da PM; e o elevado percentual de Militares com menos de 10 anos de Corporação. Os salários baixos levam a que os policiais não se sintam recompensados e motivados para enfrentarem as difíceis e arriscadas condições de trabalho e permitem o perfil de instabilidade excessiva rotatividade nos escalões inferiores.

(2) Do ponto de vista do processo de trabalho - Os policiais militares que ocupam o ciclo das praças se queixam muito do excessivo peso da hierarquia e da disciplina. Não nos sentimos confortáveis para opinar sobre este assunto. Mas podemos afirmar que há uma contradição muito forte entre os ideais de modernização da Corporação e a perenidade de uma forma de gestão tão tradicional e fechada. Qualquer empresa contemporânea que se refez ou está se refazendo à luz da revolução tecnológica da segunda metade do século XX – o que inclui mudanças profundas na organização do tempo, do espaço, das formas de comunicação e informação, nas relações com os clientes – passou a relativizar, radicalmente, os conceitos de disciplina e de hierarquia. E preciso lembrar que também as empresas haviam sido orientadas nesses termos pelas formas de organização do trabalho da era industrial, embora numa dose muito mais branda.

O processo de mudanças estruturais na administração contemporânea aponta exatamente para o contrário do eixo norteador institucional da Polícia Militar: diminuindo níveis hierárquicos na organização do trabalho; eliminando de várias formas, supervisões intermediárias; estabelecendo uma gestão mais leve e mais horizontal e formando equipes de trabalho polivalentes, inter-relacionadas e voltadas para a melhoria da produtividade, da qualidade do trabalho e da segurança dos trabalhadores. Nos princípios da qualidade total, esses elementos são veiculados por alguns dispositivos mediadores de transformações objetivas e subjetivas: polivalência, participação e qualidade. O primeiro vai contra a idéia dos círculos hierárquicos; o segundo diz respeito à responsabilização (accountability) do trabalhador individual e coletivo, o que na polícia tende a ser visto como um veiculador da ordem dada de cima para baixo; e o terceiro, se refere ao aprimoramento dos processos em seu sentido individual e coletivo, o que só pode ser feito usando-se a criatividade, a responsabilidade e o interesse dos participantes, virtudes desestimuladas pelo código da obediência cega.

Para as duas corporações há alguns pontos em comum que precisam ser levados em consideração: (a) investimento numa administração menos burocrática, mais moderna que inclua planejamento estratégico e avaliação das ações e dos desempenhos a partir da Missão das Corporações. Há muito pouca avaliação sobre a efetividade das ações. (b) Os policiais se queixam que há pouco investimento (dentro do planejamento estratégico), na elevação da formação dos policiais: o caso é muito mais grave na Polícia Militar. (c) É preciso investir no preenchimento do quadro de profissionais. Esta situação é muito mais grave na Polícia Civil. (d) É necessário repensar a carga excessiva de trabalho e os horários muito longos que, além de prejudicar a efetividade das ações, trazem um prejuízo muito grande à saúde dos profissionais. (e) É crucial repensar os mecanismos de valorização dos policiais das duas corporações: tanto os mecanismos internos (os policiais se queixam que são muito pouco valorizados por seus superiores e pelo governo estadual); quanto os externos: para melhorar a visão negativa da população sobre a polícia (o que é motivo de sofrimento mental

por parte dos profissionais das duas corporações) além da busca de eficiência, da eficácia e da efetividade no cumprimento das obrigações constitucionais, é importante investir num plano de comunicação, de forma profissional, visando a contribuir para a mudança da secular imagem negativa das Corporações.

(f) Nas duas Corporações, mas sobretudo na Polícia Militar é crucial investir na melhoria da qualidade dos equipamentos de proteção ao trabalhador e na qualidade dos equipamentos de trabalho: armas e viaturas, sobretudo. Na Polícia Civil, é preciso investir cada vez mais na formação para e nos mecanismos de investigação. É crucial que o planejamento de ações preventivas, de investigação e de confronto, coloquem como meta a diminuição das mortes de policiais (civis mas sobretudo militares), pois é absurdo que as Corporações e as famílias tenham tantas perdas, como ser constado no texto sobre vitimização.

(g) O denominado bico já naturalizado entre os profissionais das duas corporações e até legalizado não é problema pacífico para o processo de trabalho policial e merece atenção: estende a jornada de forma quase insuportável para que os salários sejam complementados; cria uma confusão entre público e privado; e é responsável por um aumento absurdo das mortes dos policiais (hoje eles morrem mais nas folgas que no serviço e muitos em confronto nas atividades de segurança privada).

(3) Sobre problemas de saúde - No que concerne à saúde, vários são os pontos que influenciam sua qualidade e merecem atenção preventiva: (a) em primeiro lugar, a questão do excesso de peso e obesidade bastante acima dos níveis desejados e dos parâmetros da população brasileira; (b) isso significa dar mais atenção à alimentação, sobretudo à sua qualidade, em relação à qual há uma queixa geral dos policiais militares. No caso dos policiais civis há necessidade de uma orientação nutricional.

(c) Nas questões preventivas de saúde, recomendamos mudanças em duas dimensões: individual, no que diz respeito à promoção da conscientização do profissional sobre a importância e a necessidade de se cuidarem, (tendo em vista o quadro de agravos exposto neste trabalho) visando a dar atenção e priorizar a vida saudável; coletiva: nos aspectos que concernem aos governantes, visando a mudanças nas condições e nos processos de organização do trabalho e dos serviços de saúde.

(c) Além das enfermidades gerais nas quais os policiais se igualam em termos do perfil epidemiológico brasileiro, quase todas os agravos e distúrbios que ocorrem tanto com os civis como com os militares (os militares em piores condições) relacionam saúde física e mental, sofrimento psíquico e estresse. Embora em si, a atividade policial seja desafiante e estressante, é fundamental ter em conta a situação desses profissionais. Medidas precisam ser tomadas de tal forma que, do ponto de vista do processo de trabalho, o amor que os policiais (civis e militares) têm à profissão e aos desafios que ela representa para o ser humano possa ser potencializado com estratégias de maior segurança para a saúde e para a vida.

(d) Um ponto repetido tanto por militares como por civis é a questão da necessidade urgente de se instituírem formas eficazes e bem elaboradas de apoio psicológico. Os policiais militares, principalmente, e todos os das duas Corporações que atuam no *front* se queixaram muito de que enfrentam a morte cotidianamente e que essa experiência permanece como pano de fundo em sua estrutura emocional, informando a maneira como atuam e reagem. Esses problemas influem também na forma como administram a vida fora das Corporações, com prejuízo, principalmente, para as relações familiares.

(e) Os serviços de assistência merecem atenção especial das duas corporações. Na Civil onde parece que a intenção é não manter muitos equipamentos próprios, outros meios precisam ser levados em conta para assegurar que este não seja um ponto de preocupação para os profissionais em relação a si e a suas famílias. No

caso da Corporação Militar, existe por parte dos policiais um reconhecimento da competência dos médicos, mas queixam-se de uma confusão de competência entre a autoridade dos profissionais e o funcionamento hierárquico da Instituição. No sistema de saúde recaem, com certeza, os problemas de “fuga do sofrimento do trabalho” assim como das queixas, no corpo, do pouco permitido e legitimado “sofrimento mental”. (e) Existe também uma queixa localizada na Polícia Militar sobre o serviço de Resgate que é feito de forma pouco cuidadosa com a vida dos policiais. Essa constatação encontra-se no âmbito do serviço operacional da PM, dos que trabalham na rua em confronto com a violência.

(4) Sobre o abuso de álcool e drogas - No plano do abuso de substâncias e álcool as Corporações precisam enfrentar o problema como um sintoma de busca de alívio ao sofrimento mental. Desta forma é necessário dar apoio aos que estão passando por esses problemas, além da melhoria das condições gerais de trabalho. É preciso investir em programas de tratamento e apoio, muito mais do que em punições e castigos.

(5) Sobre a qualidade de vida - No que concerne à qualidade de vida, alguns pontos que ficam evidentes como os mais relevantes: (a) salário é o primeiro deles. Este é um ponto de queixa nos escalões inferiores das duas corporações, mas é crucial no ciclo das praças na Polícia Militar. Muitos soldados comentam que o salário mal dá para se manterem fisicamente e se locomoverem para o trabalho; (b) habitação: o tema das moradias é problemático para as duas corporações nos seus níveis mais baixos. A maioria vive longe dos locais onde exercem suas atividades e muito perto das áreas onde há confronto com a delinquência. Não temos sugestões, mas levantamos o problema como algo que precisa ser tratado estrategicamente pelas autoridades, uma vez que muitos policiais morrem muito mais nos dias de folga do que em serviço (nos locais de moradia, nos transportes assim como nos “bicos” como já dissemos acima). (c) alimentação, tema já tratado na seção sobre saúde. (d) Da mesma forma que disseram na discussão dos processos de trabalho, os policiais ressaltam como um

problema crucial para a qualidade de vida, sua valorização por parte dos superiores, das autoridades e da sociedade. É que ninguém só vive de pão, e o trabalho é estruturante da identidade humana. Por isso, ressaltamos mais uma vez, este ponto como um item para o planejamento estratégico das Corporações.

(e) É também muito ressaltado e deve ser levado em consideração como relevante, o papel fundamental da família como fonte de satisfação e afeto para os policiais. Chamou nossa atenção o fato da família ser o único espaço para vivenciar emoções positivas, prazerosas, sobretudo para os policiais militares. Para a maioria, o lazer está restrito aos momentos de convivência familiar. O tipo de atividade que freqüentemente exige confronto e as questões estruturais do processo de trabalho (o fato do policial não poder se expor e nem a sua família, e ter que “*viver no anonimato*” e quase em reclusão nos momentos em que não está de serviço), torna preponderante essa instituição como fator de promoção da saúde e qualidade de vida.

(6) Risco e Vitimização – O risco faz parte da identidade do policial. Isso ocorre em todo mundo. Contudo nos pareceu excessiva a carga de vitimização que agüentam. Esse ponto diz respeito tanto aos policiais civis como aos militares do Rio de Janeiro. Comparando com a população brasileira e fluminense, os Policiais Militares são as categorias com taxas absurdas de mortalidade. É crucial que este seja um ponto de reflexão para um planejamento estratégico condizente com os dados da realidade que preveja o máximo de investigação por meios modernos e alie confronto com o máximo de segurança, tendo metas estabelecidas para diminuição da vitimização.

Concluindo estas reflexões, queremos dizer aos Policiais Civis e Militares do Rio de Janeiro, destinatários privilegiados do trabalho, que compartilhamos solidariamente com eles os seus problemas, que agradecemos a abertura que nos deram, permitindo a entrada em Instituições tradicionalmente tão fechadas e que aceitem as análises e estas orientações finais, não como veredicto, mas como contribuições e sugestões.

O pouco tempo não nos permitiu o aprofundamento devido e estamos conscientes de que é possível extrair muito mais dados, informações e análises do material que hoje temos em mãos. Acreditem, no entanto, que demos o máximo de nós, buscando retribuir, de forma solidária, o serviço público de tão alto risco que nos prestam. Queremos, como profissionais da Fundação Oswaldo Cruz ser os primeiros a incrementar uma cultura de confiança e de mútuo apoio em prol da saúde e da qualidade de vida dos membros de nossas Instituições.

Referências

ADORNO, S; PERALVA, A. Nota de apresentação. *Tempo Social: Revista de Sociologia – USP*, v.9, n.1, p.1-4, 1997.

ALDÉ, L. *Os ossos do ofício*: processo de trabalho e percepções de saúde no Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado) - Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2003.

AMADOR, FS. *Violência policial: verso e reverso do sofrimento*. Instituto de Santa Cruz do Sul: Editora EDUNISC, 2002.

AMADOR, FS. *Violência policial: verso e reverso do sofrimento*. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

BARROS, AJ; HIRAKATA, VN. Alternatives for logistic regression in cross-sectional studies: an empirical comparison of models that directly estimate the prevalence ratio. *BMC Med Res Methodol*, v.3, n.21, p.11-16, 2003.

BERNSTEIN, PL. *Desafio dos deuses: a fascinante história do risco*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

BITTNER, E. *Aspectos do trabalho policial*. São Paulo: EDUSP, 2003.

BOTTARI, E. Mortes de PMs batem novo recorde em janeiro. *O Globo*, Rio de Janeiro, 1 fev. 2005b. Rio, p.17.

BOTTARI, E. Quando os PMs são caçados. *O Globo*, Rio de Janeiro, 18 jan. 2005a, p. 10.

BOURGUIGNON, DR. *et al.* Análise das condições de trabalho e saúde dos trabalhadores da polícia civil no Espírito Santo. *Rev. Brasileira de Saúde Ocupacional*, v.24, n.91/92, p. 95-113, 1998.

BRETAS, ML. Observações sobre a falência dos modelos policiais. *Tempo Social: Revista de Sociologia – USP*, v.9, n.1, p.79-94, 1997a.

BRETAS, ML. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997b.

BURKE, P. *Violência social e civilização*. Braudel Papers, n.12. p.1-8, 1995.

CARBALLO BLANCO, AC. Prevenção primária, polícia e democracia. In: SPOSATO, K; PASCHOAL, J; WLADMANN EAB (Orgs). *Das políticas de segurança pública às políticas públicas de segurança*. São Paulo: Ilanud, 2002. p.93-106.

CARDIA, N. O medo da polícia e as graves violações dos direitos humanos. *Tempo Social: Revista de Sociologia – USP*, v.9, n.1, p.249-265, 1997.

CARLINE-COTRIM, B *et al.* O uso de drogas psicotrópicas por estudantes de primeiro e segundo graus da rede estadual, em dez capitais brasileiras, 1987. In: Consumo de drogas psicotrópicas no Brasil, em 1987. [S.l.]: Centro de Documentação do Ministério da Saúde. 1989. p.9-84. (Série C: Estudos e Projetos, 5).

CASTIEL, LD. *A medida do possível: saúde, risco e tecnobiociências*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

CERQUEIRA, CMN. *Discursos sediciosos: crime, direito, sociedade*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.

CERQUEIRA, CMN. *O futuro de uma ilusão: o sonho de uma nova polícia*. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia/Fundação Ford/Editora Freitas Bastos, 2001.

CERQUEIRA, CMN. A polícia em uma sociedade democrática. In: *Polícia, violência e direitos humanos*. [S.l.]: CEDOP, 1994. (Série Cadernos de Polícia, 20)

CHESNAIS, JC. *Histoire de la violence en Occident de 1800 à nos jours*. Paris: Robert Laffont Éditeur, 1981.

CHOR, D *et al.* Medidas de rede e apoio social no Estudo Pró-Saúde: pré-testes e estudo piloto. *Cad Saúde Pública*, v.17, n.4, p.887-896, 2001.

COCHRAN, WG. *Técnicas de amostragem*. Lisboa: Fundo de Cultura, 1965.

COSTA, ATM. *Entre a lei e a ordem: violência e reforma nas polícias do Rio de Janeiro e Nova York*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

CRUZ, MCC. *O Impacto da amamentação sobre a desnutrição e a mortalidade infantil – Brasil, 1996*. Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, 2001.

DA MATTA, R. Raízes da violência no Brasil: reflexões de um antropólogo social. In: *A violência Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

DEJOURS, C. *A Banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E. *Psicodinâmica do trabalho*. São Paulo: Atlas, 1994.

DONNICCI, VL. *A criminalidade no Brasil: meio milênio de repressão*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984.

DONICCI, VL. *Polícia, guardião da sociedade ou parceira do crime: um estudo de Criminologia*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

DUBAR, C. *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

EPIDATA ASSOCIATION. *EpiDataanalysis*. Version 3.1. (26 nov 2004). Disponível em: <<http://www.epidata.dk>>

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FUCHS, SC; VICTORA, CG; FACHEL, J. Modelo hierarquizado: uma proposta de modelagem aplicada à investigação de fatores de risco para diarreia grave. *Rev. Saúde Pública*, v.30, n.2, p.168-78, 1996.

GIDDENS, A. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2002.

GOMES, R; MINAYO, MCS; SILVA, CFR. Riscos da profissão. In: MINAYO, MCS & SOUZA, ER (Orgs). *Missão Investigar: entre o ideal e a realidade de ser policial*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. p.207-226.

GOMES, R; SOUZA, ER; MINAYO, MCS. Imagem do policial civil: um jogo de espelhos. In: MINAYO, MCS & SOUZA, ER (Org.). *Missão investigar: entre o ideal e a realidade de ser policial*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. p. 163-185.

GRIEP, RH *et al*. Apoio social: confiabilidade teste-reteste de escala no Estudo Pró-Saúde. *Cad Saúde Pública*, v.19, n.2 , p.625-634, 2003a.

GRIEP RH *et al*. Confiabilidade teste-reteste de aspectos da rede social no Estudo Pró-Saúde. *Rev Saúde Pública*, v.37, n.3 ,p. 379-385, 2003b.

GRIEP, RH *et al*. Validade de constructo de escala de apoio social do *Medical Outcomes Study* adaptada para o português no Estudo Pró-Saúde. *Cad Saúde Pública* , v.21, n. 3 , p. 703-714, 2005.

HARDING, TW *et al*. Mental disorders in primary health care: a study of their frequency and diagnosis in four developing countries. *Psychological Medicine*, v.10, n.2 , p.231-241, 1980.

HOLLOWAY, TH. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1997.

HOSMER, DW; LEMESHOW, S. *Applied logistic regression*. New York: Wiley-Interscience Publication, 1989.

KAHN, T. Índices de criminalidade: construção e uso na área de segurança pública. *Revista Ilanud*, v.2, p.21-28, 1997.

LE BRETON, D. *Passions du risque*. Paris: Métailié, 1995.

LEMGRUBER, J. Violência, omissão e insegurança pública: o pão nosso de cada dia. In: *Encontro Anual de Acadêmicos da Academia Brasileira de Ciências*, 2004, [S.l.]. Trabalhos apresentados...[S.l.]: Academia Brasileira de Ciências, 2004.

LIMA, C. *Estresse policial*. São Paulo: AVM Editora, 2002.

LIMA, MB; LIMA, H. *A história da polícia do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: A Noite, 1942.

LIMA, RK. *A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

MELO, HP *et al*. *O setor serviços no Brasil: uma visão global – 1985/95*. Rio de Janeiro: IPEA, 1998. (Texto para discussão, 549)

MINAYO, MCS. *O Desafio do Conhecimento*. São Paulo: Hucitec, 1993.

MINAYO, MCS; CRUZ NETO, O. Triangulação de métodos em la evaluzió n de programas y servicios de salute. In: BROFMAN, M; CASTRO, R. (Orgs.). *Salud, Cambio y Políticas*. Ciudad de México: Edamex, p.65-80, 1999.

MINAYO, MCS; SOUZA, ER (Orgs.). *Missão investigar: entre o ideal e a realidade de ser policial*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

MINAYO-GOMEZ, C. Violência no trabalho. In: SOUZA, ER; MINAYO, MCS (Orgs.). *O impacto da violência sobre a saúde dos brasileiros*. Brasília: Ministério da Saúde, p.241-277, 2005.

MINAYO-GOMEZ, C; THEDIM-COSTA, SMF. A construção do campo da saúde do trabalhador. *Cad Saúde Pública*, v.13, n.2, p.21-32, 1997.

MUNIZ, J. *Ser policial é ser sobretudo uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado) - Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 1999.

MUNIZ, J; SOARES, BM. *Mapeamento da vitimização de policiais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ISER/UNESCO/Ministério da Justiça, 1998. Relatório de Pesquisa.

PORTO, MSG. Polícia e violência: representações sociais de elites policiais do Distrito Federal. *São Paulo em Perspectiva*, v.18, n.1, p.132-141, 2004.

RAMOS, FP; NOVO, HA. Representações sociais de governo, justiça e polícia: um estudo nas camadas média e popular da Grande Vitória/ES. *Psicologia: Teoria e Prática*, v.4 n.1,p. 29-37, 2002.

RIO DE JANEIRO (Estado). Polícia Militar. *Decreto nº 6.57/1983*. Dispõe sobre o regulamento disciplinar.

RIO DE JANEIRO (Estado). Polícia Militar. *Portal Institucional*. Disponível em: <<http://www.policiamilitar.gov.rj.br>> Acesso em: out. 2005.

SALLES FILHO, BF. *Agente educacional: uma prática de amor e ódio no atendimento ao adolescente em conflito com a lei*. Tese (Doutorado) - Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, 2003.

SANTOS, JVT. A arma e a flor: formação da organização policial, consenso e violência. *Tempo Social: Revista de Sociologia – USP*, v. 9, n.1, p.155-167, 1997.

SENASP. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/senasp/mapa>>. Acesso em: 3 mar. 2005.

SIEGEL, S. *Nonparametric statistics: for the behavioral sciences*. New York: McGraw-Hill, 1956.

SILVA, NN. *Amostragem probabilística*. São Paulo: EDUSP, 1998.

SILVA, P. *Vocabulário Jurídico*. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

SOARES, LE. *Meu casaco de general: quinhentos dias no front da segurança pública no Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOARES, LE. *Violência e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ISER, 1996.

SOUZA, ER; MINAYO, MCS. Policial, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.10, n.4, p.917-928, 2005.

SPINK, MJP. Perigo, probabilidade e oportunidade: a linguagem dos riscos na mídia. *Psicologia: Reflexão e crítica*, v.15, n.1, p.151-164 , 2002.

SPINK, MJP. Trópicos do discurso sobre risco: risco aventura como metáfora na modernidade tradia. *Cad Saúde Pública*, v.17, n.6, p.1277-1311, 2001.

SPSS. Statistical Package Social Sciences for Windows. Release 10.0.1. (27 out 1999). CD-ROM.

VASCONCELLOS, F; GOULART, G. O balanço da violência. *O Globo*, Rio de Janeiro, 19 jan. 2005. Rio, p.14.

WEITZER, R. Incidents of police misconduct and public opinion. *Journal of Criminal Justice*, n.30, p. 397-408, 2002.